Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

Leandro de Campos-Fonseca

**Estudo de caso dos repertórios interpretativos empregados na construção
de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades
públicas brasileiras em comentários na internet**

São Paulo / SP

2014

Leandro de Campos-Fonseca

**Estudo de caso dos repertórios interpretativos empregados na construção
de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades
públicas brasileiras em comentários na internet**

(versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo como
requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos

São Paulo / SP

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Campos-Fonseca, Leandro de.

Estudo de caso dos repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras em comentários na internet / Leandro de Campos-Fonseca; Orientador Alessandro de Oliveira dos Santos. -- São Paulo, 2014.

259 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de

Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia Social Discursiva 2. Ações Afirmativas 3. Racismo
4. Internet I. Título.

HM251

Leandro de Campos-Fonseca

Estudo de caso dos repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras em comentários na internet

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos

Orientador:

Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier

Prof. Dr. Luis Guilherme Galeão da Silva

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, por tudo que fizeram e fazem por mim até hoje. A presença de vocês é parte integrante e fundamental daquilo que esta pesquisa e esse acontecimento representam. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço ao professor Alessandro de Oliveira dos Santos, meu orientador, pela presença intelectual, pela amizade que permitiu que desenvolvêssemos, e pela aposta que fez em meu trabalho. As trocas de experiências, os debates que tivemos, suas sugestões, críticas, sua presença intelectual e seu respeito em relação ao meu percurso e às minhas nem sempre acertadas opções durante essa caminhada são uma marca significativa sobre aquilo que me tornei ao final deste ciclo.

Ao professor Juarez Tadeu de Paula Xavier, que esteve presente tanto na banca de qualificação quanto na de defesa desta dissertação. Suas contribuições e sugestões transformaram profundamente as características desta pesquisa, ampliando seus horizontes e permitindo um aprofundamento significativo da abordagem tanto da temática deste estudo quanto do campo empírico de estudos que ela configura. Seu carisma, humildade, genialidade e generosidade deixaram traços que vão muito além daquilo que fui capaz de materializar nesta pesquisa. Um grande mestre que tive a oportunidade ímpar de conhecer, e por quem passei a nutrir profunda admiração.

À professora Lia Vainer Schucman, pela generosidade das contribuições na banca de qualificação e durante todo o período em que pudemos conviver na USP, nas disciplinas que fizemos juntos no Instituto de Psicologia. O compromisso ético-político do trabalho no campo das relações raciais adquiriu uma densidade e uma importância fundamentais para mim a partir da leitura dos seus trabalhos, das nossas conversas e também das sugestões valiosas que fez à minha pesquisa durante todo esse tempo. Meu modo de ser um pesquisador deste campo foi e guardará as ressonâncias deste convívio fraterno e produtivo.

Ao professor Luis Guilherme Galeão da Silva, pela arguição rigorosa e problematizadora, que permitiu que novos horizontes se delineassem a partir da proposta desta pesquisa, servindo não para apontar as limitações desta pesquisa, mas para configurar possibilidades de enriquecimento e de aprofundamento das questões tratadas aqui, bem como da estratégia teórico-metodológica empregada. Suas contribuições apontaram para caminhos que os desenvolvimentos futuros desta perspectiva não poderão ignorar.

À minha companheira Silvia e à minha filha Nara, razões da minha busca por tornar-me uma pessoa melhor.

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa configurou-se como um estudo de caso dos repertórios interpretativos utilizados na construção de posicionamentos contrários às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, expressos na sessão de comentários à notícia, publicada na internet, da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em favor da legitimidade constitucional do sistema de reserva de vagas baseado em critérios raciais. Partindo da perspectiva epistemológica do construcionismo social e dos instrumentos teórico-metodológicos da psicologia social discursiva no estudo da relação entre racismo e discurso, analisei um conjunto de 6 fragmentos de interações, somando 44 registros, retirados de um total de 250 comentários. A organização dos comentários em fragmentos objetivou recortar diálogos espontâneos entre os comentadores, privilegiando aqueles que permitiram o acompanhamento da construção dos posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais. Os resultados encontrados corroboram os achados da pesquisa de Margareth Wetherell e Jonathan Potter (1992) sobre o discurso dos Pakeha Neozelandeses (brancos descendentes de europeus) empregados em posicionamentos sobre o estatuto das relações raciais na Nova Zelândia, particularmente sobre a questão dos programas de ação afirmativa. Tal como nesta pesquisa, o presente estudo de caso encontrou o emprego de argumentos de base liberal na construção de posicionamentos contrários ao sistema de cotas, que no contexto específico das interações analisadas, trabalham em defesa do status quo racista da sociedade brasileira. Nas considerações finais, aponte algumas das vantagens da especificidade do campo empírico recortado para o estudo do racismo, bem como da consideração do racismo como uma prática sócio-cultural de construção de sentidos concretizada a partir do emprego de recursos discursivos disponíveis numa sociedade racista. Sugeri algumas linhas de aprofundamento da análise do material bruto coletado, que ficará disponível para pessoas darem continuidade ao trabalho de análise deste material. Sugeri também a possibilidade de que a abordagem teórico-metodológica de trabalho com práticas discursivas e produção de sentido pode ter bons resultados quando aplicada em pesquisas envolvendo grupos de pesquisadores e paridade racial e de gênero. Destaco ainda algumas das possibilidades futuras de pesquisas envolvendo a proposta de pesquisa empírica na sessão de comentários a textos publicados na internet para o estudo dos mais variados temas.

Palavras-chaves: Repertórios Interpretativos; Ações Afirmativas; Racismo; Comentários na Internet;

ABSTRACT

This qualitative research was configured as a case study of the interpretative repertoires used in building positions contrary to racial quotas in Brazilian public universities, expressed in the comments to the news published on the Internet, the unanimous decision of the Supreme Court in favor of the constitutional legitimacy of the system of quotas based on racial criteria. Starting from the epistemological perspective of social constructionism and the theoretical and methodological tools of discursive social psychology in the study of the relationship between racism and discourse, I've analyzed a set of 6 pieces of interactions, totaling 44 records taken from a total of 250 comments. The organization aimed to cut fragments comments spontaneous conversations among commentators, privileging those who have allowed the monitoring of the construction of positions contrary to the racial quota system. The results corroborate the findings of research Margaret Wetherell and Jonathan Potter (1992) on the speech of Pakeha New Zealanders (white European descent) employees in positions on the status of race relations in New Zealand, particularly on the issue of affirmative action programs. As this research, this case study found the arguments of neoliberal base to build positions contrary to the quota, which in the specific context of interactions analyzed, work in defense of the racist status quo of the Brazilian society system. In closing remarks, I pointed some of the advantages of specificity clipped to the study of racism empirical field, as well as consideration of racism as a socio-cultural practice of constructing meanings realized from the use of discursive resources available in a racist society. Suggested some lines of further analysis of the crude material collected, which will be available for people to continue the work of analysis of this material. Also suggested the possibility that the theoretical-methodological approach to working with discursive practices and the production of meaning can have good results when applied to research involving groups of researchers and racial and gender parity. Also highlight some of the possibilities for future research involving the proposal of empirical research in the comments to texts published on the Internet for the study of various topics .

Keywords : Interpretative repertoires , Affirmative Action , Racism , comments on the Internet;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Ações Afirmativas no Brasil: 14 de Maio 1888 Como Passado do Presente.....	15
1.2 Meios de Comunicação no Brasil do Século XXI: Breve Histórico.....	27
2 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO.....	38
3 HIPÓTESE E OBJETIVO.....	53
3.1 Hipótese de trabalho.....	53
3.2 Objetivos.....	53
4 RAÇA E RACISMOS: PROBLEMATIZANDO CATEGORIAS.....	55
5 A PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS.....	59
6 A PSICOLOGIA SOCIAL DISCURSIVA: ESTUDANDO AS PRÁTICAS DISCURSIVAS.....	65
6.1 Repertórios Interpretativos.....	68
6.2 Propriedades Construtivas das Práticas Discursivas.....	69
6.3 Ideologia e Práticas Discursivas.....	73
6.4 A Psicologia Social Discursiva no Estudo do Racismo.....	80
7 MÉTODO.....	86
7.1 Coleta de Dados.....	86
7.2 Tratamento dos Dados.....	87
8 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS.....	89
8.1 Análise dos fragmentos 1.....	95
8.2 Análise dos fragmentos 2.....	109
8.3 Análise dos fragmentos 3.....	112
8.4 Análise dos fragmentos 4.....	115
8.5 Análise dos fragmentos 5.....	117
8.6 Análise dos fragmentos 6.....	123
8.7 Repertórios Interpretativos Identificados.....	127
8.8 Principais funções e movimentos retóricos identificados nas construções discursivas....	130

9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	131
10 RECOMENDAÇÕES FUTURAS.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151

APRESENTAÇÃO

A delimitação do universo desta pesquisa foi se concretizando a partir do mapeamento da literatura sobre a questão racial brasileira ao longo da passagem do século XIX e início do século XX. Buscava encontrar elementos que indicassem o modo como os discursos científicos vigentes no período se articularam a teorias raciais, principalmente naquilo que diz respeito aos modos de compreensão da doença mental. Ao longo deste levantamento, temas como eugenia, psiquiatria, racismo científico, racialização, darwinismo, darwinismo social, evolucionismo social, entre outros, configuraram um campo complexo e multidisciplinar.

O contato com gama tão diferente de perspectivas envolvidas no trato com os temas marcou a questão que rondava minha pesquisa. Até aquele momento, meu interesse estava voltado para um estudo de caráter histórico-descritivo, com foco sobre as articulações entre os discursos sobre raça e doença mental na imprensa sorocabana do início do século XX. A cidade de Sorocaba, onde vivo grande parte da minha vida, foi a primeira cidade do interior a receber uma instituição psiquiátrica, no ano de 1895. Era uma pequena colônia agrícola provisória, que serviu de espaço intermediário até que as obras finais de construção do Juqueri, na cidade de São Paulo, terminassem. Em 1918, foi criado o Instituto de Higiene Mental Dr. Luiz Vergueiro, o primeiro manicômio situado numa cidade do interior do país. Ao longo do tempo, passou a chamar-se Hospital Psiquiátrico Jardim das Acácias. Foi administrado desde sua criação, em 1918, até o ano de 2013, pela Associação Protetora dos Insanos de Sorocaba. No entanto, a escassez e a dificuldade de acesso à fontes sobre o tema acabaram me dissuadindo de dar continuidade a esta investigação.

Ao reler o material de algumas disciplinas de pós-graduação que cursei, principalmente “Pesquisa Psicossocial das Desigualdades Raciais no Brasil” no Instituto de Psicologia da USP e “Raça e Identidade Nacional: Invenção e Reinvenções do Brasil Contemporâneo” na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da USP, a temática das ações afirmativas, particularmente das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, passaram a se configurar como um campo absolutamente diferente, mas com possibilidades mais viáveis de pesquisa dentro da proposta metodológica e epistemológica que optei por adotar em meu percurso, sobretudo pela facilidade com que tive acesso ao modo como o tema vinha sendo tratado em diversos espaços da mídia e na internet.

Deixei de lado o tema das articulações entre os discursos sobre raça e doença mental, migrando para uma investigação voltada para aspectos mais contemporâneos do universo das relações raciais, cujas fontes pudessem ser mais facilmente acessíveis à investigação. Passei então a fazer um levantamento de textos publicados na internet sobre o tema das ações afirmativas voltadas para a população negra, particularmente a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Como já havia muitas pesquisas feitas sobre posicionamentos de intelectuais e de formadores de opinião, direcionei meu foco para o campo dos comentários aos textos, ou seja, para o discurso das pessoas comuns.

Nesse momento, além do contato com a literatura acadêmica sobre as ações afirmativas raciais, passei a também a ter contato com as relações entre racismo e discurso, através do trabalho dos principais representantes da Psicologia Social Discursiva, Jonathan Potter e Margareth Wetherell. Os autores são responsáveis pelo desenvolvimento de uma abordagem em psicologia social que desloca as relações tradicionais entre a linguagem e os objetos clássicos das psicologias. Articulam uma perspectiva em que o campo das práticas discursivas é co-constitutivo do conjunto das práticas sociais responsáveis pela construção da realidade. Na década de 1990, publicaram um estudo sobre a linguagem do racismo na manutenção e legitimação da exploração entre os Pakeha (brancos) neozelandeses e os Maori (indígenas). Neste estudo é que a noção de “repertórios interpretativos” foi aplicada com maior densidade, mostrando toda sua potência analítica das articulações entre práticas discursivas e racismo, compreendendo este último enquanto sistema de dominação e exploração.

Passei a buscar referências bibliográficas que pudessem oferecer subsídios para a sustentação do entrecruzamento dos temas desta dissertação. De um lado, as relações entre discurso e racismo. De outro as relações entre tecnologia e subjetividade. O resultado desta estratégia de investigação materializou-se neste estudo de caso sobre os repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais em universidades públicas brasileiras, expressos na seção de comentários a uma notícia sobre a decisão unânime do Superior Tribunal Federal (STF) em favor da legitimidade constitucional do sistema de cotas raciais, publicada na internet.

Transitei em alguns campos diferentes em busca de referências para construir minha proposta de pesquisa. Fui atrás da literatura que articula o(s) uso(s) das categorias raça e racismo em campos diferentes da pesquisa científica, principalmente na psicologia social, e

garimpei estudos no campo da análise do discurso em publicações nacionais e internacionais que trabalhassem o tema do racismo. À eles, articulei a problematização da produção de subjetividade em relação com tecnologias da informação e da comunicação.

Para subsidiar os aspectos relativos à problematização da internet como uma espaço/instrumento de subjetivação, fui em busca de textos que relacionassem as experiências ativas na consulta e produção de conteúdos na internet, com foco na participação em debates e em interações conversacionais observáveis nas seções de comentários a textos publicados sobre diferentes temas. A questão dos efeitos da internet sobre a dimensão política e sobre a subjetividade foi discutida na parte final deste trabalho.

Além de uma série ampla de textos de diferentes áreas e com diferentes argumentos em relação às ações afirmativas raciais, encontrei informações sobre o julgamento do Superior Tribunal Federal (STF) sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186, ação movida pelo partido Democratas que, de forma geral, questionava a constitucionalidade o sistema de reserva de vagas com base em critérios raciais implementado na Universidade de Brasília (UnB). A decisão do STF foi, por unanimidade, pela constitucionalidade deste sistema, sendo então julgada improcedente a ação movida. A partir deste momento, passei a tomar contato com os desdobramentos que o resultado deste julgamento gerou. Encontrei posteriormente, grande parte do julgamento da ADPF 186 em vídeo, disponível no canal oficial do Superior Tribunal Federal no portal do YouTube¹. Os desdobramentos contemporâneos desta decisão culminaram na criação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012², que institucionaliza uma política de cotas sociais e raciais para o acesso às universidades públicas federais brasileiras.

Após o exame de qualificação, as indicações da banca foram fundamentais para a problematização de alguns aspectos da pesquisa que precisariam de uma atenção maior. Em primeiro lugar, a necessidade fundamental de um capítulo que pudesse sintetizar

¹Pleno - STF julga constitucional política de cotas na UnB (1/4)

<http://www.youtube.com/watch?v=ZbOcW5oF2fQ>

Pleno - STF julga constitucional política de cotas na UnB (2/4)

<http://www.youtube.com/watch?v=vjPZmCRRcTc>

Pleno - STF julga constitucional política de cotas na UnB (3/4)

<http://www.youtube.com/watch?v=5rP1zG5m6UU>

Pleno - STF julga constitucional política de cotas na UnB (4/4)

<http://www.youtube.com/watch?v=HVNm9Fu5qms>

Acesso em 16.01.2014.

²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

características importantes dos meios de comunicação no Brasil: aspectos históricos, diversidade de fontes, modo como se constituem em instrumentos de poder político, econômico e cultural, o impacto do fenômeno de convergência tecnológica sobre a política da informação e a formação da opinião pública. Estes aspectos estariam articulados a efeitos que eu não poderia deixar de reconhecer e problematizar no tipo de trabalho que desenvolvi até o momento.

O resultado desta indicação se concretizou num novo capítulo sobre o tema, em que procurei desenvolver, além deste aspecto indicado pela banca, a relação entre tecnologia e subjetividade, que considere fundamental para que a proposta desta pesquisa pudesse caracterizar-se não apenas como uma análise de um texto de comunicação, ou de um texto publicado na internet, mas como um estudo sobre as relações entre tecnologia, subjetividade e comunicação, e os efeitos que estas esferas podem gerar sobre os processos de legitimação a partir de certas formas de defesa do *status quo*. Neste sentido, além do resgate histórico sobre os meios de comunicação no Brasil e alguns exemplos de sua ação sobre o debate contemporâneo acerca do sistema de cotas raciais, introduzo o conceito de subjetividade desenvolvido por Félix Guattari ([1993] 2011) e estabeleço relações com os aspectos destacados por Pierre Lèvy (2011), Laymert Garcia dos Santos (2004) e André Lemos (2007) que dizem respeito aos efeitos e desdobramentos das mutações tecnológicas sobre e para a vida social contemporânea.

Por fim, estas dimensões articularam os principais elementos na construção desta pesquisa sobre as relações entre discurso, racismo, tecnologia e subjetividade, voltada para descrição dos repertórios interpretativos empregados na construção dos posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais em universidades públicas brasileiras, desenvolvidos em interações cotidianas na internet, identificáveis nos espaços de comentários a uma notícia sobre um acontecimento atual no plano das relações raciais no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O dia a dia de partes cada vez mais significativas dos habitantes das médias e grandes cidades do Brasil é constituído por inúmeras interações marcadas por aspectos técnicos que são parte fundamental da sociedade contemporânea. Uma gama gigantesca de trocas que compõem esse cotidiano expressa características específicas do modo como a presença dos objetos técnicos, particularmente daqueles relacionados às tecnologias da informação e da comunicação, vem desconstruindo aspectos diversos da experiência humana nos grandes centros urbanos. Aspectos historicamente estruturantes das relações sociais no país não passam ilesos por este processo de recriação, ganhando novos contornos, novos espaços, novas estratégias e frentes de ação. Isso certamente vale para o campo das relações econômicas tanto quanto para o campo das interações sociais cotidianas.

O campo empírico de análise deste novo espaço de subjetivação criado pela presença dos objetos técnicos no cotidiano da vida humana que optei por estudar é a Internet. Trabalho aqui com uma forma de compreendê-la que pode ser ilustrada pelas palavras do sociólogo Manuel Castells (2003, p.7-8):

“A internet é o tecido de nossas vidas. (...) passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede. (...) A internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global. (...) A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização em virtude de sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar num ambiente em rápida mutação. (...) Contudo, apesar de suas vantagens em termos de flexibilidade, as redes tiveram tradicionalmente de lidar com um grande problema, em contraste com hierarquias centralizadas. Elas têm tido considerável dificuldade em coordenar funções, em concentrar recursos em metas específicas e em realizar uma dada tarefa dependendo do tamanho e da complexidade da rede”.

Neste estudo de caso, partindo da perspectiva da psicologia social, meu interesse está sobre as interações sociais espontâneas que se constituem ao redor de textos publicados na

Internet cotidianamente. A perspectiva que toma a conversação espontânea como objeto de análise em psicologia social é denominada Psicologia Social Discursiva. Seus articuladores iniciais foram Jonathan Potter, da Universidade de Loughborough e Margareth Wetherell, da Universidade Aberta, ambas do Reino Unido.

Segundo Jonathan Potter (1998), a denominação “psicologia social discursiva” define a instrumentação de noções do campo da análise do discurso aplicadas à temas e questões tradicionais da psicologia social. Os primeiros indícios desta perspectiva aparecem em meados da década de 1980, a partir da publicação de um conjunto de críticas à teoria das representações sociais de Serge Moscovici (POTTER & LITTON, 1985). O delineamento da especificidade que a psicologia social discursiva articula vem do modo como os trabalhos nesta abordagem combinam aspectos vindos da análise do discurso, da análise da conversação e da retórica (POTTER, 1998, p.234).

"A psicologia social discursiva tem trabalhado predominantemente com dois tipos de materiais. Ao longo dos anos 1980, as entrevistas abertas eram o principal modo de coleta de dados. Mais recentemente, a ênfase tem recaído sobre registros de interações e textos espontâneos: notícias de jornal, sessões de aconselhamento para casais, interrogatórios policiais, conversas entre trabalhadores e clientes, transcrições de conversas cotidianas, entre outros. (...) O ponto de destaque é que a psicologia social discursiva estuda a interação através da fala e de textos, considerando como a interação acontece, que tipo de recursos [discursivos] ela organiza e o modo como estes aspectos se relacionam com questões mais amplas da psicologia social." (p.236, tradução minha).

Um dos principais campos de aplicação e desenvolvimento da psicologia social discursiva nos anos 1990 foi o campo das relações entre práticas discursivas e racismo. O uso da expressão “prática discursiva” ao invés de “discurso”, no contexto deste estudo, denota um posicionamento teórico específico: com o emprego desta expressão procuro destacar o emprego da noção de discurso “como uma forma de ação sobre o mundo produzida fundamentalmente nas relações de forças sociais”, diferenciando-a da definição de prática discursiva forjada por Michel Foucault no final dos anos 1960 (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2010, p.396).

Em um estudo pioneiro, realizado por Margareth Wetherell e Jonathan Potter (WETHERELL & POTTER, 1992), buscou-se analisar o modo como neozelandeses Pakeha (brancos) se posicionavam frente à uma série de tópicos vinculados ao campo de suas relações com os Maori (indígenas) no país. De maneira geral, este estudo voltou-se para a identificação dos repertórios interpretativos utilizados na construção das posições dos branco neozelandeses, identificando os principais recursos discursivos presentes nestas construções.

O conceito de repertórios interpretativos foi empregado numa série de estudos feita por Michael Mulkay e Nigel Gilbert no início dos anos 1980 (POTTER & WETHERELL, 1985; WETHERELL & POTTER, 1992), voltados para a identificação dos procedimentos interpretativos utilizados por cientistas em diferentes situações de apresentação de ações, crenças e descobertas científicas, tanto em situações chamadas “formais” – por exemplo, em seções de artigos publicados em periódicos científicos – quanto em situações “informais” – quando em conferências e entrevistas. Seguindo indicações teóricas e metodológicas destas pesquisas, Potter e Wetherell desenvolveram formas de aplicação destes procedimentos para o estudo de interações conversacionais cotidianas, considerando o modo como estas interações, aparentemente desconectadas de contextos institucionais estruturantes, apresentavam usos específicos e variados dos recursos interpretativos disponíveis socialmente. Estes recursos interpretativos guardam conexões indissociáveis com elementos contextuais, locais, da interação, mas também com aspectos que transcendem e estruturam estas formas de interação. Assim, constituíram-nos como objetos particularmente favoráveis a uma estratégia de investigação que visa a problematização das relações de poder e dos efeitos das construções discursivas sobre aspectos mais amplos da vida social. O exemplo mais evidente desta faceta do trabalho com repertórios interpretativos é o estudo intitulado *Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation* (WETHERELL & POTTER, 1992). O conceito de repertórios interpretativos, tal como desenvolvido no contexto da psicologia social discursiva, pode ser caracterizado da seguinte forma:

“Repertórios interpretativos são sistemas de termos corriqueiramente utilizados na identificação e avaliação de ações, eventos e outros fenômenos. Um repertório é constituído através de um conjunto limitado de termos, utilizados em construções estilística e gramaticalmente particulares. Frequentemente, um repertório é organizado em torno de metáforas e figuras de linguagem específicas. (...) são empregados na performance de diferentes tarefas. (...) O foco central deste trabalho [a série de estudos de Gilbert e Mulkay sobre o discurso dos cientistas bioquímicos] é revelar os procedimentos interpretativos utilizados pelos cientistas e as relações entre as construções do discurso e as finalidades com que são empregadas” (POTTER & WETHERELL, 1987, p.146-156. Tradução minha).

Partindo desta referência, este estudo de caso representa uma forma de aplicação do arcabouço teórico-metodológico desenvolvido pelos autores na análise de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, construídos no espaço de comentários à notícia publicada na internet sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, em favor da legitimidade constitucional deste tipo ação afirmativa.

Para fundamentar a escolha da internet como campo empírico deste estudo de caso,

além da perspectiva em psicologia social que toma as práticas discursivas como objeto de estudos, apresento contribuições teóricas vindas da filosofia (LÈVY, [1997] 2011), da sociologia da tecnologia (SANTOS 2004; CASTELLS & CARDOSO, 2005; LEMOS, 2007) e de estudos que discutem os efeitos destas novas tecnologias sobre a dimensão política da vida social (GOMES, 2005; BEZERRA, 2008; CANCLINI, 2008; GARCIA, 2009; BRAGATTO, 2011; DIAS, 2012).

Em geral, os estudos em psicologia discursiva se debruçam sobre muitos aspectos das interações naturais ou espontâneas no cotidiano, mas nenhum deles tomou o espaço da internet como campo específico de investigação das práticas discursivas e das relações de poder entre grupos étnicos. Nesta esfera é que este estudo se situa, buscando oferecer alguns caminhos possíveis tanto para a consolidação deste como um campo de estudos para a psicologia social discursiva, bem como para uma maior visibilidade desta abordagem teórico-metodológica enquanto instrumento eficaz de investigação de temas clássicos e novos em psicologia social. A característica transdisciplinar deste estudo de caso reflete uma tendência constante no que diz respeito aos estudos sobre linguagem e psicologia social (WEATHERALL, GALLOIS & WATSON, 2007).

O contexto em que abordo a temática das práticas discursivas e do racismo é no contexto da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em favor da constitucionalidade do sistema de reserva de vagas em universidades públicas brasileiras amparado em critérios raciais. Esta decisão foi em relação à Ação de Descumprimento de Princípio Fundamental (ADPF) nº 186, movida pelo partido Democratas (DEM) contra a Universidade de Brasília (UnB). Este acontecimento reafirma uma decisão institucional significativa no quadro das mudanças de posição do Estado brasileiro em relação ao reconhecimento do racismo como um problema social e, principalmente, o reconhecimento da importância de um engajamento ativo na construção de estratégias de combate ao racismo e aos processos discriminatórios amparados em preconceitos raciais. Por outro lado, uma questão importante foi o uso da expressão "cotas raciais". Embora ela não caracterize o sistema de reserva de vagas para o ingresso nas instituições públicas federais tal como formalizado na Lei 12.711 de 29.08.2012, carrega algo da densidade e da tensão nas relações raciais no Brasil contemporâneo, e ganhou expressão significativa no conjunto do material analisado.

1.1 Ações Afirmativas no Brasil: 14 de Maio 1888 Como Passado do Presente

A questão das ações afirmativas raciais no Brasil, quando pensada a partir de uma perspectiva histórica, às particularidades do processo de abolição da escravatura e ao período pós-abolição.

Wlamyra Albuquerque (2010) realiza um importante estudo sobre o período pós-Abolição, momento de transição na história brasileira, destacando a complexidade e a tensão gerada pelas transformações em curso no período, registros de uma crise profunda no regime vigente. O cenário apresentado pela autora é palco das contendas entre libertos e proprietários, abolicionistas e escravocratas, mas também entre republicanos e monarquistas. As comemorações convulsivas que atravessaram dias em diversas cidades do país, louvando a “dádiva” que a família real havia concedido aos emancipados, era a expressão de um movimento político que buscava valorizar o feito como uma ação do regime monárquico (já decadente), onde se associa à figura da Regente o “mérito de ter redimido a população de cor do cativeiro.” (idem, p.95).

No entanto, as estratégias de inserção da população negra liberta foi alvo de debates complexos e com diferentes concepções sobre suas reais possibilidades de emancipação, autonomia e cidadania. Abolicionistas enfatizavam a necessidade fundamental dos esforços para a inserção dos emancipados no mundo do trabalho livre, vendo na educação o instrumento principal deste processo, ao mesmo tempo que objetivava promover o abandono dos antigos hábitos pertencentes à senzala. Outros destacavam a necessidade de ferramentas de coerção que pudessem fazer os recém-libertos trabalharem, apontado a necessidade de instrumentos de sujeição e dominação voltados para o controle do trabalho e da produção. Outros ainda duvidavam da capacidade da população negra liberta de exercer sua cidadania de forma plena, acreditando que a tutela sobre suas vidas seria tarefa inalienável do processo de transição em marcha na sociedade brasileira da época.

Embora a questão da igualdade – e dos modos como esta igualdade se faz concreta na vida dos brasileiros – seja um dos pilares do debate atual sobre ações afirmativas raciais, estão não é uma problemática atual. A questão da igualdade no campo das relações raciais pode ser problematizada tomando como marco o conjunto de estratégias e de discursos que tomaram esta questão como objeto de reflexão e atuação política ao longo de todo o período que se inicia a partir do dia 14 de maio de 1888 e vem até os dias de hoje.

Considero nesta pesquisa o dia 14 de maio de 1888 como o primeiro dia no processo de gestação das tensões e lutas que, em 2012, têm como desdobramento a aprovação da lei 12.711/2012, instituindo o sistema de reserva de 50% das vagas em universidades federais brasileiras para autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas, de acordo com a porcentagem mínima destas populações em cada Estado, e que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas.

O período pós-abolição é um período marcado pela ausência de políticas de integração da população negra liberta ao novo sistema de trabalho livre e assalariado. As políticas de imigração do início do século XX, que trouxeram em 30 anos um contingente de brancos quase igual ao de negros trazidos para o Brasil através do tráfico negreiro durante quatro séculos, marcaram muito bem o posicionamento das elites brasileiras sobre qual era o lugar que a população negra deveria ocupar na sociedade brasileira em processo de modernização. Os modos como foram feitos o enfrentamento e o controle da resistência e das iniciativas emancipacionistas da população negra aos processos de marginalização e exclusão social representam bem este campo de estratégias. Esta luta se constituiu em tentativa incessante e duradoura das elites em estabelecer uma inserção tutelada, um processo de assimilação em que a elite abolicionista colocava-se como protagonista, administrando o processo de integração deste contingente às características da sociedade brasileira em transição para o modo de produção baseado no trabalho livre.

Vendida como exemplo da benevolência da família real, a abolição da escravidão gerou mudanças significativas na condição da população negra, mas consolidou também uma série de estratégias das elites brancas para a reconfiguração de formas de hierarquização social e manutenção de privilégios. Poucas foram as consequências que de alguma maneira abriram, por si só, horizontes prósperos no Brasil moderno: o Estado havia libertado do cativeiro a população negra, que agora estava livre para vender sua força de trabalho no mercado. Recaiu sobre os ombros dessa mesma população a tarefa de dar conta de superar as marcas e os hábitos da senzala, passaporte fundamental para o ingresso neste novo mundo. No texto da Lei Áurea não há indicação de estratégias que objetivassem criar condições concretas para o processo de transição, resumindo-se ao enunciado que declara extinta a escravidão no Brasil.

Liberta de um regime de opressão opulenta e perversa para ser lançada numa condição de desamparo civil, a perspectiva da tutela passou a ser o modo como se via a possibilidade de

integração nacional para a população negra, a ser promovida pela atuação de seus libertadores. Em tese, estava agora em condições de se inserir no campo do mercado de trabalho. Em relações sociais de produção com a mesma elite que havia sido responsável por todas as marcas de que o corpo negro é memória viva. Numa sociedade que durante praticamente quatro séculos cultivou relações raciais atravessadas por franca opressão, violência e morte, a abolição da escravatura assumiu ares de anistia dos escravizadores, destacando a falsa perspectiva de que a lei criava as condições necessárias para a integração nacional.

Trabalhos como os de Wlamyra Albuquerque, e os que ela destaca em sua argumentação, são importantes pois resgatam a questão do quanto a dimensão da autonomia e da resistência ativa dos negros e negras libertos foi um tema negligenciado na historiografia produzida até a década de 1980. De acordo com a autora, estudos feitos a partir do centenário da abolição reconfiguraram as perspectivas investigativas e os conflitos e crises do período pré e pós-abolicionista. Destacando a participação ativa da população negra na militância pelo fim da escravidão no Brasil e as modalidades autônomas de resistência que produziram, ampliaram o conjunto de temas de pesquisas acadêmicas sobre o período, inclusive alterando marcos temporais já consolidados em pesquisas historiográficas anteriores.

Os trabalhos orientados por esta nova perspectiva desconfiam da passividade naturalizada da população negra escravizada, possibilitando um campo de reflexões críticas sobre o processo de abolição. Cabe ressaltar que estas pesquisas serviram para ampliar o campo das problematizações acerca do processo de desmontagem do regime escravocrata no Brasil e os modos como as tensões e crises advindas com este movimento reconfiguraram hierarquias a partir de critérios raciais, objetivando a manutenção de posições privilegiadas na estrutura social.

A implementação pelo Estado brasileiro de políticas de imigração a partir dos anos 1930, com o intuito de otimizar a modernização do país através da arianização dos novos postos de trabalho livre e da população brasileira teve consequências estratégicas para a configuração das relações raciais no Brasil, bem como para as características dos discriminatórios e dos preconceitos raciais.

“Esta política [de imigração de europeus brancos] levou a um aumento na porcentagem de brancos (de 44% em 1890 para 63.5% em 1940) e concentrou as populações negras próximas ao nordeste, região que já se sofria com uma economia em declínio. Atualmente, o nordeste é a região mais pobre do Brasil e uma das que possui a maior porcentagem de negros (isto é, de pessoas com a pele da cor preta e de pardos). Em contraste, o sul e sudeste são as regiões mais ricas e têm a maior

porcentagem de brancos.” (SILVA & ROSEMBERG, 2009, p.59-60. Tradução minha).

De acordo com Silva & Rosenberg (2009), leis federais voltadas para o combate ao racismo e à xenofobia começaram a ser adotadas no Brasil no início dos anos 1940. A primeira lei que transforma atos amparados em ou motivados por preconceito de raça ou de cor em ofensa criminal é de 1951, a Lei Alfonso Arinos. A Constituição de 1988 integra uma reformulação desta lei, que passa a considerar o racismo um crime passível de ser punido com prisão.

Embora questionamentos em relação ao mito da democracia racial – concepção amplamente difundida e aceita durante grande parte do século XX, em que a realidade das relações raciais no Brasil é caracterizada de forma pacífica, não preconceituosa, sem as tradicionais “linhas de cor” que rasgavam países como África do Sul e Estados Unidos – apareçam desde os anos 1950, é a partir do final dos anos 1970 que ganham novo fôlego. Neste momento, pesquisadores e ativistas negros e brancos começam a destacar a persistente desigualdade racial no acesso aos bens materiais e simbólicos, considerando-as expressões do racismo estrutural e ideológico. A partir desta perspectiva, propõem políticas que projetavam sua eliminação. É com a formação do Movimento Negro Unificado, no final dos anos 1970, que o termo 'racismo' é introduzido no Brasil. Vinte e cinco longos anos depois, em 1995, o governo brasileiro admite pela primeira vez o caráter estrutural do racismo no país, e reconhece a necessidade de reparação histórica para com a população negra. O aumento constante da pressão feita pelos movimentos pró-ações afirmativas raciais inicia-se no final dos anos 1990. O governo Lula criou a Secretaria Especial da Presidência para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o mesmo peso de outras Secretarias nacionais. Além disso, indicou negros para cinco Secretarias nacionais. Nos primeiros anos deste século, o primeiro museu especializado em cultura Afro-Brasileira foi aberto, precedido de muitas exposições (SILVA & ROSEMBERG, 2009, p.62-32).

Se antes a disputa entre monarquistas e republicanos trabalhou de modo a tratar a população negra levando em consideração a maneira como esta, conduzida pela elite, poderia fortalecer projetos políticos de um outro matiz, atualmente a questão das ações afirmativas raciais recoloca a problemática sobre as possibilidades de construção de uma sociedade brasileira efetivamente democrática, com uma representação política e cultural que, se não refletir a diversidade racial e cultural da população brasileira, ao menos possa contemplar

alguma diversidade.

Embora a discussão sobre ações afirmativas raciais esteja presente no cenário nacional desde a década de 1990, a cobertura do tema na mídia inicia-se em 2001, na imprensa carioca, e a partir de 2004 ganha dimensão nacional, em função, dentre outros fatores, da polêmica criada em torno do sistema de ações afirmativas raciais implantado na UnB (MAIO & SANTOS, 2010; CAMPOS, FERES JÚNIOR & DAFLON, 2013). Em outros âmbitos, como o de setores do governo sensíveis ao atual estado das desigualdades de cunho racial no país, é possível acompanhar uma série de posicionamentos e ações que desde meados dos anos 1990 vem demonstrando mudanças na postura do Estado brasileiro em relação ao racismo e aos processos de discriminação institucionalizados, reproduzidos e legitimados historicamente. No entanto, de forma paradoxal, chama também a atenção a convivência pacífica das formas de expressão do racismo com a naturalização do discurso da democracia racial e, mais contemporaneamente, com o antirracismo (WETHERELL & POTTER, 1992; WODAK & REISIGL, 1999; GUIMARÃES, [2002] 2006; LAGUARDIA 2004; WEATHERALL, GALLOIS & WATSON, 2007; AUGOUSTINOUS & EVERY, 2007; SILVA & ROSEMBERG, 2009).

Do ponto de vista histórico, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (2010) destacam que o fim dos anos 1970, momento marcante dos primeiros passos em direção ao processo de redemocratização do país, coincide com mudanças importantes no conjunto de interpretações acerca das relações raciais no Brasil. Os estudos conduzidos pela UNESCO durante a década de 1950 e seus efeitos ao longo dos anos 1960 tiveram o importante papel de trazer à tona as tensões existentes entre o mito da democracia racial e as especificidades do racismo tal como praticado em terras brasileiras, “tornando-se um marco, entre os cientistas sociais, na caracterização da questão racial no Brasil.” (MAIO & VENTURA, 2010, p.258).

Os anos 1970 foram marcados por estudos que se contrapunham às interpretações consolidadas nos ciclos de pesquisa da UNESCO. Trabalhos como os de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva criticavam as teses relativas à concepção do racismo brasileiro como herança do período escravocrata, que teria seus dias contados à medida que o processo de industrialização e modernização nacional fosse se consolidando. Esta forma de “subsunção da categoria raça à classe social” (p.258) foi criticada principalmente em função dos resultados obtidos por estas novas pesquisas não sustentarem a hipótese de que racismo e industrialização seriam elementos incompatíveis no desenvolvimento do capitalismo. O

trabalho de Hasenbalg enfatiza a necessidade de articulação dos aspectos relativos à discriminação racial ao campo dos benefícios e privilégios construídos historicamente através do regime escravista e de que gozam as elites brancas até hoje.

Em 1978, é fundado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, representando uma espécie de “virada político-ideológica” na luta antirracista, ainda marcada, neste período, por um campo restrito de possibilidades de ação. Domingues (2007) caracteriza o movimento negro como “(...) a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.” (DOMINGUES, 2007, p. 101).

Os anos 1980 foram marcados por diversas iniciativas de articulação entre movimentos sociais e acadêmicos dedicados ao estudo das relações raciais no Brasil. Esta articulação objetivava a criação de espaços de troca e produção comum, negociada, dialogada, de formas de ação no campo da luta antirracista, e acabou se beneficiando de ações levadas a cabo em outros campos da sociedade, principalmente o do poder público. O resultado deste conjunto de ações refletiu-se no “avanço no processo de institucionalização dos estudos raciais, com a criação de centros e núcleos voltados para pesquisas no âmbito da demografia, da educação, do mercado de trabalho, do nível de renda, dos casamentos inter-raciais (...)” (p.259).

Alguns acontecimentos de destaque na problematização da história das relações raciais no Brasil emergem nos anos 1990 quando, mesmo frente às controvérsias existentes entre setores da academia e do próprio movimento negro em relação à adoção de programas de ações afirmativas raciais, são postas em prática pelo governo brasileiro ações que promovem o reconhecimento oficial da existência do racismo no Brasil.

A entrada do tema no conjunto de ações do governo Fernando Henrique Cardoso se dá através da instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, em novembro de 1995, articulado ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Em meados de 1996, foi promovido o seminário internacional intitulado “Multiculturalismo e

Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”, resultante da articulação entre o Ministério da Justiça e o Itamaraty. O seminário promoveu o encontro de diversos atores sociais ligados ao tema, vindos da academia, com reconhecimento nacional e internacional, mobilizados em torno do objetivo de “colher subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para a população negra.” (MAIO & SANTOS, 2010, p.259). Embora este reconhecimento tenha sido fundamental, na ocasião em que oficialmente se mobilizaram diferentes atores na construção comum de subsídios para as estratégias políticas de valorização da população negra, o governo, ao destacar as especificidades do problema racial brasileiro, enfatizando a diferença em relação à experiência norte-americana, demonstrou certa ambivalência no modo como o articulou à questão dos programas de ação afirmativa. Isto se expressou através de um discurso onde, ao mesmo tempo em que tratava de maneira severa a intolerância racial na sociedade brasileira, enalteceu a ambiguidade que, segundo o então presidente, marcaria a identidade racial dos brasileiros em função da singularidade dos processos de formação da cultura e da identidade nacional.

“Não obstante uma série de propostas introduzidas no PNDH [Plano Nacional de Direitos Humanos], elaborado em 1996, quanto à valorização da população negra, inclusive com a adoção de políticas compensatórias que promovam social e economicamente a população negra, até meados de 2001, parte significativa das metas do programa não havia sido cumprida. (...) os atos mais simbólicos do que práticos do governo FHC abriram espaço para que organizações da sociedade civil buscassem definir e implementar políticas de ação afirmativa mediante projetos voltados para a educação e o mercado de trabalho patrocinados por fundações filantrópicas internacionais, empresas, igrejas etc. Além disso, ampliou-se o número de órgãos estaduais e municipais voltados para a população negra.” (p.260).

Contudo, é o ano de 2001 que marca significativamente o destino dos programas de ações afirmativas raciais no Brasil. O acontecimento divisor de águas é a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Ações afirmativas objetivam incidir sobre campos de exercício do poder político, de produção de conhecimento, de referências estéticas e de sucesso e ascensão social, objetivando construir possibilidades de superação da condição de sub(ou não)-representação de populações marginalizadas, particularmente, no escopo deste estudo de caso, a população negra. Além disso, objetiva abrir possibilidades de negociação das diferenças nos espaços da vida social, afim de flexibilizar e desconstruir a hegemonia da população branca nos espaços de poder político, acadêmico e ideológico. Podem atuar também como instrumentos de correção de distorções sócio-históricas que sustentam leituras das desigualdades raciais como

uma questão menor em relação às desigualdades sócio-econômicas, construídas ao longo do tempo na sociedade capitalista a partir da expropriação do trabalho das populações negras durante o regime escravista (SANTOS, 2007; FERREIRA & MATTOS, 2007; GUIMARÃES, 2009; FONSECA, 2009).

As ações afirmativas raciais são programas que, ao deixar de tomar a formulação jurídica da igualdade de todos perante a lei como um princípio naturalizado e não questionável, ao passar a reconhecê-lo como representativo de uma igualdade meramente formal, buscam criar condições concretas para o usufruto de uma igualdade material por parte da população negra. Baseiam-se em intervenções que levam em consideração as diferenças de condição e de acesso, fruto da violência, exploração, negligência e extermínio da população negra, refletindo relações hierarquizadas entre negros e brancos. Problematicar as ações afirmativas raciais significa descer os olhos dos princípios e ideais burgueses do liberalismo oitocentista, quando foram construídos os postulados acerca da igualdade de todos perante a lei, para voltar o olhar sobre as condições históricas e para os discursos que instituem, legitimam e mantêm a população negra aprisionada numa posição de vulnerabilidade, com restrições profundas de acesso aos direitos fundamentais que a constituição garante, por mais fortes e persistentes que sejam as formas de resistência que essas populações têm articulado para enfrentar estas condições. Esta inferiorização ocorre a partir de discursos e práticas institucionalizados que, articulados de maneira dialética, garantem privilégios de acesso aos bens públicos e sociais à elite branca, muitas vezes à revelia dos próprios indivíduos, mesmo quando estes amparam suas críticas às cotas raciais no princípio da igualdade (formal) de todos perante a lei.

“Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata [igualdade formal]. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em suas peculiaridades e particularidades. Nessa ótica, determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Isto é, na esfera internacional, se uma primeira vertente de instrumentos internacionais nasce com a vocação de proporcionar uma proteção geral, genérica e abstrata, refletindo o próprio temor da diferença (que na era Hitler foi justificativa para o extermínio e a destruição), percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade. Isso significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para a promoção de direitos.” (PIOVESAN, 2008, p.888).

Esta perspectiva coloca para o Estado a exigência de um posicionamento perante a situação que passa necessariamente pelo reconhecimento da existência das desigualdades raciais e, principalmente, do racismo. É importante salientar que as ações afirmativas raciais,

com o propósito de contribuir para a objetivação da igualdade material entre nós, tiveram garantida, por unanimidade, sua legitimidade constitucional.

De acordo com José Jorge de Carvalho (2006), a instauração de um sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras é um fenômeno carregado de uma potência disruptiva, já que ampara-se em princípios alternativos em relação àqueles imperantes no mundo acadêmico nacional desde inícios do século XX. Ao mesmo tempo que afeta de diferentes formas os diversos níveis da população discente (fundamental, médio e superior), docente e de pesquisadores no que diz respeito às relações raciais, as ações afirmativas raciais criaram condições para a emergência de uma série de problematizações no campo da epistemologia e do arcabouço teórico que legitima diferentes interpretações das relações raciais no Brasil, construído por uma comunidade acadêmica majoritariamente branca. O autor defende uma estratégia de pensamento sobre as relações raciais que procura por em evidência a condição de racialização destas interpretações, produzidas em espaços marcados por uma homogeneidade racial quase absoluta. Reconhece que a realidade racial da esfera acadêmica brasileira não é diferente da de outros espaços da sociedade brasileira, marcados como são pelo tipo singular de racismo brasileiro. Critica a pretensa universalidade das interpretações produzidas por essa elite acadêmica branca, principalmente quando sua própria condição não emerge como parte do debate.

“(...) a crise de representação que vivemos oferece também uma oportunidade para renovação teórica e formulação de propostas de inclusão étnica e racial. Mas isso só será possível se admitirmos que a academia contribuiu, no Brasil, para a produção e a reprodução do nosso quadro de desigualdade étnica e racial, o qual não melhorou apesar dos investimentos maciços do Estado no ensino superior ao longo de toda a segunda metade do século passado. Dito de outro modo, a nossa classe de cientistas sociais que discutimos relações raciais está totalmente imersa no problema da desigualdade racial; na verdade, nossas universidades e nossa classe docente têm sido parte do problema racial brasileiro.” (CARVALHO, 2006, p.102).

A própria condição de segregação racial do corpo docente do ensino superior deve ser levada em consideração no processo de problematização dos modelos de interpretação das relações raciais no Brasil, já que podemos considerar a existência de certo consenso em torno do tema, mas um consenso de (uma esmagadora maioria de) brancos, em torno de construções produzidas por (grupos reduzidos e homogêneos) de docentes, pesquisadores e intelectuais brancos.

Após um árduo e tenso percurso, o ano de 2012 marca a resolução de uma questão que se encontrava em tramitação no Congresso Nacional desde 2004. A consideração do Supremo

Tribunal Federal em favor da legitimidade constitucional das ações afirmativas raciais no Brasil representa uma significativa conquista no quadro mais amplo de lutas da população negra no período pós-abolição por constituir-se no primeiro momento da história do país em que o fato de ser negro³ associa-se a uma vantagem frente ao ser branco (ARAÚJO, 2009). Ou seja, quando esta decisão representa de fato uma conquista – importante, mas modesta – frente à complexidade dos mecanismos estruturais de discriminação racial que garantem diversos outros privilégios aos brancos. As repercussões desta decisão nos mais diversos espaços cotidianos, em particular na Internet, configuram-se como uma oportunidade particularmente interessante de estudo dos repertórios interpretativos e das principais estratégias discursivas empregados na construção de posicionamentos contrários a este avanço em direção à democratização do acesso à educação superior pública.

Embora os discursos da democracia racial e da ausência de discriminação por cor/raça no Brasil já tenham alguns anos de história e uma certa presença consolidada entre as posições políticas dos meios de comunicação “tradicionais” – tanto no sentido dos valores que professam e defendem, quanto no sentido de veículos já consolidados de disseminação da informação: jornais, rádio, televisão, revistas – , dados de pesquisas sócio-econômicas e demográficas, indicadores sobre mortalidade, acesso à saúde, ao mercado de trabalho e à educação superior, quando analisados a partir de um recorte de cor/raça, permitem uma leitura diferente deste quadro em nosso país, na atualidade. São estudos que trabalharam o modo como se consolidou historicamente um tipo de racismo que é imperativo combater, e combater principalmente pelo modo como as práticas discursivas e discriminatórias que o concretizam se adaptaram e mesclaram-se muito bem ao discurso corrente da democracia racial, dando origem a uma espécie de simulacro perverso do mito. Racismo, preconceito e discriminação raciais, em sua heterogeneidade radical, passaram a compor um complexo dispositivo de reprodução das relações entre negros e brancos como relações de dominação.

A questão das desigualdades raciais na construção da nacionalidade brasileira pode ser problematizada tanto a partir do processo histórico de organização da estrutura sócio-

³ A questão da classificação de cor/raça no Brasil é um problema bastante complexo, tratado por diversos autores das ciências sociais. Nesta pesquisa, adotarei a convenção comum a vários estudos com que tive contato. Utilizarei as categorias de classificação produzidas pelo IBGE para identificação do quesito raça/cor no censo 2010: preto, branco, pardo, amarelo e indígena. O termo “negro” será utilizado para designar “pretos” e “pardos” de acordo com a classificação utilizada pelo IBGE. Para mais informações sobre classificação racial, ver SANSONE, 1996; PIZA & ROSEMBERG, 2002; ADORNO et al. 2004; GUIMARÃES, 2006; BRANDÃO & MARTINS, 2007; BASTOS et al., 2008; ARAÚJO et al. 2009; ARAÚJO et. al. 2010; CECHETTO, 2011; IBGE, 2011.

econômica que engendrou os padrões atuais das desigualdades sociais na sociedade brasileira, num nível macro-social, mas também, e fundamentalmente, pela atuação de discursos racializantes e racializados no processo de constituição que atravessa também o nível micropolítico das relações sociais, orientando processos institucionais de diversas amplitudes: desde aqueles que se passam nas salas de aula da educação infantil, até decisões políticas do Senado Federal e julgamentos no alto escalão do Supremo Tribunal Federal.

A ação movida por parlamentares do partido Democratas (DEM) afirmando a inconstitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas foi rejeitada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Esta decisão reverbera a tomada de posição do Estado brasileiro frente à questão das desigualdades raciais a partir do reconhecimento do racismo como um problema social que necessita medidas específicas para que seus efeitos possam ser reduzidos, quiçá eliminados. As ações afirmativas raciais, dentro das quais o sistema de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras para negros e indígenas, têm por objetivo contribuir para a correção de distorções historicamente construídas nos sistemas de acesso a bens e serviços públicos, a cargos executivos e de gerência, a postos de representação política, a espaços de produção de conhecimento e ao mercado de trabalho.

A relação entre ações afirmativas raciais, particularmente o sistema de cotas, e o mérito, é um dos elementos que compõem a diversidade de argumentos presentes neste debate, tanto favoráveis quanto contrários, em função de sua articulação complexa com a noção de igualdade. A problemática da igualdade entre as pessoas e o modo como as cotas afetariam este princípio da estruturação jurídico-constitucional da sociedade brasileira, quando conclamada para rechaçar a discriminação, frequentemente se ampara numa concepção de igualdade formal. Valendo-se de sua formulação e inscrição no texto constitucional como elemento que por si só bastaria enquanto norteador de ações e estratégias voltadas para a consolidação de uma sociedade justa, o princípio da igualdade de todos perante a lei não se faz concreto nem pode ser considerado constitutivo das relações entre negros e brancos, e destes com as possibilidades e oportunidades de inserção e ascensão social disponíveis na sociedade.

Segundo estudo de Ricardo Franklin Ferreira e Ricardo Mendes Mattos (2007), a discussão acerca da questão das cotas trouxe um novo fôlego aos debates sobre as condições concretas em que se encontram as populações negras no Brasil. Neste artigo, os autores

fizeram um mapeamento geral das principais esferas em que se situam os argumentos, tanto contrários quanto favoráveis ao sistema de cotas raciais. Delinearam então seis esferas em que se situam os principais argumentos mobilizados nas discussões sobre cotas na imprensa escrita: esfera ético/jurídica, esfera étnica, esfera político/assistencial, esfera ideológica, esfera pedagógica e esfera das relações étnico-raciais.

A esfera “ético/jurídica” diz respeito ao debate sobre o modo como a questão [ética] da igualdade/diferença atravessa as relações entre negros e brancos, bem como ao modo como o “princípio da igualdade” é mobilizado na construção de argumentos. A esfera “étnica” diz respeito à questão dos critérios a partir dos quais se pode definir alguém como negro no Brasil, país formado através da miscigenação. A esfera “político/assistencial” congrega o debate atravessado pela oposição entre políticas de caráter universalista e políticas específicas ou focais. É neste âmbito que encontramos as discussões acerca de diferentes estratégias públicas voltadas para a democratização do acesso à universidade, em curto, médio e longo prazos. A esfera “ideológica” é o campo onde se discute a questão do mérito como processo imanente ao acesso à universidade. A esfera “pedagógica” concentra as discussões sobre as consequências do ingresso de alunos cotistas nas universidades públicas para a qualidade da educação. A esfera das “relações étnico-raciais” aglutina as discussões sobre as modificações possíveis nas relações entre brancos e negros no Brasil decorrentes da implementação da política de cotas. “A repercussão ética, nessas relações, apresenta-se como um dos motivos para alguns afirmarem que essa política seria prejudicial e, portanto, justificarem a anulação das cotas, mas outros consideram-na positiva, tendo em vista o fato de que ela favorece o rompimento com a falácia da democracia racial, presente na constituição histórica do Brasil.” (FERREIRA & MATTOS, 2007, p.60).

Idílio Medina Pereira (2008), ao estudar o tratamento das ações afirmativas raciais no jornalismo online durante o ano de 2007 a partir dos discursos empregados pelas agências *Folha Online* e *Portal de Notícias da Globo*, identificou a predominância de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais, enfatizando sua dimensão inconstitucional ao ferir o princípio da igualdade de todos perante a lei. Ao mesmo tempo, o autor identifica a quase omissão de textos que mencionassem pesquisas demonstrando as distorções históricas que o sistema de cotas busca trabalhar para corrigir, bem como o bom desempenho dos alunos cotistas nas universidades em que o sistema vige.

De acordo com algumas pesquisas com que tive contato, é possível encontrar

estratégias discursivas racistas construídas a partir de instrumentos retóricos baseados em princípios liberais e igualitários (WETHERELL & POTTER, 1992; GUIMARÃES, 2003; AUGOUSTINOUS & EVERY, 2007). Como o campo empírico deste estudo situa-se num espaço de comunicação como a internet, que favorece a participação das pessoas em discussões cotidianas as mais diversas, incluindo temas ligados a essas searas, a possibilidade de identificar e descrever as construções discursivas presentes em posicionamentos contrários ao sistema de cotas articulados neste contexto abre um espaço para a pesquisa com situações cotidianas de interação espontânea praticamente inexplorado pelos estudos na área sobre o tema.

1.2 Meios de Comunicação no Brasil do Século XXI: Breve Histórico

Introduzir um histórico acerca dos meios de comunicação no Brasil neste estudo de caso leva em consideração três aspectos. Em primeiro lugar, é consensual entre diversos autores no campo da psicologia social de várias partes do mundo, o papel que os meios de comunicação têm na formação da subjetividade (JACQUES et al, 1998; GUARESCHI & BIZ, 2005; SPINK, 2004; VAN DIJK, 2009; VAN DIJK, 2010). Em segundo lugar, a história dos meios de comunicação está fortemente articulada à questão da identidade nacional e das relações raciais no país, sendo um dos principais agentes do processo de branqueamento cultural e estético (XAVIER & XAVIER, 2002; ARAÚJO, 2002; ARAUJO, 2009). Por último, mas não menos importante, a problemática das ações afirmativas raciais, particularmente do sistema de cotas, foi apresentada e construída pela mídia de maneira enviesada, gerando influências significativas sobre os rumos do debate público sobre a questão (CAMPOS, 2012; CAMPOS, FÉRES JÚNIOR & DAFLON, 2013). Em função das limitações desta pesquisa, apresentei contribuições de alguns autores que se dedicaram à reflexão crítica e à construção da história da comunicação no Brasil pós 1950, embora, como pondera Joel Zito Araújo, não seja possível negligenciar ou mesmo não fazer qualquer menção ao processo de histórico de todo o século XX no Brasil para compreender o campo da mídia na constituição da identidade nacional (ARAÚJO, 2009, p.147).

Na leitura proposta por Araújo (2009), o Estado Novo foi o grande motor na produção do movimento em torno das questões sobre a identidade do brasileiro, na dedicação à

definição dos elementos mais fundamentais da cultura nacional. A mídia impressa já está presente em território nacional desde o século XIX, fortemente articulada às estratégias políticas e aos discursos em disputa durante os desdobramentos dos anos pós 1850, como o processo de proclamação da república, o processo de desmonte do regime escravocrata, o processo de abolição e pós-abolição, até as campanhas de imigração feitas pelo Estado, já no século XX. No entanto, o autor destaca o papel do rádio na difusão destas ideias como um dos agentes fundamentais de sua consolidação.

“Naquele mesmo momento [período do Estado Novo (1930-1945)], um dos intelectuais que se destacaram nessa discussão do 'quem somos nós', foi Gilberto Freyre. Nesse mesmo momento, quando esses territórios estavam produzindo várias subjetividades de certa forma, desvinculadas de um imaginário, de uma subjetividade anterior, colonial, daqueles que viveram aqui, que era uma subjetividade ligada a Portugal, ligada ao império-colônia é que essa mídia de massa vai começar a construir o nosso imaginário singular, fundamentalmente por meio da difusão de produtos culturais: a difusão do samba, o papel do futebol, do jeitinho brasileiro, e por aí a fora.” (ARAÚJO, 2009, p.147).

A difusão destes produtos culturais designados pelo autor ganhou outros contornos e outras potencialidades com entrada do cinema no Brasil, durante os anos 1940. O cinema pode ser considerado a primeira “mídia de massa” do país. A experiência de ir ao cinema é descrita pelo autor como um acontecimento profundamente articulado à vida cotidiana de sua geração. Neste sentido, permite destacar ainda mais o papel dos meios de comunicação como não apenas em si mesmos produtores de subjetividades e experiências de si singulares, mas como também possibilitando formas articuladas de interação social, uma espécie, de fato, de rede de interações num nível novo e co-extensivo aos modos tradicionais de convivência social local.

“Quem é da minha geração sabe muito bem o que significava ir ao cinema: íamos àquelas enormes salas de cinema para reunir-nos àquelas centenas de pessoas, era uma reunião familiar e coletiva ao mesmo tempo, e as pessoas iam bem arrumadas ao cinema. Íamos à missa para olhar as meninas, e íamos ao cinema para encontrá-las. Então, nos anos 1940, o cinema constituía esse espaço de construção da subjetividade, e é nessa época que ele começa a surgir de forma impactante, a se fortalecer.” (ARAÚJO, 2009, p.148).

No campo da mídia audiovisual é que será possível encontrar os aspectos mais fundamentais da estratégia das elites brasileiras de encabeçar a construção da identidade nacional do país. E a direção apontada por ela podia ser reconhecida já desde os períodos do Brasil colonial, exaltando a naturalidade de um futuro branco para o país:

“(...) o ideal para o Brasil era ser como os países europeus, branco. Então, no Brasil, a modernidade e o futuro brasileiros estariam vinculados ao fortalecimento das

nossas características europeias. Tudo isso apareceu como discurso no passado colonial, e foi especialmente enfatizado no período da abolição da escravidão. E é o que está na base da política do Estado brasileiro, de substituição de mão de obra escrava por brancos europeus com a promoção de campanhas migratórias na Itália, Espanha e Alemanha. Isso foi incorporado pela mídia, portanto, essa é a história racial de nossa mídia” (ARAÚJO, 2009, p.148).

A mídia pode ser considerada o carro chefe da difusão deste discurso ainda hoje, tendo no campo da mídia audiovisual um novo recurso, ainda mais eficaz, para sua disseminação e naturalização. O trabalho fundamental realizado pelos meios de comunicação de massa nesse período, que pode ser demarcado entre os anos 1940 e 1960, foi a produção e organização de conteúdos que materializassem em representações imagéticas, em construções estéticas, o discurso oral, político e científico já sedimentado há décadas, da superioridade de uma raça em relação a outra.

“[A mídia] começou a alimentar, de uma forma que causava muito mais impacto dentro de nossa subjetividade, esse tipo de imaginário. É por isso que, após esse período de cinema de massa, dos anos 1940 aos anos 1960, os anos 1970 são os anos de esvaziamento das salas de cinema no Brasil, (...) estamos num novo ciclo, é o período em que a televisão se torna cada vez mais popular, mais massiva, em que nas favelas brasileiras, se compra primeiro a televisão e depois a geladeira.” (ARAÚJO, 2009, p.149).

Segundo Barbosa (2013), a década de 1980 marcou profundas transformações nos meios de comunicação brasileiros. Para os objetivos deste texto, convém destacar que a tecnologia da informação passa a fazer parte do processo de produção dos jornais diários no Brasil neste período. O jornal *Folha de S. Paulo* foi o primeiro, dando início a uma progressiva penetração da informatização neste campo. O acesso à rede mundial de computadores a partir dos anos 1990 também operou mudanças profundas no mundo do jornalismo. No entanto, estas transformações precisam ser compreendidas como um processo ancorado na história do Brasil do século XX.

“A rigor a modernização das empresas de comunicação é um longo percurso (iniciado com as transformações do início do século XX, sedimentado pela modernização dos anos 1950, continuado pelas mudanças nas áreas gráfica e gerencial, na década de 1970) e que tem seu ponto culminante com a chegada dos computadores nas redações na década de 1980. Em todo o país o processo de informatização nos meios de comunicação foi extremamente lento, ainda que permanentemente incentivado pela Associação Nacional dos Jornais, que o considerava a chave para a racionalização de custos e ampliação do mercado na direção da interiorização da comunicação.” (BARBOSA, 2013, p.340).

Segundo André Lemos (2007), o processo de informatização disseminou-se por todo o campo das comunicações. As características específicas do ambiente da internet, as formas de

organização, disposição e conexão dos e entre os documentos teve impactos em diversos planos do processo de produção e circulação das informações. Esse processo

“ganhou toda a cadeia de informação dos jornais, da televisão, do rádio e das revistas (redação, transmissão por rede, organização dos artigos, fotos e publicidade, design gráfico). Os recursos do hipertexto atraíram empresas jornalísticas. Os jornais, por exemplo, em suas versões eletrônicas na internet, passaram a incorporar a não-linearidade. Num primeiro momento eles migram para a internet sob o modelo transpositivo (simples transcrição eletrônica dos cadernos). O novo formato (hipertextual) exige adaptações. Um jornal da Web tem que oferecer links, propondo leituras não-lineares, tornar disponíveis arquivos, estimular a participação do público, embutir recursos multimídia etc.” (LEMOS, 2007, p.266).

Pierre Lévy (2011 [1997]) destaca que

“Uma vez que uma informação pública se encontra no ciberespaço, ela está virtual e imediatamente à minha disposição, independentemente das coordenadas espaciais de seu suporte físico. Posso não apenas ler um livro, navegar em um hipertexto, olhar uma série de imagens, ver um vídeo, interagir com uma simulação, ouvir uma música gravada em uma memória distante, mas também *alimentar* essa memória com textos, imagens, etc.” (LÉVY, 2011 [1997], p.98).

A década de 1980 foi o ano em que a televisão marcava 30 anos de presença em território nacional. Atrás apenas dos Estados Unidos, da Inglaterra, da então Alemanha Federal, do Japão e da França, o Brasil era o sexto colocado em número de aparelhos de televisão. Esta mesma década, no entanto, foi marcada por diversas transformações tecnológicas que progressivamente trabalharam para uma aproximação das informações com a realidade (BARBOSA, 2013, p.345-346).

Este período coincide com o período em que o regime militar entra em fase de distensão. A partir da crise do milagre econômico e das oscilações da política econômica brasileira, aliadas à crise do petróleo e a outros problemas externos, instaurou-se uma situação de instabilidade econômica que, inevitavelmente, afetou a legitimidade política do regime militar. A partir da abertura democrática e da reconfiguração das relações de poder na sociedade brasileira, as empresas de mídia passaram a adotar um modelo “liberal-corporativo”, de caráter “privatizante, calcado nos princípios da teoria monetarista convencional”, processo que se consolida a partir da década de 1990:

“De 1964 a 1980 viveu-se a ruptura do pacto populista, a partir da hegemonia do grande capital, o que levou a maior concentração do capital e de renda e a um período de arrocho salarial. Já a década de 1980 representou, sobretudo, um período de ampla crise econômica, política e social, que se manifestava também pela exacerbação dos valores individualistas, pela explosão da violência urbana, pelo comprometimento, através da corrupção, da estrutura administrativa. Os anos 1990 surgiram no calendário com o Estado desmantelado e com a impossibilidade de assegurar um horizonte econômico e social com alguma previsibilidade.” (BARBOSA, 2013, p.347).

Uma das questões fundamentais para se entender os meios de comunicação no Brasil depois da abertura política e de um período de consolidação da estratégia de implantação do neoliberalismo no país é o fenômeno da convergência tecnológica. Segundo a autora, o desenvolvimento tecnológico impulsionou um processo de convergência entre os campos das telecomunicações e o campo da informática. Essa associação deu margem para o surgimento de novos elementos que materializavam a articulação dos equipamentos existentes, possibilitando a produção de experiências de comunicação bastante diferentes. Esse processo se deu principalmente a partir da “venda das empresas pertencente à antiga *holding* estatal das comunicações (a Empresa Brasileira de Telecomunicações – Telebrás), houve inúmeras associações e fusões entre empresas de telefonia, de televisão a cabo e de acesso à internet, tornando possível o oferecimento de múltiplos serviços comunicacionais por uma mesma empresa.”(BARBOSA, 2013, p.348).

De acordo com número apresentados pela autora, é possível observar o caminhar do desenvolvimento da popularização do acesso à informática no Brasil:

“Em 1995, o Ministério das Comunicações e o da Ciência e Tecnologia liberaram a operação comercial da internet no Brasil. Quatro anos depois, isto é, em 1999, o número de internautas já era superior a 2,5 milhões. Ainda no início da década de 1990 surgem os primeiros telefones móveis, então enormes aparelhos acinzentados para o bolso de muito poucos e que se limitavam a realizar chamadas. No final de 2000, já existiam mais 23 milhões de telefones celulares em todo o país. (...) Na última década do século XX já podíamos enfatizar que a sociedade contemporânea não se definia como tal sem os meios de comunicação. A influência de sua ação na sociedade já era de tal ordem que podíamos dizer que as atividades econômicas, políticas e sociais já eram permanentemente mediatizadas pela adoção de um novo modelo informacional.” (BARBOSA, 2013, p.348-350).

A principal questão que sofreu grande impacto com o processo de informatização das empresas midiáticas foi a questão da temporalidade. Para a autora, os meios de comunicação tem um papel fundamental na constituição da temporalidade da sociedade contemporânea. As tecnologias da informação e a ruptura com certos limites espaço-temporais colocou novos elementos no modo de produção e veiculação das notícias:

“Num mundo dominado pelo fluxo informacional, as temporalidades são construídas também pelos meios de comunicação. Ao visualizar o acontecimento, fazendo, com o seu aparecimento, que o presente surja na duração, transformam-se em promotores dessa eclosão. Além disso, a forma narrativa da mídia inscreve-se numa relação de natureza temporal particular, que se distribui de maneira integrada na sociedade, criando uma nova percepção espaço-temporal.” (BARBOSA, 2013, p.356).

A autora destaca inclusive a relação da temporalidade com a dimensão da produção de

sentidos pela prática dos meios de comunicação e seu impacto sobre a formação da opinião, hábitos, costumes:

“A relação entre temporalidade e mídia não se limita à tensão permanente da constituição dos acontecimentos pelos meios de comunicação. Os acontecimentos ganham sentido a partir da apropriação e interpretação dos sistemas de opinião. O ficcional no discurso mediático tem, por outro lado, a função de instaurar, ainda que numa dimensão diferenciada, o tempo mítico de antes. (...) assistia-se a um novo estágio da transformação mediática, no qual a difusão mundial das mensagens e imagens atingia um grau ainda mais avançado. As redes de satélites e de informação colocavam o mundo permanentemente ao alcance, difundindo hábitos, costumes, sonhos e inquietudes.” (BARBOSA, 2013, p.356-358).

Este tipo de integração permitida pelas tecnologias da informação e da comunicação criou condições para a formação e consolidação de grupos dominantes que articulavam as dimensões econômicas, políticas e midiáticas na reprodução e manutenção deste modo de funcionamento social. As possibilidades estratégicas de produção e disseminação de formas de interpretação dos fenômenos sociais cotidianos ganha proporções que praticamente de(s)colam(-se) das formas de situação territorial anteriores, abrindo possibilidades para a ampliação dos níveis de ação e de efeito das práticas ideológicas voltadas para processos de reprodução dos aspectos fundamentais das relações raciais, econômicas e políticas na contemporaneidade.

“Essas novas elites sociais formavam coalizões transnacionais de interesses para difundir o mesmo modelo político-econômico. Havia nestes três segmentos uma correspondência quase mecânica. (...) A mundialização cultural passava a ser inseparável do desenvolvimento mundial das redes midiáticas e da difusão de novos modos de produção.” (BARBOSA, 2013, p.358-359).

Um dos aspectos importantes a serem destacados na compreensão das idiossincrasias do campo da comunicação na atualidade é, além da visceralidade das tecnologias, o modo como as diferentes formas de comunicação foram progressivamente se agrupando e criando dispositivos que hoje, congregam elementos de diferentes campos: acesso à textos, fotos, vídeos, áudios, livros, chamadas telefônicas, mensagens eletrônicas, redes sociais, dentre muitos outros elementos transpostos para (e reconfigurados no) campo virtual através dos processos de digitalização. Esse quadro é reflexo atual das diversas fusões acontecidas entre empresas de comunicação que atuavam em segmentos diferentes do mercado descrito acima, chamado “convergência tecnológica”. Disso resultou certo fortalecimento dos grupos econômicos à frente das comunicações, mas que vem acompanhado de processos apropriação destas tecnologias pelas pessoas e grupos sociais os mais diversos, possibilitando formas de

articulação política para o enfrentamento das estratégias de dominação em voga no campo das relações de poder hoje.

Segundo Bernardo Kucinski (KUCINSKI, 2002 *In* KUNSCH & FISCHMANN, 2002), uma das características que o processo de convergência tecnológica produziu foi o fato de que uma única empresa, ou um pequeno grupo de empresas, controla diversos meios de comunicação: estações de rádio e TV, jornais impressos, agências de notícias. Isso fez com que um dos traços marcantes da imprensa brasileira desde o período de redemocratização do país fosse a ausência de pluralismo.

“A agenda nacional de debates é fortemente influenciada por um pequeno grupo de jornalistas que distribuem suas colunas opinativas na maioria dos jornais, e ocupam os espaços nobres nas emissoras de rádio e TV. São em sua esmagadora maioria muito próximos às classes dominantes e ao pensamento hegemônico neoliberal. Nas questões estratégicas, são desqualificados do debate os que pensam de modo diferente.” (KUCINSKI, 2002, p.41).

O autor descreve ainda quais os requisitos necessários para que haja uma tal unanimidade na mídia, no que diz respeito aos temas estratégicos. Destaca como a posse de vários meios diferentes por um mesmo grupo, bem como o funcionamento articulado desses meios enquanto elementos que, somados à chamada “rede de factibilidade” e aos campos de interesse das grandes empresas, acabam por orquestrar a produção de um consenso no que diz respeito a assuntos estratégicos, não dão visibilidade para a pluralidade de pensamento ou mesmo para o contraditório. Esta seria uma característica da cena midiática brasileira até hoje, mesmo com o avanço vertiginoso das novas formas de acesso, produção e divulgação da informação através da internet e das redes sociais.

Para Araújo (2009), há uma profunda resistência por parte dos produtores dos meios de comunicação em, de fato, realizar mudanças nesse quadro apontado por Kucinski, em que há grande influência dos interesses dominantes na construção dos conteúdos culturais. Mesmo as estratégias de inclusão de referências estéticas negras não articuladas aos estereótipos que reproduzem a imagem clássica do negro da elite branca, criam formas de inserção da população negra nestes campos através de discursos e de imagens que ressaltam aspectos relativos aos elementos da cultura afro-brasileira e da força da matriz africana em nossa constituição identitária de mestiços. Contudo, minimizam, quando não abertamente deslocam, o campo da atuação política e das reivindicações sociais dos movimentos de enfrentamento do racismo e das desigualdades raciais, engajados na ruptura com os mecanismos escamoteados de reprodução dos privilégios políticos e econômicos da elite branca.

“É essa a subjetividade que herdamos. É essa a subjetividade que está na mente de qualquer um aqui, que mesmo não entendendo a sua mistura racial, sabe que, quanto mais branco, melhor. É essa subjetividade que nós não enfrentamos, não superamos, e em que, no debate social, hoje, a mídia exerce um papel fundamental, que é o de nos fazer ignorar isso, para manter o tabu brasileiro de não discutir a questão racial, para manter o tabu brasileiro de não discutir, entre nós, qual é a vantagem de ser branco e qual é a vantagem de ser negro. Só no momento em que chegarmos a essa discussão é que vamos ter consciência das diferenças sociais para poder enfrentar o racismo.” (ARAÚJO, 2009, p.151).

Em outro trabalho (ARAÚJO, 2002), refletindo sobre as relações entre a televisão e a identidade negra no mundo globalizado, o autor destaca o silêncio da academia em relação à colocação de fato das questões associadas ao racismo é às desigualdades raciais em pauta:

“Na realidade, na tradição acadêmica brasileira, o recorte raça está distante do grosso das produções científicas que tratam o local e o global, fenômeno que se repete nas pesquisas de comunicação. Negros e pardos, com a mesma ascendência africana, não têm tido a mesma relevância nas pesquisas como acontece com outras categorias, como 'classe' ou níveis de renda. Raça é uma categoria relativamente ausente até mesmo da inovadora linha de pesquisa sobre recepção. No Brasil, sempre temos que lembrar que mesmo passado mais de um século do fim legal da escravidão, o racismo e as desigualdades raciais continuam presentes no país, e em todas as Américas. No nosso país as disparidades entre as raças continuam indignando as mentalidades antirracistas, com a persistência de elevados índices de desigualdade de renda, emprego, saúde e educação, ou com os elevadores de serviço, símbolos de um imaginário social nunca questionado pela mídia eletrônica, em que é muito natural tratar negros, 'pardos' e 'mulatos' como cidadãos de segunda classe e relegar os seus interesses e demandas por alternativas políticas e sociais. Portanto, compreendemos que o problema do racismo não é só um problema particular dos afro-brasileiros, ou um problema de negros e mestiços, tenham eles qualquer dosagem ou mistura, mas sim um problema social de todo o país, e das Américas. (...) A discriminação racial, quanto mais ausente dos esforços e preocupações dos intelectuais progressistas, continuará sendo uma fonte de divisão, de exploração e de conflito entre o Norte e o Sul do planeta, além de ser um fator de corrosão do coração dos países líderes do processo de globalização da economia.” (ARAÚJO, 2002, p.91-92).

Sem dúvida, a questão da tecnologia tem trazido transformações significativas aos modos de vida social dos últimos 60 anos. Novas modalidades de comunicação, rupturas dos antigos parâmetros espaço-temporais, novas formas de experiência da identidade através da construção, desconstrução, rejeição e multiplicação dos papéis e possibilidades comunicativas. O mundo contemporâneo vem produzindo novas formas de subjetivação.

Não apenas no trabalho de Araújo, mas também numa série de pesquisas que, no campo da psicologia social, vêm se dedicando à reflexão crítica sobre o racismo e as desigualdades raciais, o papel da construção social das diferenças como campo eficaz da reflexão crítica mas também de intervenções possíveis sobre a complexa rede articulada de promoção e reprodução das formas contemporâneas de racismo encontra-se em destaque. Em

função disso, a dimensão relacional destas construções adquirem um valor investigativo e político que, ao articular-se à experiência contemporânea da imanência dos meios de comunicação e das tecnologias virtuais, permite novas formas de compreensão e análise crítica de sua dinâmica e das possibilidades de flexibilização e resistência, ou ao contrário, das manifestações de seu enrijecimento e recrudescimento.

No entanto, não é possível simplesmente virar as costas para os aspectos do passado e da constituição histórica do Brasil atual e encarar o mundo da tecnologia como um mundo que possui apenas futuro. Nesse sentido, meu texto se propõe, por um lado, a ser um resgate da dimensão histórica dos processos de articulação da cena atual dos meios de comunicação, principalmente no que diz respeito aos problemas com a convergência tecnológica, quando esta desdobra-se em um quase monopólio dos meios de comunicação. Por outro lado, resgato aqui a questão do pós-abolição e da situação das relações raciais no Brasil nos últimos 100 anos e sua relação fundamental com o campo dos meios de comunicação, principalmente no período pós-Abolição. Existem diversos trabalhos que problematizam a herança racista da cultura dominante, principalmente nos meios de comunicação tradicionais, que acaba sendo constantemente abafada pela repetição mecânica e acrítica do mito da democracia racial e da harmonia entre as diferenças que marcariam nossa cultura. A falácia do mito pode ser facilmente verificada quando atentamos para as representações do negro na mídia televisiva, por exemplo (ARAÚJO, 2008), ou pela análise de produções da própria mídia impressa (CARONE & NOGUEIRA, [2002] 2009).

Ricardo Alexino Ferreira (2002, p. 103), ao estudar as relações entre imprensa e etnia no Brasil, apontou uma série de aspectos significativos (positiva e negativamente) do modo como as questões étnicas são tratadas nos meios de comunicação. Em geral, o autor considera alarmante o nível de carência que estas formas de tratamento da questão têm em relação a aspectos que de fato representem a condição real da população negra na mídia. Este quadro produzia uma grande quantidade de representações e referências acerca da população negra que refletia(?) nitidamente o conjunto de preconceitos e de estereótipos historicamente sedimentados no imaginário cultural através de longos anos de trabalho incansável das elites intelectuais, políticas e artísticas nacionais para a promoção do branqueamento da população brasileira. A comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil teve um forte efeito sobre este *modus operandi* da imprensa brasileira, exigindo um trabalho significativo de precisão acerca de temas que passam a ganhar visibilidade na cena nacional. A dimensão

histórica e sua densidade se fazem mostrar cada vez mais através do conjunto de forças e de reivindicações articuladas à termos como “movimentos e passeatas de negros”, “racismo”, “discriminação” e “preconceito”.

“O ano de 1988 pode ser considerado um marco, uma linha divisória na maneira como a imprensa vinha se referindo à questão étnica. Vale mencionar que a imprensa nunca ignorou o negro, ao contrário, sempre fez referências a ele, mas de uma maneira recheada de estereótipos, desprovida de uma análise aprofundada da sua real condição. As primeiras notícias, na segunda metade do século XIX, se referiam ao negro como um produto de venda. Depois da Abolição, as referências eram à sua impossibilidade de se adaptar ao mundo dominado pela ciência e eurocêntrico por excelência. No mundo contemporâneo, ele se tornava notícia apenas em três espaços físicos dos jornais: na editoria de Polícia, na de Esportes e na de Cultura. Tal qual acontece na sociedade, estes eram os lugares reservados historicamente para os negros nas páginas dos jornais.” (FERREIRA, 2002, p.103).

Além da questão do Centenário da Abolição, é preciso destacar outros acontecimentos importantes que atuaram significativamente sobre o modo como a imprensa cobre os aspectos envolvendo a população negra. A organização mundial contra o *apartheid* e a consolidação da Constituição brasileira neste mesmo ano também marcam pontos significativos na construção desta relação.

“Os jornais, na cobertura de notícias envolvendo o segmento negro, se mostram bastante diferenciados da mídia eletrônica ou da publicidade. Apesar de todas as contradições apresentadas, é nesse tipo de veículo que o negro ainda encontra maior espaço como notícia. Em 1988, ele ocupou um significativo espaço na mídia impressa (jornais). Num processo de sintonia, jornais e negros em alguns momentos pareciam entrar em simbiose, um ao oferecer material como notícia (movimentação sociopolítica) e o outro ao noticiar. No entanto, o primeiro, como texto jornalístico, ainda continuava em desvantagem, era retratado da forma como os profissionais da imprensa queriam, por meio do recurso de angulação.” (FERREIRA, 2002, p.104).

Ao referir-se ao campo da atualidade, o autor destaca a questão das ações afirmativas raciais como um dos pontos de inflexão da relação entre mídia e raça. Ao refletir sobre este quadro, o autor enfatiza a complexidade desta relação no que diz respeito à formação do jornalista e às tendências à reprodução acrítica dos discursos e práticas mantenedores dos mecanismos de discriminação racial e das formas de racismo institucional vigentes. Segundo ele,

“A postura da imprensa diante de todas essas mudanças políticas tem sido bastante oscilante. Ora a imprensa avança na discussão, ora fica num discurso superficial e inócuo. O jornalista, por meio do improviso, vale-se da intuição e transita entre esses fenômenos. Porém, esse modelo já não tem mais dado conta das muitas realidades sociais. Assim, os profissionais de imprensa, que não estiverem preparados para coberturas jornalísticas sobre o segmento negro, podem reforçar atos de racismo, discriminação e estereótipos (vale mencionar aqui que os jornais fazem questão de anunciar 'oficialmente' que não compactuam com qualquer tipo de discriminação ou racismo. Portanto, se existe essa preocupação, é porque o problema anda rondando

as redações).” (FERREIRA, 2002, p.105).

Este panorama histórico buscou embasar a compreensão do processo de sedimentação das práticas discursivas, particularmente através dos meios de comunicação. A compreensão de uma perspectiva que entende o discurso enquanto prática social de produção de sentido, e de sentido enquanto acontecimento que se desdobra, que possui efeitos sobre as relações sociais, necessita estar referida ao campo histórico para que não recaia numa análise que toma as práticas discursivas enquanto acontecimentos microssociológicos fechados sobre si mesmos, mas possa problematizá-las de maneira articulada ao campo das relações de poder e das tensões políticas e culturais próprias de seu tempo.

2 PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Nesta pesquisa, ao procurar um modo de estudar o campo das práticas discursivas na internet, meu intuito foi não apenas enfatizar as questões relativas a um registro específico de interações conversacionais cotidianas espontâneas que, dada sua natureza linguística e as especificidades do suporte tecnológico, seria um espaço para pesquisar a produção de sentido numa outra plataforma. Trabalhei com uma concepção de subjetividade que articula o campo da dimensão técnica e tecnológica da sociedade ao das práticas discursivas. Abaixo, apresento as principais características da noção de subjetividade com que trabalho neste estudo de caso.

A concepção de subjetividade desenvolvida por Félix Guattari considera-a não como uma substância acabada ou fundamento já dado, mas como o resultado de um processo de produção cada vez mais atravessado pela presença transmutativa dos maquinismos e da tecnologia (GUATTARI, 1987 *In* PARENTE, 2011 [1993]). A subjetividade para Guattari é processual, "maquínica": envolve fabricação, modelização, recepção e consumo. Invertendo da lógica tradicional, para ele, o sujeito não é o fundamento de onde partem os processos de significação e de intervenção, mas o resultado de agenciamentos coletivos de enunciação que articulam diferentes aspectos da vida social em processos de semiotização (GUATTARI & ROLNIK, [1982] 2010). Um processo de semiotização, na maneira como o compreendo, envolve todo e qualquer processo envolvido na criação/produção de signos, através de articulações diversas da dimensão sócio-histórico-biológica da vida no planeta, tanto em seus

níveis micro e macro, como entre seus níveis micro e macro. Em toda a sua complexidade de tramas, os processos de semiotização envolvem a atuação da linguagem enquanto prática social em sua dimensão mais radical, não de elemento único e primeiro na constituição do mundo e das coisas, mas como um dos inalienáveis elementos de constituição da experiência humana enquanto produção de cultura, de comunicação, de significação.

“(...) de todas as aparências sensíveis, o homem, na sua inquieta indagação para a compreensão dos fenômenos – desvela significações. É no homem e pelo homem que se opera o processo de alteração dos *sinais* (qualquer estímulo emitido pelos objetos do mundo) em *signos* ou *linguagens* (produtos da consciência). (...) o termo linguagem se estende aos sistemas aparentemente mais inumanos como as linguagens binárias de que as máquinas se utilizam para se comunicar entre si e com o homem (a linguagem do computador, por exemplo), até tudo aquilo que, na natureza, fala ao homem e é sentido como linguagem. Haverá, assim, a linguagem das flores, dos ventos, dos ruídos, dos sinais de energia vital emitidos pelo corpo e, até mesmo, a linguagem do silêncio.” (SANTAELLA, 2007, p.2. Grifos da autora).

Há variação significativa nas modalidades das "máquinas de produção de subjetividade". Em sociedades chamadas tradicionais, essa produção é marcada de maneira mais profunda por processos territorializados, circunscritos à dimensão existencial num contexto histórico-geográfico limitado. No capitalismo, contudo, esta produção desterritorializou-se e se reproduz em escala global. Os processos de produção de subjetividade não se confundem com as práticas de reprodução da ideologia, nem com o próprio conceito de ideologia. A subjetividade está ligada a processos de semiotização, não apenas de representação.

"Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia ou de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade ou a identificações com polos maternos e paternos. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas sociais e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo." (GUATTARI & ROLNIK, [1982] 2010, p.35).

Para Guattari, a limitação fundamental do conceito de ideologia na compreensão da subjetividade é sua incapacidade de captar "essa função literalmente produtiva da subjetividade." (idem, p.36). Tradicionalmente, a ideologia é compreendida como uma representação de mundo, como uma forma de representar o mundo de maneira distorcida ou de forma a garantir a reprodução do *status quo*. A concepção de "produção de subjetividade", ao contrário, expressa um aspecto fundamental da própria infra-estrutura da produção do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), voltado para a "modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações

sexuais, aos fantasmas imaginários etc." (idem, p.36).

Não há separação entre produção material e produção semiótica. A subjetividade perde seu caráter tradicionalmente abstrato e gázeo, no pensamento de Guattari. Para ele a subjetividade é o processo *sine qua non* da "evolução das forças produtivas em suas formas mais 'desenvolvidas' (setores de ponta da indústria)." (GUATTARI & ROLNIK, [1982] 2010, p.34). O desenvolvimento tecnológico e a relação com as tecnologias da comunicação e da informação são os principais elementos dos processos de subjetivação descritos por Guattari. Afirma que os processos de subjetivação, enquanto produção de subjetividade, podem ser tão ou mesmo mais imperativos ao desenvolvimento e reprodução do Capitalismo Mundial Integrado (CMI) do que os recursos energéticos ou o petróleo. "A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção." (GUATTARI & ROLNIK, [1982] 2010, p.36).

"[A subjetividade] é a matéria-prima (...) [de uma] espécie de vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção através das revoluções científicas e biológicas, através da incorporação massiva da telemática, da informática e da ciência dos robôs, através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e da mídia." (GUATTARI & ROLNIK, [1982] 2010, p.34).

Ao postular a existência de “equipamentos coletivos de subjetivação”, definindo-os a partir das “máquinas iniciáticas, sociais, retóricas, embutidas nas instituições clínicas, religiosas, militares, corporativistas etc.” (GUATTARI [1987] 2011, p.178), busca estabelecer uma perspectiva de compreensão da subjetividade que se expressa através da identificação de três vias fundamentais que, entrelaçadas, embasam, na contemporaneidade, os processos de subjetivação. Aquelas que atuam circunscrevendo e delimitando espaço-temporalmente os corpos, cercando os conjuntos humanos a partir de fora, através da coerção física ou do sequestro da subjetividade, podem ser chamadas de “vias de poder”. As que, de dentro da própria subjetividade, articulam os efeitos práticos dos processos econômicos e das formas de intervenção tecno-científicas, são nomeadas de “vias de saber”. O lugar a partir do qual é possível encontrar formas de resistência, enfrentamento e criatividade na relação com as forças coercitivas das vias de poder e de saber, é o campo das “vias de autorreferência”, caracterizadas pelo desenvolvimento de subjetividades capazes de organizar suas próprias modulações, estabelecer seus próprios parâmetros, conquistar consistência própria, mesmo articulada às diferentes formas de estratificação social e mental.

“Poderes sobre as territorialidades exteriores, saberes desterritorializados sobre as atividades humanas e as máquinas e, enfim, criatividade própria às mutações subjetivas: essas três vozes, embora inscritas no coração da diacronia histórica e

duramente encarnadas nas clivagens e segregações sociológicas, não param de se entrelaçar em estranhos balés, alternando lutas de morte e a promoção de novas figuras.”(GUATTARI, 1987 In PARENTE, 2011[1993], p.179).

O autor considera que não é possível pensar os conteúdos da subjetividade sem recorrer à influência dos sistemas de armazenamento, organização e acesso à informação amparados nos desenvolvimentos tecnológicos atuais. Não faria sentido uma atitude de rejeição ou diabolização das máquinas e da tecnologia, pois elas estariam profundamente entranhadas na subjetividade, materializando-se como formas hiperdesenvolvidas e hiperconcentradas de certos aspectos da subjetividade humana.

Já no final da década de 1980, quando o texto teve sua primeira versão concluída, depois modificada para publicação em 1989, Guattari estabelece uma perspectiva de compreensão da relação do homem com a máquina que busca um caminho alternativo ao encantamento utópico e ao fatalismo pessimista que marcava algumas das posições no período. Para ele, o aspecto produtivo e criativo das máquinas de comunicação e informação, no sentido de tornar possíveis novas modalidades de enunciação, resultado de novos agenciamentos de enunciação individuais e/ou coletivos, deveria igualar ou mesmo superar a veiculação de discursos e representações prontas a partir de uma perspectiva unilateral. Neste sentido, estas máquinas seriam elementos fundamentais para o processo de consolidação das vias de autorreferência, definidas pelo autor como o campo a partir do qual é possível o desenvolvimento da criatividade e da resistência aos processos de coerção do corpo e de sequestro da dimensão imaginária/imaginativa da subjetividade.

O interesse por trabalhar a questão do racismo com base nas práticas discursivas na internet se deu em função da importância que a rede mundial de computadores e a tecnologia da informação vêm assumindo nos modos de subjetivação contemporâneos, conforme destaca Guattari. Autores como Pierre Lévy (1999), no campo da Filosofia, André Lemos (2002), Manuel Castells (2001), Laymert Garcia dos Santos (2003), no campo da Sociologia, também construíram diversas estratégias de pensamento para a problematização do avanço sócio-técnico e suas implicações na vida humana.

Este estudo de caso põe em evidência a importância deste campo de pesquisas para a psicologia social, principalmente pela problematização dos modos de subjetivação tornados possíveis pela infraestrutura tecnológica que dá sustentação para o ciberespaço. Enfatizo a importância de se compreender, a partir da psicologia social, o impacto do desenvolvimento tecnológico, dos dispositivos e dos novos domínios de comunicação sobre as possibilidades

interativas e de produção de sentido, de emancipação e resistência ao império de certos tipos de retórica sobre as questões que se constroem no e com o campo das práticas sociais.

Parte significativa das interações na internet ocorre através de práticas discursivas materializadas em textos e fragmentos de textos. Mesmo as conversas mais informais ou os debates mais acalorados ficam registrados no espaço virtual como uma espécie de texto vivo, que pode ser acompanhado e trabalhado ao longo do tempo. As vezes num mesmo dia, as vezes ao longo de diversos meses, por diferentes atores, intervenções discursivas continuam produzindo efeitos numa temporalidade que se diferencia das interações conversacionais presenciais. Funcionam como inscrições que se materializam em endereços específicos e que podem ser acessadas mesmo depois de um significativo intervalo de tempo. Isso é um aspecto positivo para o pesquisador, visto que o registro digital das práticas discursivas na internet é feito dentro de uma estrutura que permite acesso público aos conteúdos de grande parte das produções discursivas armazenadas nos milhões de servidores que sustentam a rede.

A internet é compreendida neste estudo de caso como um espaço público aberto à investigação científica, permitindo que o modo como se constitui sua materialidade possa ser problematizado também como um agenciamento produtor de subjetividades, ou de modos de subjetivação singulares e dependentes do plano de imanência aberto pelas infra e superestruturas constituintes e constitutivas do campo das experiências humanas contemporâneas.

Enquanto agenciamento produtor de subjetividades com características específicas, o estudo do modo como o campo das práticas discursivas é potencializado pela internet deve interessar à psicologia social principalmente pelo modo como amplia as possibilidades de problematização das dimensões sócio-técnica e discursiva na constituição da subjetividade.

Ao abordar o campo da internet como um espaço para a participação democrática e para os debates políticos, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (2006) considera que o território constituído pela estrutura tecnológica da internet pode ser compreendido como uma espécie de “esfera pública virtual”, pensada como um espaço de “conversação civil”. Para ele, “os debates envolvidos em listas de discussão e fóruns on-line abertos a qualquer usuário atuam de modo mais eficaz como espaço destinado à formação complementar de opiniões do que como um espaço decisório por excelência.” (MARQUES, 2006, p.164). Considera que este dispositivo pode funcionar nas sociedades democráticas como um modo de possibilitar e incentivar a participação política dos cidadãos.

Em muitos casos, os debates sobre temas importantes são realizados de maneira presencial, em encontros das mais diversas naturezas, durante o tempo específico de duração do encontro. Este encontro, obviamente, não inicia ou termina as contribuições ou deliberações destas negociações, mas atualiza e reconfigura, em muitos casos, as produções discursivas anteriores sobre o tema, abrindo possibilidades de outras produções que lhe serão intrinsecamente tributárias em outras ocasiões em que o tema for pautado. As diferentes condições de enunciação a partir das quais se organizam os discursos em debate são elemento fundamental para pensarmos como estas práticas se institucionalizam, ganham legitimidade e podem ser disseminadas através de diversas formas de reprodução material e digital dos discursos.

No campo da internet, as especificidades das formas de registro trazem à tona a singularidade da temporalidade envolvida nesta esfera da vida social. Embora haja o registro dos momentos em que as intervenções dos atores se materializam na rede, a coexistência instantânea de novas publicações com outros textos que datam de outros períodos e foram digitalizados, tornando-se disponíveis para acesso na esfera digital/virtual, rompem fronteiras de espaço e tempo vividas em outras esferas da vida social. Certamente, têm consequências para os modos de subjetivação contemporâneos.

As regularidades e discontinuidades nos intervalos de tempo dos comentários entre si e em relação ao tempo durante o qual o texto seguiu produzindo construções e variações são aspectos que considero significativos na compreensão das diferentes temporalidades constitutivas e constituídas que atravessam o campo-tema das práticas discursivas na internet. É possível também observar em torno de que construções discursivas os comentários se deram com maior intensidade e com menor espaço de tempo entre si. Estes aspectos podem dar indícios de quais formas as construções discursivas que mais mobilizaram os atores na construção de suas posições nos debates.

Esta pesquisa descreve uma possibilidade de estudo da relação entre racismo e discurso, problematizando o campo das práticas discursivas na internet no contexto da complexa articulação entre subjetividade, tecnologia e comunicação. É neste campo que pretendo problematizar a relação entre as práticas discursivas na internet e o discurso racista, compreendido aqui enquanto certos tipos de emprego de conjuntos de recursos interpretativos em interações conversacionais que atualizam e legitimam relações de poder rigidamente hierarquizadas em torno de diferentes construções da categoria raça, sustentadas

historicamente por um complexo dispositivo jurídico-político (neste sentido, as práticas discursivas institucionalizadas são um de seus pilares inalienáveis) e econômico de exploração e mortificação, atravessado de ponta a ponta por práticas discriminatórios, violências e torturas sem descrição. Esse processo se dá, entre outras formas, através da negação do racismo. Estudos no campo da psicologia social discursiva (WETHERELL & POTTER, 1992; CONDOR, 2006 AGOUSTINOU & EVERY, 2007) e da análise crítica do discurso sobre as relações entre discurso e poder são constantemente atravessados por descrições de estratégias discursivas de negação do racismo (WODAK & REISIGL, 1999; VAN DIJK, 2009; ROSEMBERG & SILVA, 2009; VAN DIJK, 2010). Acredito que estas estratégias podem ser conhecidas no campo dos comentários a textos publicados na internet através dos repertórios interpretativos que organizam os posicionamentos expressos neste campo acerca da constitucionalidade das ações afirmativas raciais, particularmente do sistema de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras amparado em critérios raciais.

Segundo André Lemos (2007), a cibercultura seria produto do advento da microinformática, em meados dos anos 1970. Podemos compreendê-la como fruto dos desdobramentos sociais e culturais da microinformática. A cibercultura seria atravessada não apenas pelo amplo horizonte de possibilidades aberto pelas novas tecnologias, mas também por uma certa postura crítica aos processos de burocratização e dominação expressos na figura do “poder tecnocrático”. Essa postura dá à cibercultura uma feição de resistência certamente emprestada do movimento contracultural americano.

A questão da racionalização e do controle técnico e científico do mundo é um dos aspectos nodais da modernidade. A generalização dos processos de matematização e organização racionalizada da vida social, dos espaços, do trabalho, da produção, da saúde, da cultura e da educação é um dos resultados do projeto moderno de domínio da natureza através do desenvolvimento tecnológico e científico. E é exatamente enquanto movimento de resistência a este quadro que a cibercultura irá se constituir.

No que diz respeito à microinformática, André Lemos destaca alguns aspectos históricos importantes:

“A formação da microinformática deve-se ao desenvolvimento de domínios científicos a partir dos anos 40: a cibernética (1948), a inteligência artificial (1956), a teoria da auto-organização e de sistemas (dos anos 60), a tecnologia de comunicação de massa (rádio, televisão e telefone) e a telemática (1950). Os primeiros passos no tratamento automático da informação foram dados entre 1940 e 1960. Aqui os princípios essenciais e as inovações estratégicas são influenciados fortemente pela cibernética. O segundo, de 1960 a 1970, caracteriza-se por sistemas centralizados ligados às universidades e à pesquisa militar (os microcomputadores) e

o terceiro, de 1970 aos nossos dias, com o surgimento dos microcomputadores e das redes telemáticas. (...) Poderíamos, para diferenciar a informatização da sociedade em 70 desta que estamos vivendo em 2000, propor uma quarta fase. Esta seria a que aparece na metade dos anos 80, caracterizada pela popularização do ciberespaço e sua inserção na cultura contemporânea. Se a terceira fase foi a do computador pessoal (PC), a década de 90 (e o século que se aproxima) é a fase do *computador conectado* (CC).” (LEMOS, 2007, p.101-102).

Ao problematizar as questões postas pelo movimento de democratização de acesso aos computadores, o autor enfatiza os desafios implicados no amplo processo de informatização da sociedade atual. Os elementos mais básicos, relativos à dimensão funcional e à eficácia das máquinas técnicas – basicamente realizar cálculos e ordenações das informações – não esgotam as potencialidades desse processo, pautando a importância de se pensar os meios técnicos como elementos que devem ser vistos também “como ferramentas de criação, prazer e comunicação; como ferramentas de convívio.” (LEMOS, 2007, p.105-106). Neste sentido, abre-se todo um campo de possibilidades de reflexão acerca do impacto sócio-técnico das novas tecnologias que demanda uma reflexão crítica amparada na necessidade de politização destas tecnologias.

“A parte interna do desenvolvimento tecnológico (pesquisa, desenvolvimento e produção industrial) dita, por um lado, as regras do jogo; ela domina condutas e impõe formas de comportamento em relação aos objetos técnicos. No caso da microinformática, podemos dizer que a relação entre o campo social e as novas tecnologias é construída pela apropriação simbólica, onde à funcionalidade técnica e à eficácia econômica (os sonhos da modernidade tecnológica) adicionam-se delírios, esperanças e invenções quotidianas que desestabilizam as regras do jogo. Esta apropriação desvia ou prolonga os usos de maneira inesperada e desenvolve práticas sociais enraizadas no imaginário comum.” (LEMOS, 2007, p.106).

A sociedade não absorve as tecnologias de maneira passiva ou meramente acomodativa. Há um processo de apropriação profundamente marcado pela criatividade e pelo desdobramento de inúmeros usos destes instrumentos tecnológicos e das possibilidades que eles abrem para além das dimensões técnicas e funcionais específicas para que foram projetados, permitindo diversas linhas de fuga que esgarçam o tecido coercitivo das vozes de poder e entrincheiram a guerrilha contra os processos de captura da subjetividade.

Marc Guillaume, citado por Lemos (2007), descreve três níveis em que ocorre a relação entre tecnologia e sociedade. O primeiro deles seria o “nível estratégico”, marcado pelos jogos e tensões envolvendo as empresas e os governos. Aqui é o campo em que o desenvolvimento de pesquisas é mais marcante, articulando o campo empresarial ao campo governamental. O segundo nível, onde podemos encontrar a pletora de discursos publicitários, as representações dos objetos técnicos e das formas de relação que devemos manter com eles,

mas também expressões das relações entre os meios de comunicação, as empresas e os poderes públicos, é o “nível retórico”. O terceiro e último nível, de maior interesse para os objetivos deste estudo, é “nível tático”, definido pela diversidade de usos cotidianos que realizamos da tecnologia. Os dois primeiros níveis seriam aqueles mais atravessados pelos determinismos implícitos aos processos de desenvolvimento tecnológico.

É possível relacionar a concepção de “nível tático” da relação entre tecnologia e sociedade com o campo das “vias de autorreferência” descritas por Guattari. É neste campo dos usos cotidianos, anônimos, criativos, que fogem aos protocolos pré-estabelecidos, que é possível estabelecer modalidades de re-significação das relações com a técnica e possibilidades de escape dos processos de dominação e aprisionamento em subjetividades pré-moldadas. A própria história da internet é marcada por esse tipo de uso subversivo e inovador da tecnologia.

“A história da criação e do desenvolvimento da Internet é a história de uma aventura humana extraordinária. Ela põe em relevo a capacidade que têm as pessoas de transcender metas institucionais, superar barreiras burocráticas e subverter valores estabelecidos no processo de inaugurar um mundo novo. Reforça também a ideia de que a cooperação e a liberdade de informação podem ser mais propícias à inovação do que a competição e os direitos de propriedade.” (CASTELLS, 2003, p.13).

Outra característica importante apontada por Lemos (2007) é o conjunto de modificações pelas quais passou o perfil do usuário da rede de computadores. Se nos primórdios havia a necessidade de muitos conhecimentos e de altos níveis de especialização para o manuseio destas tecnologias, atualmente a simplificação deste manuseio favoreceu o processo de disseminação das tecnologias da informação pelo tecido social, configurando com ainda mais ênfase a necessidade de democratização do acesso aos meios de comunicação.

Laymert Garcia dos Santos (SANTOS, 2003) também destaca a evidência com que as tecnologias da informação e os processos de virtualização entranharam-se em nossa vida social, estabelecendo-se entre os seres humanos e entre sua relação com o mundo. O autor destaca a diferença entre o modo como, por exemplo, os meios de comunicação tradicionais, instalaram-se entre nós. No caso da televisão, há um caráter invasivo com sua presença que se faz através de uma profusão de imagens que passam habitar nosso espaço. No caso das tecnologias da informação e da comunicação digital, como a Internet, o deslocamento é dos sujeitos, que mudam de dimensão e adentram o mundo virtual. Embora seja evidente o grau de restrição ao acesso à internet, principalmente nos países em desenvolvimento, o autor destaca o quanto esta mudança de dimensão produz também uma mutação em nós mesmos,

em nossos modos de subjetivação.

André Lemos (2007) propõe pensarmos a interatividade homem-objetos tecnológicos em sua dialogicidade, ou seja, no campo das possibilidades de co-construção de si mesmo e do objeto técnico através do exercício constante da tensão e dos rearranjos singulares que emergem como resultantes e expressão dessa dialogicidade concreta do cotidiano. Pierre Lévy (2011[1997]) define interatividade a partir do campo da “transação de informação”, destacando o papel ativo do beneficiário nesta troca. São parâmetros para a avaliação do grau de interatividade as possibilidades de “reapropriação e de recombinação material da mensagem por seu receptor.” (LÉVY, 2011 [1997], p.84).

Além do aspecto da reapropriação que o campo da interatividade denota, Brenda Laurel destaca a condição de agentes em que se encontram tanto os sujeitos como os objetos técnicos envolvidos na interação. Laurel enfatiza a dimensão de realização e de efeito, de produção, que estes agentes efetuam. O campo da interface pode ser concebido como o ambiente, o contexto em que a comunicação acontece. Este contexto é sempre complexo, atravessado por uma densidade simbólica e política que se materializa na dimensão dramática, comunicativa, conectiva, da teatralidade social, transfigurada pelas possibilidades geradas a partir da interface gráfica. Esta teatralidade articulou-se de maneira bastante eficaz no entranhamento das especificidades interativas e comunicacionais da interface gráfica ao campo da vida cotidiana. Acredito que o campo de efeitos sobre os modos de articulação, produção e reprodução social, tanto no campo econômico quanto na esfera política, pode ser considerado um plano significativo para investigações acerca dos modos de subjetivação contemporâneos atravessados em suas raízes pelo universo dos dispositivos tecnológicos de comunicação e acesso à rede mundial de computadores.

Ao discutir a questão da interatividade, não podemos deixar de considerar as especificidades de cada dispositivo de comunicação. O fato de que assistimos contemporaneamente à criação de “mídias híbridas”, que combinam aspectos de diferentes meios de comunicação a diferentes tecnologias, coloca em cena a necessidade de uma reflexão crítica acerca das teorias da comunicação, buscando compreender o que estas especificidades e as potencialidades permitem e/ou revelam. Este tipo de investigação é fundamental, segundo o autor, pois é patente o quanto o campo das configurações comunicacionais atravessa, se não todos, pelo menos alguns dos níveis fundamentais da vida social: “questões políticas, culturais, estéticas, econômicas, sociais, educativas e até mesmo

epistemológicas.” (LÉVY, 2011 [1997], p.84). Neste sentido, procura colocar a importância de uma abordagem dos meios de comunicação que compreenda a complexidade das comunicações e dos modos com que os diferentes dispositivos de comunicação condicionam ou possibilitam novas formas de interatividade mediada pelas tecnologias comunicacionais digitais.

Uma das noções fundamentais para a compreensão desta experiência de comunicação a partir dos processos de informatização da sociedade é a noção de “ciberespaço”. De acordo com Pierre Lévy, William Gibson foi quem cunhou, em 1984, o termo “ciberespaço” em seu romance de ficção científica chamado *Neuromancer*. O termo foi reapropriado pelos usuários das redes digitais, principalmente por refletir com bastante acuidade as características do mundo informatizado. Assim, o ciberespaço pode ser compreendido como um campo com diferentes possibilidades comunicacionais. Em seu aspecto mais geral, o ciberespaço configura um tipo de comunicação amplamente marcado por aspectos comunitários, em constante construção, e que permite ao sujeito que ali se insere construir e alimentar o conjunto de informações disponíveis, marcando-o com o movimento criativo que ele possibilita e condiciona. O processo de virtualização da informação abre inúmeros caminhos para o campo interativo, possibilitando uma reconceitualização das experiências de subjetividade que se constituem a partir do suporte oferecido pelo ciberespaço, dada a ampla gama de desdobramentos que este processo torna factível.

“Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo, e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Este novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação.” (LÉVY, 2011[1997], p.94-95).

A descentralização da veiculação das informações também é um aspecto fundamental dos modos de comunicação possibilitados pelo ciberespaço. A contribuição dos agentes envolvidos nas interações comunicacionais no ciberespaço vão marcando este campo como um espaço de negociação constante de significados, reconhecimentos e também conflitos que ganham possibilidades diferentes de expressão e destino. A dimensão dialógica, do debate, é parte constitutiva da experiência interativa neste campo. Exatamente por sua descentralização e abertura de tendência democrática, as experiências comunicacionais no ciberespaço não

estão isentas de processos de manipulação e produção de conflitos, alienação ou violência. No entanto, o autor destaca que esta diversidade e complexidade das tensões que povoam o ciberespaço dificilmente poderiam ser encontradas num sistema que fosse controlado por uma minoria responsável por gerir a difusão das informações e as possibilidades de comunicação.

É fundamental destacar também o caráter diferente da cibercultura e do ciberespaço no que diz respeito aos tipos de laços sociais que possibilitam, através da coexistência dialógica e movente que os caracteriza, diferentemente do campo monótono das mídias tradicionais. Um dos articuladores fundamentais desta característica é o que Pierre Lèvy chama de “hipertexto”, um dos elementos importantes para a compreensão do modo como se organiza a experiência no ciberespaço. De acordo com Lévy (2011 [1997]), “o hipertexto é constituído por nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e por links entre esses nós, referências, notas, ponteiros, 'botões' indicando a passagem de um nó a outro. (...) o hipertexto digital seria definido como informação multimodal disposta em uma rede de navegação rápida e 'intuitiva'. (...) é um texto móvel caleidoscópico que apresenta suas facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade frente ao leitor.” (LÉVY, 2011 [1997], p.58-59).

“Tecnicamente o hipertexto é uma forma de organização da informação possibilitada pelos avanços da informática, traduzindo-se num conjunto de nós, ligado por conexões, permitindo a exploração através de um processo de 'leitura-navegação' não-linear e associativo, descentralizado e rizomático. Aqui, instala-se uma sequência de processos interativos e criativos – advindos das possibilidades de tradução, transformação e passagens através de conexões múltiplas em velocidade. Longe de ser apenas um novo suporte técnico para a informação, os hipertextos problematizam as formas de conceber a produção e apreensão da informação e do conhecimento, ao mesmo tempo que um rearranjo do espaço.” (LEWIS, 2007, p.124).

André Lemos destaca o quanto a dimensão colaborativa e interativa do ciberespaço, principalmente quando pensamos nele como um hipertexto mundial, problematiza a questão da autoria. Enquanto um espaço interativo aberto, descentralizado, o ciberespaço se constitui num hipertexto constantemente alimentado pelos usuários, tornando patente seu caráter de construção coletiva.

Dentre as diversas possibilidades abertas pelo ciberespaço e materializadas na virtualidade da cibercultura, optei por discutir aqui um aspecto que tem relação fundamental com o tema que pretendo tratar: o campo dos comentários feitos a textos publicados na Internet. Minha ideia é abordar o campo dos comentários como um campo de interações que se constituem ao redor dos e enquanto hipertextos. Além disso, meu objetivo é analisar a

dimensão discursiva da construção deste hipertexto, adotando uma perspectiva que entende o campo discursivo como um espaço de lutas, um campo de relações de poder. Mais especificamente, optei por analisar as construções discursivas dos comentários do ponto de vista das relações raciais, enquanto relações de poder.

Os comentários a textos publicados na internet como campo de interação vem se consolidando como uma das formas mais comuns de interação no ciberespaço, principalmente se utilizarmos como exemplo a rede social Facebook. Grande parte das interações em tempo real possibilitadas pelo Facebook se dão através de comentários e “curtidas” às publicações dos usuários e usuárias da rede. Este modo de funcionamento do Facebook exemplifica de maneira mais evidente e precisa para mim o sentido interativo, criativo, dialógico e contextual da noção de hipertexto.

O campo empírico que pretendo analisar neste estudo de caso constitui-se como uma espécie de híbrido entre aquilo que Lévy chama de conferências eletrônicas e os groupwares. As conferências eletrônicas têm diferentes formas de funcionamento, bastante localizadas, por exemplo, quando fazem parte das estratégias de uma empresa para a resolução de problemas ou para a organização mais ágil de processos de treinamento e acompanhamento em tempo real dos resultados de intervenções. No entanto, já se popularizaram pela internet, assumindo características que permitem reconhecer e defender a densidade do campo dos comentários como um espaço legítimo de investigação das características da subjetividade contemporânea e sua relação fundamental com as práticas discursivas e a produção de sentido:

“As conferências eletrônicas específicas da Internet são chamadas 'newsgroups' ou 'news'. Ao dar uma visibilidade a estes grupos de discussão, que são feitos e desfeitos o tempo todo, o ciberespaço torna-se uma forma de contatar pessoas não mais em função de seu nome ou de sua posição geográfica, mas a partir de seus centros de interesses. É como se as pessoas que participam das conferências eletrônicas adquirissem um endereço no espaço móvel dos temas de debates e dos objetos de conhecimento.”(LÉVY, 2011 [1997], p.102-103).

Nos sistemas de conferências eletrônicas, é possível observar uma reconfiguração das formas de interação, visto que as mensagens são organizadas e direcionadas a temas ou subtemas específicos. Vemos assim a constituição de grupos com diferentes níveis de permanência, com diferentes quantidades de membros, constituindo-se em torno das mais diversas questões. Esse tipo de interação, por suas idiossincrasias, acaba permitindo diferentes formas de uso da escrita, de expressão e de interação entre os usuários, que podem ser compreendidas como relevantes para o estudo das novas possibilidades de subjetivação

advindas destas formas de sociabilidade. Neste sentido, minha aposta é a de que, partindo de uma leitura abrangente e articulada de uma única notícia e da quantidade total ou significativa de comentários que a compõem, é possível analisar repertórios interpretativos inscritos no jogo de forças e nas relações de poder que se inscrevem neste espaço. Este passo serve de apoio para um segundo momento de ampliação de foco, em que será fundamental articular estes repertórios interpretativos e sua relação com práticas não discursivas, relações de poder que atravessam o conjunto de elementos macrosociais que atuam na configuração e na materialização das relações construídas através das práticas discursivas na esfera virtual

Especificamente nos comentários a textos na internet que pretendo analisar, a constituição destes grupos é profundamente efêmera, deixando vestígios de interações que as vezes duraram apenas alguns turnos de conversa, outras dando margem a amplos e acalorados debates que, em diversos casos, aparentam serem monólogos cruzados. A organização das interações passa a ser arquitetada em função dos interesses, dos temas, e assim vão se aglutinando os usuários que, articulados em torno destes temas, vão alimentar a rede de contatos, conteúdos, posições e tensões envolvidos nas práticas discursivas em geral.

“As páginas da Web exprimem ideias, desejos, saberes, ofertas de transação de pessoas e grupos humanos. Por trás do grande hipertexto fervilham a multiplicidade e suas relações. No ciberespaço, o saber não pode mais ser concebido como algo abstrato ou transcendente. Ele se torna ainda mais visível – e mesmo tangível em tempo real – por *exprimir uma população*. As páginas da Web não apenas são assinadas como as páginas de papel, mas frequentemente desembocam numa comunicação direta, por correio digital, fórum eletrônico ou outras formas de comunicação por mundos virtuais (...). Assim, contrariamente ao que nos leva a crer a vulgata midiática sobre a pretensa 'frieza' do ciberespaço, as redes digitais interativas são fatores potentes de personalização ou de encarnação do conhecimento.” (LÉVY, 2011 [1997], p.164).

O campo das tecnologias da informação e da comunicação ao mesmo tempo que serve para que os processos de dominação adquiriram novas roupagens e eficácia, também carrega o potencial criativo e transformador que as novas tecnologias possuem.

3 HIPÓTESE E OBJETIVO

Este estudo de caso busca identificar e descrever repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, expressos em comentários a uma notícia publicada na internet, sobre a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em favor da constitucionalidade das ações afirmativas raciais em universidades públicas brasileiras.

3.1 Hipótese de trabalho

A partir dos resultados de pesquisas voltadas para a discussão das relações entre racismo e discurso tanto no Brasil quanto no mundo, acredito ser possível encontrar alguns repertórios interpretativos de base liberal, principalmente articulados à questão da igualdade de todos perante a lei, entre os posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais, empregados de maneira a legitimar o *status quo* racista da sociedade brasileira.

3.2 Objetivos

Identificar e descrever repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos contrários às ações afirmativas raciais;

Descrever as características destes repertórios, levando em consideração três aspectos: construção, função e efeitos.

4 RAÇA E RACISMOS: PROBLEMATIZANDO CATEGORIAS

Nesta seção, apresento as contribuições de alguns autores favoráveis à utilização da categoria raça em investigações na sociologia, na psicologia social e na análise do discurso. Estas contribuições passam pela justificação da importância dessa categoria, bem como sobre os elementos necessários para que se possa realizar uma análise não reducionista ou que confunda as especificidades da pesquisa sobre raça. Estas contribuições informam aspectos da posição epistemológica e ético-política que assumi neste estudo de caso frente a este debate.

Pretendo apresentar contribuições para a problematização das categorias raça e racismo vindas da sociologia (GUIMARÃES, 2003, [1999] 2009), da análise crítica do discurso (WODAK & REISIGL, 1999; SILVA & ROSEMBERG, 2009), dos estudos sobre branquitude na psicologia social do racismo (CARONE & BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2010; SCHUCMAN, 2012) e, por fim, dos estudos sobre o discurso racista desenvolvidos pela psicologia social discursiva (WETHERELL & POTTER, 1992; JORGENSEN & PHILLIPS, 2002; CONDOR, 2006; AGOUSTINOUS & EVERY, 2007).

Estudos que envolvem a variável raça como recorte de análise de determinados aspectos da realidade sócio-cultural têm desafiado muitos pesquisadores ainda hoje, mesmo após o veredicto da genética moderna (pós 2ª Guerra Mundial) sobre a inexistência de diferenças biológicas que pudessem indicar diferenças raciais entre seres humanos. Mesmo após esta conclusão, a temática do racismo, suas expressões e consequências vêm sendo cada vez mais objeto de estudos acadêmicos e de ações por parte dos movimentos sociais que trabalham para sua erradicação. A condição deste espaço de problematizações é bastante complexa e multi-determinada, configurando o campo das relações raciais de maneira transversal. Joel Rufino dos Santos (2009) destaca o paradoxo fundamental que se configura aqui: “não há raça, mas há racismo” (p.154).

Mesmo com o aumento significativo de estudos sobre raça, a questão é atravessada por diversas controvérsias. Há autores que questionam os limites e até a possibilidade de se levar a cabo estudos científicos que incluam a variável raça como objeto legítimo de investigação. Outros apostam no potencial heurístico do conceito de raça em ciências sociais, por exemplo, no processo de análise da especificidade das “práticas e crenças discriminatórias” amparadas em ideologias racialistas. Frente ao quadro geral das desigualdades existentes entre negros e brancos expresso pelas estatísticas de diversos estudos, torna-se fundamental compreender de

que maneira esta categoria se presta à diferentes estratégias de manutenção de privilégios e ao mesmo tempo a formas específicas e fundamentais de resistência e luta antirracista.

André Hofbauer (2006) afirma que a palavra “raça” surge como um recurso conceitual para tornar possível uma certa forma de pensar as diferenças humanas. Ao longo do tempo é possível observar, nas diferentes alterações semânticas que o termo sofreu, a influência das tensões sociais, políticas, econômicas e ideológicas. O autor alerta que “é preciso muita cautela quando nos referimos a 'conceituações raciais' do passado ou ainda a concepções de autores específicos.” (HOFBAUER, 2006, p.99-100).

Para Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003, [1999] 2009), a ideia de raça varia muito na forma como se apresenta nos diversos contextos sociais em que se faz presente. Em alguns lugares, como nos Estados Unidos, por exemplo, as raças são tão evidentes, sua existência é naturalizada a tal ponto, que os sociólogos não se preocupam em defini-la conceitualmente. Já os biólogos e antropólogos físicos passaram a evitar sistematicamente o uso deste conceito. É possível encontrar seu uso nos movimentos sociais, onde pessoas que se sentem alvo de práticas discriminatórias amparadas em sua cor ou características físicas, fazem o enfrentamento desta situação a partir do uso da noção de raça. Tanto o fato das raças serem naturalizadas e não questionadas em alguns contextos, como a completa negação da possibilidade de seu uso enquanto conceito com alguma credibilidade analítica, estão baseadas numa repulsa pelo racismo e pela crença no fato de que a genética moderna já provou a inexistência de raças humanas.

“As raças foram, pelo menos até recentemente, no período que vai de 1930 a 1970, abolidas do discurso erudito e popular (sancionadas, inclusive por interdições rituais e de etiqueta bastante sofisticada), mas, ao mesmo tempo, cresceram as desigualdades e queixas de discriminação atribuídas à cor. Essas eram as vozes abafadas. Para obterem reconhecimento, viram-se forçadas a recrudescer o discurso identitário, que resvalou para a reconstrução étnica e cultural. Tais identidades apenas hoje estão bem assentadas no terreno político. Mais ainda: a assunção da identidade negra significou, para os negros, atribuir à ideia de raça presente na população brasileira que se autodefine como branca a responsabilidade pelas discriminações e pelas desigualdades que eles efetivamente sofrem. Ou seja, correspondeu a uma acusação de racismo. E isso justamente porque tais discriminações e desigualdades não foram nunca reconhecidas como tendo motivação racial, quer pelas elites políticas e pelas classes médias, que se definem como brancas, quer pelas classes trabalhadoras. Assim, a retomada da categoria raça pelos negros correspondeu, na verdade, à retomada da luta antirracista em termos práticos e objetivos.” (GUIMARÃES, [2002] 2006, p.51).

Esta posição frente ao estatuto político da noção de raça na sociologia apresenta pontos comuns com trabalhos dedicados ao estudo das características construtivas,

ideológicas, retóricas e semânticas do discurso racista (CARONE & NOGUEIRA, 2002; WODAK & REISIGL, 2001; FERES JÚNIOR, 2006, SILVA & ROSEMBERG, 2009), no campo da psicologia social discursiva e dos estudos sobre branquitude (WETHERELL & POTTER, 1992; CARONE & BENTO, 2002; CONDOR, 2006; WEATHERALL, GALLOIS & WATSON, 2007; SCHUCMAN 2010; SANTOS, MARTINS & SCHUCMAN, 2012).

O autor menciona três ocasiões diferentes, entre 1947 e 1964, em que a UNESCO aglutinou pesquisadores das áreas da biologia, genética e ciências sociais para sintetizar as principais problematizações contemporâneas em torno dos estudos sobre relações raciais. As conclusões demonstram o papel indispensável das “construções socioculturais” e dos “condicionamentos ambientais” na orquestração das diferenças de ordem fenotípica, intelectual, moral e cultural entre os grupos humanos e entre os indivíduos. Elas não podem ser traduzidas apenas como “diferenças biológicas”. A dimensão fenotípica acaba funcionando como “matéria-prima física” para a produção social de significados para a noção de raça e outros agregados, como “crenças, valores e atitudes”, (idem p.24) leitura que pode ser encontrada também no trabalho de Oracy Nogueira (1979) sobre a diferença entre o preconceito de origem, relacionado à ancestralidade, comum nos Estados Unidos, e o preconceito de marca encontrado no Brasil, construído predominantemente sobre a dimensão fenotípica das pessoas.

À medida que estudos sobre raça foram avançando e consolidando o conceito de “naturalização” como um de seus elementos centrais, a capacidade analítica da categoria raça foi sendo seriamente afetada. Cresce então a importância de descrições cada vez mais refinadas das formas particulares de discriminação e dos vários tipos de identidades sociais a que estão ligadas. Dessa forma, para efetivamente chegar ao estudo da singularidade das formas de discriminação racial nas diferentes situações é central destacar a dimensão da “teoria e da ideologia que respaldam as desigualdades sociais e as justificam” (GUIMARÃES, [1999] 2009, p.29). A dimensão ideológica é um campo privilegiado de análise das hierarquias sociais, particularmente do racismo, através das práticas discursivas que trabalham, articuladas a outras práticas, para a reprodução e legitimação das desigualdades.

Quando a raça se faz presente, ainda que de forma implícita, é fundamental delimitar as características particulares de cada tipo de racismo. O emprego preciso do termo racismo, o uso que especifica o tipo de discriminação que é baseado em uma noção de raça amparada ideologicamente, pode ser observado nos casos em que “o preconceito e a discriminação

pressupõem ou se referem à ideia de ‘raça’ de maneira central. Nestes, as demais diferenças são imagens figuradas de ‘raça’.” (GUIMARÃES, [1999] 2009, p.36). Racismo ou racismos, em sentido estrito, deve ser utilizado para situações em que, sem as especificidades raciais, não seria possível sustentar formas de discriminação.

5 A PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS

Aqui, apresento com algum detalhamento as características do pensamento psicológico brasileiro em torno das relações raciais. Destaco as características dessa produção principalmente a partir dos anos 1990, com os estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.

Santos, Schucman & Martins (2012), num trabalho que buscou mapear os pontos nevrálgicos na história do pensamento psicológico produzido no Brasil acerca das relações raciais, apontam três momentos no percurso de seu desenvolvimento ao longo do final do século XIX e de todo o século XX. Estes três marcos representam momentos de ruptura e reconfiguração dentro do pensamento psicológico brasileiro sobre o tema, que os autores identificam como períodos “biológico-causal, culturalista e relacional.” (SANTOS, SHUCMAN & MARTINS, 2012, p.163).

Para os propósitos deste trabalho, a compreensão das características do pensamento psicológico brasileiro a partir da década de 1990 são fundamentais. Em função disso, limito-me a apresentar a caracterização desde momento proposta pelos autores, chamado de “período relacional”. Segundo os autores, dois temas marcam o pensamento psicológico brasileiro acerca das relações raciais neste momento: branqueamento e branquitude. São identificados como representantes deste período os trabalhos de Iray Carone, Maria Aparecida Bento e Edith Pizza, publicados sob o título *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, em 2002. (CARONE & BENTO, [2002] 2009).

Maria Aparecida Bento (CARONE & BENTO, [2002] 2009) problematiza o campo das relações raciais apontando o silenciamento da literatura científica pesquisada acerca do papel e do lugar do branco no campo das relações que produzem e reproduzem processos discriminatórios amparados em ideologias racistas. Esta omissão, segundo a autora, é preenchida com uma série de argumentos que centralizam no negro tanto a raiz do problema como da solução, se possível.

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura

identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais. Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais. (BENTO, 2002 In CARONE & BENTO, 2002, p.25-26).

O trabalho de Maria Aparecida Silva Bento apresenta um modo de conceber o branqueamento que enfatiza sua dimensão política e psicológica, fundamentada numa reação da população branca face ao crescimento do número de negros e negras, mestiços e mestiças na sociedade brasileira. Esta reação, para a autora, é fundada no medo que este aumento gerava, principalmente em relação à perda de poder e privilégios. Face a essa realidade, a elite brasileira pôs em marcha estratégias que buscavam produzir e favorecer a integração à sociedade branca a partir de processos que objetivavam fazer com que a população negra assumisse uma identidade (cada vez mais) branca, incorporando todo um conjunto de valores, condutas, ideias e ideais de beleza, construídos a partir de uma referência cultural branca.

A leitura crítica que a autora faz do campo das relações raciais pode ser encontrada nesta passagem, bastante condensada, acerca do modo como justifica a importância acadêmica e política de investigações sobre branquitude:

“Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso. Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil.” (BENTO, 2002 In CARONE & BENTO, 2002, p.27).

Segundo Santos, Schucman & Martins (2012), é possível encontrar uma mudança epistemológica importante nestas contribuições. Amparadas em perspectivas críticas que se

debruçavam sobre o papel dos brancos nas relações raciais nos Estados Unidos, elas permitiram um deslocamento importante no olhar da psicologia social brasileira para esta temática. Era possível observar um movimento que proporcionava a possibilidade de uma outra perspectiva, atravessada “pela transferência do olhar das margens para o centro” (p.168). Os estudos que “se deslocaram dos *outros racializados* para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos” são denominados “estudos sobre branquitude” (SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012, p.168, grifo dos autores).

Os autores apontam para o papel fundamental dos estudos desenvolvidos por Maria Aparecida Silva Bento, em conjunto com Iray Carone e Edith Piza, para a psicologia social. São considerados as primeiras incursões sobre a temática da branquitude e do branqueamento no campo do pensamento psicológico social brasileiro.

“O foco deixa de ser a negritude e passa a ser a branquitude, ou seja, a identidade étnico-racial que uma pessoa branca pode escolher ou não revelar (...). Trata-se de um modo de comportamento social a partir de uma situação estruturada de poder, baseada em uma racialidade neutra, não nomeada, percebida como não constitutiva da identidade imediata do sujeito, mas sustentada pelos privilégios sociais cotidianamente experimentados.” SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012 , p.168-169).

Santos, Schucman e Martins (2012) sistematizaram alguns pontos que expressam as contribuições de Maria Aparecida Silva Bento para os estudos de branquitude. De maneira geral, configuram-se os seguintes elementos como traços da identidade racial branca, ou seja, da branquitude:

“(1) há o reconhecimento da existência do racismo no Brasil, porém, não se nota a discriminação vivida pelo negro cotidianamente; (2) há uma tendência a culpabilizar o negro pelas dificuldades vividas por ele; (3) o tema das relações raciais é constantemente silenciado; dessa forma, a cor da pele do branco é vivida como neutra e como a norma; (4) não se nota os negros nos espaços sociais (...) porque reconhecer o sujeito negro como negro significa identificá-lo como sujeito discriminado e remeter-se a si próprio como branco e cúmplice ou beneficiário de uma situação moralmente condenável.” (SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012, p.169).

Um das contribuições mais importantes de Maria Aparecida Bento para a problematização da branquitude é a noção de “pacto narcísico” (BENTO, 2002). Para a autora, pode-se compreendê-lo como uma espécie de aliança entre as pessoas brancas que tem como objetivo, ou efeito, o silenciamento em torno da discussão sobre o racismo, principalmente no que diz respeito ao modo como gozam dos privilégios da posição que ocupam numa relação atravessada por desigualdades marcadas por aspectos raciais. Dessa forma, este lugar, construído a partir desta estratégia, permite uma desresponsabilização por

parte do grupo branco em relação ao legado histórico que estrutura os processos de discriminação atuais e trabalham para a manutenção das estruturas e práticas discriminatórias, mantendo privilégios materiais e simbólicos construídos historicamente a partir destas práticas.

As contribuições de Edith Piza para a problematização da branquitude se dá na compreensão das relações raciais como um campo de tensões em que a questão do jogo de olhares e de visibilidade, de reconhecimentos e de atribuições, de nomeações e silenciamentos, produz o que a autora conceitua como “lugar de raça”:

“Um lugar de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e o do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. As consequências dessa visibilidade para negros é bem conhecida, mas a neutralidade do branco é dada como 'natural', já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana.” (PIZA, 2002, In CARONE & BENTO, 2002, p.72).

No que diz respeito aos estudos contemporâneos sobre as relações raciais na Psicologia Social, a tese de Lia Vainer Schucman, intitulada *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (2012) apresenta problematizações do campo das relações raciais que permitem identificar a natureza mutante e complexa das formas de construção das identidades raciais. Este trabalho apresenta uma perspectiva crítica do conceito de branquitude na psicologia social brasileira.

Para Lia Vainer Schucman (2010), raça é uma categoria social que tem papel fundamental na constituição das estruturas sociais, particularmente na sociedade brasileira. Situa-se num campo que deve ser compreendido em sua complexidade e relações de poder. Esta categoria opera como instrumento de classificação, diferenciação, hierarquização de diferenças dadas no nível fenotípico do corpo, naturalizando determinadas concepções sobre características morais, intelectuais, e estéticas, atravessadas por construções que as hierarquizam em função de valores associados à evolução, refinamento, moralidade, progresso, beleza. Nos espaços de construção em que se estruturam as identidades sociais, nestes campos de negociação, campos de práticas sociais (discursivas e não-discursivas), é que situa-se a arena micropolítica das relações entre negros e brancos.

“(...) podemos dizer que negros e brancos constroem a si mesmos e suas experiências em mundo racializado, tendo como contraponto um ao outro. No entanto, essa relação não é simétrica, já que o racismo confere aos brancos a ideia de

representantes de uma humanidade desracializada, com valores neutros e transparentes. Assim, o branco aparece no imaginário e, portanto, nas experiências concretas dos indivíduos de nossa sociedade, como sujeitos onde cor e raça não fazem parte de suas individualidades. Já o negro é percebido e significado como portador de uma raça – ou seja, é 'o outro' racializado, representante de toda uma coletividade de sujeitos racializados em que tanto 'raça' quanto 'cor' fazem parte de suas experiências cotidianas. Neste sentido, o processo relacional resulta nas desigualdades de bens materiais e simbólicos da população negra, em contrapartida a privilégios (...) da população branca.” (SHUCMAN, 2010, p.48).

Schucman defende que a questão da invisibilidade associada à racialidade branca não definiria uma das singularidades da experiência de branquitude, já que em suas investigações pôde encontrar, mesmo internamente ao grupo branco, diferentes tipos de categorização e hierarquização sobre o “ser” branco. Neste sentido,

“(...) ao ser percebido socialmente, esse corpo emerge do campo ideológico marcado, investido e fabricado por significados inscritos na sua própria corporeidade, com uma heterogeneidade que corresponde a uma escala de valores raciais, segundo a qual o corpo branco, ou melhor, alguns sinais/marcas físicas, atribuídos à branquitude balizam uma hierarquia, na qual alguns brancos conseguem ter mais status e valor do que outros. O fenótipo dos brancos ainda aparece, sobretudo, como marcador de regionalidade e falsas ideias sobre origem que se sobrepõem uma a outra para hierarquizar internamente os brancos.” (SHUCMAN, 2012, p.109).

Além desta dimensão, situa também a significativa força que os fatores de classe e de condições de vida têm sobre a construção destas hierarquias, servindo como um modo de dividir o próprio grupo branco:

“Há diversas fronteiras internas neste grupo, em que a classe social e as condições de vida foram tomadas por todos os sujeitos como um divisor da categoria branco, não apenas em relação ao diferencial de poder entre brancos pobres, classe média e ricos mas, principalmente, como experiência que aproximaria os brancos pobres de outros grupos explorados e aviltados. Ser branco e pobre, nessa interpretação, seria estar sujeito à mesma opressão sofrida por outros pobres, independente das divisões de gênero, regionalidade e raça contida na pobreza. Contudo, quando comparamos brancos pobres com negros pobres percebemos que os significados construídos em torno da pertença racial branca asseguram a eles privilégios e vantagens em diversos setores sociais.” (SHUCMAN, 2012, p.109).

Como forma de problematizar princípios úteis à luta antirracista em São Paulo a partir dos dados sobre branquitude, Schucman aponta para a relevância da dimensão estética como espaço de enfrentamento do racismo. A autora se baseia numa reflexão sobre a dimensão estética da identificação, dando ênfase ao modo como pode operar na produção de experiências que envolvam sentimentos, compreensão, paixões comuns que compõem a dimensão cotidiana da vida social. Neste sentido, o campo da co-existência e do modo como experimentamos uma experiência com a alteridade, que se dá numa dimensão também

estética, seria uma das possibilidades fecundas de resistência e desarticulação das formas de preconceito e discriminação.

“E para que haja esta vivência conjunta, as políticas públicas voltadas para a igualdade racial, como as cotas, o reconhecimento da história, do espaço, a ação do movimento negro, são essenciais para que os brancos consigam se deslocar da posição de norma e hegemonia cultural e tentem se olhar como socialmente racializados, tentem adquirir uma crítica à branquitude. São, pois, as relações com os significados construídos, hora por sujeitos negros, hora pela estética negra ou pelo esforço das organizações negras, que determinam as fissuras entre a brancura e o poder da branquitude nos poucos brancos anti-racistas apresentados neste estudo .” (SCHUCMAN, 2012, p.110).

A referência, feita em outro espaço de seu texto, à ideia de “arte da vida”, permite pensá-la como uma estratégia situada num espaço de criação, de encontro e de construção das diversidades, privilegiando o campo relacional enquanto um território fecundo para o estudo e para a problematização das construções sociais acerca da identidade no campo da co-existência nas/das relações raciais, tomadas como naturalizadas.

Neste sentido, seu trabalho endossa a tendência de um tipo de psicologia social brasileira favorável à utilização da categoria raça em pesquisa, principalmente ao compreendê-la como um conjunto de produções discursivas que se entremeiam de maneira visceral aos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades social e historicamente construídas. A categoria raça é, assim, entendida como um instrumento fundamental para novas possibilidades de abordagem do fenômeno do racismo e das relações raciais, com contribuições que passam pelo estudo dos mecanismos de branqueamento e de organização da identidade racial branca ou “branquitude” (CARONE & BENTO, 2002; BENTO, 2005; HOFBAUER, 2006; CARDOSO, 2010; SCHUCMAN, 2010; SHUCMAN, 2012, SERRA & SCHUCMAN, 2012).

6 A PSICOLOGIA SOCIAL DISCURSIVA: ESTUDANDO AS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Estudos como os que descrevi acima e outros no cenário contemporâneo da psicologia social colocam a problemática de seu objeto de estudo em geral, e do racismo em particular, de uma forma que desafia as bases tradicionais das perspectivas hegemônicas em psicologia social, centradas, de um lado, naquilo que Kenneth Gergen (2008) chama de “mind talk” e, por outro, naquilo que chama de “social talk”. Em linhas gerais, “mind talk” seriam os discursos que localizam os processos psicológicos na “mente” das pessoas, num espaço interno, habitado pelos processos cognitivos e pelos conteúdos mentais. “Social talk”, por outro lado, refere-se aos discursos que de alguma forma, veem a consciência como um espaço interior, em que os processos psicológicos operam como modos de funcionamento do campo social, da vida em sociedade, interiorizados, marcando e sujeitando os indivíduos a identidades e modos de pensar fixos e impostos. Estes dois polos marcaram a produção na psicologia social durante muitas décadas do século XX.

O construcionismo social pode ser compreendido como um movimento que questiona o conjunto de concepções sobre o conhecimento amparadas em pressupostos representacionistas, ou seja, que tomam o conhecimento ou a atividade de conhecer como processo de representação, o mais fiel possível, de uma realidade tomada como dada. Em suas reverberações, “perpassa a filosofia, a antropologia, a psicologia (inclusive a psicologia social), a sociologia, a biologia, a física, entre outros campos de saber da contemporaneidade.” (SPINK & SPINK, 2013, p.691).

No caso da psicologia social, as sociologias derivadas da obra de George Herbert

Mead (1863-1931), a etnometodologia desenvolvida pelo também sociólogo Harold Garfinkel (1917-2011) e a sociologia do conhecimento de Peter Ludwig Berger (1929-) e Thomas Luckmann (1927-) são as principais formas da presença do construcionismo social.

“O ponto de partida é o antiessencialismo: a adoção de uma postura desnaturalizadora que radicaliza a natureza social do nosso mundo e a historicidade de nossas práticas e instituições, tomando por pressuposto que as pessoas e o mundo em que habitamos são resultados de processos sociais, histórica e culturalmente localizados.” (SPINK & SPINK, 2013, p.692).

Dentro desta perspectiva, a linguagem, ou as práticas discursivas, passam a ter um lugar fundamental não apenas enquanto objeto das investigações, mas como uma perspectiva epistemológica diferenciada, que situa a linguagem no campo das práticas sociais responsáveis pela construção da realidade socialmente experienciada.

“A linguagem, portanto, (...) deixa de ser apenas expressiva e adquire mais plenamente um caráter performativo, passando a ser uma forma de construção da realidade por gerar categorias a partir das quais pensamos e damos sentidos aos eventos do cotidiano. Como consequência, o conhecimento passa a ser tomado como uma construção coletiva resultante de práticas sociais culturalmente localizadas.” (SPINK & SPINK, 2013, p.692).

Esta consideração da linguagem enquanto performance, que embasa a concepção de práticas discursivas que orienta este estudo de caso, remonta primordialmente aos trabalhos de Ludwig Wittgenstein (1889-1951), ao trabalho de John Langshaw Austin (1911-1960), articulador da “speech act theory”, ou “teoria dos atos de fala” e à pesquisa de John Rogers Searle (1932-). Os efeitos dessa perspectiva reverberaram na psicologia social, fazendo com que a utilização da linguagem em sua existência concreta enquanto prática social, a existência da linguagem enquanto prática discursiva histórica, cultural e geograficamente localizada, se configurasse como um objeto de estudos com amplas possibilidades de problematização. De maneira geral, os autores alicerçados nessa perspectiva

“buscam mostrar que os enunciados não veiculam apenas informações factuais, refletindo o estado do mundo; veiculam também informação sobre o *tipo de ato* que eles permitem efetuar. Nessa perspectiva, é necessário estudar não apenas os conteúdos codificados na frase, mas a forma e as circunstâncias em que ela é utilizada. Isso fica mais claro ainda quando focalizamos a comunicação como empreendimento coletivo. A flexibilidade da linguagem utilizada na comunicação parece ser extraordinária: segundo o contexto, as mesmas palavras podem comunicar um número imenso de mensagens. Esse é o enquadre que vem dando forma à psicologia social discursiva.” (SPINK & SPINK, 2013, p.694).

As características da pesquisa tradicional em psicologia social, tal como apresentada em trabalhos que buscam mapear sua trajetória e suas características atuais (potencialidades,

críticas, contribuições, problemas e limitações) (GERGEN, 1985; POTTER & WETHERELL, 1987; WETHERELL & POTTER, 1992; MÉLO et. al., 2007; GERGEN, 2008; BOECHAT & PORTUGAL, 2010) permitem situar a perspectiva construcionista como uma estratégia a partir da qual é possível trabalhar com certos tipos de discursos, como o discurso racista, em situações espontâneas, não-experimentais, de interação e uso da linguagem nas experiências de comunicação, interface e interatividade que a internet possibilita e condiciona.

Este espaço, pelo tipo de registro que ele próprio produz e mantém das interações que possibilita, coloca-se como um campo empírico de pesquisa amplo e diversificado. Possibilita a organização de estratégias de investigação e de construção colaborativa de intervenções em espaços e temas bastante localizados, articulando esforços em busca de efeitos que possam colocar em evidência as estratégias discursivas racistas no espaço micropolítico das formas de interação comunicativa mediada por computador.

Margareth Wetherell e Jonathan Potter podem ser considerados iniciadores de uma tradição de pesquisa em psicologia social que se consolida enquanto uma alternativa às abordagens dominantes nos estudos clássicos, voltando-se, de maneira geral, para o estudo da linguagem e do discurso enquanto prática social (POTTER & WETHERELL, 1987) e, em particular, para a linguagem do racismo (WETHERELL & POTTER, 1992). Em seus trabalhos, articulam uma visão de ideologia como um processo material. Isso não significa reduzir a ideologia a um conjunto de movimentos causais tal como os que se pode observar no funcionamento de uma máquina. A ideologia, enquanto prática também discursiva, torna-se visível e cheia de força, vista como transformadora, em casos extremos, de territórios físicos e geográficos, através de sua articulação com outras práticas sociais, que encoraja e sustenta.

“(...) a ideologia passa a ser vista primordialmente como uma ação posta em prática por declarações políticas, por declarações de assessores de políticos, por memorandos, por discursos, por documentos, por jornais, em conversas, cálculos, explicações, versões, anedotas e histórias. *A ideologia se transforma de categoria e de lógica de pensamento em prática discursiva.* O que se revela a partir desta nova formulação, é que o discurso é ativo, instigador e um componente universal na fábrica da vida social. Mais ainda, a ideologia deixa de ser vista como uma totalidade elegante e coerente, e passa a ser compreendida como fragmentada e contraditória, sendo que sua influência e variações internas são fundamentais para sua operação.” (WETHERELL & POTTER, 1992, p. 60. Tradução e grifo meus).

Dessa forma, é possível observar que, para os autores, discurso e prática ideológica são inseparáveis de outras práticas sociais. Não apenas no sentido de que as palavras têm efeitos concretos, mas porque é possível observar que aspectos como estruturas e divisões sociais, instituições, práticas financeiras, militares, de saúde e educacionais são constituídas

por e constitutivas de práticas discursivas e ideológicas.

A ênfase nesta perspectiva traz alguns compromissos analíticos específicos. A realização da análise histórica que permite localizar o discurso contemporâneo no campo das mudanças sociais, no contexto econômico-político, e o exame do poder da ideologia como racionalização e justificação, podem ser considerados os compromissos analíticos tradicionais. A partir desta nova perspectiva é possível investigar, em campos mais localizados, o modo como as ideologias políticas ativamente constroem e criam grupos e alianças de classe, além de novos tipos de identidade e subjetividades. Trata-se de investigar como o discurso ideológico vem a se transformar em discurso popular, reconhecido como “verdade”, e trabalhado como retórica eficaz nos processos de legitimação das relações de poder.

6.1 Repertórios Interpretativos

Repertórios interpretativos podem ser definidos como conjuntos identificáveis de termos, descrições, figuras de linguagem, metáforas ou imagens vívidas, empregadas nas construções discursivas em diferentes tipos de interações conversacionais. Podem ser definidos, a partir de uma perspectiva mais estruturalista da linguagem, como sistemas de significação e como blocos de construção utilizados na “manufatura” de modos específicos de nomear, descrever e criar 'versões' acerca de objetos, de si mesmo e das estruturas sociais, durante a conversação. São recursos interpretativos importantes na produção de avaliações, na construção de versões factuais dos fenômenos e na performance de ações específicas.

“Repertórios interpretativos são preeminentemente um modo de compreender o 'conteúdo' do discurso e o modo como este conteúdo é organizado. Embora elementos estilísticos e gramaticais as vezes estejam associados a esta organização, o foco de nossa análise não é linguístico; *está voltado para a linguagem em uso, o que é alcançado com este uso e a natureza dos recursos interpretativos que permitem esta conquista.*” (idem, p.90-91, tradução e grifo meus).

Os modelos argumentativos desenvolvidos nestas condições, ao invés de se configurarem como totalidades organizadas e coerentes, apresentam-se como fragmentos, formando uma espécie de “caleidoscópio do senso comum”, atravessado por mudanças nos recursos interpretativos em que, frequentemente, encontram-se alternância de lugares entre premissas e inferências, trocas fluidas entre argumentos amparados ora em princípios, ora na

prática, e onde é possível observar, segundo os autores, valores liberais e igualitários sendo mobilizados e retrabalhados, muitas vezes produzindo como efeitos racismo e autoritarismo.

O trabalho de Michael Billig faz parte das referências utilizadas pelos autores no desenvolvimento de uma abordagem retórica do discurso. Em seu livro *“Argumentando e pensando, uma abordagem retórica à psicologia social”* ([1996] 2008), Billig procura resgatar a potência construtiva da argumentação no desenvolvimento do processo de conhecimento, mas também debruça-se sobre temas clássicos da psicologia social, construindo uma leitura produtiva da retórica para os estudos do discurso no campo das ciências sociais. Ao enfatizar o caráter construtivo da retórica, mais do que seu tradicional sentido persuasivo ou combativo – quando se pensa nesta como uma estratégia para vencer debates, sem compromisso com “a” verdade –, Billig traz contribuições importantes para o estudo das construções argumentativas sustentadas pelos sujeitos em diferentes contextos da vida social onde ocorrem interações conversacionais.

Wetherell & Potter (1992) entendem os repertórios interpretativos como recursos disponíveis na lastro cultural e simbólico acessível no cotidiano, e que podem ser utilizados nas construções discursivas de formas diversas, contrastantes, as vezes surpreendentes. Explicações são criadas tendo nestes repertórios seus principais elementos constitutivos. Em função da importância da noção de construção na análise desenvolvida pelos autores, vamos apresentar aqui uma pequena discussão acerca do sentido que a palavra construção tem perspectiva teórico-metodológica desenvolvida por eles.

6.2 Propriedades Construtivas das Práticas Discursivas

Os autores identificam três usos da noção de construção no campo da análise do discurso. O primeiro deles refere-se à propriedade referencial da linguagem, ou seja, sua capacidade de, ao descrever ou nomear um determinado objeto, “construir” este objeto. Essa construção pode ser compreendida como o modo a partir do qual, dada a descrição ou nomeação feita, os sujeitos passam a considerar não as palavras, mas aquilo a que elas fazem referência. Esta ideia contribui para a compreensão da relação que mantemos com o mundo enquanto relação atravessada por diferentes versões construídas discursivamente, colocando por terra a possibilidade de uma experiência, com este mesmo mundo, que seja imediata ou

direta.

Alguns pós-estruturalistas desenvolveram caminhos alternativos e também chegaram a esta problemática, oferecendo uma outra perspectiva para o emprego da noção de construção em análise do discurso. O papel fundamental da construção para eles repousa articulado à noção de realismo. Seu interesse volta-se para o modo a partir do qual formas de falar e escrever produzem um efeito de realismo. Em geral, suas análises abordam o realismo como resultado da naturalidade ou familiaridade no uso dos discursos. Essa naturalidade, no entanto, deve ter sua constituição histórica revelada.

Os dois casos apresentados acima tratam a construção como processo relativamente automático. No primeiro, são propriedades referenciais da linguagem; no segundo, a recorrência, a familiaridade e a gratuidade com que são tomados/utilizados os recursos discursivos fazem com estes que adquiram uma espécie de transparência na produção de sentido, deixando, em diversas situações, pouca ou nenhuma margem de dúvidas durante o processo de produção de sentido em curso num determinado contexto. A terceira perspectiva constitui-se a partir da retórica.

Os aspectos retóricos das construções discursivas foram objeto de detida elaboração dentro do campo da psicologia social discursiva, principalmente nos trabalhos de Michael Billig (1996) e de Jonathan Potter (1996). Billig (1996, p. 106), defende que uma “abordagem retórica acentua a bilateralidade do pensamento humano e de nossas capacidades conceptuais”. Embora possua uma definição particular no campo-tema⁴ das pesquisas envolvendo discurso e psicologia social, a noção de retórica apresenta algumas características que merecem ser destacadas para os propósitos deste estudo de caso.

De acordo com Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (2012, p.434-435), a retórica pode ser definida como

“(...) a ciência teórica e aplicada do exercício público da fala, proferida diante de um auditório dubitativo, na presença de um contraditor. Por meio de seu discurso, o orador se esforça para impor suas representações, suas formulações e para orientar uma ação. (...) Uma intervenção retórica é constituída por um conjunto de atos de linguagem planejados, orientados, que se dirigem a um público dubitativo,

⁴ O conceito de campo-tema foi sintetizado por Peter Kevin Spink (2003, p.28) desta forma: “O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado - usando a noção de Henri Lefebvre (1991) - herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. Entretanto isso não quer dizer que é um espaço criado voluntariamente. Ao contrário, ele é debatido e negociado, ou melhor ainda, é arguido dentro de um processo que também tem lugar e tempo. Mesmo quando herdamos um campo-tema ou usamos termos que presumimos como legítimos (...), continuamos a negociá-lo através dos argumentos sobre a sua importância como tópico. Campo portanto é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes.” (SPINK, 2003, p.28).

solicitado por discursos contraditórios, que visam a uma ação sobre os participantes na reunião, em vista de uma tomada de decisão. (...) De qualquer forma, a retórica codificou, estimulou e descreveu as práticas comunicacionais orais, contraditórias, públicas, nos domínios político e religioso, antes do rádio e da televisão. Seus objetos reais são tomados nas transformações do mundo da comunicação eletrônica; seu objeto teórico, a circulação da fala, está bem definido em um grupo no qual circulam discursos contraditórios.” (grifo dos autores).

A retórica embasa a terceira concepção de construção indicada pelos autores. Indo além dos limites das anteriores, permite considerar o realismo como um efeito alcançado através do modo como textos ou conversações são arquitetados numa determinada situação. Aqui é que a questão do estudo da linguagem em uso tem toda a sua potência. Sua ênfase recai sobre pontos de pouco destaque nas outras concepções, sem, no entanto, contradizê-las ou falseá-las. As maneiras a partir das quais são organizadas e articuladas determinadas versões de eventos ou acontecimentos numa dada situação, acabam por produzir um efeito sobre sua superfície. Dessa forma, a aparência factual, sólida e estável que determinadas versões adquirem pode ser compreendida como efeito de modos específicos através dos quais textos e conversações têm os recursos interpretativos e as estratégias discursivas neles empregados e organizados. São mobilizados diferentes dispositivos linguísticos e técnicas retóricas para se atingir esse objetivo, com diferentes níveis de eficácia.

“Quando consideramos a construção retórica [a partir] desta terceira perspectiva, endereçamos mais do que a simples propriedade referencial das palavras, e alguma coisa que está para além da ideia de que existem tipos consolidados de produção de sentido que dão origem a bases de explicação e entendimento tomadas como verdadeiras [não se configurando como objeto de questionamento, investigação e análise]. Estamos voltados para o campo dos aspectos específicos do discurso responsáveis pela justificação de diferentes versões. Estes aspectos incluem uma variedade de efeitos derivados da categorização e particularização, do uso sistemático de combinações entre formulações vívidas e vagas, da mobilização de técnicas narrativas variadas, construções envolvendo consenso e corroboração, e de várias formas retóricas básicas, tais como listas e contrastes.” (idem, p.95, tradução minha).

Há um aspecto das contribuições da abordagem retórica caracterizada pelos autores que tem papel importante no tipo de análise que realizei aqui, tanto na identificação dos repertórios interpretativos quanto das estratégias discursivas. Para os autores, as versões não são construídas apenas para servirem de argumento. Elas são construídas como argumentos voltados para, também, minimizar ou inviabilizar versões alternativas, configurando um quadro de tensão na relação entre elas, trazendo à tona a questão do poder e da dominação.

“A teoria retórica de fato atribui um papel mais central para conflitos e tensões do

que a análise de conversação. Em termos específicos de técnica de pesquisa, dirige nossa atenção para o modo como um argumento ou versão particular é projetado, as vezes de maneira bastante velada, para minar uma ou mais alternativas em competição. O ponto central é o de que argumentos e versões factuais são frequentemente construídos contra um Outro ausente.” (idem, p.96, tradução minha).

Os autores afirmam que o discurso racista é atravessado por um complexo trabalho retórico, central para o desenvolvimento da prática argumentativa e para mobilização de sentidos. Isso faz com que um dos aspectos principais da análise do discurso voltada para a identificação de repertórios interpretativos seja a busca da variabilidade das estratégias retóricas nas construções discursivas.

“A variabilidade é importante porque é um sinal de que diferentes modos de construir eventos, processos e grupos estão sendo postos em marcha para atingir diferentes efeitos. Padrões de variação e consistência na forma e no conteúdo de explicações ajudam o analista a mapear o padrão do repertório interpretativo de que os participantes fazem uso. Mais amplamente, é um modo de ajudar a revelar os diferentes modos em que o discurso é orientado para a ação. (...) na análise do discurso, o objetivo não é classificar as pessoas, mas *revelar as práticas discursivas através das quais categorias raciais são construídas e a exploração legitimada*. Nós não esperamos que os indivíduos sejam consistentes em seus discursos – de fato, seria surpreendente se eles o fossem. Ao invés disso, esperamos que sua fala e escrita variem em função de seu trânsito por diferentes repertórios para produzir explicação e legitimação em diferentes contextos e fazer suas afirmações parecerem responsáveis.” (Idem, p.101-102, tradução e grifo meus).

No caso da pesquisa realizada com brancos neozelandeses, voltada para o mapeamento da linguagem do racismo e do papel do discurso na legitimação da exploração entre grupos sociais, discutida anteriormente, o objetivo dos autores é “capturar a operação ideológica de uma ampla gama de repertórios interpretativos agindo numa cultura. Isso exige que estejamos voltados para os desfechos dos discursos, para a lógica de discursos particulares, e para os modos a partir dos quais eles podem ser combinados.”. Em função disto, os procedimentos de análise desenvolvidos pelos autores compõem um “complexo - e nem sempre fácil de descrever – processo de produção de sentido.” (idem, p.103, tradução minha).

As aquisições discursivas passadas participam ativamente da construção das explicações modernas sobre grupos, atravessadas como são pela consideração profunda da relação destas explicações/construções com as formas de organização social vigentes. Isso imprime à estas categorias uma significativa mutabilidade, permitindo que diferentes aspectos de suas variações se tornem tópico de análise.

6.3 Ideologia e Práticas Discursivas

Os textos que consultei em busca de uma caracterização da noção ideologia discutem este conceito de maneiras diversas, mas são unânimes em afirmar seu caráter complexo, ambíguo e polissêmico (THOMPSON, 1995; MONTERO, 1995; GUARESCHI, 1998; GALLO, 2009).

A pluralidade de sentidos que atravessam o termo ideologia é uma marca de sua história. Em sua origem, o termo “ideologia”, criado por Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy (1754-1836) no início do século XIX, definia um campo do saber que permitiria aos homens construir dispositivos de regras voltados para o aprimoramento individual e social, tendo como principal aspecto reforçador o conjunto de benefícios que a possibilidade de um “império da racionalidade” poderia trazer. Esta “ciência das ideias” foi popular entre adeptos do Iluminismo até a passar a representar pejorativamente seus membros, caracterizando-os como pensadores inúteis, ocupados com a formulação de ideias e teorias estapafúrdias, que distorciam e obscureciam a realidade, mais do que explicitavam-na, contribuindo assim para a alienação ao invés de para a “iluminação”.

Outro aspecto ligado à polissemia do termo ideologia é conceituação desenvolvida por Karl Mark (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Na concepção de Marx & Engels, ideologia define o processo de distorção da realidade e de falseamento da consciência, desarticulando os fenômenos experimentados de suas reais causas, fazendo com que a consciência que se tem do mundo não entre em conflito com o mundo, favorecendo assim a manutenção do sistema de relações sociais dominante.

Guareschi (1998) afirma que a ideologia faz-se presente no campo das investigações em Psicologia Social apenas a partir dos anos 1970, principalmente na Europa e América Latina. Um dos autores que destaca ao mencionar este movimento é Serge Moscovici (1928-). Durante os anos 1970, sugeriu que diversos aspectos da ideologia e da comunicação, como a organização estrutural, sua origem e papéis na sociedade, deveriam transformar-se em objetos privilegiados da Psicologia Social.

Durante os anos 1980 surgem os trabalhos de Kenneth Gergen (1935-), inaugurando a perspectiva do construcionista em Psicologia Social (GERGEN, 1985). É ao longo do final da década de 1980 e início dos anos 1990 que surgem também os trabalhos de Jonathan Potter & Margareth Wetherell (POTTER & WETHERELL, 1987; WETHERELL & POTTER, 1992,

EDWARDS & POTTER, 1992; POTTER, 1996), propondo uma perspectiva de investigação que articularia a noção de discurso e de prática ideológica ao campo das práticas sociais, atribuindo ao primeiro um lugar de destaque nos estudos em psicologia social.

No Brasil, é durante os anos 1990 também que iniciam-se os estudos sobre “branquitude”, constituindo-se também como uma forma crítica da psicologia social tradicionalmente produzida, em que a dimensão da ideologia racista é abordada de maneira contundente. Nestes estudos, a crítica epistemológica e política da psicologia social denuncia a questão do “negro como objeto da ciência” (construída pelo branco) como uma estratégia ideológica que favoreceu a manutenção do polo branco das relações raciais absolutamente fora das investigações científicas e também da reflexão ético-política crítica. A partir deste deslocamento epistemológico e de suas consequências ético-políticas, os estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil trouxeram novos usos dos instrumentos de pesquisa disponíveis, empregando-os na investigação crítica das relações raciais enquanto campo relacional de construção das diferenças e do racismo, ou seja, como relações de poder (CARONE & BENTO, 2002; SCHUCMAN, 2012; SANTOS, SCHUCMAN & MARTINS, 2012).

É também durante a década de 1990 que são aprimoradas as principais ferramentas analítico-conceituais que emprego neste estudo de caso. O trabalho de Wetherell & Potter (1992) sobre o discurso da racismo na Nova Zelândia é uma das aplicações maiores dos instrumentos desenvolvidos por eles no final dos anos 1980 (POTTER & WETHERELL, 1987). Na construção deste instrumental, há uma reflexão importante sobre a ideologia e suas implicações para a proposta que desenvolvem. Em função disto é que abro nesta seção, um espaço para uma pequena discussão em relação ao conceito de ideologia e à aplicação que terá neste estudo, já que o conceito de “repertório interpretativo” apresenta aspectos importantes que podem ser melhor compreendidos a partir de uma conceituação detida da noção de ideologia.

Montero (1995, p.83-84) identifica seis maneiras de definir o termo “ideologia”, não excludentes entre si:

- “1. Ideologia entendida como um conjunto de ideias ou sistema de pensamento, referindo-se algumas vezes a indivíduos ou grupos específicos, outras relacionando-se a culturas, formando, assim, o que se tem denominado de uma 'visão de mundo' (*Weltanschauung*).
2. Ideologia vista como um conjunto de ideias relativas ao fazer estritamente político, em que é possível organizar programas de ação e princípios orientativos da ação social. Esta acepção, por sua vez, vem acompanhada de tendências avaliativas, que acabam orientando a conduta política das pessoas e que as levam a aceitar ou

não essas ideias.

3. A ideologia como um constructo geral, integrador de outros constructos, levando à formação de sistemas cognoscitivos nas pessoas e nos grupos. Neste sentido, ideologia constituir-se-ia no nível mais abrangente de um sistema de inclua formas de representação, estereótipos, julgamentos, opiniões, crenças, atitudes e valores, que apresentariam influências sobre os aspectos afetivos do comportamento.

4. A ideologia considerada um mecanismos de defesa do eu, segundo o qual sua função de censura, relativa a determinados aspectos da vida social, estaria cumprindo um papel dentro de uma determinada estrutura social.

5. A ideologia tida como falsa consciência produzindo uma racionalidade socialmente estabelecida, excluindo alguns aspectos e relações com a finalidade de obter a manutenção do *status quo*.

6. E, finalmente, a ideologia como uma forma de perturbação da comunicação, levando ao ocultamento (à privatização, ao tornar privado) de determinados fatos e relações, e à publicitação de outros. Constitui-se, assim, em uma maneira de manter o predomínio de determinados interesses através da linguagem.”.

Mesmo dentro do marxismo, houve formas diferentes de formular o conceito de ideologia, distanciando-o de uma perspectiva apenas negativa. Uma profícua problematização do conceito de ideologia foi feita pelo filósofo marxista francês Louis Althusser (1918-1990). Para Althusser, segundo Gallo (2009), a ideologia está relacionada a uma aspecto muito mais profundo do que apenas um efeito das relações de produção, sem, contudo, minimizar seu papel fundamental na determinação da ideologia. Nas palavras do próprio Althusser (*apud* GALLO, 2009, p.56):

“Toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e as demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema de relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem”.

Este aspecto é significativo no estudo da ideologia, pois permite ampliar sua teorização, saindo de um campo específico – a ideologia enquanto forma de distorção da realidade e falseamento da consciência – para uma concepção em que

“a ideologia não é (...) uma representação direta do mundo, mas uma representação em segunda instância das relações de produção. Dessa perspectiva, o fenômeno ideologia aparece de forma mais clara: o homem não faz uma representação do mundo, mas uma representação de sua relação com esse mundo, por meio das relações de produção; a questão sobre a 'causa' da deformação da realidade desaparece, pois o homem não deforma o mundo: ele vive uma relação imaginária com os demais relacionamentos que trava com o mundo, e essa interação imaginária pode, eventualmente, apresentar distorções, não ser a expressão direta daqueles relacionamentos básicos, pois estes aparecerão mesclados com uma série de anseios e desejos no que concerne a eles, marcados pela alegria ou pelo descontentamento do indivíduo em contato com o mundo. A ideologia aparece, em Althusser, essencialmente, como uma realidade vivida pelos homens.” (GALO, 2009, p.56).

A contribuição fundamental da concepção de ideologia em Althusser liga-se ao fato do autor compreendê-la, na verdade, enquanto prática ideológica. Ao pensar a experiência das pessoas em relação com o mundo enquanto algo que é atravessado pelo modo como elas vivem esta relação e constroem uma representação de como a vivem, então cada ato, cada gesto, cada inscrição que a pessoa realiza em sua relação com o mundo é atravessada, impregnada de ideologia. Enquanto prática ideológica é que a ideologia se materializa no cotidiano, adquirindo densidade própria. Esta densidade articula-se principalmente à sua relação com os indivíduos nos processos de subjetivação, ou processos de constituição de sujeitos.

“(...) Althusser procura trabalhar a tese de que é por meio da ideologia que acontece o processo de reconhecimento que transforma um **indivíduo**, alguém perdido na massa, sem maiores identificações, em um **sujeito**, alguém afirmado, reconhecido. Entretanto, esse fato abre-nos as perspectivas de uma realidade aparentemente paradoxal: a ideologia só trata com os indivíduos quando estes são reconhecidos como sujeitos, mas, por outro lado, todo e qualquer indivíduo só se faz sujeito por intermédio da ação ideológica. Mas na verdade, o paradoxo se desfaz, pois tudo acontece simultaneamente: a ideologia 'interpela' o indivíduo e, no seu 'reconhecimento ideológico', ele se faz sujeito, tornando-se apto para a prática cotidiana dos rituais que encarnam aquela ideologia.” (GALO, 2009, p.59,).

Portanto,

“(...) a estrutura da ideologia funciona [em Althusser] pelo reconhecimento e pela constituição do sujeito. Na verdade, a ideologia cria todo um referencial no qual o indivíduo vai poder, em tal contexto, reconhecer-se, encontrar-se como pessoa, orientando toda sua ação por parâmetros inscritos nesse referencial. Todo e qualquer sujeito só pode existir em um cenário social, de relacionamento, em que ele possa ser reconhecido e reconhecer a si próprio, direcionando sua prática cotidiana desde seus atos mínimos até os mais significativos. (...) O sujeito surge, então, como uma figura paradoxal: a princípio, ele é aquele que se reconhece e é reconhecido, é o construtor de suas próprias ações, é livre, em outras palavras; mas, por outro lado, sabemos que o sujeito só se descobre como tal dentro de um dado referencial ideológico, e que suas ações, na verdade, não são livres, mas inscritas em um código de ação definido por aquele referencial ideológico. O ato de tornar-se sujeito é, logo, um ato de libertação e um ato de sujeição ao mesmo tempo.” (GALO, 2009, p.60-61).

Em síntese, as contribuições de Althusser para a teoria da ideologia ampliam seu escopo, permitindo o tratamento da mesma como sendo ou não atravessada por processos de distorção. Embora o tratamento da questão tenha oferecido aspectos importantes para a compreensão de ideologia com que trabalho neste estudo, as implicações da consideração da ideologia como uma prática têm por característica fundamental o fato de articularem-se de forma estratégica às formas de criação, legitimação e reprodução de relações de dominação. O estudo de caso das relações entre racismo e discurso que proponho aqui depende de que haja

de fato a consideração da posição ativa das pessoas na defesa e legitimação da atual conjuntura das relações raciais como um problema não existente, menor ou resultado de causas ou razões reconduzidas às próprias populações negras.

Mesmo concentrando o foco sobre as significações dos grupos, a dimensão das relações econômicas, políticas e de produção e reprodução material das condições de existência dimensionam e possibilitam, condicionam e se re-articulam constantemente a partir dos processos de significação e de práticas discursivas. As condições e possibilidades materiais certamente atuam de forma estruturante sobre a plausibilidade de diferentes comunidades ordenadas discursivamente. Contudo, também é possível afirmar que diferentes caracterizações de raça, cultura e nação participam ativamente das articulações entre práticas discursivas e não-discursivas que organizam o conjunto de possibilidades materiais e as transformam em política. (WETHERELL & POTTER, 1992, p.119).

As contribuições de John Brookshire Thompson (1950), para o estudo da ideologia serão examinadas a seguir, visto que considero-a, juntamente com Guareschi (1998), a maneira mais produtiva para o estudo da ideologia. No caso deste meu trabalho, acredito que a ampliação dos tipos de dominação⁵ que podem ser estudados através do conceito de ideologia enquanto prática proposto pelo autor são fundamentais para não reduzir as explicações do racismo a partir apenas das relações de produção ou da dominação de classe. Interessado fundamentalmente nos modos a partir dos quais se articulam e entrecruzam as formas simbólicas⁶ e as relações de poder, o autor propõe que

“(...) estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Não podemos

⁵ “Vivemos, atualmente, um mundo em que a dominação e subordinação de classe continuam a desempenhar um papel importante, mas em que outras formas de conflito são prevalentes e, em alguns contextos, de importância igual ou até maior. Se devemos elogiar a preocupação de Marx com as relações de classes, devemos, também, cortar o elo entre o conceito de ideologia e o de dominação de classe. Esse elo deve ser visto como contingente, ao invés de necessário. Ao estudar a ideologia, *podemos* nos interessar pelas maneiras como o sentido mantém relações de dominação de classe, mas devemos, também, interessar-nos por outros tipos de dominação, tais como as relações sociais estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre estados-nação hegemônicos e outros estados-nação localizados à margem do sistema global.” (THOMPSON, 1995, p.78).

⁶ “Por ‘formas simbólicas’, eu entendo o amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas linguísticas e expressões, sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não-linguísticas em sua natureza (por exemplo, uma imagem visual ou um construto que combina imagens e palavras).” (Idem, p.79).

derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais estes fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação.” (THOMPSON, 1995, p.76, grifos do autor).

E continua:

“O que nos interessa aqui não é, principalmente, nem inicialmente, a verdade ou falsidade das formas simbólicas; antes, interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação; e não é absolutamente o caso de que essas formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar formas de dominação somente devido ao fato de serem errôneas, ilusórias ou falsas. A análise da ideologia, é verdade, levanta questões importantes e complexas de justificação (...), é vital perceber que a caracterização dos fenômenos simbólicos como ideológicos não implica, direta e necessariamente, que estes fenômenos sejam epistemologicamente falhos.” (idem, p.77).

A perspectiva centrada na análise do caráter contingente e situado das práticas ideológicas corrobora a perspectiva de Wetherell & Potter (1992, p.71), que reorganiza o trabalho com o discurso racista permitindo uma forma de abordagem deste fenômeno que orienta a categorização das asserções e construções discursivas sem necessariamente uma definição *a priori* do que ele seja, nem em função de sua correspondência ou não em relação a ela. Os autores já indicavam, ao assumir esta perspectiva, a possibilidade de encontrar em construções discursivas outras que não aquelas já conhecidas e patentes dos discursos racistas, estratégias e recursos interpretativos com alto grau de flexibilidade, servindo ao estabelecimento, legitimação e manutenção da opressão nas relações de poder entre Pakehas e Maoris. Defendem que é fundamental compreender, por exemplo, de que maneira, em diversas ocasiões, argumentos amparados numa concepção biológica essencialista podem ser empregados, com sucesso, pelo antirracismo e antissexismo. Mais frequentemente, práticas antirracistas bem sucedidas amparam-se em construções discursivas que ressaltam caracterizações fenotípicas do senso-comum, sem um trabalho preliminar voltado para sua desconstrução.

“É muito importante, em nossa perspectiva, que a natureza multi-referencial dos argumentos e dos recursos interpretativos seja conhecida. Algumas linhas de argumentação (igualitarismo, por exemplo) podem ser utilizadas para justificar a exclusão das populações negras do usufruto de alguns recursos e pode, também, servir de base para a oposição às práticas racistas. Argumentos podem ser mobilizados em diversas direções, e o analista precisa estar apto a seguir estas linhas de desenvolvimento até onde elas levam, ao invés de decidir, de antemão, que se configuram como rotas fechadas. Esta é razão pela qual concentramos nosso foco sobre o estudo do discurso em ação [prática discursiva] mais do que na linguagem

enquanto um sistema abstrato.” (idem, p.71-72. Tradução minha).

A concepção da relação entre racismo e discurso utilizada pelos autores de que me valho neste estudo de caso trata o racismo como o efeito de práticas discursivas e de outras práticas sociais, não apenas pelo tipo de conteúdo que compõem as práticas discursivas. Nas palavras dos autores:

"Discurso racista, em nossa perspectiva, deve ser compreendido como o discurso (não importando tanto seu conteúdo) que possui o efeito de estabelecer, sustentar e reforçar a opressão nas relações de poder entre aqueles definidos, no caso da Nova Zelândia, como Maoris e aqueles definidos como Pakeha. Como consequência, o trabalho de sua identificação e análise pode ser particularmente sutil – já que estas finalidades raramente são declaradas ou tratadas como objetivos explícitos." (WETHERELL & POTTER, 1992, p.70, tradução minha).

É exatamente neste ponto que os autores propõem um tipo de estudo do racismo amparado numa compreensão de ideologia não como conteúdo, mas como prática ideológica. Neste sentido, o discurso racista pode ser entendido como um dos aspectos de um dispositivo racista, articulador das práticas discursivas a outras práticas sociais, e pode ser compreendido como “o discurso que tem o efeito de produzir categorizações, alocações e discriminações entre certos grupos e, no contexto da Nova Zelândia, é um discurso que justifica, sustenta e legitima aquelas práticas que mantêm o poder e a dominação dos Pakeha [brancos] neozelandeses.” (WETHERELL & POTTER, 1992 p.70).

Embora assumam que a ideologia pode ser distinguida pelo modo como constitui e atravessa as relações de poder, os autores criticam a tentativa de estabelecer lugares de falsidade para as produções ideológicas. Para eles, esta postura coloca dificuldades para a investigação da prática ideológica, quando não a impossibilita. Neste sentido, os autores caracterizam desta maneira seu trabalho de problematização do racismo: “nosso estudo sobre formações sociais racistas é um estudo sobre aspectos do papel e das contribuições das práticas discursivas.” (WETHERELL & POTTER, 1992 p.62, tradução minha).

Martha Traverso-Yépez (1999, p.48-49), ao enfatizar a necessidade de que se problematize os sujeitos sociais e as práticas discursivas nos contextos e nas relações sociais que são suas condições de possibilidade, adverte que uma tal posição.

“permite relacionar este processo de definição e articulação de uma versão da realidade com os recursos do poder por meio dos quais uma versão é estabelecida e outras são desestimadas. Privilegiar uma versão tem, forçosamente, consequências políticas e sociais, e fundamenta-se no conhecimento consciente ou inconsciente de que discursos tem poder para construir as formas sociais de jeito opressivo para certos grupos. É central, nas relações de poder, a construção ativa de definições e identificações de grupos e solidariedades sociais, que se traduzem no discurso e em

outras práticas sociais, justificando a importância de estudar as construções discursivas sobre categorias como raça, cultura, nação, classe, gênero”.

Wodak & Reisigl (1999) destacam a importância de abordar as práticas discursivas em geral, o campo discursivo como um todo, articuladas às outras práticas sociais, principalmente ao campo da economia, da política, da cultura e da história. A perspectiva dos autores oferece uma forma de trabalhar e problematizar o discurso como um campo de relações de poder que se articulam, produzem e reproduzem outras relações de poder. Sua contribuição no campo das abordagens do racismo amparadas em análises do discurso coloca-se como uma estratégia histórico-discursiva de abordagem dos problemas sociais em geral e do racismo em particular.

Tanto a discussão sobre raça e racismo (SCHUCMAN, 2010), quanto o estudo sobre a branquitude paulistana (SCHUCMAN, 2012) de Lia Vainer Schucman oferecem elementos analíticos importantes para compreender as características comuns mas sobretudo as mutações do discurso da branquitude. Permite compreender de que maneira esse discurso constrói essa posição, de que tipo de estratégias se vale, e de que modo estes aspectos permitem compreender esta posição no campo das relações raciais e o conjunto de privilégios que articulam(-se à) sua condição.

6.4 A Psicologia Social Discursiva no Estudo do Racismo

Segundo Wodak & Reisigl (1999) o trabalho dos psicólogos sociais do grupo de Loughborough considera o papel fundamental do discurso na construção tanto dos processos sociais quanto dos processos psicológicos, não tratando as atitudes e os estereótipos como elementos mediados cognitivamente. Defendem que o racismo precisa ser compreendido como uma série de efeitos ideológicos, produzidos por conteúdos e retóricas flexíveis, fluidos e variáveis. O discurso racista é marcado por um dinamismo e por contradições que aparecem nas opiniões e em fragmentos ideológicos articulados por uma mesma pessoa, as vezes durante um mesmo evento discursivo.

Wetherell & Potter (1992) defendem o papel fundamental do contexto em que ocorrem as práticas discursivas para compreensão do discurso racista. Na pesquisa feita na Nova Zelândia, baseada na reunião de fontes documentais e em entrevistas com os Pakehas (brancos), os autores buscaram “mapear a linguagem do racismo”, resultando na construção

de uma “topografia do racismo” em que destacaram os principais temas e recursos interpretativos subjacentes ao discurso racista. Essa análise se deu através da investigação de diferentes práticas e representações racistas que compõem o conjunto hegemônico de elementos tomados como naturais ou que não necessitam de justificação, numa sociedade específica. Destacam os principais dilemas ideológicos, bem como padrões argumentativos manifestos e latentes.

A principal crítica ao trabalho do grupo de Loughborough, de acordo com Wodak & Reisigl (1999), está relacionada ao foco de seus estudos, voltados quase que exclusivamente para narrativas e argumentações, deixando de lado elementos metafóricos e simbólicos, enfaticamente discutidos nas pesquisas vinculadas a outras formas de investigação do discurso racista.

No campo da análise crítica do discurso, Wodak & Reisigl (1999) definem sua abordagem como histórico-discursiva. Um dos elementos distintivos dessa abordagem é o trabalho interdisciplinar e multi-metodológico, tendo diferentes fontes de dados empíricos como base e informações de “background”. Há a busca por transcender a dimensão puramente linguística do objeto de estudos, buscando incluir mais ou menos sistematicamente na análise e interpretação de um evento discursivo específico, os aspectos históricos, políticos, sociológicos e/ou psicológicos que lhe constituem. Acreditam na existência de uma relação dialética entre práticas sociais particulares e os campos de ação específicos (situações, instituições, estruturas sociais) de que são parte. Os discursos são compreendidos como práticas sociais constitutivas de práticas não-discursivas e, ao mesmo tempo, constituídos por elas. Na medida do possível, procurei integrar outras pesquisas ao processo de análise e discussão dos dados coletados para este estudo, mantendo a perspectiva investigativa da psicologia social discursiva.

Martha Augoustinos e Danielle Every (2007) realizaram um importante levantamento sobre as principais características do discurso racista contemporâneo, a partir de uma pesquisa amparada nos princípios teórico-metodológicos da psicologia social discursiva. De maneira geral, apontam a negação do preconceito como uma das características mais comuns do discurso racista na atualidade. A construção de dispositivos jurídico-políticos de combate ao racismo tem produzido o desenvolvimento de estratégias discursivas que apresentam visões negativas acerca de grupos que não o de pertença dos sujeitos como justificadas e razoáveis, ao mesmo tempo em que protege seus interlocutores de acusações de racismo e preconceito.

Demonstram a natureza flexível, contraditória e ambivalente do discurso racista contemporâneo, organizado em torno de lugares-comuns utilizados na justificação e racionalização da existência de desigualdades sociais entre grupos, por seus beneficiados. Estas justificativas são frequentemente amparadas numa flexível retórica de fundo liberal e igualitário, articulando princípios relativos à liberdade, justiça e direitos individuais.

Através da revisão de pesquisas levadas a cabo em contextos como Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Europa e Estados Unidos, identificaram alguns dos recursos discursivos e estratégias utilizados pelos grupos dominantes na justificação e racionalização das avaliações negativas em relação aos outros grupos, ao mesmo tempo em que se posicionam como não-preconceituosos. Neste contexto, um dos aspectos destacados como um fenômeno pouco abordado nos estudos revisitados são as consequências destas estratégias para a luta antirracista. Afirmam que, ao “tabu” em relação à expressão direta de sentimentos e posicionamentos racistas, vem correspondendo também um “tabu” em relação às acusações de racismo. Tais acusações, em função de sua qualificação como moralmente ultrajantes, tem sido evitadas, passando a ser utilizadas formas sutis e indiretas de concretizar estas acusações.

A psicologia social discursiva entende o racismo como uma prática social, como um aspecto do discurso e da comunicação que é primariamente linguístico, mais que cognitivo. De maneira geral, a pesquisa em psicologia social discursiva no campo da linguagem do racismo tem examinado os modos a partir dos quais recursos discursivos e argumentos retóricos são articulados na construção de noções de raça, desigualdade, identidade, e como os membros dos grupos dominantes fazem uso destes recursos em situações comunicativas cotidianas para justificar e legitimar o racismo. Neste sentido, enfatizam que o campo de análise não é o indivíduo racista ou preconceituoso, mas os recursos discursivos e retóricos disponíveis em uma sociedade desigual empregados pelos sujeitos em situações de interação conversacional cotidianas.

Um dos elementos dos estudos sobre o tema em psicologia social discursiva é o conceito de categorização. Enfatizando sua natureza social, em oposição à consideração de seu caráter meramente psicológico ou cognitivo, Wetherell & Potter (1992) tratam a categorização como algo que as pessoas fazem com o intuito de atingir determinados objetivos, realizar determinadas ações sociais. Podem ser elas: negar o racismo; apresentar-se de maneira positiva ao mesmo tempo em que apresenta o outro de maneira negativa; classificar os grupos como dignos ou indignos de determinadas classificações. Além destes

objetivos mais pontuais, a categorização possui a função social, política e cultural de manter (ou desafiar) as desigualdades sociais.

Os diferentes estudos apresentados pelas autoras sugerem, por exemplo, que ao considerar as categorizações raciais e os estereótipos como processos cognitivos gerais, potencialmente benignos e neutros do ponto de vista valorativo, ignora-se os significados específicos e as implicações dos usos destas categorizações, bem como seu lugar na opressão e exclusão de outros grupos. As explicações que tomam os estereótipos como processos intrínsecos à natureza humana podem ser elas mesmas utilizadas na legitimação do racismo, ao negar a dimensão moral das práticas racistas, garantindo a invisibilidade das ligações entre racismo, poder e política, além de inscrever o racismo como componente inevitável das relações intergrupos. O uso de formas específicas de categorização tem desempenhado importante papel no trabalho ideológico em diferentes contextos, sendo um dos movimentos retóricos essenciais na política.

A pesquisa discursiva do racismo tem sido feita em inúmeros campos (mídia, discursos no parlamento, conversas cotidianas) e em um significativo número de países diferentes. Entre Holanda, Bélgica, Europa, Espanha, África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália, as autoras destacam trinta e dois estudos sobre o tema. Se somarmos a estes os estudos sobre as relações entre discurso e racismo na América Latina (VAN DIJK, 2009), teremos quarenta trabalhos voltados para a problematização das relações entre discurso e racismo.

Um dos principais achados em relação às propriedades do discurso racista destacados por Augoustinous & Every (2007) é a negação do racismo, comumente ilustrada pela afirmação “Eu não sou racista, mas...”. Este é um recurso comum no discurso daqueles que argumentam contra os interesses das minorias, mas que não se consideram preconceituosos ou racistas. Formas de desracialização discursiva como estratégia para evitar o uso de categorias raciais tem ganhando destaque, por exemplo, no campo das restrições à imigração, onde, embora amplamente voltada para não-brancos, estas restrições se constituem sem fazer menção à noção de raça. O uso de princípios liberais individualistas para a argumentação em favor de práticas discriminatórias e racistas é uma das estratégias significativas do novo racismo encontrado em estudos realizados nos Estados Unidos. As minorias são consideradas responsáveis pelos sentimentos negativos dirigidos a elas por transgredirem os valores centrais da cultura americana, tais como trabalho duro, autonomia e parcimônia.

Embora a revisão das autoras tenha coberto uma vasta gama de estudos feitos em diferentes domínios das práticas discursivas e em diversos países, nenhum deles tomou o espaço das interações conversacionais mediadas por computador como um campo possível de investigação do discurso racista.

São muitos os estudos, em vários campos das ciências humanas e sociais, afirmando e reiterando a perspectiva de que o racismo é um problema social complexo, de proporções transnacionais, que atravessa de maneira ampla e multifacetada, como um articulador de práticas discursivas e não-discursivas, a vida cotidiana e a coexistência social (WETHERELL & POTTER, 1992; WODAK & REISIGL, 1999; ARAÚJO, 2002; CARONE & BENTO, 2002; CONDOR, 2006; AUGOUSTINOUS & EVERY, 2007; SILVA & ROSEMBERG, 2009; VAN DIJK, 2009; GUIMARÃES, [1999] 2009; SCHUCMAN, 2010, 2012). No entanto, isto não caracteriza o racismo como um fenômeno que se mantém idêntico em suas formas de existência nos mais diversos contextos em que se faz presente. Suas múltiplas faces e a diversidade de articulações com outros discursos e práticas não-discursivas vêm desafiando as sociedades multirraciais envolvidas na construção de estratégias de enfrentamento e superação deste fenômeno. Do ponto de vista histórico, é possível acompanhar a trajetória de mutações pelas quais passaram as formas de expressão do racismo e suas articulações com o preconceito e a discriminação.

Ruth Wodak e Martin Reisigl (1999) sintetizaram algumas das formas de explicação do racismo e as principais perspectivas de análise do discurso com contribuições para sua problematização. Michel Wieviorka (2007) iniciou seus estudos sobre racismo na Polônia, mas ampliou suas investigações para outras regiões da Europa, destacando o caráter transnacional do racismo. Tal fator também é apontado por Joel Zito Araújo (2002), ao problematizar a relação entre televisão e identidade negra no contexto da globalização. Esta compreensão acerca do racismo se faz presente também nos trabalhos de Teun Adrianus van Dijk, representante da corrente sociocognitivista de estudos críticos do discurso, que organizou uma publicação sobre as relações entre racismo e discurso na América Latina a partir de contribuições de pesquisadores engajados no estudo destas questões em seus países de origem (VAN DIJK, 2009). Nesta coletânea, Paulo Vinícius Baptista da Silva e Fúlvia Rosemberg contribuíram com um estudo sobre as características do discurso racista na mídia brasileira (SILVA & ROSEMBERG, 2009).

7 MÉTODO

Realizei um estudo de caso de tipo analítico-descritivo dos repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, no espaço de comentários a um texto publicado na internet, em um sítio específico. Em função da quantidade de comentários e da riqueza do material, selecionei um único texto e o conjunto de comentários que ele gerou como o caso a ser estudado.

7.1 Coleta de Dados

Optei por seguir um método de busca e seleção do texto que pudesse se assemelhar ao máximo com uma pesquisa informal, de uma pessoa em busca de notícias sobre o assunto. Partindo deste lugar, fiz uma pesquisa no Google utilizando os descritores "stf aprova cotas raciais".

Outro critério utilizado na seleção do texto foi o de que não houvesse necessidade de qualquer cadastramento ou vinculação com o site para se ter acesso ao texto e aos comentários das pessoas. Esse critério se relaciona à questão do nível de publicização que os comentários adquirem quando são postados por seus autores. Trabalho aqui com comentários que podem ser considerados como totalmente públicos, sem qualquer restrição de acesso no espaço oferecido pelo sítio para a participação das pessoas.

O texto e os comentários selecionados preencheram também os seguintes critérios:

- (a) foram publicados entre 26.04.2012 e 08.05.2012;
- (b) acesso livre aos comentários;

7.2 Tratamento dos Dados

A partir deste recorte, escolhi um único texto, que gerou 250 comentários, num espaço de 15 dias. Texto e comentários foram copiados para um editor de texto, onde foram transformados em um único arquivo. Os comentários foram numerados em ordem crescente, seguindo sua ordem cronológica. Esta medida foi fundamental para manter a relação das interações conversacionais recortadas e dos comentários isolados com o conjunto do material.

Geralmente, a sessão de comentários dos sites permite a identificação do comentador. Seja ela feita a partir de seu próprio nome, ou de qualquer outra forma de auto-representação da qual o sujeito queira fazer uso. Embora este aspecto seja significativo, e tenha consequências para o processo de análise, em função das limitações deste estudo, optei por não discutir a questão da auto-identificação dos sujeitos neste estudo de caso.

Os comentários são datados de maneira precisa, com dia e horário. Quando o comentário é feito a partir de uma rede social, como o Facebook ou o Twitter, estes marcadores aparecem ligados à identificação utilizada pelo comentador.

A diversidade e riqueza do material é significativa, mas manteve uma relação inversamente proporcional com o tempo que tive para tratá-lo analiticamente. Por isso, optei por recortar do material algumas situações de interação espontânea entre os comentadores, restringindo minha análise aos posicionamentos contrários construídos nestas situações.

Após um trabalho de identificação de interações desta natureza dentro do material coletado, reuni ao todo 18 fragmentos, envolvendo interações diretamente identificáveis entre os comentadores. Destes, foram selecionados e analisados 44 comentários, organizados em 6 fragmentos, que compõem a amostra deste estudo de caso.

Em função da perspectiva teórico-metodológica adotada neste estudo valorizar a dimensão do sentido como uma produção coletiva, nunca individual, estes posicionamentos foram analisados de duas formas: (a) a partir do recorte de situações de interação conversacional presentes no material coletado, em que posicionamentos (contrários e favoráveis) foram construídos em debates entre comentadores; e (b) a partir de comentários isolados, que não faziam referência explícita a algum Outro identificável entre os comentadores.

A análise dos comentários voltou-se para a identificação e descrição de repertórios interpretativos, e constituiu-se de dois momentos. Primeiro, baseou-se na (a) busca por

padrões. A proposta de identificação de padrões empregada aqui compreende um processo de reconhecimento tanto da consistência quanto da variabilidade das construções discursivas. Por (a.1) consistência, entendo os elementos compartilhados pelas diferentes construções discursivas. Já (a.2) variabilidade identifica tanto as diferenças de conteúdo quanto as diferenças na forma das construções discursivas (POTTER & WETHERELL, 1987; WETHERELL & POTTER, 1992).

Partindo do pressuposto de que são diversas as funções e os efeitos que a fala das pessoas desempenha em diferentes contextos, o segundo momento do processo analítico empregado aqui esteve voltado para a identificação das funções e das consequências ou efeitos retóricos das construções discursivas empregadas na construção dos posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras

Na discussão dos resultados, dialoguei com outros estudos sobre as relações entre discurso e racismo, buscando situar os resultados encontrados no quadro das outras pesquisas na área.

8 ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS

Neste título, apresento o percurso da análise que realizei dos seis fragmentos recortados do material bruto coletado. Os fragmentos são apresentados tal como foram selecionados da massa de comentários. Logo abaixo a cada um deles, descrevo as características das construções discursivas empregadas na construção das posições, tanto do ponto de vista de seu conteúdo, de sua função no campo interativo, quanto dos efeitos retóricos sobre a produção de sentido. Na última parte, sintetizo os principais resultados da análise, que serão discutidos no próximo títulos.

Os números dos comentários foram mantidos para que sua identificação dentro do contexto maior da totalidade dos comentários pudesse ser feita, auxiliando inclusive no processo de crítica da produção de sentidos levada a cabo pela minha análise.

FRAGMENTO 1 [27.04.2012 - 01h45-02h12]

PARTICIPANTES:

TwitterJegue Falador (FAVORÁVEL)

TerraRevenge Angel (CONTRÁRIO)

TwitterI hate Brazil (CONTRÁRIO)

TerraEl Kabong (CONTRÁRIO)

TwitterBelato (CONTRÁRIO)

TwitterMulimba Lovers (CONTRÁRIO)

3. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h45

1. *As cotas não vão acabar com o atraso, mas vão colocar quem não tem condições de pagar na universidade pública e quem tem condições na particular.*
 2. *E NÃO O CONTRÁRIO COMO HOJE OCORRE.*
- 3up6down

5. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h46

3. *Para Jegue Falador*
 4. *Em resumo... inveja dos ricos*
- 3up1down

6. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h46

5. *P/ Jegue Falador*
 6. *Que parte vc não entende, hein??*
 7. *O cara tem culpa por ser classe média?*
 8. *Os pais dele, trabalharam para dar oportunidade para ele.*
 9. *Coisa que seus pais não fizeram. Colocaram vc no mundo querendo que a sociedade se responsabilize por vc.*
 10. *Seus pais não se importaram com vc, por isso colocam vc no mundo se estrutura de lhe dar educação de qualidade. se condições de lhe preoaram para esse mundo competitivo.*
 11. *Vc deveria ter vergonha de falar essas coisas, pois fica feio para vc, prova que vc é um completo imbecil.*
- 2up2down

7. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h46

12. *30% DAS VAGAS ESTÃO OCIOSAS, NO SISTEMA COMO UM TODO.*
- 1up2down

10. TerraEl Kabong

27/04/2012, 01h47

13. *Só se admite essa decisão como mal menor, Jegue.*
 14. *Vá lá...*
- 4up3down

12. TwitterBelato

27/04/2012, 01h47

15. *TEm q ser jegue mesmo*
3up1down

13. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h47

16. *Para Jegue Falador*
17. *60% das vagas das cotas se tornam ociosas*
1up1down

14. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h48

18. *O cara não tem culpa de ser classe média, nem de ter estudado em boas escolas, nem de ter feito inglês na Austrália, nem de ter feito cursinho caro.*
19. *Mas esse carinha não pode bater nas cotas do neguinho e dizer:*
20. *SE ESFORÇA QUE VOCÊ TAMBÉM CONSEGUE!*
2up2down

15. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h48

21. *P/ Jegue Falador*
22. *Vc sabia q ter um filho tem custo??*
23. *sabe quanto custa der um filho e dar uma boa educação a ele??*
24. *Muito caro e se torna mais caro a cada dia, muito o mundo se torna mais competitivo, quanto maior a competitividade, mais caro se torna ter um filho.*
25. *Sabia disso??*
26. *Vc tem condições de ter um Ferrari??*
27. *Tb custa muiuto caro ter uma.*
3up1down

16. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h48

28. *Bom saber através de uma fonte segura e imparcial.*
1up1down

20. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h49

29. *Para Jegue Falador*
30. *SE tivesse um ensino publico de qualidade... os competiriam em pé de igualdade*
2up0down

22. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h49

- 31. *Por isso a Ferrari custa caro e a Universidade é gratuita.*
 - 32. *Exatamente para dar acesso ao pobre.*
- 0up2down

25. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h50

- 33. *Para Jegue Falador*
 - 34. *A universidade publica.. não e grátis para dar acesso aos pobres...*
- 3up0down

28. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h51

- 35. *Concordo, se tivesse um ensino público de qualidade ou se pudessem pagar escolas caras e curso de inglês no Canadá.*
 - 36. *Exatamente, os negros não tem nenhum problema mental.*
- 0up3down

31. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h51

- 37. *P/ Jegue Falador*
 - 38. *O seu problema é que vc acha que a sociedade tem culpa de vc não está em uma situação melhor de vida.*
 - 39. *A culpa é de seus pais. Foram eles que não se importaram com vc.*
 - 40. *A sociedade não tem culpa nehuma.*
 - 41. *Vc é o STF acham que quem tem de resolver o problema é a sociedade.*
 - 42. *Vc está completamente enganado.*
- 4up4down

35. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h52

- 43. *Para jegue Falador*
 - 44. *Que que tu tem contra curso de inglês?*
- 3up1down

36. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h52

- 45. *A sociedade não tem culpa, ela é vítima dos governos.*
 - 46. *O negro faz parte da sociedade.*
 - 47. *A culpa da pobreza é dos governos.*
- 4up2down

38. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h53

48. *Nada contra, é só para ilustrar a situação de quem passa no vestibular por mérito próprio sem precisar de cotas.*

2up1down

43. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h55

49. *Seriam bom então deixar os pais negros fazerem universidade.*

50. *Ou as federais vão virar clube social da elite?*

0up3down

45. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h55

51. *Para Jegue Falador*

52. *Primeiro que o vestibular é arcaico... devia ser avaliado todo o currículo do aluno.. desde as séries iniciais... independente de ser de escola pública ou privada...se foi um aluno esforçado... teria a vaga*

6up1down

49. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h56

53. *TAMBÉM RESOLVERIA, O CURRÍCULO ESCOLAR.*

54. *Aliás, mudaria até a mentalidade dos pais.*

55. *EXCELENTE !*

5up2down

51. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h57

56. *P/ Jegue Falador*

57. *O governo é administrador de um país, não pai dele.*

58. *Vc não entende nada, pq vc não tem educação de entender.*

59. *Não sabe como o governo funciona, não sabe como o governo do Brasil funciona.*

60. *Governo não está aí para ficar servido de pão-mão para vc. Governo paternalistas existem para pessoas incompetentes que não conseguem viver de forma normal.*

61. *Vc acha que rico precisa de governo? Muito pelo contrário. O governo precisa do rico.*

3up0down

54. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h58

62. *O governo só precisa ser justo.*

63. *E o vestibular é injusto, pois coloca um faminto para correr com um atleta.*

5up0down

55. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h58

64. *Para Jegue Falador*

65. *Não interessa se o cara estudou na escola x ou y, se fez curso de inglês no canada.. foi um aluno interessado, teve interessa em atividades cienticas, trabalhou com o terceiro setor... a vaga e dele.... independente de cor de pele ou classe social... isso é a verdadeira meritocrácia.... vestibular e só decoreba*

3up0down

59. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h00

66. *P/ Jegue Falador*

67. *Vc é muito ignorante, não entende nada.*

4up0down

63. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 02h02

68. *Para Jegue Falador*

69. *O vestibular e injusto, porque avalia a memória do individuo e não a capacidade cognitiva... o cara pode decorar toda matéria... sem entender nada sobre ela*

6up1down

70. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h05

70. *P/ Jegue Falador*

71. *Não espere que a faculdade lhe faça de Gates ou Jobs da vida. O papel da faculdade pe muito pouco na vida de um individuo. A real capacidade quem faz é vc.*

72. *Se vc não fez, até hj e pq vc não tem capacidade para tal Não ache que alguém tem que lhe dar oprtunidade, vc mesmo fará a sua oportunidade.*

73. *O mercado procura pessoas ativas e não passivas.*

74. *Vc parece que espera que o mundo cuide de vc.*

4up0down

82. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h12

75. *Negro brasileiro é coitadinho...*

76. *se o chama de macaco ele considera ofensa...*

77. *se o chama de jegue... ele estufa o peito...*

4up3down

8.1 Análise dos fragmentos 1

Neste fragmento, há seis pessoas implicadas nas interações entrelaçadas aqui. Apenas uma delas é favorável ao sistema de cotas raciais. Todas as outras são contrárias, construindo seus posicionamentos em relação ao sistema de cotas de maneiras diferentes, mas mobilizando recursos interpretativos comuns.

O primeiro comentário é de TwitterJegue Falador, a única pessoa favorável ao sistema de cotas implicada nas interações deste fragmento. Considera que as cotas não acabarão com o atraso social do país, efeito do racismo, mencionado no fragmento do voto da ministra Rosa Weber transcrito no texto da notícia, considerado um atraso civilizacional da sociedade brasileira. Contudo, acredita que as cotas terão o papel de abrir as portas das universidades públicas para os “mais necessitados”, para os pobres, população historicamente marginalizada e com dificuldades muitas vezes intransponíveis de acesso, entre outras coisas, à educação superior pública de qualidade.

Tradicionalmente, os “mais necessitados” são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, “que não tem condições de pagar”. Faz ainda uma separação entre pobres e ricos, defendendo que a universidade pública deveria ser apenas para os pobres, e as universidades particulares para os ricos. Logo abaixo, destaca em caixa alta o caráter atual da situação da educação superior pública, onde os ricos, os que têm condições de pagar por cursinhos e escolas privadas, é que ocupam a maioria esmagadora das vagas nas universidades públicas. Sua afirmação sugere uma crítica da inversão de valores presente nessa situação, onde os pobres estariam nas universidades particulares, hoje em dia através de programas como o PROUNI, e os ricos estariam ocupando as vagas das universidades públicas, que são gratuitas.

Aqui, embora haja um posicionamento que defende o sistema de cotas, há uma forma de compreendê-lo que acaba por deslocar a questão central das ações afirmativas raciais. Embora o critério sócio-econômico possa ter, por si só, um impacto sobre o acesso de negros e brancos pobres à universidade pública, este critério isolado não garante que haja mudanças na situação das populações negras que encontram-se em condições sócio-econômicas

semelhantes às das pessoas brancas pobres. A consideração do sistema de cotas raciais como algo que procura corrigir problemas relativos à desigualdade sócio-econômica e seu impacto sobre o acesso à educação superior é equivocada, já que, enquanto ação afirmativa, enquanto política focal, o sistema de cotas busca combater a discriminação e o preconceito racial historicamente incrustados nas estruturas da sociedade brasileira durante os últimos cinco séculos. Deslocar o foco da dimensão racial para a dimensão social ou de classe é uma estratégia de defesa das cotas raciais que tem efeitos negativos sobre a defesa da legitimidade do critério racial enquanto norteador de políticas públicas.

O desdobramento disto pode ser visto no comentário seguinte, de TerraRevenge Angel. Este faz uma simplificação grosseira do posicionamento de TwitterJegue Falador, reduzindo o sistema de cotas à uma medida motivada por uma inveja em relação à condição dos ricos, uma inveja de classe, inveja dos que gozam dos privilégios sócio-econômicos e que historicamente usufruem da estrutura das universidades públicas brasileiras. Do ponto de vista retórico, se beneficia do, e contribui positivamente para, o deslocamento da questão racial para a questão social, afetando negativamente a legitimidade da decisão em favor da legitimidade dos critérios raciais. Ao construir o sistema de cotas raciais como uma medida baseada em um sentimento, como a inveja, centraliza a questão sobre o indivíduo invejoso, e ofusca a dimensão histórica, social, econômica e cultural responsável pela configuração da situação sobre a qual o sistema de cotas raciais busca interferir.

Na sequência, TwitterI hate Brazil faz um comentário direcionado para TwitterJegue Falador, identificando-o textualmente. Começa questionando o seu interlocutor a respeito das bases que sustentam sua posição, caracterizada como fruto de incompreensão ou ignorância em relação ao modo como a sociedade de fato funciona. O modo como inicia sua intervenção constrói seu interlocutor como alguém que sustenta uma posição equivocada sobre a problemática em questão, baseada numa incompreensão parcial ou total sobre a natureza dos processos de conquista de condições de vida e de posições sociais de prestígio. Sugere que a condição social e os privilégios de que goza o membro da classe média não são elementos que devem servir para condená-lo ou pelos quais este deveria sentir-se culpado, já que estes seriam resultado do esforço e do trabalho honesto de seis pais, que construíram as condições desta oportunidade para seu filho.

Na sequência, TwitterJegue Falador é construído como alguém que defende uma estratégia política voltada para pessoas incapacitadas exatamente por ser fruto de uma família

mal-sucedida, em que o empenho familiar na construção de melhores condições e oportunidades para ele não aconteceu. Dessa forma, defende uma posição que transfere para a sociedade o dever de oferecer-lhe esta condição garantindo-lhe uma vaga nas universidades, já que não teria capacidade para entrar sem ajuda. Caracteriza seu interlocutor como alguém desprovido de capacidades por ser fruto de uma família negligente, que não se importou com ele e por isso não se preocupou em dar-lhe estrutura e condições de acesso a uma boa educação, alicerce para enfrentar a competitividade do mundo capitalista. Ao final, repreende TwitterJegue Falador por defender uma posição que desconsidera o papel fundamental do mérito na conquista do status social, afirmando que isso faz dele uma pessoa mal vista, depõe contra sua imagem perante os outros, pois apenas um completo imbecil sustenta uma posição como essa sobre a natureza da situação social em que se encontram os menos favorecidos na sociedade.

Este trecho ilustra de maneira evidente o modo como a meritocracia serve como uma forma de negar as desigualdades historicamente construídas e os processos de expropriação capitalista do trabalho, que não garantem oportunidades iguais para todos. Além disso, a própria especificidade da condição das populações negras numa sociedade reconhecidamente racista como a sociedade brasileira é escamoteada, negando a existência das práticas discriminatórias, de opressão e de violência a que as populações negras foram historicamente expostas. Além disso, nega a situação atual onde, apesar do protagonismo do Movimento Negro Unificado e das lutas travadas ao longo de todo o século XX, as populações negras ainda possuem parcelas significativas de seus membros que se encontram alijadas das possibilidades de terem garantidos seus direitos constitucionais e condições de acesso aos bens públicos como educação, trabalho, saúde.

No comentário 7, sem identificar um interlocutor específico, TwitterJegue Falador afirma, em caixa alta, que 30%, ou seja, um terço das vagas disponíveis no sistema de ensino superior como um todo encontram-se desocupadas. Não cita fontes que possam corroborar esta afirmação. Do ponto de vista retórico, um dos efeitos dessa argumentação é minar posições contrárias que definem o sistema de cotas como uma política que retira a oportunidade dos não-cotistas entrarem nas universidades públicas pelo seu próprio mérito. Este argumento, de que o sistema de cotas fere princípios da meritocracia e da igualdade de todos perante a lei compõe, junto com outras construções discursivas, o conjunto de aspectos sob os quais se estrutura a matéria julgada pelos ministros do STF.

No comentário 10, TerraEl Kabong dirige-se também à TwitterJegue Falador, declarando uma posição contrária, mas condescendente em relação ao sistema de cotas. A condição para que esta decisão seja aceita, ou tolerada, é a de tomá-la como algo cujas consequências, consideradas negativas, poderiam ser piores. O efeito desta construção discursiva é fazer a crítica desta decisão e da estratégia do sistema de cotas através da minimização/diminuição do impacto (de qualquer natureza, negativo ou positivo) que ele pode produzir, considerando-o um sistema inócuo. Além de qualificar negativamente a decisão como um “mal menor”, a disposição de admitir a sua existência se materializa através da expressão “Vá lá..” situada num espaço em destaque no comentário, ocupando sozinha uma linha inteira (linha 14). Há um tom de desdém e indiferença nesta avaliação que dá certa especificidade para a avaliação negativa realizada. No que diz respeito aos efeitos desta construção discursiva, funciona como uma forma de deslegitimação da decisão do STF e dos argumentos favoráveis, já que estariam todos defendendo uma medida que não levará a nada, que não terá efeitos significativos de qualquer natureza.

No comentário 12, TwitterBelato joga com o sentido da palavra “jegue” (linha 15) presente na auto-identificação de TwitterJegue Falador. Esta estratégia retórica de desqualificação do argumento defendido por TwitterJegue Falador ampara-se na desumanização do outro, que é tomado então como um animal. Neste contexto, um animal tradicionalmente identificado por sua falta de inteligência, por empacar em determinados momentos e não sair do lugar. Ao longo da história, igualar as pessoas negras aos animais foi uma estratégia comum na construção, reprodução e legitimação de sua inferioridade, assegurando as bases da superioridade da raça branca e da elite dominante. A posição contrária ao sistema de cotas se afirma assim através da desumanização do interlocutor favorável.

TerraRevenge Angel, no comentário 13, contrapõe à afirmação de TwitterJegue Falador acerca da quantidade de vagas ociosas no sistema de ensino superior em geral, um dado sobre a quantidade de vagas ociosas do próprio sistema de cotas. A perspectiva contrária adotada aqui se afirma através da apresentação de um número de vagas desocupadas dentro do sistema de cotas que é o dobro do número de vagas ociosas no sistema em geral. Faz referência também a discussão acerca da permanência dos alunos cotistas na universidade, através de um índice muito maior de evasão entre os cotistas (o dobro) do que no sistema de ensino superior em geral.

TwitterJegue Falador responde ao contra-argumento de TwitterI hate Brazil no comentário subsequente (14). Na linha 18 endossa a perspectiva de que “o cara não tem culpa” de ser classe média, descrevendo alguns dos privilégios relativos ao percurso educacional que comumente fazem parte desta condição. Contudo, logo abaixo, apresenta o contraponto que introduz um corte nesta concordância. Embora não possa ser considerado culpado por sua condição, é necessário que reconheça sua posição como uma posição de privilégio historicamente construído. Esta posição de privilégio invalidaria a possibilidade da meritocracia como um dispositivo justo, em função de não estarem os candidatos, todos, em condições prévias iguais, ou minimamente próximas, para que apenas o desempenho individual, o mérito, pudesse ser a condição diferenciadora e classificatória envolvida no processo de seleção. Pois o “neguinho” não se encontra numa mesma condição em que o “carinha” (o branco de classe média) no momento da disputa por uma vaga nas universidades públicas. O texto da linha 20 é uma exclamação em caixa alta, onde se destaca uma fala referente à questão do mérito e do valor do esforço individual como vetor principal do acesso à educação superior. O argumento favorável ao sistema de cotas raciais desenvolvido nesta tréplica se constrói através do ataque à meritocracia como estratégia justa de acesso ao ensino superior público.

Novamente TwitterI hate Brazil endereça sua resposta à TwitterJegue Falador (comentário 15). Inicia sua contra-argumentação através de uma série de interrogações sobre os conhecimentos de TwitterJegue Falador acerca dos custos de ter um filho, garantir-lhe uma educação de qualidade, enfatizando ainda que estes custos possuem uma relação diretamente proporcional ao nível de competitividade do mundo. Há uma reafirmação da competição e de sua relação com o mérito, articulando o papel do esforço e do patrimônio familiar na garantia das condições necessárias à preparação para o mundo, que reflete uma das características básicas do livre-mercado: a competição desregulamentada. Logo em seguida, TwitterI hate Brazil introduz um elemento neste quadro e estabelece uma comparação entre eles. Ele pergunta a seu interlocutor se este possui condições de ter uma Ferrari, e logo abaixo responde sua própria pergunta enfatizando que também custa muito caro possuir um bem como esse. Ao fazer novamente uma pergunta que procura investigar se o interlocutor possui as condições para ter uma Ferrari, e afirma que possuí-la “também” é algo que implica um alto custo, estabelece uma situação em que ter um filho e ter uma Ferrari são situações comparáveis do ponto de vista dos custos que geram. E exatamente por isso, não seriam para

qualquer pessoa. Neste ponto, há uma reafirmação dos argumentos utilizados no comentário anterior, no que diz respeito à família do interlocutor, sua responsabilidade sobre estar ele numa condição em que, despossuído do necessário para, a partir do próprio esforço e do conjunto de condições garantidas pelo patrimônio familiar, pudesse competir e vencer na vida. Este argumento remete caberia perfeitamente na justificação de medidas associadas à eugenia negativa, levadas à cabo no início do século XX em lugares como a Alemanha nazista e os Estados Unidos. Uma das estratégias da eugenia negativa era a esterilização das pessoas consideradas incapazes. Principalmente em solo norte-americano, vários Estados sancionaram leis de esterilização compulsória da população.

Na sequência (comentário 16), TwitterJegue Falador ironiza os argumentos utilizados por TwitterI hate Brazil. Assume uma posição que reconhece o lugar de desinformado em que TwitterI hate Brazil o coloca, e deste lugar faz uma crítica irônica da tentativa de TwitterI hate Brazil de colocar-se como representante da verdade sobre o mundo, como representante capaz de dizer como o mundo de fato funciona, de maneira objetiva e imparcial.

O efeito retórico desta construção discursiva, que constrói o sujeito que ocupa a posição articulada pelos argumentos favoráveis como desinformado, funciona como uma forma de minar a força desses argumentos. O posicionamento favorável seria fruto da falta de informação, de uma educação ruim. Em sua resposta, TwitterJegue Falador, em tom de ironia, destaca a natureza enviesada e posicionada dos argumentos mobilizados por TwitterI hate Brazil. Sugere um posicionamento que não compreende o mundo como um todo monolítico em que tudo é competição, mas um mundo marcado por relações de poder que atravessam, por exemplo, a produção, o acesso, a natureza e o posicionamento político das informações que circulam na sociedade.

TerraRevenge Angel mobiliza o argumento contrário às cotas de que o problema está na qualidade da educação pública. Desta perspectiva, o problema do acesso da população negra às universidades públicas está relacionado à sua condição econômica, que a coloca na dependência da escola pública, que oferece ensino de baixa qualidade. Não sendo bem preparada para concorrer com os alunos das escolas privadas, a população negra fica de fora das universidades públicas. Defende, assim, uma política universalista de melhoria da educação para todos como uma estratégia mais eficaz para lidar com este problema: promoção de uma educação de qualidade para que todos, sendo iguais, possam concorrer de igual para igual uns com os outros, pessoas ricas e pobres, negras e brancas. Uma educação de

qualidade, por si só, já faria com que pessoas negras e pessoas brancas pudessem competir com igualdade de condições.

Através deste emprego dos recursos interpretativos neste contexto, TerraRevenge Angel realiza uma forma de negação do racismo e das desigualdades raciais historicamente constituídas, reduzindo a questão ao campo da qualidade da educação e ao desempenho individual. Ao negar o racismo e a discriminação racial e tomar apenas a questão da qualidade da educação pública como a real causa do problema do acesso à universidade, qualifica positivamente intervenções que visam a qualidade da educação, sem discutir a questão dos privilégios econômicos, culturais e sociais de que gozam as classes que tradicionalmente ocupam as vagas das universidades públicas brasileiras.

TwitterJegue Falador responde TwitterI hate Brazil utilizando os argumentos dele a seu favor. Utiliza os dois elementos colocados em comparação (a Ferrari e a educação de um filho, no caso de seu reaparecimento aqui, a Universidade Pública) e estabelece uma divisão entre os que podem ter acesso a um e os que podem ter acesso ao outro. A Ferrari custa caro, é para quem tem condições de pagar e mantê-la. A universidade pública é gratuita para dar acesso àqueles que não podem pagar por uma vaga nas universidades privadas. Assume a universidade pública como um espaço voltado para os pobres, os economicamente desfavorecidos. TerraRevenge Angel contra-argumenta, afirmando que a gratuidade da universidade pública não busca cumprir o objetivo de oferecer educação superior pública para os pobres (linha 34). A universidade pública é gratuita para dar acesso a todos os cidadãos, não apenas aos pobres. Reforça sua posição de negação do racismo através da retórica liberal da igualdade de todos perante a lei e da meritocracia, tomada como um princípio legítimo, que inclusive se tornaria mais justo através de melhorias na qualidade da educação pública básica.

TwitterJegue Falador responde para TerraRevenge Angel, concordando com seu interlocutor acerca da importância de uma educação de qualidade para o estabelecimento de uma competição mais justa entre os candidatos. Contudo, há certa ironia na nesta resposta, quando acrescenta ou faz equivalerem o acesso a um ensino público de qualidade ao acesso a escolas privadas caras e uma experiência de aprendizado de outra língua fora do país. A sutileza deste efeito sugere a descrença na meritocracia, reafirmando a existência de diferenças sociais que estão além apenas da situação pontual da qualidade da educação, embora ela não seja, de fato, um problema menor. A questão é o modo como sua colocação no centro da discussão serve para deslocar a questão racial para outro plano, e, com isso,

desqualificar o sistema de cotas raciais como uma estratégia válida. Por fim, reafirma o papel da qualidade da educação pública básica no acesso às universidades públicas, negando explicitamente que o quadro atual do número escasso de pessoas negras nas universidades seja efeito de algum tipo endêmico de “problema mental”.

TwitterI hate Brazil endereça uma resposta à TwitterJegue Falador, perguntando – desqualificando-o – qual o problema com seu interlocutor, para estar sustentando este tipo de posição. Seu interlocutor é então construído como alguém que tem um problema no modo como compreende o papel da sociedade na organização da sua atual condição de vida. O problema está na sua forma de ver o mundo e de compreender o papel da sociedade na vida das pessoas. Nesta visão de mundo, que TwitterI hate Brazil constrói como sendo de TwitterJegue Falador, o sistema de cotas raciais é um sistema que responsabiliza a sociedade pelos problemas que a população negra e pobre tem, por estes encontrarem-se em uma situação de vida ruim. Por isso mesmo é que a sociedade deve arcar com os custos das mudanças necessárias para a melhoria das condições de vida das populações negras e menos favorecidas.

Esta perspectiva está completamente equivocada, já que a responsabilidade por essa condição, segundo TwitterI hate Brazil, deve ser atribuída à família de TwitterJegue Falador (ele é identificado aqui como alguém que defende o sistema de cotas porque depende dele, logo é tratado como um negro incompetente) e ao fato de seus pais não terem se importado com seu futuro, não terem se ocupado com a construção de condições melhores de vida para ele. Esta situação seria fruto da negligência ou da incapacidade de seus pais de produzirem estas condições. Por isso, a sociedade não tem qualquer responsabilidade pela sua condição desfavorável. Apenas TwitterJegue Falador e aqueles de quem ele descende são responsáveis por sua condição.

Novamente, um processo direto de desqualificação dos argumentos que apontam para o racismo e para as desigualdades sociais estruturalmente produzidas, mantidas e reproduzidas como responsáveis pela hierarquização da sociedade. A negação dos argumentos é veemente. Na linha 41, TwitterI hate Brazil situa o posicionamento de TwitterJegue Falador em consonância com os do Superior Tribunal Federal, que sustentaram a unanimidade da decisão comunicada na notícia que gerou estes comentários, para, em seguida, reafirmar que TwitterJegue Falador defende uma posição absolutamente equivocada sobre a natureza da problemática em questão. O efeito principal destas construções é a reiterada desqualificação

dos argumentos através de contraposições de outros pontos de vista que culpabilizam as pessoas por sua condição social, além de qualificar posições contrárias como erro ou como fruto da imbecilidade.

TerraRevenge Angel endereça uma pergunta à TwitterJegue Falador buscando saber o que ele “tem contra curso de inglês?”. Há um deslocamento da perspectiva em que a menção ao curso de inglês foi feita anteriormente. No contexto em que foi utilizado, este elemento foi considerado como um diferencial significativo na qualificação dos candidatos às vagas das universidades públicas. Pode ser compreendido como um elemento irredutível dos privilégios econômicos de uma minoria branca, que mesmo um ensino público de qualidade não seria capaz de amortizar. O elemento “curso de inglês” é trazido de volta por TerraRevenge Angel como algo em relação ao qual TwitterJegue Falador se posiciona de maneira contrária, supostamente por razões pessoais, desligadas do contexto de avaliação deste no contexto da relação de seus efeitos sobre a classificação por mérito.

Em resposta ao modo como TwitterI hate Brazil constrói a posição de TwitterJegue Falador, este assume a condição de alguém que se encontra de fato numa condição de vida que poderia ser melhor, mas não responsabiliza a sociedade por isso. Defende que o responsável pela condição de pobreza da população são os governos. Constrói uma oposição entre sociedade e governos que favorece a inclusão da população negra na sociedade. Ou seja, essa população também é vítima dos governos, como toda a sociedade. A condição que vitimiza a sociedade é a pobreza, e esta é fruto da ação dos governos. Sugere a possibilidade de uma união entre ricos e pobres, enquanto governados, contra os governos.

Aqui, o efeito que identifiquei foi o de uma aproximação aos argumentos utilizados por TwitterI hate Brazil, através de um jogo de relações que estabelece uma outra forma de posicionar a relação entre “nós” e “eles”. Desloca-se de uma oposição entre “ricos x pobres” para uma oposição “governados x governantes”. Nesta segunda perspectiva, há um lugar para a população negra na sociedade, ao lado das pessoas brancas ricas e pobres. Este lugar é entre os governados, dentro do conjunto de vítimas dos governantes, os verdadeiros algozes. De acordo com esta posição, não há práticas discriminatórias e produtoras de desigualdades sociais e raciais para além daquelas que emanam dos governos. As questões econômicas, culturais, estéticas, diretamente articuladas pela sociedade, em muitos casos para além das ações dos governos e que compõem o conjunto de elementos arquitetados na produção de desigualdades sociais, ficam ocultas ou em um plano secundário. Estes argumentos acabam

por obscurecer o papel destes outros agenciamentos na produção e reprodução das desigualdades raciais, que têm como suas outras faces, os privilégios de classe e de gênero que estruturam as relações sociais no Brasil.

Em resposta ao comentário 35, TwitterJegue Falador afirma não ter nada contra cursos de inglês, e traz de volta a função ilustrativa da menção a este elemento. Seu objetivo é caracterizar a condição da população branca de classe média quem tem ocupado tradicionalmente as universidades públicas. Faz logo abaixo uma afirmação favorável ao sistema de cotas através da crítica à atual situação das universidades públicas brasileiras e sua perspectiva de futuro. O sistema de cotas teria a função de introduzir a população negra na universidade, combatendo uma tendência histórica de ocupação destes espaços pela elite, em sua maioria branca. Com relação ao futuro, o sistema de reserva de vagas com base em critérios raciais seria uma forma de modificar o destino tradicional das universidades públicas, onde é possível identificar um percurso marcado pela manutenção e ampliação das condições de desigualdade e pobreza na sociedade brasileira. Neste sentido, a ideia é buscar o rompimento com o papel clássico das universidades públicas federais como territórios exclusivos da elite.

TerraRevenge Angel faz a crítica do vestibular como um sistema ultrapassado, mas defende o uso do mérito como critério de ingresso nas universidades públicas. Um sistema de mérito justo, segundo ele, deveria estar amparado exclusivamente no desempenho do aluno em atividades significativas durante todo o seu processos de escolarização, independente se esta ocorreu em instituições públicas ou privadas. A associação entre o aluno e o trabalhador ou candidato a uma vaga no mercado é direta, quando o autor do comentário menciona o “currículo” do aluno, ao invés do seu “histórico escolar”. O esforço do aluno, representado pelos resultados obtidos ao longo de toda sua vida nas atividades realizadas na escola, é que seria o elemento significativo para a o acesso à vaga.

Aqui, TwitterJegue Falador concorda com a posição de TerraRevenge Angel, apostando nesta modalidade de avaliação envolvendo o mérito, apostando inclusive na possibilidade de uma mudança de mentalidade no país em relação à educação, sugerindo um processo de re-significação e de valorização da trajetória individual do sujeito. O uso da expressão “EXCELENTE!”, em caixa alta, enfatiza de maneira positiva o argumento, que em diversos aspectos possui pontos contrários à defesa do sistema de cotas raciais feita até em então pelo próprio autor do presente comentário.

TwitterI hate Brazil procura novamente desqualificar e desconstruir os argumentos de TwitterJegue Falador, tratando-o como um sujeito que não possui educação suficiente para compreender o funcionamento do país, do governo, da sociedade. A perspectiva que considera favoravelmente o papel ativo do governo na assistência e em políticas públicas que objetivem intervir sobre as desigualdades sociais é prerrogativa daqueles que não tem competência para viver como as pessoas bem sucedidas (as pessoas normais) ou daqueles que defendem os incompetentes. E, ao defendê-los, estão demonstrando sua falta de educação e de capacidade de compreender o mundo tal como ele é. As pessoas normais são as pessoas ricas. E elas não são vítimas ou dependentes dos governos. Os governos é que dependem das pessoas ricas.

O efeito retórico destas construções discursivas é operar uma deslegitimação da oposição estabelecida por TwitterJegue Falador entre “governados x governantes”, onde haveria a possibilidade de inclusão da população negra e pobre entre o “nós” da sociedade, caracterizada como vítima das ações dos governos. Assim, retoma a posição que separa a sociedade em “ricos x pobres”, que se desdobra numa divisão entre em “competentes x incompetentes”, que se desdobra ainda em “normais x anormais” e por último, é preciso dizer, em “brancos x negros”.

TwitterJegue Falador reforça o argumento do papel do governo (sem qualquer distinção entre as esferas do poder público; contudo, pelo contexto da notícia e da problemática, assumo que o autor refere-se ao governo federal), afirmando que se o governo atuasse com justiça, esta se materializaria também na sociedade. Logo em seguida, faz a crítica do vestibular enquanto instrumento de seleção do acesso às vagas, pois não leva em conta a desigualdade de condições dos candidatos às vagas disponíveis. As imagens utilizadas para identificar os polos da desigualdade são extremas, e fazem menção à imagem daquele que passa fome e daquele que possui condições de fazer investimentos de alto nível em qualificação para a competição pelas vagas disponíveis.

TerraRevenge Angel, respondendo a TwitterJegue Falador, estabelece primeiramente uma diferenciação entre aquilo que não importa e aquilo que de fato deve ser considerado como exemplo do mérito e do merecimento das vagas. Não é a escola, ou o curso de inglês que devem ser considerados, mas o grau de interesse do aluno e sua experiência com instituições do terceiro setor. As características raciais ou de classe não devem ser consideradas no processo de acesso às vagas. Apenas o percurso e o esforço individual do aluno devem ser os índices avaliados num processo seletivo por mérito. Neste comentário,

todo o conjunto de determinantes que estão para além do indivíduo são considerados secundários, tendo sua influência sobre as possibilidades de desenvolvimento absolutamente negada. Assume-se aqui uma perspectiva em que o conjunto das condições históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas têm papel secundário, coadjuvante, no desempenho dos alunos ao longo de seus anos de escolarização. Não considera que o racismo é um elemento que pode influenciar este processo.

TwitterI hate Brazil, às discordâncias de TwitterJegue Falador em relação às suas argumentações anteriores, responde que seu interlocutor é muito ignorante, e não entende nada. Esse tipo de construção discursiva funciona como estratégia de desqualificação dos argumentos através da desqualificação do interlocutor, do rebaixamento de seus nível intelectual e cognitivo. Esta estratégia reproduz de maneira implícita uma perspectiva racista, já que, no contexto atual desta construção discursiva, mas também ao longo da história das discussões sobre cotas, a temática racial é o grande foco da questão. O problema é o racismo. A defesa da decisão que favorece a população negra, bem como os argumentos utilizados por seus defensores até aqui são considerados pelo autor do comentário como posições equivocadas, só defensáveis por pessoas ignorantes, em geral suas beneficiárias, incapazes de compreender a verdadeira natureza das relações sociais e do funcionamento do mundo. Eis a circularidade dos argumentos: as cotas são voltadas para os incapazes e incompetentes – a população negra –, e são defendidas por pessoas imbecis, incapazes de compreender o funcionamento da sociedade, incompetentes para conseguir se dar bem na vida, que são as beneficiários desta estratégia. Logo, aquele que defende o sistema de cotas milita em causa própria, e é considerado um negro incapaz, incompetente e imbecil.

TerraRevenge Angel, respondendo a TwitterJegue Falador, contra-argumenta sobre onde estaria a dimensão injusta do vestibular. O vestibular é injusto pois concentra sua avaliação na capacidade de memorização do candidato, e não avalia outras capacidades cognitivas. Isso, segundo ele, faz com que uma pessoa capaz de decorar conteúdos, mas incapaz de compreendê-los, possa passar no vestibular. O efeito deste argumento é deslocar das desigualdades sociais e raciais as condições que invalidam a meritocracia do vestibular. Para ele, o mérito é fundamental, mas a injustiça estaria no sistema empregado para avaliação do desempenho dos estudantes. Este sistema estaria organizado de tal forma que a capacidade de memorização se sobressai em relação às outras capacidades no processo seletivo. A memória é construída aqui como uma habilidade cognitiva individual que não depende de

outros fatores.

Referindo-se novamente a TwitterJegue Falador, TwitterI hate Brazil responde contrariamente ao posicionamento anterior de seu interlocutor, procurando desconstruir seus argumentos a partir de uma outra perspectiva. Agora, seu alvo é o fato de que o ingresso na universidade não é garantia de sucesso. Mobiliza, como figuras de sucesso, pessoas como Bill Gates e Steve Jobs, ambos empresários milionários, brancos, norte-americanos, do ramo das tecnologias da informação e da comunicação. Sua posição se estrutura na mitigação inclusive do papel da educação na vida de uma pessoa, atribuindo toda a responsabilidade por sua condição e por suas oportunidades aos seus próprios esforços. E esta seria a característica principal de que o mercado estaria em busca: de pessoas ativas, não daquelas que esperam que outros cuidem delas para que possam ser alguma coisa na vida.

Estes repertórios interpretativos constroem seus “outros” como incapazes, dependentes e passivos frente ao mundo. Estas características seriam os principais fundamentos de sua condição social de pobreza. A desqualificação dos argumentos através da desqualificação do indivíduo é uma constante na argumentação de TwitterI hate Brazil. Embora a referência tenha sido até o momento feita aos pobres, a conexão entre as categorias negro e pobre é sugerida pelo próprio contexto em que se produziram estas construções discursivas. A tendência a atribuir características da hierarquia social a fatores de ordem endógena é uma das principais estratégias dos repertórios interpretativos racistas.

Liguei este último comentário, de TwitterMulimba Lovers, a este fragmento, em função do sentido que ele adquire ao ser articulado aos recursos interpretativos empregados em comentários anteriores aqui reunidos. A construção do negro brasileiro como “coitadinho” liga-se às construções discursivas anteriores presentes no diálogo entre TwitterJegue Falador e TwitterI hate Brazil. Os recursos interpretativos empregados por TwitterMulimba Lovers na construção de seus interlocutor e de seus argumentos em defesa do sistema de cotas raciais, em defesa da necessidade de que Estado intervenha sobre as condições sociais da população negra no que diz para o acesso à educação superior pública de qualidade, caracteriza TwitterJegue Falador como defensor de incompetentes, que por sua vez vêm de famílias também incompetentes e negligentes, impossibilitados de criar um filho com capacidade para enfrentar as características do mundo. Estas características de suas construções discursivas estão bem detalhadas em comentários anteriores de TwitterI hate Brazil. Contudo, em nenhum momento, este faz menção à categoria negro, ou mesmo define seu interlocutor a partir dela.

Este é o elemento novo trazido ao debate por TwitterMulimba Lovers, e que tem um efeito retrospectivo sobre os comentários anteriores, auxiliando na identificação do racismo presente no modo como constrói a versão do mundo que defende, mas também no modo como desqualifica os beneficiários destas ações, no caso, as populações negras.

Nas duas linhas seguintes (76 e 77), menciona TwitterJegue Falador apoiando-se na mesma estratégia utilizada por TwitterBelato no comentário 12, linha 15. Nestas construções discursivas (linhas 76 e 77), desqualifica a inteligência do negro brasileiro ao relativizar sua capacidade de reconhecer de fato uma situação de discriminação, afetando negativamente a legitimidade das acusações de racismo, seu mérito e sua violência. Afirma que TwitterJegue Falador, além de ser ignorante, é negro. E que, quando um negro é chamado de macaco, considera-se ofendido, mas ao ser chamado de jegue, no contexto atual, em função de seus argumentos, e principalmente de continuar mantendo estes argumentos mesmo após as argumentações em contrário, está continuamente reafirmando sua posição, e por isso mesmo, estufando o peito e assumindo de fato a condição de ignorante, de jegue, sem considerá-la uma posição negativa.

Do ponto de vista dos conteúdos, os posicionamentos contrários, em sua totalidade, fazem referências explícitas e implícitas a temas como “mérito”, “esforço individual”, “meritocracia”, “competência x incompetência”, “atividade passividade”, “ricos x pobres”, “brancos x negros”.

Do ponto de vista dos efeitos, todas as construções discursivas empregadas em posicionamentos contrários objetivaram deslegitimar os argumentos pró-cotas sem, contudo, a organização de argumentos estruturados em defesa destas posições contrárias, nem um processo de desconstrução dos argumentos favoráveis. As estratégias retóricas utilizadas na produção destes efeitos tomaram a forma da desqualificação explícita da pessoa através da desqualificação do argumento, que também se inverteu na forma da desqualificação do argumento através da desqualificação da pessoa; a minimização – quando não a negação – do papel das condições sociais, históricas, políticas e econômicas e seus efeitos sobre o desempenho dos candidatos às vagas das universidades públicas federais; supervalorização das características individuais e do patrimônio familiar (moral, cognitivo e econômico) na construção do mérito. De maneira geral, todas estas estratégias se configuraram como formas de negação do racismo.

FRAGMENTO 2 [27.04.2012 - 01h47-01h48]**PARTICIPANTES**

TerraMilton Fernandes (FAVORÁVEL)

TerraRevenge Angel (CONTRÁRIO)

11. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 01h47

Bem que o próximo passo poderia ser Cotas nas empresas Público e Privadas.
1up3down

17. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h48

Para Milton Fernandes
Cotas nas empresa.... pq?
2up0down

8.2 Análise dos fragmentos 2

Neste fragmento, foram reunidos apenas dois comentários: um posicionamento

favorável e um posicionamento contrário. O primeiro comentário envolve uma defesa das cotas raciais implícita no desejo manifesto de que o sistema possa ser implementado também nas empresas públicas e privadas.

O comentário seguinte se constrói como uma suspeita em relação a uma tal possibilidade, levantando a questão sobre a razão pela qual um sistema de cotas raciais deveria ser implementando nas empresas públicas e privadas.

Este fragmento permite identificar de que modo esta suspeita suscita diversas possibilidades de interpretação. A negação do racismo pode ser pensada aqui a partir da invisibilidade das pessoas negras, da não-identificação de sua ausência nos espaços de trabalho (no contexto deste fragmento, empresas públicas e privadas). A não-identificação da invisibilidade da população negra nos espaços de trabalho é uma forma de negação do racismo que se expressa pela naturalidade com que tal situação é encarada. Os recursos interpretativos que sustentam esta perspectiva, no presente contexto, se articularam de maneira estratégica aos repertórios interpretativos que condensam figuras como “mérito”, “desempenho e esforço individuais”, “igualdade de todos perante a lei”, “a existência de negros em posição de destaque”. Articulados à retórica da meritocracia e da igualdade de todos perante a lei, estes argumentos configuram uma estratégia discursiva que defende o valor do trabalho, do esforço individual, da capacitação e do mérito, ao mesmo tempo que atua de forma a legitimar o *status quo* da sociedade brasileira atual, reconhecidamente uma sociedade racista.

O efeito retórico que a construção do posicionamento contrário através de uma pergunta sobre os fundamentos da necessidade de implementação de um sistema de cotas raciais em empresas públicas e privadas produz é marcar a divergência existente em relação à legitimidade do critério racial no entendimento das desigualdades sociais existentes, particularmente, neste contexto, no acesso aos postos de trabalho. Funciona como uma forma de não reconhecer, e por isso mesmo minar, a força política da categoria raça como um recorte legítimo para a compreensão e para o combate das desigualdades sociais.

FRAGMENTO 3 [27.04.2012 - 02h13-02h14]**PARTICIPANTES**

TerraMilton Fernandes (FAVORÁVEL)

TwitterMulimba Lovers (CONTRÁRIO)

84. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h13

1. *Universidade Pública deveria ser somente para pobres.*
 2. *O resto tinha de pagar uma Particular, exatamente como fazem no Ensino Básico e Fundamental*
- 1up0down*

86. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h14

1. *Se o filho é bom, vai passar por méritos nas outras vagas.*
- 1up2down*

87. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h14

2. *Exato Milton,*
 3. *e não darem preferência apenas aos negros...*
 4. *e os outros brancos que não tiveram condições de escolas particulares???
como ficam?????????*
- 4up0down

8.3 Análise dos fragmetos 3

Neste fragmento, temos duas pessoas, cada uma articulando suas posições, favorável e contrária, a partir dos mesmos recursos interpretativos. O fragmento começa com uma afirmação de TerraMilton Fernandes, endereçada a um outro genérico, em defesa do sistema de cotas raciais endossando a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas usando a categoria “pobres”, ao invés da categoria “negros”, ou outra que demarque a perspectiva racial.

Logo em seguida, TwitterMulimba Lovers contra-argumenta esta perspectiva amparado também nos recursos interpretativos que constroem os beneficiários da política de cotas como sendo os “pobres”. Os mesmos argumentos utilizados por TerraMilton Fernandes em favor do sistema de cotas raciais, o de que os “pobres”, os “menos favorecidos” é que precisariam de cotas, serviu de base para a construção do posicionamento contrário às cotas raciais. Recusa-se aqui a associação da categoria “negros” a “menos favorecidos”. Apenas os pobres é que estariam nestas condições, e eles não são todos negros.

A interação permite acompanhar a construção da argumentação contrária ao sistema de cotas a partir dos argumentos favoráveis apresentados. Os recursos interpretativos empregados constroem a categoria “pobres” e a universidade pública como um espaço que deveria ser voltado para dar acesso à educação superior de qualidade para a população que não tem condições de pagar escolas particulares. O “resto”, aqueles que possuem recursos para investir no ensino particular, como fazem, geralmente, nas etapas anteriores à educação universitária, deveriam fazê-lo também no ensino superior, ou seja, disputarem as vagas nas universidades privadas. Contudo, como esta não é a realidade do ensino público superior no Brasil hoje, as cotas raciais são vistas de maneira favorável por apontar na direção contrária à situação social atual, em que a população economicamente favorecida ocupa a grande maioria das vagas nas universidades públicas. Menciona a questão do desempenho individual dos

candidatos não-cotistas às vagas remanescentes, endossando positivamente a questão do mérito na disputa pelo acesso à universidade.

A posição contrária ao sistema de cotas raciais desenvolvida neste fragmento fortalece seus argumentos a partir da defesa do critério sócio-econômico como complemento à defesa do sistema de cotas raciais. Ganha ainda com a defesa de uma universidade pública voltada apenas para os menos favorecidos e com a caracterização do mérito como um sistema que possui legitimidade, e pode continuar atuando no processo de disputa dos candidatos não-cotistas às vagas remanescentes.

Ao concordar e apontar a exatidão da valorização do desempenho individual no acesso à universidade, a posição contrária se vale da força deste argumento para fazer a crítica do sistema de cotas raciais, entendido aqui como um sistema equivocado, que deveria utilizar como base critérios sócio-econômicos. Ao privilegiar critérios raciais ao invés de sociais, a medida favorece a população negra discriminando a população branca e pobre.

Ao elidir a dimensão racial da argumentação favorável, a posição de defesa do sistema de cotas desloca-se para o apoio a um sistema de reserva de vagas por critérios sociais ou sócio-econômicos. E aí encontra-se um dos principais repertórios interpretativos empregados na construção de argumentos contrários ao sistema de cotas raciais. A diluição das características específicas dos efeitos discriminatórios e produtores de desigualdades que a categoria raça permite identificar no seio das desigualdades sociais são pouco ou ineficazmente afetadas por medidas universalistas, que tratam a todos como iguais, ou por medidas que privilegiem aspectos relacionados apenas ao campo dos privilégios sócio-econômicos ou de classe. Reproduzem, assim, a estratégia de negação do racismo e dos privilégios historicamente construídos às suas custas, o que funciona como uma forma de legitimação e manutenção da estrutura racista da sociedade brasileira.

Neste sentido, o efeito retórico da contra-argumentação desenvolvida neste fragmento tira toda a sua força dos próprios argumentos empregados em favor das cotas, concentrando todo o valor negativo da questão no critério racial. Embora a dimensão sócio-econômica seja um fator também significativo no campo do acesso às universidades, o corte sócio-econômico não dá conta de incidir sobre a singularidade das desigualdades estruturadas com base nas relações raciais. No contexto amplo em que o conjunto de posicionamentos abordados neste estudo se produz, mesmo a construção de uma posição favorável ao sistema de cotas raciais opera de maneira a depor contra o valor da classificação racial na compreensão das

desigualdades sociais no Brasil, e contra seu valor heurístico na produção de transformações na atual conjuntura social brasileira através do sistema de reserva de vagas nas universidades públicas.

FRAGMENTO 4

PARTICIPANTES

TerraDaniel Freitas (CONTRÁRIO)

FacebookMark Heinke (CONTRÁRIO)

108. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h27

1. *RESUMINDO:*
 2. *O STF DECLARA QUE OS NEGROS SÃO BURROS!*
- 9up5down*

111. FacebookMark Heinke

27/04/2012, 02h29

1. Com certeza !!! Porque pobre e branco entra na faculdade. Negro e pobre precisa de mãozinha na cabeça. Pra mim isso é chamar de BURROS e Incompetentes.
4up1down

8.4 Análise dos fragmentos 4

Neste fragmento, foram reunidos dois posicionamentos racistas contrários ao sistema de cotas.

No primeiro comentário, o posicionamento contrário se constrói como uma espécie de aviso geral, em caixa alta, um resumo daquilo que o Superior Tribunal Federal fez: através da decisão unânime em favor do sistema de cotas raciais, declarou que negros e negras são burros e não tem condições de entrar nas universidades sem auxílio. Aprovando por unanimidade a decisão em favor da legitimidade constitucional do sistema de reserva de vagas a partir de critérios raciais, o Supremo Tribunal Federal estaria assumindo uma posição racista.

O posicionamento contrário construído no comentário seguinte retira toda sua força dos argumentos empregados acima, articulando a eles os recursos interpretativos da meritocracia, do desempenho individual, e das questões sócio-econômicas como as verdadeiras motivadoras das desigualdades sociais e relativas ao ingresso no ensino público superior. Dessa forma, o efeito retórico reforça seu posicionamento contrário ao sistema de cotas raciais, construindo-o como uma medida racista que legitima a construção da população negra como sendo composta por pessoas inferiores, incapazes e intelectualmente menos desenvolvidas que as outras. A aprovação por unanimidade das cotas raciais teria o efeito de prova em relação à incapacidade das pessoas negras, visto que esta decisão pressupõe o reconhecimento, por parte do Estado, da incapacidade das pessoas negras de conseguir ingressar na universidade através de seu esforço individual e de seus próprios recursos.

Esta retórica ataca a legitimidade do critério racial para a compreensão e o combate às desigualdades sociais. Isto se dá através da reafirmação positiva do valor da igualdade de todos perante a lei, da igualdade de condições na competição pelas vagas das universidades públicas, ao mesmo tempo em que funciona como uma forma de negação do racismo.

Toda a construção retórica destas duas posições racistas se constrói a partir do deslocamento da condição de racista para o Supremo Tribunal Federal. Os pressupostos racistas que embasam estas posições contrárias, relativas à natureza daquilo que poderia garantir legitimidade a um sistema de cotas raciais – as limitações e incapacidades cognitivas e intelectuais da população negra – , são deslocados para o Supremo Tribunal Federal, isentando seus articuladores da posição de racistas. Esta estratégia de deslocamento do racismo permitiu ainda uma articulação com o repertório interpretativo da meritocracia e da igualdade de condições entre “pobres brancos” e “negros pobres”.

FRAGMENTO 5

PARTICIPANTES

TwitterBelato (CONTRÁRIO)

FacebookLeo Prade (CONTRÁRIO)

TerraDaniel Freitas (CONTRÁRIO)

134. TwitterBelato

27/04/2012, 02h47

1. *A coisa ficou preta.*
10up3down

137. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h49

2. *COM A LEI DAS COTAS A COISA VAI FICAR PRETA?*
3. *MAS SÓ PARA OS CONSUMIDORES COM POUCOS RECURSOS.*
4. *VÃO TER QUE ATURAR PROFISSIONAIS INCOMPETENTES.*
2up6down

142. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h51

5. *DIPLOMA DE COTISTA VAI SERVIR SÓ PRA LIMPAR A DUNDA DOS MINISTROS DO STF !*
7up4down

149. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h58

6. *PENSANDO BEM, SE OS MEDICOS COTISTAS, ATENDEREM APENAS PACIENTES NEGROS,*
7. *LOGOS FALTARÃO CANDIDATOS COTISTAS.*
6up4down

8.5 Análise dos fragmentos 5

Neste fragmento, foram reunidos três posicionamentos contrários ao sistema de cotas raciais. No primeiro comentário deste fragmento, TwitterBelato usa uma piada racista para falar da situação: "A coisa ficou preta". Esta é uma anedota muito comum, de domínio público, que relaciona o fato de uma situação ter se tornado difícil, desfavorável, ruim, à cor preta. Uma situação que se torna desfavorável, perigosa, que passa a poder trazer prejuízos para as pessoas envolvidas, é vista como uma situação que se torna cada vez mais preta, que piora. No contexto específico em que está sendo empregada – em relação a este acontecimento em particular, em relação aos outros comentários já feitos até aqui – esta construção discursiva caracteriza um posicionamento racista contrário ao sistema de cotas raciais.

O objetivo do sistema de cotas raciais é intervir sobre processos institucionalizados de

discriminação racial que, historicamente, produziram certa homogeneidade racial entre as pessoas que ocupam os espaços das universidades públicas. Isto fez com que a grande maioria das pessoas que consegue chegar à universidades, fosse brancas. Enquanto ação afirmativa que busca intervir sobre esta questão, o sistema de cotas raciais objetiva ampliar o acesso das populações negras à universidade pública, ampliando a possibilidade de que a representação destas populações possa ser menos discrepante em relação a porcentagem de seu contingente no número total da população brasileira. Neste sentido, aposta-se na ampliação da diversidade racial e de cores dentro do espaço universitário, o que, de certa forma, fará realmente com que a universidade venha a "enegrecer". Este seria o caminho para que esta construção discursiva pudesse ser considerada uma afirmação positiva, politicamente posicionada em defesa do sistema de cotas raciais. Contudo, o emprego desta construção discursiva, neste contexto, tem um outro sentido.

Relendo os outros comentários feitos por TwitterBelato, que ficaram de fora deste fragmento, é possível compreender o sentido racista que sua construção discursiva possui. Em geral, TwitterBelato utiliza os seguintes argumentos em seus outros posicionamentos: negação e mitigação da história de opressão e violência contra a população negra ao longo dos últimos 4/5 da história brasileira; negação do racismo; culpabilização das populações negras pelo racismo; os negros estão sendo favorecidos pelo sistema de cotas raciais; não se pode onerar as pessoas do presente em função de medidas que procuram recompensar o passado; associação das pessoas negras com as pessoas deficientes, pelo fato destes também terem direito a cotas; os negros não tem capacidade, por isso precisam das cotas; o sistema de cotas vai incitar ainda mais o racismo;

Dentro do conjunto de recursos interpretativos utilizados por TwitterBelato, acredito que o efeito retórico produzido aqui pode ser descrito desta forma: ao dizer que a coisa ficou preta, TwitterBelato sobrepôs dois sentidos que valoram negativamente tanto o sistema de cotas como as pessoas negras, um servindo como qualificador negativo das outras, e vice-versa. Num primeiro sentido, temos o do racismo do senso comum, o uso da expressão pra significar uma mudança na condição de uma situação, geralmente para pior. Em segundo lugar, temos o sentido que se articula ao sistema de cotas raciais e ao seu objetivo de fazer com que as universidades recebam mais pessoas negras, apostando que a "cor" da universidade de fato vai mudar, ficando mais "preta".

A sobreposição destes dois sentidos adquire um efeito retórico racista porque constrói

o acontecimento sobre o que versam o texto da notícia e os comentários que lhe antecederam como uma situação negativa, que produz uma mudança para pior nas universidades, em função do modo como uma esta decisão irá favorecer o ingresso de pessoas negras na universidade. O sistema de cotas é construído como uma estratégia que produzirá um déficit na universidade porque permitirá a entrada de pessoas negras nestes espaços.

Logo em seguida, FacebookLeo Prade articula seu comentário sobre a base deixada por TwitterBelato, fortalecendo o argumento de que o sistema de cotas raciais produzirá uma piora das condições da educação e da qualidade dos serviços. Acrescenta que, na verdade, serão os pobres que sofrerão com este processo, já que, não podendo pagar profissionais competentes, serão obrigados a ficar com o serviço de profissionais incompetentes.

TerraDaniel Freitas faz um comentário explicitamente negativo sobre o sistema de cotas raciais e sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal. Para ele, o diploma do aluno cotista não servirá para nada, não terá valor algum, a não ser para servir de papel higiênico para os ministros do Supremo Tribunal Federal. Relendo outros comentários de TerraDaniel Freitas, é possível ver que sua crítica destrutiva do sistema de cotas raciais não envolve outra coisa senão recursos interpretativos racistas na caracterização que faz da população negra. Em todos os outros comentários que produziu, são feitas caracterizações que constroem a população negra como não esforçada, intelectualmente inferior às outras populações, como sendo toda ela corintiana (note-se que esta não é uma caracterização negativa em si mesma, mas adquire este sentido negativo em função do contexto), como sendo digna de pena em função de sua inteligência inferior. Os modos como constrói discursivamente a população negra para a articulação de sua posição contrária ao sistema de cotas retira sua força de repertórios interpretativos racistas.

O último comentário incluído neste fragmento é um comentário abertamente racista. O sentido racista é efeito do modo como as posições anteriores de seu articulador, expressas em outros comentários, servem de base para a identificação do substrato racista de suas posições.

O comentário começa como uma espécie de mudança em relação à sua própria posição anterior. Ao pensar pensar melhor, FacebookLeo Prade chega a uma outra conclusão, que parece tê-lo feito mudar de ideia. De acordo com a nova perspectiva, se os médicos formados a partir do sistema de cotas (negros e negras) ficarem responsáveis por atender apenas pessoas negras, logo não haverá mais candidatos para as vagas reservadas.

O efeito retórico desta construção é uma mudança de posição em relação ao sistema de

cotas raciais. Até então contrário, esta mudança de posição em favor desta estratégia ampara-se numa caracterização desta como uma intervenção que afetará negativamente a qualidade dos serviços prestados à população. A desqualificação dos profissionais formados a partir das cotas se dá porque estes são pessoas negras, e por isso, incompetentes. Onde está o aspecto positivo desta visão, que fez FacebookLeo Prade mudar de posição? No fato de que a incompetência dos profissionais formados através do sistema de cotas irá trazer efeitos danosos para a população negra e pobre, o principal público a ser atendido por estes profissionais. O racismo aparece exatamente aqui, quando constrói o valor positivo que o sistema de cotas raciais possui vinculando esse valor positivo ao fato do sistema de cotas funcionar como uma possibilidade de produzir a eliminação progressiva da população negra, beneficiária do sistema de cotas raciais, através da formação de profissionais incompetentes, incapazes de dar conta de curar as mazelas que atingem essa população. O apoio ao sistema passa pela compreensão de que ele próprio produzirá as condições para sua erradicação, já que, aprovado, alimentará a sociedade com os agentes que produzirão a eliminação de seus beneficiários.

Ao defender o sistema de cotas raciais construído como um sistema que forma profissionais incompetentes; ao colocar os médicos negros como incompetentes, como aqueles que irão atender as pessoas negras e pobres em geral, e ao apostar no quanto a baixa qualidade dos serviços prestados por estes profissionais pode afetar negativamente a vida das pessoas que eles atenderem, podendo levá-las à morte, esta construção discursiva caracteriza um posicionamento explicitamente racista, temperado por um desejo de morte em relação às populações negras. Constrói-se como uma forma sarcástica de racismo, onde o sistema de cotas é caracterizado como um instrumento capaz de produzir a eliminação da população negra e pobre ao colocá-la nas mãos de profissionais negros incompetentes e desqualificados, além de deslocar o racismo do próprio sujeito para o sistema de cotas raciais.

Com exceção da construção discursiva do primeiro comentário, todas as posições apresentadas aqui foram escritas em caixa alta, o que compreendo como uma forma de fazer a mensagem ganhar mais destaque e visibilidade, além de, geralmente, ser considerada comumente uma forma de “gritar” na internet. Tal referência a este sentido do escrever em caixa alta é encontrada dentro do próprio conjunto do material coletado, em um dos comentários.

FRAGMENTO 6

PARTICIPANTES

TwitterSushi Kawaii (CONTRÁRIO)

TerraMilton Fernandes (FAVORÁVEL)

FacebookIgi Ros (CONTRÁRIO)

237. TwitterSushi Kawaii

30/04/2012, 10h14

1. *A aprovação das cotas RACIAIS com 10 a 0 é uma piada de mal gosto para todos os brasileiros bem intencionados. O Brasil deu uma mancada, colocando critérios raciais acima dos sociais. Pela lógica racial, vc é q é 'afrodescendente' se ã gosta de nossas políticas, volte para a África (igualzinho o q falamos dos imigrantes árabes e seus descendentes e compatriotas de mesma religião).*
2. *Como se raça definisse quem é rico e quem é pobre. Isso é coisa de livro de história. Hoje, negro bem sucedido é uma realidade (vide jogadores de futebol). A sociedade se transformou e permitiu isso. Bom, pelo menos onde eu moro, pq eu não sei de que lugar os juízes do STF estão falando.*

6up0down

238. TerraMilton Fernandes

30/04/2012, 11h21

3. *Oh Sashimi Kawazaki!*
4. *Você disse que a aprovação de 10 a 0 é uma piada para os Brasileiros Bem Intencionados?*
5. *Quem aprovou o 10 x 0 é Mau Intencionado?*
6. *Que mania que vocês tem de sempre suas opiniões são as que representam os Bem Intencionados.*
7. *Pois já não acho isso. Mau Intencionados são aqueles que vem com Conversinhas Fiadas de alegar ser contra Cotas para Negros em Defesa dos Brancos Pobres, quando todos sabemos que se decidissem por ser para Pobres ao invés de Negros, essas mesmas Pessoas, estariam reclamando da mesma maneira. Ou seja: De Bem Intencionados não tem nada. Querem apenas poder ter o máximo de vagas possíveis para seus Filhinhos Mimados CapEtalistas iguais aos Pais, terem chances de ingressar em uma Universidade PÚBLICA. Já que defendem tanto as Privatizações, coloquem seus Filhinhos em Universidades Privadas. A Universidade Pública deveria ser 100% para os Mais Necessitados.*
8. *A aprovação das cotas RACIAIS com 10 a 0 é uma piada de mal gosto para todos os brasileiros bem intencionados. O Brasil deu uma mancada, colocando critérios raciais acima dos sociais. Pela lógica racial, vc é q é 'afrodescendente' se ã gosta de nossas políticas, volte para a África (igualzinho o q falamos dos imigrantes árabes e seus descendentes e compatriotas de mesma religião).*
9. *Como se raça definisse quem é rico e quem é pobre. Isso é coisa de livro de história. Hoje, negro bem sucedido é uma realidade (vide jogadores de futebol). A sociedade se transformou e permitiu isso. Bom, pelo menos onde eu moro, pq eu não sei de que lugar os juízes do STF estão falando.*

0up7down

*INTENCIONADO COMO TODOS OS VERMELHOS ESQUERDOPATAS PTISTAS
OU COMPLETAMENTE IGNORANTE NO QUE REFERE A IGUALDADE QUE A
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA PREGA. QUEM SABE OS DEZ NÃO FORAM MAL
INTENCIONADOS MAS MUITO BEM PROPINADOS PARA ISTO, AQUI NESTE
BRASIL PTTRAALHHA NINGUEM DUVIDADE MAIS NADA !!!!!!!*
8up1down

8.6 Análise dos fragmentos 6

Neste fragmento, estão em jogo três posicionamentos: dois contrários e um favorável ao sistema de cotas raciais. O primeiro posicionamento é endereçado a um outro genérico. Em seguida, aparece uma resposta direta a estas afirmações, que constrói uma argumentação favorável ao sistema de cotas através de uma crítica aos argumentos empregados para sustentar a posição contrária. O último comentário retoma os argumentos do primeiro, retirando parte de sua potência destes argumentos. Em seguida reforça a posição contrária através da desqualificação da pessoa do interlocutor em defesa das cotas através de uma crítica às suas posições políticas e ao governo do país, alinhado com esta ideologia. Este seria um governo mal intencionado e ignorante, que poderia, certamente, ter comprado a decisão do Supremo Tribunal Federal, tal como já fez no episódio que ficou conhecido como “mensalão”.

No primeiro comentário, a unanimidade da decisão do Supremo Tribunal Federal em aprovar um sistema de cotas "RACIAIS" (em caixa alta), é caracterizada como uma brincadeira de mau gosto para com "todos os brasileiros bem intencionados.". O problema fundamental é a legitimação dos critérios raciais ao invés dos critérios sociais. Aquilo que chamou de "lógica racial" é construído aqui como algo que teria um efeito excludente e estigmatizante para os "afrodescendentes" que não concordam com o sistema de cotas raciais, incentivando-os à voltar para a África, tal como, supostamente, já se fala dos "imigrantes árabes e seus descendentes e compatriotas da mesma religião".

Caracteriza a categoria raça como instrumento ineficaz na definição de quem é rico e quem é pobre, não servindo então como uma medida de promoção de justiça social. Esta categoria só tem sentido nos "livros de história", já que há exemplos suficientes de pessoas negras que tiveram sucesso na vida, "vide os jogadores de futebol". Este seria um exemplo concreto de que a sociedade brasileira não é racista. Do lugar de onde se coloca para construir sua posição contrária, TwitterSushi Kawaii não vê a necessidade de um sistema que beneficie as pessoas negras, já que elas não estão em condições piores do que as pessoas brancas, não

reconhecendo nas características da sociedade brasileira os elementos, nem mesmo o lugar, que Supremo Federal Tribunal toma como base para sua decisão.

TerraMilton Fernandes contra-argumenta o comentário de TwitterSushi Kawaii. Começa chamando-o de Sashimi Kawazaki, uma forma de atacá-lo descaracterizando sua auto-denominação, além de reproduzir a discriminação racial contra não-brancos, não-europeus. Questiona-o sobre a afirmação de que unanimidade da decisão do Supremo Tribunal Federal seria "uma piada de mal gosto para os Brasileiros Bem Intencionados", destacando com iniciais maiúsculas a caracterização das pessoas contrárias às cotas raciais mas favoráveis em relação a criação de estratégias de cunho social, que visem uma sociedade menos desigual economicamente. Pergunta então, em seguida, se a consequência direta de seus argumentos é a consideração das pessoas que aprovaram o sistema de cotas raciais por 10x0 como mal intencionadas. Responde com uma crítica, já feita em outros comentários, sobre a constância de posições contrárias ao sistema de cotas raciais que se colocam em defesa de cotas sociais (baseadas em critérios sócio-econômicos), utilizando o argumento de que os brancos pobres estariam sendo prejudicados e os negros favorecidos. Para ele, estas posições não estão preocupadas com os que supostamente estariam sendo discriminados pelo sistema de cotas raciais ou com os beneficiários de um sistema de cotas sociais. Estão voltadas para a defesa do *status quo* racista da sociedade brasileira, daqueles que gozam de privilégios, no caso, no acesso às universidades públicas. Estariam ocupadas com a crítica ao sistema de cotas como uma forma de enfraquecer sua legitimidade e diminuir a ameaça que ele representa aos privilégios historicamente construídos.

Para TerraMilton Fernandes, estas posições contrárias refletem o receio da classe média e da elite em ver seus investimentos na escolarização de seus filhos e filhas em instituições particulares ameaçados, tornando mais difícil a manutenção de seus privilégios. Afirma que não há boa intenção nas pessoas que são contrárias ao sistema de cotas raciais, visto que elas estão preocupadas apenas com seus próprios privilégios, sem apresentar argumentos de fato consistentes para sustentar suas críticas ao sistema de cotas raciais. São contra o sistema de cotas raciais porque querem as vagas das universidades apenas para si mesmas, seus filhos e filhas. As pessoas contrárias as cotas são denominadas "CapEtalistas", e são as mesmas pessoas que defendem as privatizações, uma das características da política econômica dos partidos que governaram o país logo após a redemocratização. Já que apostam nas privatizações como um modo de regulação da qualidade da educação através da livre

concorrência, que ocupem então as universidades privadas. Termina defendendo que a universidade pública deveria ser voltada totalmente para "os Mais Necessitados".

Logo abaixo, TerraMilton Fernandes reproduz o texto de seu comentário anterior, acrescentando um adendo. Neste adendo, ele resgata textualmente o enunciado “Pela lógica racial, vc é q é 'afrodescendente' se ã gosta de nossas políticas, volte para a África (igualzinho o q falamos dos imigrantes árabes e seus descendentes e compatriotas de mesma religião)”, para lhe dar uma resposta. Antecedido de um "RESPONDO:", sugere para TwitterSushi Kawaii que, tal como o 'afrodescendente' insatisfeito que ele constrói, que deixe, ele, o país, em direção à qualquer lugar, "ou mesmo para o Japão", já que, como ele mesmo sugeriu, essa é a alternativa para os insatisfeitos.

No comentário seguinte, TwitterSushi Kawaii busca justificar logicamente sua posição contrária ao sistema de cotas raciais através do recurso ao repertório interpretativo que concebe o sistema de cotas como um sistema ineficaz para combater as desigualdades já que estas são resultados das questões sócio-econômicas. Afirma que se as cotas fossem sociais, e seu pai soubesse disso, não teria feito com que ele estudasse em escolas particulares, para que pudesse ser beneficiado por este sistema. Porém, estas expectativas foram frustradas, porque esta medida de combate às desigualdades sociais possui uma "brecha": a de ser baseada em critérios raciais, e a de ser uma medida de curta duração. Logo em seguida, estabelece uma comparação entre leis penais e seus "buracos (propositais) em favor dos bandidos".

Após ter demonstrado os argumentos de sua posição contrária às cotas "RACIAIS", mas favorável às cotas sociais, constrói discursivamente o sistema de cotas raciais como um sistema que, além de possuir "brechas", expressaria uma contradição do país pelo uso da expressão "raça". Ao aceitar o critério racial, estaria "passando a mensagem errada", "criando situações estranhas" tal como o tribunal racial mencionado pelo ministro Gilmar Mendes em um trecho de seu voto, transcrito no texto da notícia que gerou estes comentários. Esta imagem é evocada para logo em seguida ser apresentado seu resultado negativo, em que numa destas avaliações, gêmeos univitelinos tiveram classificações raciais diferentes atribuídas pelas "bancadas". Além dos problemas na classificação racial dos candidatos, uma última ressalva é feita em relação ao fato de que as pessoas negras com melhores condições sócio-econômicas poderiam também se beneficiar do sistema de cotas raciais, mesmo que não sejam o "público-alvo".

Na última parte do comentário, responde indiretamente para TerraMilton Fernandes

que, de fato, "todos querem entrar numa universidade pública", já que "nem todo mundo que é 'rico' tem como pagar um curso de medicina", e concluí mostrando que, no final das contas, é classe média que, mais uma vez, sofre as consequências dos erros do país.

O último comentário, de FacebookIgi Ros, é uma resposta para TerraMilton Fernandes através do diálogo com TwitterSushi Kawaii. Todo o texto está escrito em caixa alta. Sugere que TwitterSushi Kawaii não dê valor ao que diz TerraMilton Fernandes. Referindo-se aos outros comentários e as situações que suas posições geraram em outros momentos das interações coletadas neste estudo de caso, caracteriza TerraMilton Fernandes como uma pessoa "pedante, arrogante", prepotente, que quer se impor sobre os outros por se achar melhor que eles, o "THE BEST". Gargalha desta situação e, ridicularizando esta figura que construiu, retoma a caracterização de mal intencionados utilizada no primeiro comentário deste fragmento. Voltando-a sobre ele, sugere que talvez ele seja de fato o mal intencionado. A caracterização de "mal intencionado" parte da posição política adotada por TerraMilton Fernandes em comentários anteriores, uma posição de esquerda. TerraMilton Fernandes é "mal intencionado" tal como todas as pessoas de esquerda, petistas, como os ignorantes em relação ao tipo de igualdade definida na constituição brasileira. Sugere que os dez ministros não foram necessariamente mal intencionados, mas sim comprados pelo governo petista, este sim mal intencionado, para decidir em favor do sistema de cotas raciais, uma medida mal intencionada. Esta última afirmação faz menção implícita ao caso da AP nº470, o episódio que ficou conhecido como "mensalão", como uma estratégia de deslegitimação do sistema de cotas raciais, caracterizado no contexto deste fragmento como uma "piada de mau gosto", uma medida "mal intencionada", responsável por mandar a "mensagem errada" ao povo brasileiro.

Como forma de fortalecer os argumentos empregados por TwitterSushi Kawaii em sua resposta à contra-argumentação feita por TerraMilton Fernandes, FacebookIgi Ros ataca a figura de TerraMilton Fernandes, desqualificando-o como uma pessoa prepotente, através da associação do rótulo de mau intencionado às pessoas que compartilham da posição política com a qual ele se identifica, definindo-as como "VERMELHOS ESQUERDOPATAS PTISTAS", mas também como pessoas que desconhecem o preceito constitucional de que seríamos todos iguais perante a lei. Ataca a legitimidade da decisão do Supremo Tribunal Federal sugerindo que a unanimidade dos ministros em torno da matéria possa ter sido comprada pelo governo do Partido dos Trabalhadores, fazendo uma menção implícita ao

episódio conhecido como "mensalão".

8.7 Repertórios Interpretativos Identificados

Nesta seção, apresento os repertório interpretativos que fui capaz de identificar nos fragmentos analisados. Estabeleci para eles um nome, descrevi seus principais recursos discursivos e as estratégias retóricas a eles associados.

O primeiro repertório interpretativo identificado é o que chamei de “darwinismo social⁷” devido às ressonâncias do pensamento do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903) identificáveis neste repertório. Articula todo um conjunto de construções discursivas relativas ao modo como o mundo funciona, como um lugar em que as pessoas são responsáveis pela sua condição, e estão em constante disputa com os outros pelo acesso aos recursos disponíveis. Devem se preparar como podem para garantir suas próprias condições e as de seus descendentes, pois é deste esforço individual e familiar que se derivam as possibilidades para a concorrência no mundo atual. O mercado procura pessoas proativas, protagonistas, capazes, e tende a deixar de lado aqueles que não têm capacidade de estar à altura de seus níveis de exigência. O mundo é construído como um lugar altamente competitivo, em que o mercado, seu principal mecanismo de ascensão social, seleciona as pessoas que vão progredir. Aquilo que garantirá às pessoas possibilidades de conquistar posições de status na sociedade são suas capacidades individuais. À medida que o Estado intervém, fazendo com o que os incapazes ganhem espaço em lugares que não conseguiriam atingir a partir de seus próprios recursos, está cometendo uma estupidez.

Um segundo repertório interpretativo identificado articula os recursos discursivos em torno da questão do ingresso e da permanência na universidade. Por isso, denominei-o “ingresso x permanência na universidade”. Em resposta à uma afirmação de que 30% das vagas do sistema de ensino superior público estão ociosas, no fragmento 1, foi apresentado o contraponto de que 60% das vagas do sistema de cotas se tornam ociosas. Esta resposta mobiliza argumentos contrários ao sistema de cotas raciais por ele não ser capaz de garantir as condições para a permanência do estudante na universidade. Há diferentes linhas

⁷ Segundo Portugal (2013, p.123), “o darwinismo social foi uma concepção da evolução social que ordenava teoricamente e justificava os fatos danosos da estratificação social a fim de conciliá-la com o igualitarismo. Sua configuração é a de um corpo de valores conservadores, individualistas e liberalistas”.

argumentativas em favor desta perspectiva: as pessoas abandonam as vagas porque não conseguem acompanhar o nível da universidade; as pessoas sentem-se estigmatizadas por serem cotistas, não suportando a pressão social e impacto que ela pode ter sobre seu rendimento; o acirramento do racismo e seus efeitos perturbadores sobre a dinâmica das relações sociais dentro da universidade; as pessoas não possuem recursos financeiros mínimos para dar conta de permanecer na universidade e ter acesso aos recursos necessários a realização das tarefas exigidas, entre outros.

Há desdobramentos desta questão articulando recursos discursivos que constroem o sistema de cotas raciais como um sistema racista, que constroem a permanência e possibilidade de conclusão do curso pelas pessoas beneficiadas pelo sistema de cotas raciais como resultado de um rebaixamento do nível de exigência das universidades.

Um terceiro repertório interpretativo identificado foi o da “educação como investimento”. Este repertório foi empregado na organização de um posicionamento contrário ao sistema de cotas raciais envolvendo a construção da educação dos filhos em escolas particulares como um investimento da classe média que será afetado negativamente pelo sistema de cotas raciais. O retorno deste investimento é compreendido como a garantia do acesso à uma universidade pública. O sistema de cotas raciais é uma medida que prejudica a classe média, porque torna mais difícil garantir uma vaga nas universidades públicas. Assim, as universidades são construídas como espaços altamente disputados, e as pessoas utilizam os recursos que possuem para garantir que estarão lá, ocupando as melhores posições. A preparação para vencer neste mundo custa muito dinheiro, e os investimentos feitos nesta preparação seriam profundamente afetados pelo sistema de cotas raciais, exatamente por criar uma outra forma de ingresso na universidade, menos atravessada apenas por critérios sócio-econômicos.

O repertório interpretativo que teve presença mais significativa entre os fragmentos analisados, foi aquele que constrói o sistema de cotas raciais como um sistema racista. Dei-lhe o nome de “as cotas raciais são racistas”. O sistema de cotas raciais é construído diversas vezes durante os comentários como um sistema de facilitação da entrada nas universidades públicas. A necessidade dessa facilitação, deste favorecimento, estaria amparada no reconhecimento, na aceitação e na decisão de fazer alguma coisa com a ignorância, a incapacidade e a incompetência das pessoas beneficiárias, a população negra. Uma das posições é a de que a proposição de um sistema de reserva de vagas nas universidades

públicas baseado em critérios raciais como uma estratégia de intervenção na educação pública superior pressupõe o reconhecimento e a aceitação da ignorância, da incapacidade e da incompetência da população-alvo no atingimento desta meta. Além do não reconhecimento do racismo na sociedade, transfere o racismo para o próprio sistema de cotas raciais, que é então responsabilizado pela instauração do racismo através da discriminação racial e favorecimento de uma raça em detrimento da outra.

Em alguns casos, quando articulado ao repertório interpretativo do “darwinismo social”, atribui às condições e capacidades individuais da pessoa, sua sorte no mundo. Se ela não conseguiu ascender na vida, isso é signo da sua incapacidade. Não atingiu os níveis necessários de desempenho para estar entre os melhores. Favorecer uma pessoa a chegar até uma posição que ela não teve condições de galgar sozinha é favorecer um incompetente, e dificultar a vida daqueles que estão disputando com chances de obter sucesso. A vida dos incompetentes (pessoas negras) é favorecida, e a das pessoas esforçadas e competentes (pessoas brancas) é prejudicada na dinâmica das relações sociais e na competitividade do mundo.

Este repertório interpretativo se desdobra também na construção do sistema de cotas raciais como uma estratégia que produz profissionais incompetentes. É possível identificar uma linha possível de argumentos que sustentariam esta posição: as pessoas negras chegam mal preparadas na universidade através das cotas raciais pois não receberam uma educação de qualidade, foram colocadas ali. São discriminadas ao longo de sua vida e dentro da própria universidade por serem cotistas. Isso afeta suas condições de acompanhar e dar conta do nível de exigência da universidade. Para que as pessoas não sejam reprovadas e abandonem o curso, os professores são obrigados a baixar o nível de exigência, baixando o nível de qualidade dos serviços que serão prestados à sociedade.

No fragmento 4, o racismo implicado nesta posição é atribuído ao Supremo Tribunal Federal, que seria responsável por, através desta decisão, declarar que os negros são inferiores, tem QI baixo, são incapazes, burros. Esse deslocamento do lugar de quem enuncia o dito racista é uma estratégia constantemente articulada a este repertório.

Por último, encontrei também um repertório interpretativo que constrói o sistema de cotas raciais como uma medida que negligencia a causa real do problema do acesso à universidade. Neste contexto, opõe-se o sistema de reserva de vagas à políticas de melhoria da educação pública em todos os níveis. Em função destas características, nomeei este repertório

interpretativo de “cotas raciais não: melhorias na educação”, tomando como base a oposição que sugere entre ações afirmativas raciais enquanto políticas focais e políticas universalistas de qualificação da educação pública em geral. As posições construídas a partir deste repertório interpretativo defendem que a solução para esta questão é a melhoria das condições e da qualidade da escola pública. A decisão do Supremo Tribunal Federal é equivocada pois deveria estar voltada para o desenvolvimento de mecanismos de pressão sobre o governo para a garantia de uma educação de qualidade, que poderia, então, colocar todos em condição de competir pelas vagas das universidades públicas como iguais.

8.8 Principais funções e movimentos retóricos identificados nas construções discursivas

A função mais comum desempenhada pelas construções discursivas analisadas foi a de deslocar a questão racial e o racismo para um segundo plano, impedindo que estes fossem concebidos como problemas de fato envolvidos na aprovação do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Na maioria dos casos, daqueles analisados entre os fragmentos e daqueles que ficaram de fora da análise, mas foram lidos, o exercício constante era o de reunir argumentos e formas de retirar a legitimidade do critério racial como norteador do sistema de cotas ou de outra estratégia voltada para o combate aos problemas de acesso à universidade pública. Alguns posicionamentos favoráveis também foram marcados por este movimento, na medida em que foi possível encontrar entre defensores das cotas o critério sócio-econômico como um ponto fundamental da estratégia de colocar as pessoas não têm acesso a uma educação de qualidade nas universidades, além de argumentos em defesa de uma universidade pública totalmente voltada para as populações mais necessitadas economicamente.

Através deste movimento, o que observei foi um constante trabalho retórico de mitigação e negação do racismo, bem como de uma das estratégias que busca enfrentá-lo com reais possibilidades de interferência sobre mecanismos históricos de discriminação e legitimação da dominação racial e de classe no país. Geralmente, estes deslocamentos eram feitos ou para o campo das desigualdades sócio-econômicas, ou para o campo da qualidade da educação, através da oposição entre o sistema de cotas raciais (política focal) e estratégias de melhoria da educação pública para todas as pessoas (política universalista).

Outro movimento retórico observado principalmente nos fragmentos 1 e 5 foi o ataque violento à pessoa do interlocutor como uma forma de deslegitimar os argumentos utilizados e a própria posição favorável ao sistema de cotas raciais. As vezes através da desqualificação intelectual, as vezes através da desqualificação do sujeito em função de suas posições políticas, esta estratégia foi empregada de maneira significativamente agressiva em dois fragmentos analisados.

Um fato significativo sobre grande parte dos repertórios interpretativos empregados na construção dos posicionamentos contrários às cotas: a maioria deles compunham o conjunto de argumentos que motivaram a ADP nº 180, e que foi considerada improcedente, por unanimidade, pelos 10 ministros aptos a votar a matéria.

9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, pretendo discutir os principais achados desta pesquisa. Abordo aquelas que acredito serem as contribuições deste trabalho para a temática em questão, seguidas das principais fragilidades que fui capaz de reconhecer neste estudo de caso. Discuto outras possibilidades de interpretação dos resultados apresentados e, por último, as possibilidades de diálogo dos resultados obtidos aqui com outras pesquisas sobre relações raciais no Brasil.

Indico as três vertentes principais em que podem ser reunidas:

- A da articulação da psicologia social discursiva, voltada para o estudo de interações conversacionais espontâneas, ao campo empírico dos comentários feitos na internet. Neste sentido, este estudo destacou a internet como um espaço privilegiado para a análise da dialogicidade das práticas discursivas cotidianas, atravessadas e reconfiguradas pelo desenvolvimento de dispositivos de comunicação que favorecem espontaneidade e liberdade de expressão nas interações cotidianas, juntamente com a mobilidade e a possibilidade de

conexão em tempo integral com a rede.

- A que dá destaque para a fecundidade da posição epistemológica da psicologia social discursiva aplicada ao estudo das interações espontâneas na internet para a apreensão do preconceito racial e do racismo no discurso, através do estudo dos recursos interpretativos e das estratégias discursivas empregadas na construção dos posicionamentos das pessoas expressos nos espaços da internet. Assumi aqui como pressuposto que, neste espaços, as pessoas deliberadamente tomam a decisão de expressar suas opiniões sabendo que estas se tornam públicas. Têm a liberdade de se identificar como e se quiserem. E a produção de conteúdo feita ali torna-se pública, acessível a qualquer pessoa. Os preceitos teóricos da psicologia social discursiva, de que o sentido é uma produção coletiva, de que o que está em jogo na análise do discurso proposta não é o indivíduo preconceituoso ou racista mas os repertórios interpretativos empregados na construção de uma posição racista, auxiliam na problematização das relações de poder na sociedade, principalmente pelo modo como permitem observar em situações bastante singulares e microsociológicas, a presença de determinadas formas de construção discursiva do que é a sociedade que não se manifestam apenas nestes comentários microscópicos, mas também estão na base de sustentação de estratégias políticas em níveis macrosociais, bem como de formas de luta entre versões e projetos de sociedade diferentes, disputando a possibilidade de se consolidarem como dominantes.
- As características do modo como as interações ficam registradas na seção de comentários e o fato de elas corresponderem exatamente àquilo que seus interlocutores publicaram facilita sobremaneira a vida do pesquisador. Todo o tempo investido na transcrição de entrevistas gravadas em áudio ou em vídeo pode se transformar em tempo dedicado a outras partes do processo de pesquisa, ampliando e adensando as possibilidades de análise dos temas. Contudo, é fundamental reconhecer a existência de estratégias de filtragem de comentários feitas pelos próprios sítios em que estes espaços são configurados. Em geral, existem regras, as vezes explícitas, as vezes implícitas, que condicionam a publicização dos comentários no espaço do sítio. No material bruto coletado, foi possível identificar um comentário em que o sujeito alega ter sido censurado, possivelmente em função de algum(ns) de seus comentários terem sido apagados. Este aspecto é significativo e não pode ser negligenciado, para que não se trabalhe com uma concepção absolutamente transparente do espaço da internet, traduzindo-o equivocadamente como um campo de liberdade absoluta,

marcado pela ausência de elementos que regulam a produção de conteúdos, principalmente no campo dos comentários, objeto privilegiado deste estudo de caso.

Estas contribuições ligam-se pouco aos resultados da análise, em que os achados apenas ratificam os resultados de outras pesquisas, tanto no que diz respeito ao emprego de repertórios interpretativos que fazem referência à igualdade e ao mérito como forma de legitimar o *status quo* racista da sociedade brasileira, quanto na flexibilidade das estratégias retóricas empregadas em processos de mitigação e negação do racismo, presentes nos comentários reunidos nos fragmentos analisados, mas ainda mais abundantes na totalidade do material coletado para este estudo de caso.

É caso principalmente do estudo feito por Leoncio Camino e colaboradores (CAMINO *et al*, 2013) sobre os repertórios discursivos contemporâneos empregados na construção dos posicionamentos de estudantes paraibanos de pós-graduação acerca das desigualdades raciais no Brasil. Os resultados neste estudo de caso corroboram os achados da pesquisa de Camino, como é possível observar no trecho abaixo:

“(...) os resultados parecem mostrar que no Brasil existem repertórios discursivos que negam ou naturalizam as desigualdades raciais existentes no país, repertórios que, ao mesmo tempo em que expressam posições adversas às reivindicações da população negra, as justificam, racionalizando como não preconceituosas posições que, claramente, o são. Estes resultados encorajam os pesquisadores a realizar estudos que atinjam maior número de pessoas e outras populações.” (CAMINO *et al*, 2013p.121).

O campo dos comentários às publicações feitas na internet tem ganhado importância fundamental nestas interações cotidianas, como é possível observar através de alguns minutos de navegação da rede social Facebook. Neste sentido, a contribuição realmente significativa deste estudo está na delimitação de um novo campo empírico para a investigação de interações conversacionais espontâneas no cotidiano.

Certamente, a ampliação do número de pessoas e a diversificação das populações estudadas acerca do tema dos repertórios interpretativos se beneficia da proposta de definição do espaço de comentários na internet como campo empírico estratégico de investigação das práticas discursivas. A diversidade de temas que podem ser estudados a partir desta perspectiva ainda está por ser mapeada.

É necessário fazer uma ressalva em relação aos resultados a que este estudo de caso chegou. É fundamental lembrar que o processo de análise, para a perspectiva teórico-metodológica adotada aqui, é um processo de produção de sentido. E este processo de

produção de sentido não é um processo de desvelamento de um sentido verdadeiro, último, das palavras das pessoas. Mas um processo que analisa o modo como são construídas as posições que as pessoas assumem, e de que maneira estas posições constroem e se sustentam através de determinadas visões de mundo e de sociedade.

Aqui, tanto nos comentários analisados nos fragmentos selecionados quanto em comentários que ficaram de fora dessa análise, identifiquei posicionamentos racistas que, as vezes, nem mencionavam a questão de raça. Essa forma de compreender os comentários pode levar à ideia de que todas pessoas que são contra as cotas, são racistas. Este movimento precisa ser evitado, resgatando um princípio teórico importante da psicologia social discursiva: a questão fundamental aqui está relacionada ao uso contextualizado da linguagem e dos repertórios interpretativos. Existem sentidos e determinados efeitos retóricos que são diretamente dependentes do contexto e da forma como os recursos discursivos são aplicados.

No contexto do acontecimento em questão, estamos diante de uma decisão histórica que, por unanimidade, posiciona-se em favor do reconhecimento de que um sistema de cotas raciais busca estabelecer a legitimidade do critério racial na compreensão da situação de grande parte da população brasileira em situação de vulnerabilidade social, bem como assegurar a responsabilidade do Estado na implementação de estratégias de combate ao racismo e à discriminação racial historicamente estruturantes da sociedade brasileira. Esta decisão possui uma densidade histórica que foi reiteradamente negada ao longo de todos os comentários contrários, sem a apresentação de argumentos que pudessem oferecer bases racionalmente organizadas para uma argumentação contrária crítica. É neste contexto que o emprego de argumentos de fundo neoliberal, exaltando as liberdades individuais, a livre-concorrência, o mérito individual e a igualdade de todos são empregados de maneira a sustentar posições racistas que negam a existência de processos de produção de discriminação racial na sociedade brasileira, que teve 4/5 da sua história marcada pelo escravismo colonial e por todas as estratégias políticas, econômicas, culturais e estéticas empregadas pelas elites brancas para a perpetuação dos privilégios construídos durante esta história. Neste sentido, estes posicionamentos trabalham em favor da manutenção de políticas conservadoras das desigualdades sociais.

Por isso, nem todas as pessoas contrárias ao sistema de cotas, são racistas. Contudo, as pessoas contrárias ao sistema de cotas raciais que participaram das interações contidas nos comentários analisados, na sua maioria esmagadora, fizeram uso de recursos interpretativos

neoliberais objetivando criticar uma medida de promoção de igualdade, de transformação da realidade das relações raciais no Brasil, uma realidade marcadamente atravessada pela desigualdade, pela discriminação, pela violência e pela invisibilidade. Ao se posicionarem contrariamente a esta forma de compreender a sociedade brasileira, e sobrepor argumentos individualizantes, que colocam os indivíduos sob suas próprias responsabilidades, em condição de igualdade e possuindo (ou não) aquilo que pode levá-los a subir na vida, desconsiderando as relações de poder historicamente construídas, estão trabalhando para a legitimação da atual conjuntura racista da sociedade brasileira, através da manutenção das condições que perpetuam formas de opressão e marginalização da população negra no Brasil.

Outra fragilidade deste estudo está relacionada à amostra analisada. Além do número restrito de comentários, estes foram analisados apenas enquanto interações que privilegiassem o diálogo entre os comentadores. Não entrou em questão na análise, salvo em algumas situações, os repertórios interpretativos empregados na construção do texto da notícia e a influência que ele teve sobre os comentários que gerou. Sem dúvida, esta é uma das grandes fragilidades deste tudo e dos resultados a que cheguei.

O sítio selecionado possui um recurso que permite fazer uma avaliação positiva ou negativa do comentário, indicada por uma pequena mão fechada com o polegar para cima, quando a avaliação é positiva, e por uma pequena mão fechada com o polegar para baixo, quando a avaliação é negativa. É possível observar os comentários com saldo positivo e quais tiveram um saldo negativo, cruzando estes dados numéricos com aspectos relativos ao tipo de construção discursiva que materializam e o posicionamento correspondente que endossam. Esse recurso é importante, pois pode ser considerado como um modo de afirmação e de posicionamento acerca de como o comentário em questão responde ou se coloca frente à questão. No entanto, não é possível identificar se estas avaliações foram feitas pelos próprios internautas envolvidos nas discussões suscitadas pelo texto, ou se são expressões de outros internautas. Neste sentido, outra limitação deste estudo é o fato de que todo o conjunto das avaliações dos comentários feitos pelas pessoas que os leram e decidiram por livre e espontânea vontade qualificá-los positiva ou negativamente, ficou de fora da análise.

À medida que minha familiaridade com os comentários, com a riqueza de possibilidades como um todo do material coletado ia ganhando corpo, meu prazo estava já próximo de seu final. Ao longo dos 250 comentários que coletei, foram feitas mais de duas mil avaliações, que certamente permitiriam uma leitura mais aprofundada dos efeitos destas

sobre as argumentações que vão se desenvolvendo ao longo dos comentários, bem como permitiria acompanhar de uma outra perspectiva o nível de aceitação das posições e dos argumentos em questão. O trabalho de Susan Condor (2006), um tipo de pesquisa em psicologia social profundamente influenciado pela perspectiva da dialogicidade da linguagem, de Mikhail Bakhtin, problematiza a questão das expressões públicas de preconceito racial como efeitos coletivos que se respaldam nas falas, mas também em gestos, olhares, numa série de outros sinais que os interlocutores emitem. Seu trabalho problematiza o modo como estes outros elementos presentes nas interações públicas abrem ou fecham possibilidades de, no espaço, no contexto, e articulados a um conjunto bastante amplo de outros discursos, os sujeitos possam se estabelecer e definir seu lugar dentro de uma situação interativa através da expressão pública do preconceito. A psicologia social dialógica proposta pela autora certamente pode contribuir muito para a análise do material coletado neste estudo de caso, e também para esta modalidade de pesquisa das práticas discursivas na esfera virtual.

Por fim, nesta etapa final de discussão dos resultados, apresento um estudo publicado em 2013 sobre o modo como a questão das cotas foi construída pela imprensa carioca, estabelecendo as direções do debate público e servindo como um exemplo de como a mídia trabalha na construção e na disseminação dos repertórios interpretativos que as pessoas utilizam na construção de suas posições em situações de interação cotidianas.

A Revista Brasileira de Ciência Política publicou um artigo sintetizando os resultados de uma pesquisa levada a cabo por três pesquisadores do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) em torno das estratégias editoriais orquestradas pelo jornal *O Globo* na apresentação da questão das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras como uma controvérsia pública (CAMPOS, FERES JÚNIOR & DAFLON, 2013). Na descrição dos resultados da pesquisa, os autores destacam as características principais do modo como a estratégia editorial do jornal se configurava como uma forma de “administração do espaço do debate”. A pesquisa acaba por desconstruir todo um conjunto de aspectos da organização do jornal enquanto espaço de debate público, desligado de partidarismos e por isso capaz de criar condições para a organização isenta de espaços de discussão e pluralidade de pensamento, trazendo à tona as principais balizas envolvidas no processo de, ao mesmo tempo, possibilitar o debate público de opiniões divergentes e conduzir os rumos e o modo como a questão se desenrola ao longo do tempo.

Os autores enfatizam a importância fundamental da discussão sobre as diversas

divisões internas do jornal e os gêneros discursivos que nelas tomam assento. Identificando a separação de quatro seções distintas dentro do *corpus* analisado, destacam o modo como se produz uma certa forma de articulação destas sessões que, servindo de princípios voltados à concretização da imparcialidade e da isenção jornalísticas, acaba sendo um campo privilegiado para a análise do modo como os processos de constituição e construção do espaço de debate é amplamente preñado de aspectos que permitem conduzir esse mesmo debate.

“Ao rotular uma temática como 'controversa', a imprensa contribui para a criação de um cenário de dúvida e, simultaneamente, se apresenta como depósito de informações supostamente capazes de subsidiar tomadas de posição mais bem fundamentadas. Esse processo de rotulação permite à imprensa se apresentar como espaço de debate, como arena pública onde diferentes opiniões sobre um determinado tema se encontram, se expressam e se comunicam com um público de leitores. Enquanto tal, a imprensa se apresenta não somente como uma instituição fundamental para o bom funcionamento da esfera pública mas, sobretudo, como um espaço público em si. Por isso, a rotulação de uma problemática como controversa possibilita à imprensa aumentar a sua capacidade de agendar e enquadrar os debates públicos que ela mesma contribui para criar.” (CAMPOS, FERES JÚNIOR & DAFLON, 2013, p.8).

Dentre as teses apresentadas pelos autores no que diz respeito ao modo como a mídia tradicionalmente produz efeitos e pauta a agenda dos debates públicos, grande parte delas destaca a estratégia do enquadramento como o modo fundamental através do qual a mídia interfere no debate público. Esta interferência se manifestaria, por exemplo, através do estabelecimento de filtros e formas de realçamento de determinados aspectos relativos aos temas ou posições em discussão. A estratégia de garantir espaço de voz para alguns atores sociais e negá-lo a outros representa uma das formas mais evidentes deste modo de condução, administração ou manipulação do debate.

Contudo, os autores buscam destacar sua contribuição a partir da ênfase num segundo aspecto também fundamental destas formas de atuação política da mídia sobre o campo da esfera pública. Esta perspectiva destaca a importância da compreensão do modo como a mídia configura o espaço em que os debates podem ocorrer.

“A tese do enquadramento aponta para uma maneira segundo a qual a imprensa exerce o papel de ator político. A tese da administração do espaço de debate também o faz, mas por outros meios: não oferecendo um enquadramento mais ou menos fechado do tema, mas permitindo a expressão de enquadramentos antagônicos e vozes dissonantes, ainda que de maneira controlada. Na prática, é muito difícil demarcar nitidamente em que medida e em quais momentos a imprensa atua como ator político ou como administradora do espaço público. Parece-nos que, na verdade, ela exerce na maior parte das vezes ambos os papéis, isto é, ao representar o espaço público ela tenta influir de forma mais eficaz nos destinos que as polêmicas públicas tomam.” (CAMPOS, FERES JÚNIOR & DAFLON, 2013, p.9).

De maneira geral, o resultado do estudo de caso feito pelos autores identificou duas estratégias editoriais articuladas no modo como o jornal *O Globo* apresentou as posições relativas ao tema das ações afirmativas raciais. Por um lado, um conjunto de medidas voltadas para a produção de um efeito de neutralidade e de imparcialidade no modo como o jornal promoveu a possibilidade de articulação de um espaço público de discussões, assegurando assim sua legitimidade. No entanto, por outro lado, dados coletados na pesquisa também permitiram encontrar algumas estratégias do jornal que produziram como efeito o favorecimento de uma certa perspectiva em relação ao tema das ações afirmativas raciais.

Esta pesquisa tem valor estratégico para este estudo de caso, na medida em que destaca não apenas o valor dos textos jornalísticos produzidos a partir dos cânones que permitem-nos diferenciá-los dos textos de articulistas e colunistas, mas também por destacar a força que estes textos têm enquanto estratégia de administração do debate público dentro destes veículos de comunicação. Os resultados quantitativos demonstraram que, a partir de 2004, quando, após três anos de um tratamento da questão das ações afirmativas como um tema praticamente situado no Estado do Rio de Janeiro, o jornal expressa uma tendência constante de apresentação de posições favoráveis e contrárias no espaço do jornal, produzidas e assinadas por diferentes atores sociais, mas que tem principalmente no campo dos editoriais e das cartas dos leitores, o espaço em que se expressa de fato a posição política do jornal frente ao tema. Ao longo dos quatro últimos anos analisados pelos autores, a diminuição e o aumento da publicação de textos opinativos sobre a temática das ações afirmativas raciais manteve uma proporção constante, onde identificou-se sempre um favorecimento das perspectivas contrárias às cotas raciais.

O estudo publicado pelos autores denuncia um dos modos como os espaços públicos de debates são atravessados por forças profundamente enraizadas nas formas de dominação contemporâneas. Neste estudo, foi possível observar que formas de condução e administração do debate podem ser encontradas também no espaço virtual da internet, a despeito do potencial libertador e democrático que ela pode apresentar nos modos a partir dos quais permite a inserção, administração e difusão de discursos com níveis bastante diferentes de controle por parte dos agentes econômicos e políticos tradicionalmente ligados ao campo da comunicação de massa no Brasil.

Neste sentido, tomando o trabalho dos autores como referência fundamental para a

perspectiva que adotei aqui, busquei não o campo dos meios de comunicação tradicionais (textos impressos, programas de televisão, filmes etc.), mas o das tecnologias da informação e da comunicação, solo que se revelou fértil e promissor para investigações futuras de novas formas de sociabilidade e experiência política, ainda que não possamos desconsiderar as estratégias de administração do debate público que são levadas à cabo pelas empresas e agências de comunicação, produzindo um conjunto específico de condições para os debates na internet, construídos de maneira articulada às diferentes formas de noticição das problemáticas sociais que ganham espaço no cotidiano das pessoas através destas agências e da rede mundial de computadores.

A pesquisa descrita acima faz parte do conjunto de trabalhos que se ocupam da análise do discurso dos meios de comunicação de massa como material de estudo dos posicionamentos públicos sobre as ações afirmativas raciais, particularmente o sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras. Há também o caso do trabalho de Luiz Augusto Campos, que analisa os argumentos de cientistas sociais brasileiros expressos em textos publicados na mídia impressa brasileira. De acordo com o autor, o interesse no discurso destes cientistas sociais seu deu em função do protagonismo que alguns deles assumiram neste debate, produzindo textos e posicionamentos que acabaram ganhando espaço significativo em jornais como a Folha de S.Paulo e O Globo (CAMPOS, 2012).

Embora o valor da mídia escrita nos processos de construção das opiniões e na legitimação de versões ou pontos de vista sobre os fenômenos seja inegável, o autor reconhece a necessidade de investigações que se debrucem sobre outros espaços também importantes para o tratamento e discussão do tema em questão:

"Eleger os discursos veiculados na imprensa como fontes privilegiadas de pesquisa não significa assumir que a controvérsia pública em torno das cotas resume-se a esse foro de debate. Obviamente, existem outros espaços de diálogo sobre o tema – muitos deles, talvez, mais plurais e inclusivos que a grande imprensa. Sugere-se apenas que a imprensa escrita é um espaço de discussão dentre vários outros com uma importância inegável para o destino das ações afirmativas no Brasil." (CAMPOS, 2012, p.54).

Concordo com o autor em relação à necessidade de investigação de diálogos em outros campos de interação, e assumi a tarefa de analisar um espaço mais plural e inclusivo do que a grande imprensa. Neste sentido, o campo dos comentários a textos publicados na internet adquiriu importância fundamental na ampliação do conhecimento acerca dos diferentes posicionamentos em relação ao tema, e também para o estudo do modo como posições

articulam discursivamente estratégias de legitimação e manutenção das condições atuais de opressão através do emprego de repertórios interpretativos voltados para a naturalização das desigualdades raciais e para a negação da discriminação racial e do racismo. Este campo dá visibilidade ao modo como estes posicionamentos presentificam diferentes recursos interpretativos co-geradores de práticas sociais diversas, das discriminatórias às inclusivas.

A opção por analisar os comentários também busca dar visibilidade para a especificidade e a variabilidade das construções discursivas dos participantes e do uso que fazem dos diversos recursos interpretativos disponíveis. Se podemos pensar a grande imprensa como responsável pela produção e veiculação de parte significativa destes recursos, a internet coloca a questão do acesso, da recepção/apropriação e recriação destes recursos num nível absolutamente diferente e mais diversificado. Este aspecto pode ter como consequência construções discursivas amparadas em argumentos que extrapolam aqueles descritos por Campos (2012), mesmo as esferas delineadas por Ferreira & Mattos (2007).

Tal como Campos (2012), penso que o destino das políticas afirmativas no Brasil tem nos debates entre os diferentes segmentos da sociedade um campo fundamental para sua construção. No entanto, atribuir aos debates na mídia impressa e ao seu nível de circulação uma importância que negligencia as tensões existentes nos debates que ocorrem em campos mais localizados e circunscritos me parece deixar de lado uma parte importante dos processos de construção das relações sociais e de poder na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito ao racismo, prática tão marcada pelo uso de estratégias discursivas eficazes em disfarçá-lo, distorcê-lo, denegá-lo. Neste sentido é que o campo da internet, do uso concreto de aparatos tecnológicos para a sustentação de ambientes de trocas discursivas menos lineares e unidirecionais se torna um campo de investigação tão significativo. Apesar de todos os riscos que a internet possui no que diz respeito, por exemplo, aos “filtros-bolha” de Eli Pariser⁸, considero-a como um espaço com possibilidades de interação com a informação mais diversificadas do que a possibilitada pela mídia impressa. Ao que parece, isso permite um nível de co-existência entre diferentes discursos de maneira muito mais aberta e democrática.

⁸ “À medida em que empresas da Web se esforçam para fornecer serviços sob medida para nossos gostos pessoais (incluindo notícias e resultados de pesquisa), acontece uma perigosa e não intencional consequência: Caímos na cilada dos “filtros-bolha” e não somos expostos às informações que poderiam desafiar ou ampliar nossa visão de mundo. Eli Pariser argumenta vigorosamente que isto, definitivamente, mostrar-se-á ruim para nós e para a democracia.”. O vídeo com a conferência relacionada a este tema encontra-se no endereço abaixo. A última vez que visualizei o vídeo, em 29 de janeiro de 2014, já contava com 2.855.816 exibições. http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles.html.

Analisando o campo da internet como espaço para participação democrática e para debates políticos, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (2006) afirma que o território constituído pela estrutura tecnológica da internet pode ser compreendido como uma espécie de “esfera pública virtual”, pensada como “conversação civil”. Para ele, “os debates envolvidos em listas de discussão e fóruns on-line abertos a qualquer usuário atuam de modo mais eficaz como espaço destinado à formação complementar de opiniões do que como um espaço decisório por excelência.” (MARQUES, 2006, p.164). Embora concorde com a posição de Marques (2006), a perspectiva adotada aqui em relação à natureza das práticas discursivas amplia a potência construtiva destas participações em fóruns e listas de discussão, já que os discursos mobilizados e implementados nestas situações são derivados de recursos interpretativos disponíveis dentro e fora dos fóruns, das listas de discussão e dos textos geradores dos comentários, no caso específico do presente estudo.

Lycarião e Sampaio (2010), em investigação sobre a participação política na internet e as formas de fomentá-la, discutem as principais dificuldades e obstáculo nas possibilidades de uso político da internet. Destacam o quanto o campo da pesquisa sobre os potenciais democráticos da internet e suas implicações já se consolidou e caracteriza-se como uma espaço de diversidade de abordagens analíticas. Dentre elas, os autores optam pela problematização do uso das tecnologias digitais de comunicação para fins políticos⁹. Embora considerem que aspectos relacionados por exemplo ao campo da participação direta nas decisões políticas podem minimizar déficits democráticos contemporâneos, mas de maneira nenhuma eliminá-los, os autores acreditam que algumas modalidades¹⁰ de uso da internet podem trazer efeitos benéficos para a dimensão organizativa e crítica, podendo fazer com que seus efeitos reverberem em formas de pressão política sobre os governantes e mesmo no aumento da legitimidade das decisões políticas atravessadas por estes processos. Contudo, cidadãos mais participantes e críticos não são um derivado direto e espontâneo do uso, menos ainda da existência da internet.

A investigação das conversações espontâneas na internet se configurou como uma estratégia eficaz para o estudo das práticas discursivas, com possibilidades ainda por serem

⁹ O trabalho dos autores apresenta três modalidades de participação política: “(1) a tentativa indireta de influência dos cidadãos sobre o sistema político, buscando (...) a proteção de direitos; (2) a participação direta dos cidadãos, o que geraria resultados mais justos, além do autodesenvolvimento dos participantes, e (3) a discussão política, a qual visaria ao entendimento mútuo entre os cidadãos de modo a processar legitimidade sobre as decisões políticas.” (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2010, p.98).

¹⁰ “(a) interpretação de interesses e construção da identidade coletiva; (b) constituição da esfera pública; (c) ativismos políticos, embates institucionais e partilha de poder; (d) supervisão e processos de prestação de contas.” (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2010, p.98).

compreendidas através de explorações futuras, tanto do material bruto coletado para este estudo (texto da notícia, seus 250 comentários e as 2414 avaliações dos comentários), quanto por temáticas e campos-tema ainda por se construir. O acesso ao material bruto deste estudo é aberto, e pode ser feito através do download do arquivo¹¹ em formato .pdf, que não está aberto para edição, mas não possui restrição de conteúdo.

Outro limitação deste estudo que é fundamental destacar está relacionada ao trabalho solitário deste pesquisador. Embora em nenhum momento caminhei de fato sozinho pelo percurso de construção desta dissertação – tantas foram as pessoas que encontrei e convivi dentro e fora da USP e que atravessaram minha reflexão sobre o tema, criaram condições de alguma forma para que o desenvolvimento da minha atividade de produção e de reconstrução de sentido estivesse acontecendo durante todo o percurso – o trabalho árduo de estudar as fontes bibliográficas em outro idioma, meu desconhecimento de outros pesquisadores que trabalhassem com abordagem semelhante no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, fez do caminho através da reflexão teórica, metodológica e analítica, um percurso difícil, que ainda precisa de amadurecimento para se tornar uma direção.

¹¹ Link para download do arquivo: <https://www.dropbox.com/s/9sqiwucg70m3juj/04.03.2014%20-%20MATERIAL%20BRUTO%20-%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf> . Criado em 04.03.2014.

10 RECOMENDAÇÕES FUTURAS

Neste momento de fechamento de um percurso árduo através dos processos envolvidos neste estudo de caso, em que a produção deste texto, destas linhas que escrevo neste momento, preparam um acontecimento institucional, acadêmico, um acontecimento científico, um acontecimento ético-político, um acontecimento produtor de sentidos, poucas são as respostas ou conclusões a que me vejo chegar. Por isso mesmo é que esta última parte da dissertação foi nomeada “Recomendações futuras”. Isto em função do fato de que as principais contribuições do estudo em questão se vinculam mais ao conjunto de possibilidades de investigações futuras do que a resultados conclusivos, generalizáveis ou inovadores. A tensão entre criação e transformação se colocou de maneira marcante neste estudo, atravessando de ponta a ponta o percurso que ele inscreve/descreve. O trabalho com as práticas discursivas, ao direcionar o foco sobre o campo da negociação de sentido, permite apostar em possibilidades de rompimento com esta dicotomia, valorizando exatamente a criatividade dos usos dos repertórios interpretativos que nos antecedem historicamente, mas também as possibilidades de produção de efeitos novos, resultantes das possibilidades de criação que os espaços contextualizados de produção de sentido organizam.

O aspecto central que este estudo de caso buscou evidenciar é a riqueza que a internet, particularmente o espaço de comentários, pode ter como campo para o estudo das práticas discursivas, sem limitações em relação aos tipos de temas que podem ser abordados a partir desta perspectiva. Neste sentido, convido a meus leitores e críticos a expandir os horizontes de possibilidades de investigação nesta área, mesmo que através da refutação dos resultados alcançados na análise desenvolvida aqui, mas que valorizem a delimitação deste campo empírico como um espaço promissor para novas pesquisas.

Que novas investigações possam vir a radicalizar a dimensão dialógica da produção de sentidos na internet através de uma abordagem das interações que inclua elementos próprios do espaço da internet, tais como as avaliações positivas e negativas dos comentários, indicadores com uma amplitude maior na captação das tensões existentes entre as diferentes versões dos eventos em questão que encontram-se em jogo nos processos de produção de sentido.

Acredito que pela própria proposta teórico-metodológica da psicologia social discursiva, que envolve um deslocamento da perspectiva do indivíduo para a da produção de

sentido, produção esta sempre coletiva, relacional, dialógica, este estudo é bastante limitado e falho. A perspectiva dialógica, já presente no trabalho de Margareth Wetherell e Jonathan Potter (1992), levada mais longe por Susan Condor (2006) no estudo das expressões públicas do preconceito racial como construções dialógicas, oferece recursos potentes para pesquisas com práticas discursivas no espaço dos comentários na internet, aproveitando inclusive as avaliações dos comentários dos usuários como um conjunto de dados problematizáveis em relação aos efeitos de sentido que podem desdobrar sobre as práticas discursivas neste contexto. Auxilia ainda a construção desse espaço como um campo a partir do qual se pode compreender a presença e a densidade histórica e política dos recursos interpretativos e das estratégias discursivas empregados pelas pessoas em situações conversacionais microsociais.

As linhas traçadas por este estudo de caso permitem apostar no valor heurístico que a estratégia teórico-metodológica e analítica da psicologia social discursiva pode oferecer para trabalhos envolvendo grupos de pesquisadores. A utilização desta perspectiva em pesquisas em que sejam garantidas as paridades racial e de gênero dentro do grupo de pesquisadores, por exemplo, pode oferecer um horizonte ético-político promissor para investigações e problematizações dos processos de produção de sentidos sobre relações raciais e de gênero no cotidiano e dentro dos espaços acadêmicos. A dimensão dialógica e negociada da construção de sentidos é algo que tradicionalmente pertence ao espaço dos objetos de estudo, mas que precisa ser compreendida enquanto aspecto que atravessa também o processo de produção de conhecimento.

A potência da dimensão dialógica da produção de sentido se impõe no campo do estudo das práticas discursivas na medida em que toda a aposta da psicologia social discursiva está relacionada ao campo da linguagem em ação, empregada em contextos relacionais, onde ocorrem as interações cotidianas espontâneas que estão na base da experiência de realidade e de sentido que configura parte significativa dos processos historicamente circunscritos de produção de subjetividades. A não problematização do papel da dialogicidade na produção dos passos analíticos desse estudo também pode ser considerada uma de suas limitações significativas.

Uma última consideração acerca de duas coisas: igualdade e ações afirmativas.

A possibilidade de encontrar ressonâncias, no discurso dos brasileiros, de repertórios interpretativos empregados na construção de posicionamentos sobre relações raciais na Nova Zelândia chamou minha atenção. A princípio, pensei que isto poderia ser o efeito das leituras

que eu estava fazendo durante o processo da pesquisa, fortemente influenciada pelo trabalho dos autores sobre o tema. Contudo, pesquisadores como Joel Zito de Araújo (2009), que mencionam a questão do racismo como um problema transnacional, articulado com diversos aspectos da globalização, fizeram toda a diferença na possibilidade de compreender de fato os efeitos concretos, ético-políticos do linguagem em uso, ressaltando ainda mais, aos meus olhos, seu valor enquanto objeto de pesquisa e como forma de problematização da produção de conhecimento, esta também uma prática de produção de sentido.

Segundo o prof.^o Kabenguelê Munanga (2004), numa mesa redonda chamada “Psicologia e Racismo – uma autocrítica necessária I”, posteriormente publicada pelo Conselho Federal de Psicologia em conjunto com outras intervenções de estudiosos vinculados ao tema dos Direitos Humanos, a questão dos princípios básicos de liberdade, fraternidade e igualdade, carros-chefe das revoluções burguesas do século XVIII, coexistiram com práticas discriminatórias, colonialistas e escravistas. Isso de fato se mostrou presente na atualidade, quando pesquisas como o presente estudo de caso, mas também a pesquisa de Wetherell & Potter (1992) e de CAMINO et al (2013), apresentam as mesmas formas de negação da discriminação, da hierarquia social construída a partir das diferenças econômicas, de gênero e de raça, num movimento marcado pela negação dos privilégios que caracteriza a condição das populações brancas economicamente favorecidas.

“Tanto o primeiro artigo da Declaração dos Direitos Humanos, de 1789, de Paris, segundo o qual todos os homens nascem, permanecem livres e iguais em direitos, como a Declaração Americana de Virgínia, de 1776, segundo a qual todos os homens nascem igualmente livres, independentes e têm direitos certos, essenciais e naturais, foram formulados com base nesta identidade genérica dos seres humanos [ser racional diferentes dos animais]. Porém, a França, uma das terras onde foi desenvolvida essa filosofia de liberdade e de igualdade, manteve a escravidão em suas colônias até 1848, como se os herdeiros da Filosofia das Luzes não tivessem visto nada de chocante no código negro, que fazia dos africanos, deportados nas Antilhas, bens móveis com estatuto jurídico de objetos, que se podem comprar e vender. A mesma França, além da experiência do Vietnã, fechou os olhos aos princípios de direitos dos homens, de liberdade e de fraternidade, ao rejeitar as reivindicações de independência do povo argelino, que só foi conquistada pela violência e custou milhões de vidas humanas. Da mesma maneira, a Constituição [norte-americana, de 1787, era favorável à incorporação da abolição na Declaração dos Direitos do Homem, mas a abolição da escravidão só foi proclamada em 1868 e a garantia do direito de voto para os negros veio bem mais tarde, através das leis sobre os direitos cívicos adotadas de 1957 a 1965.” (MUNANGA, 2004, p.90-91).

Neste sentido, a estratégia de negação ou ocultamento das desigualdades sociais e das injustiças produzidas e reproduzidas para a garantia dos privilégios dos grupos dominantes através do emprego de uma retórica liberal, que afirma a liberdade, a fraternidade e a

igualdade de todos, é uma estratégia antiga, e que acompanhou concretamente a expansão das novas formas de imperialismo. Contudo, uma contextualização histórica precisa ser feita.

A hipótese de trabalho deste estudo de caso amparou-se direta e acriticamente na possibilidade de estender para a realidade brasileira as características da situação encontrada na Nova Zelândia do final dos anos 1980, estudada pelos autores aqui utilizados como referência teórico-metodológica básica. Naquele contexto, o destaque dos autores foi para, entre outros aspectos, o modo como elementos de um ideário liberal foram empregados para a construção de posições que justificavam as desigualdades que marcavam as relações raciais no país, ao mesmo tempo em que afirmavam princípios do igualitarismo, do mérito e da liberdade individuais. Estes princípios, demonstraram os autores, foram estrategicamente empregados pelos Pakeha neozelandeses na construção de posicionamentos que se colocavam contrários à medidas voltadas para a redução das desigualdades sociais existentes entre estes e os Maoris, particularmente ações afirmativas objetivando efeitos reparadores e compensatórios em relação aos efeitos do colonialismo.

Essa realidade guarda semelhanças com a situação em questão neste estudo de caso. Contudo, não é possível desconsiderar as diferenças contextuais que marcam a realidade sócio-cultural brasileira. Um dos aspectos fundamentais deste ponto, é o fato de que os princípios liberais que lá estiveram na base de argumentação dos entrevistados, aqui precisam ser lidos a partir de uma outra chave de interpretação: a perspectiva do neoliberalismo, que marcou os últimos vinte anos da história recente do Brasil, e que ainda hoje povoa o imaginário de grande parte da elite conservadora brasileira, particularmente contrária às ações afirmativas em geral, e ao sistema de cotas raciais em particular.

Diferentemente da perspectiva liberal, “originalmente uma ideologia que nasce no século XVIII para defender os interesses da classe média burguesa contra a oligarquia militar e religiosa e o Estado absoluto ou autocrático, o neoliberalismo surge no último quartel do século XX para defender os interesses dos ricos contra os trabalhadores e os pobres e contra um Estado democrático.” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p.88). Neste sentido, ao invés de amparados numa perspectiva que de fato esteja engajada na defesa de políticas de promoção de igualdade, os argumentos empregados nos posicionamentos contrários às cotas raciais nas universidades públicas brasileiras representam a defesa de estratégias políticas de manutenção das desigualdades, valorizando “o individualismo e a individualização, a falta de valores compartilhados e de solidariedade, a culpabilização das vítimas para explicar a pobreza e a

exclusão, a reação crescente contra os imigrantes pobres, a insegurança e o risco por toda parte, o caráter líquido e indefinido das relações sociais, o relativismo generalizado combinando com o fundamentalismo de mercado.” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p.87). Segundo Reginaldo C. Moraes (2002, p.15), o neoliberalismo “acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação dos recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador de empenhos e engenhos inclusive. Nesse imaginário, o mercado é a matriz da riqueza, da eficiência e da justiça”.

Assim, é possível observar em vários dos argumentos destacados neste estudo, aspectos que remetem às caracterizações do neoliberalismo citadas acima, enfatizando o aspecto declaradamente reacionário e conservador destes argumentos, que refletem aspectos fundamentais do como o combate ao racismo através de políticas públicas de promoção de igualdade é amplamente mal visto pela elite conservadora, principalmente no que diz respeito ao campo da educação superior pública, um dos grandes redutos a partir do qual esta elite articula suas estratégias de manutenção de privilégios historicamente constituídos.

Neste sentido, é fundamental que novas pesquisas identifiquem e denunciem estas estratégias e seus efeitos micro e macropolíticos, já que os repertórios interpretativos presentes na construção dos posicionamentos contrários esteve, em larga medida, alinhada aos argumentos que motivaram a ADPF nº 180, objetivando a crítica do sistema de cotas raciais nas universidades através justamente da retórica neoliberal, em favor da manutenção de políticas tradicionalmente mantenedoras das desigualdades sociais. Embora por si só não possam ser considerados racistas, estes repertórios interpretativos foram empregados na deslegitimação de uma decisão unânime, em favor de uma causa histórica. Foram feitas muitas audiências públicas em períodos próximos ao julgamento da ADPF nº 180 objetivando embasar a decisão do STF. Mesmo fora do campo institucional o tema, o Movimento Negro sedimentou as bases para o combate ao racismo velado e institucionalizado imperante no Brasil, produtor de um tipo profundamente perverso e persistente de desigualdades: as ações afirmativas de corte racial. E aqui chego ao último aspecto que pretendo abordar nestas recomendações futuras.

Recentemente, assumi a responsabilidade de ministrar a disciplina de “Relações Étnico-Raciais no Brasil”, no curso de Psicologia da universidade onde leciono. Sem dúvida, uma oportunidade ímpar, um grande desafio de trabalhar este tema no contexto de uma universidade privada, num curso essencialmente frequentado por mulheres brancas, poucos

homens, menos ainda por mulheres negras. A proposta da disciplina é conhecer as relações étnico-raciais no Brasil a partir das legislações atuais. São apresentadas as leis 10.639/03 e 11.645/08. O objetivo principal é a discussão dos aspectos implicados na aprovação destas leis, seu papel fundamental na promoção de mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96), garantindo a inserção das temáticas sobre a História e Culturas Indígena, Africana e Afro-Brasileira nos currículos básicos da educação nos níveis fundamental e médio. Estas estratégias e os princípios que as orientam e justificam sua implementação são fundamentais para compreender o projeto ético-político implicado na luta contra a discriminação racial e contra o racismo.

Contudo, no plano de ensino desta disciplina, não foi incluída a lei 12.711/12, a lei que institui o sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas federais. Os momentos anteriores à aprovação desta lei, dos quais um deles foi o grande articulador das produções discursivas analisadas neste estudo de caso, marcaram um momento importante na discussão sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. A decisão em favor da legitimidade constitucional do sistema de reserva de vagas a partir de critérios raciais e sociais é um dos primeiros momentos em que ser negro caracteriza uma vantagem no país. Contudo esta vantagem não se constitui a partir de um solo anterior de igualdade plena e justiça, mas de uma história de dominação, opressão, violência e marginalização. Uma medida compensatória, mais do que favorecedora, que procura corrigir distorções estruturais historicamente construídas pelos efeitos perversos da escravidão, do colonialismo e do racismo incrustados na nossa sociedade até hoje.

O desligamento, no contexto do plano de ensino da disciplina, da lei 12.711/12 das outras legislações que compõem o conjunto de ações afirmativas raciais em processo de implantação no país me parece significativo, já que favorece o não reconhecimento das ações afirmativas como um conjunto de estratégias integrado, que atua em pontos específicos, com objetivos bem determinados, que precisam se conectar com outras estratégias, desenvolvidas em outros campos, para que seus efeitos sistêmicos possam ganhar corpo. A própria oposição, muito comum, entre cotas raciais x melhoria na educação para todos na verdade é uma falsa oposição. O sistema de cotas raciais, enquanto ação afirmativa, enquanto política focalizada, não substitui ou mesmo prescinde de políticas universalistas no campo da educação, de estratégias de melhoria da educação como um todo. É, antes, um dos beneficiários fundamentais de sua implementação, já que esta acelera o processo de correção das distorções

históricas construídas pelo atraso na educação de grande parte da população brasileira como um todo, e das populações negras em particular. No próprio texto da notícia, essa desarticulação é explícita, ao ponto de nem serem mencionadas estas outras legislações e seus processos de implementação. Neste sentido, este tipo de desarticulação perpetua uma incompreensão geral sobre aspectos fundamentais do reconhecimento dos efeitos do racismo sobre os processos de escolarização, das desigualdades raciais e da necessidade fundamental de que o Estado intervenha para produzir efeitos estruturais de correção sobre mecanismos discriminatórios atrelados às estruturas sociais sedimentados historicamente.

Outro aspecto fundamental sobre a questão das ações afirmativas, com o qual gostaria de encerrar estas recomendações, são os argumentos em muitos casos utilizados para justificá-las. Sem dúvida, a questão da compensação do passado, principalmente o reconhecimento do papel ativo do Estado na construção das condições de marginalização da população negra desde o período do pós-abolição, não assumindo o papel de criar garantias de que pudessem, realmente, ter acesso às mesmas condições, aos mesmos direitos, aos mesmos recursos e às mesmas possibilidades de que se beneficiou a população branca, é fundamental. Reconhecer que os privilégios da população branca construídos ao longo do período colonial e escravista permaneceram intocados é uma questão crucial na compreensão do grande rechaço que a decisão unânime em favor do sistema de cotas raciais produziu sobre aqueles que gozam destes privilégios. O entendimento das reações a esse acontecimento é importantíssimo para compreendermos suas consequências políticas sobre o campo das relações raciais.

Contudo, o ponto central desta minha argumentação final é a posta numa outra perspectiva. A valorização do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras que pretendo defender aqui se desenvolve a partir da arguição de uma das pessoas que compôs a banca de meu exame de qualificação. Os argumentos apresentados iam na direção não apenas de uma reafirmação da necessidade fundamental de que o passado não fosse negado, apagado, mitigado, ou relegado a um segundo plano, na compreensão das desigualdades raciais e nas estratégias de combate ao racismo e à discriminação racial. Mas para além disso, era preciso apostar também no futuro que esta medida pode ajudar a construir. E este futuro pode ser marcado pela diversidade de pensamento, pela ampliação de perspectivas dentro do mundo acadêmico, pelo desenvolvimento de formas plurais de compreensão, abordagem e problematização de temas como o das relações raciais no Brasil. Não apenas a partir da perspectiva das pessoas brancas, ou mesmo apenas da perspectiva das

pessoas negras, mas principalmente da criação de um espaço dialógico de produção de sentidos que não se resume à hegemonia de um ou outro dos polos envolvidos no quadro das relações raciais, brancos ou negros, e sim na potência criadora da dialogicidade e da diversidade.

Este estudo de caso, alinhando-se com esta perspectiva, aposta nos processos dialógicos de produção de sentido, na dimensão ético-política implicada nestes processos de produção de sentido, na maneira como experiências dialogadas de produção de conhecimento, amparadas, por exemplo, na questão da paridade racial e de gênero dentro de grupos de pesquisadores envolvidos com o tema. Aposta também no modo como esta perspectiva aponta para um horizonte de enriquecimento e diversificação das problematizações acerca das desigualdades sociais historicamente produzidas, sejam elas de raça, gênero ou classe, bem como nas possibilidades de trabalho para sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rubens de C. F. et al. **Quesito cor no sistema de informação em saúde**. Estudos Avançados, nº.18, vol.50, p. 119-123, 2004.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário**. História Social, n. 19, segundo semestre de 2010, p.91-108.

ARAÚJO, Carla Luzia França et al. **O quesito cor/raça em formulários de saúde: a visão dos profissionais de saúde**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2010 abr/jun; 18(2):241-6.

ARAÚJO, Edna Maria de. et al. **A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites**. Interface – Comunic., Saúde, Educ. 2009.

ARAÚJO, Joel Zito. Tevê e identidade negra diante da mundialização da cultura. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling & FISCHMANN, Roseli (orgs.). **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, p. 89-100.

ARAÚJO, Joel Zito. Mídia e produção de subjetividade: questões do racismo (mesa redonda). In: CFP. **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2009, p. 147-152.

AUGOUSTINOS, Martha. & EVERY, Danielle. Contemporary racist discourse: tabbos against racism and racist accuserions. In: WEATHERALL, Ann; WATSON, Bernadette M. & GALLOIS, Cindy. **Language, discourse and social psychology**. Palgrave Mcmillan. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and New York, 2007, p. 233-254.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, [2002] 2009, p.25-58.

BEZERRA, Heloisa Dias. **Atores políticos, informação e democracia**. Opinião Pública, Campinas, vol.14, nº.2, novembro, p.414-431, 2008.

BILLIG, Michael. **Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à psicologia social**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008 [1996].

BOECHAT, Filipe Milagres & PORTUGAL, Francisco Teixeira. **Pós-construcionismo e neo-experimentalismo em psicologia social**. Estudos e Pesquisas em Psicologia - UERJ. ano 10, nº.3, p. 930-945, 2010.

BRAGATTO, Rachel Callai. **Democracia e internet: apontamentos para a sistematização de estudos na área**. Revista Compolítica, n. 2, vol. 1, ed. Set-out, 2011.

BRANDÃO, André Augusto & MARTINS, Mani Tebet A. **Cotas para negros no ensino superior e formas de classificação racial**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.1, p. 27-45, jan./abr. 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modernidade neoliberal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.29, n.84, 2014, p.87-102.

CAMINO, Leoncio; GOUVIE, Lígia et al. **Repertórios discursivos contemporâneos sobre as desigualdades raciais no Brasil: um estudo com estudantes paraibanos de pós-graduação**. Psicologia & Sociedade; 25(1): 113-122, 2013.

CAMPOS, L.A. Cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. **Revista de Sociologia Política** - Curitiba, v.20, n.41, p.53-73, fev.2012.

CAMPOS, Luiz Augusto.; FÉRES JÚNIOR, João. & DAFLON, Verônica Toste. Administrando o debate público: O Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 7-31.

CANCLINI, Néstor García. **A cultura política: entre o mediático e o digital**. MATRIZES, nº.2, abril, p.55-71, 2008.

CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, [2002] 2009.

CARONE, Iray & NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Faíscas elétricas na imprensa brasileira: a**

questão racial em foco. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, [2002] 2009, p.163-180.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel & CARDOSO, Gustavo. (orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. Conferência promovida pelo Presidente da República. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Portugal, 2005.

CECCHETTO, Fátima. **Dilemas de uma etnografia da classificação racial em espaços institucionais**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro.v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.253-258.

CONDOR, Susan. **Public prejudice as collaborative accomplishment: towards a dialogic social psychology of racism**. Journal of Community & Applied Social Psychology. nº.16, p.1-18, 2006.

DIAS, Cristiane. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo, Hucitec, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo. 2007, vol.12, n.23, pp. 100-122.

EDWARDS, Derek & POTTER, Jonathan. **Discursive psychology**. Sage Publications. London, California, New Delhi, 1992.

FÉRES JÚNIOR, João. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 21, nº. 61, 2006, P.163-176.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Imprensa e etnia no Brasil: repensando o papel da imprensa na cobertura de minorias e a formação do jornalista. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling & FISCHMANN, Roseli (orgs.). **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de**

liberdade. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, p. 101-108.

FERREIRA, Ricardo Frankin & MATOS, Ricardo Mendes. **O afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial.** Psicologia: Ciência e Profissão, 27 (11), p.46-63, 2007.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas.** São Paulo, Selo Negro, 2009.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Aniel Meyer Ginsberg (02.10.1902-3.08.1986) inolvidável pesquisadora, antecessora da Cad. n.º 11. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, Brasil.** V.31, n.º.81, 2011, p.351-357.

FRY, Peter et al. (orgs.). **Divisões perigosas.** Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GALLO, Silvio. **Subjetividade, ideologia e educação.** Campinas, SP. Editora Alínea, 2009.

GARCIA, Wilton. Uma proposição alternativa de efeitos: a diversidade na internet. **Revista ARTEJOR**, ano 01, n.º.01 edição 00, Agosto-Dezembro, 2009.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECO**, n.º 27. Porto Alegre, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. Ideologia. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa. et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto.** 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1998, p.89-103.

GUARESCHI, Pedrinho A. & BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2005.

GUATTARI, Félix. Da produção de subjetividade. (1987) In: PARENTE, André (org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual.** 4ª edição, Rio de Janeiro, Ed. 34, [1993] 2001, p.177-193.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis, Rio de Janeiro, [1982] 2010.

GERGEN, Kenneth J. **The Social Constructionist Movement in Modern Psychology**. American Psychologist.. Vol. 40. n. 3, março de 1985, pp. 266-275.

GERGEN, Kenneth. J. **Toward transformation in social knowledge**. London, Sage Publications, 1994.

GERGEN, Kenneth J. **On the very idea of social psychology**. Social Psychology Quarterly. Vol.71, nº.4, p.331-337, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. Tempo Social, **Revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, pp. 269-287, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, [2002] 2006.

_____. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3ª edição. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, [1999] 2009.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo, Editora UNESP, 2006.

IBGE. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2011.

IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. et al. **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

JORGENSEN, Marianne & PHILLIPS, Louise J. **Discourse analysis as theory and method**. Sage Publications, London. Thousand Oaks, New Delhi, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. Mídia e democracia no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling & FISCHMANN, Roseli (orgs.). **Mídia e tolerância: a ciência construindo**

caminhos de liberdade. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, p. 39-50.

LAGUARDIA, José. **O uso da variável "raça" na pesquisa em saúde.** PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(2):197- 234, 2004.

LEMONS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 3ª ed. Porto Alegre, Sulina, [2002] 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. 34, [1990] 2011.

_____. **O que é o virtual?** 2ª ed. São Paulo, Ed. 34, [1995] 2011.

_____. **Cibercultura.** 3ª ed. São Paulo, Ed. 34, [1997] 2011.

LYCARIÃO, Diógenes & SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Sociedade civil online: diferentes usos da internet para fomentar a participação política.** Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 11, n. 25, p. 97-106, maio/ago. 2010.

MAINGUENEAU, Dominique & CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso.** 3ª. ed. São Paulo, Contexto, 2010.

MAIO, Marcos Chor. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadenos Págu.** Nº 35, julho-dezembro 2010, p.309-355.

MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2010.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, no 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MÉLLO, R.P.; SILVA, A.A.; LIMA, M.L.C.; DI PAOLO, A.F. **Construcionismo, práticas linguageiras e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social.** Psicologia & Sociedade, nº 19 (3),2007, p.26-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-71822007000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> . Acesso em: 13.07.2012.

MONTERO, Maritza. Estratégias discursivas ideológicas. In: LANE, Silvia T. M. & SAWAIA, Bader B. (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo, Brasiliense/EDUC, 1995, p.83-96.

MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação e Sociedade**, v.23, n.80, setembro. Campinas, 2002, p.13-24.

MUNANGA, Kabenguelê. Psicologia e racismo: uma autocrítica I (mesa redonda). In: SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira (coord.). **Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão**. São Paulo, Casa do Psicólogo. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2004, p.89-94.

PARKER, Ian. **Qualitative psychology: introducing radical research**. Open University Press. Berkshire, Inglaterra, 2005.

PEREIRA, Idílio Medina. **O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. Vol. X No 3 - setembro/dezembro 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro, 2008.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, [2002] 2009, p.59-90.

PIZA, Edith & ROSEMBERG, Fulvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, [2002] 2009, p. 91-120.

POTTER, Jonathan & LITTON, Ian. **Some problems underlying the theory of social representations**. *British Journal of Social Psychology*. nº 24, p.81-90, 1985.

POTTER, Jonathan. & EDWARDS, Derek. *Discursive Social Psychology*. In: ROBINSON, P.; GILES, H. **The new handbook of language and social psychology**. John Wiley & Sons Ltd. 2001, p.103-118. Disponível em:< <http://www-staff.lboro.ac.uk/~ssde/potter%20edwards%20dsp%20new%20hanbook%20sp%202001.pdf> >. Acesso em 10.07.2012.

POTTER, Jonathan & WETHERELL, Margaret. **Discourse and social psychology: beyond attitudes and behavior**. London, Sage Publications, 1987.

POTTER, Jonathan. **Representing reality: discourse, rhetoric and social construction**. Sage Publications. London, Thousand Oaks, New Delhi, 1996.

POTTER, Jonathan. **Qualitative and discourse analysis**. In: SCHOOLER (ed.) *Comprehensive Clinical Psychology Vol.3: Research Methods* (pp.117-144), Amsterdam, Elsevier Science, 1998.

SANSONE, Livio. **Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda**. Afro-Ásia, nº.18, p.165-187, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer & MARTINS, Hildeberto Vieira. **Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais**. *Psicologia Ciência e Profissão*, vol. 32, 2012, pp. 166-175.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo, Ed. 34, 2003.

SANTOS, Ana Elisa de Carli dos. **Percepções e representações da mídia impressa quanto ao debate da ação afirmativa e das cotas para a população negra no Brasil**. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, de 25 a 27 de abril, Florianópolis, 2007.

SANTOS, Joel Rufino. **Mídia e produção de subjetividade: questões do racismo (mesa redonda)**. In: CFP. **Mídia e psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2009, p. 153-156.

SERRA, Lia & SCHUCMAN, Lia Vainer. **Branquitude e progresso: a Liga Brasileira de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão**.

PSICOLOGIA POLÍTICA. VOL. 10. No 19. PP. 41-55. JAN. – JUN. 2010.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** (Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista, & ROSEMBERG, Fulvia. Black and white people in the brazilian media: racist discourse and practices of resistance. In: VAN DIJK, Teun Adrianus, (org.). **Racism in latin america.** Lexiton Books, USA, 2009, p.57-93.

SPINK, Mary Jane P. (org.). **práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane Paris & SPINK, Peter Kevin. A psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal & PORTUGAL, Francisco Teixeira (orgs.). **História da psicologia:** rumos e percursos. 3ª edição. Rio de Janeiro, Nau, 2013, p. 679-700.

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de campo em psicologia social:** uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2ª ed. Petrópolis/RJ, 1995.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. **Os discursos e a dimensão simbólica:** uma forma de abordagem à psicologia social. *Estudos de Psicologia*. Vol.4, nº.1, p.39-59, P.1999.

VAN DIJK, Teun Adrianus, (org.). **Racism in latin america.** Lexiton Books, USA, 2009.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder.** 2ª edição. São Paulo, Contexto, 2010.

VIEIRA, Vinícius Rodrigues & JOHNSON, Jacquelyn. (eds.). **Pictures and mirrors: race and ethnicity in Brazil and the United States.** São Paulo, FEA-USP, 2009.

WEATHERALL, Ann; WATSON, Bernadette M. & GALLOIS, Cindy. **Language, discourse and social psychology.** Palgrave Mcmillan. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and New

York, 2007.

WETHERELL, Margaret & POTTER, Jonathan. **Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation**. New York, Chichester, West Sussex. 1992.

WIEWIORKA, Michel. **Racismo, uma introdução**. Coleção Debates. Editora Perspectiva, 2007.

WODAK, Ruth. & REISIGL, Martin. **Discourse and racism: european perspectives**. Annu. Rev. Anthropol. n.º. 28, p. 175-199, 1999.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula & XAVIER, Patrícia Alves de Matos. A invenção e a reinvenção do estereótipo dos afrodescendentes: o papel da ciência, dos cientistas e dos meios de comunicação na formação e articulação do discurso da intolerância. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling & FISCHMANN, Roseli (orgs.). **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, p. 109-120.

ANEXO

MATERIAL BRUTO COLETADO

FONTE: TERRA NOTÍCIAS

[<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI5741490-EI8266,00-Com+votos+a+STF+aprova+cotas+raciais+em+universidades.html>]

ACESSO EM: 16.11.2012 [Data da coleta dos dados]

TEXTO PUBLICADO EM: 26.04.2012, 16h35, atualizado 22h19

COMENTÁRIOS REGISTRADOS ENTRE 27/04/2012, 01h45 E 08/05/2012, 17h12.

NOTÍCIAS

“Com 10 votos a 0, STF aprova cotas raciais em universidades”

GUSTAVO GANTOIS

Direto de Brasília

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) consideraram constitucional o sistema de cotas raciais para ingresso de alunos afrodescendentes em universidades públicas. A votação, que terminou com 10 votos favoráveis e nenhum contrário, foi encerrada por volta das 20h10 desta quinta-feira com pronunciamento do presidente da Corte, Ayres Britto. "O Brasil tem mais um motivo para se olhar no espelho da história e não corar de vergonha", disse o ministro ao proclamar o resultado.

O julgamento teve início na quarta-feira quando Ricardo Lewandowski, relator da ação do DEM contra o sistema de reserva de vagas da Universidade de Brasília (UnB), rejeitou o pedido do partido político e reconheceu a constitucionalidade do ingresso. O sistema da UnB prevê a destinação de 20% das vagas do vestibular a candidatos autodeclarados negros ou pardos. A universidade defendia que isso soluciona uma desigualdade histórica. O DEM, por sua vez, afirmava que o sistema fere o princípio da igualdade e ofende dispositivos que estabelecem o direito universal à educação.

Por volta das 19h, o ministro Celso de Mello deu início a sua fala, favorável ao modelo adotado desde 2004 pela Universidade de Brasília (UnB). Antes dele, Marco Aurélio considerou constitucional as cotas. Gilmar Mendes deu o sétimo voto favorável, mas disse que é necessária a revisão do modelo de cotas com uma ressalva ao voto do relator Ricardo Lewandowski.

O ministro Luiz Fux foi o primeiro a se pronunciar nesta quinta-feira. Elogiando o voto do relator feito ontem, Fux definiu que ações afirmativas ainda são necessárias em um País com desigualdades sociais tão grandes como o Brasil. "A opressão racial dos anos da sociedade escravocrata brasileira deixou cicatrizes que se refletem no campo da escolaridade.

A injustiça do sistema é absolutamente intolerável", disse.

Confusão

Quase ao final de seu voto, o ministro Fux foi interrompido por um índio que protestava dentro do plenário pela inclusão da etnia nas discussões sobre o sistema de cotas. Identificado como Araju Sepeti, o índio guarani de Mato Grosso chamou os ministros de racistas e urubus e foi retirado pelos seguranças da Corte.

Após a retomada da sessão, Fux disse que "a ansiedade é o mal da humanidade" e então citou o direito dos indígenas, conforme tinha pedido o índio retirado do plenário.

A ministra Rosa Weber, por sua vez, afirmou que não se pode dizer que os brancos em piores condições financeiras têm as mesmas dificuldades dos negros, porque nas esferas mais almeçadas das sociedades a proporção de brancos é maior que de negros.

"A representatividade, na pirâmide social, não está equilibrada. Se os negros não chegam à universidade, por óbvio não compartilham com igualdade de condições das mesmas chances dos brancos. Se a quantidade de brancos e negros fosse equilibrada, seria plausível dizer que o fator cor é desimportante. A mim não parece razoável reduzir a desigualdade social brasileira ao critério econômico", disse a ministra.

Já na opinião da ministra Cármen Lúcia, que votou em seguida também a favor das cotas raciais, as ações afirmativas não são as melhores opções. "A melhor opção é ter uma sociedade na qual todo mundo seja livre para ser o que quiser. Isso é uma etapa, um processo, uma necessidade em uma sociedade onde isso não aconteceu naturalmente", disse Cármen Lúcia.

Discriminação enraizada

Após um intervalo de quase 40 minutos, Joaquim Barbosa, o único ministro negro da Corte Suprema, fez um voto que não chegou a 10 minutos. Barbosa acusou que a

discriminação está tão enraizada na sociedade brasileira que as pessoas nem percebem.

"Aos esforços de uns em prol da concretização da igualdade que contraponham os interesses de outros na manutenção do status quo, é natural que as ações afirmativas sofram o influxo dessas forças contrapostas e atraiam resistência da parte daqueles que historicamente se beneficiam da discriminação de que são vítimas os grupos minoritários. Ações afirmativas têm como objetivo neutralizar os efeitos perversos da discriminação racial", disse Barbosa em seu voto.

O voto decisivo foi dado pelo ex-presidente da Corte, ministro Cezar Peluso. Interrompido por apartes dos ministros Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa, Peluso resumiu a questão ao afirmar que as cotas são necessárias à sociedade brasileira no atual momento, mas que devem ser analisada no futuro para verificar se ainda atingem o objetivo de inserir afrodescendentes em posições de mais destaque.

"Não posso deixar de concordar com o relator que a ideia é adequada, necessária, tem peso suficiente para justificar as restrições que traz a certos direitos de outras etnias. Mas é um experimento que o Estado brasileiro está fazendo e que pode ser controlado e aperfeiçoado", votou o ministro.

Tribunal racial

O ministro Gilmar Mendes criticou o fato de as políticas de cotas da UnB adotarem exclusivamente o critério racial. Ele afirmou que a política pode ser aperfeiçoada e citou o exemplo do Prouni, programa de bolsas de estudo do governo federal, que, além da raça, leva em conta critérios sociais.

"A ideia de tribunal racial evoca a memória de coisas estranhas. Não é um modelo. Seria mais razoável adotar-se um critério objetivo de referência de índole sócio-econômica. Todos podemos imaginar as distorções eventualmente involuntárias e eventuais de caráter voluntário a partir desse tribunal que opera com quase nenhuma transparência. Se conferiu a um grupo de iluminados esse poder que ninguém quer ter de dizer quem é branco e quem é

negro em uma sociedade altamente miscigenada", disse o ministro, lembrando do caso envolvendo dois gêmeos univitelinos, em que um entrou na UnB pelo sistema de cotas e o outro foi rejeitado.

Oitavo ministro a votar, Marco Aurélio Mello seguiu o mesmo raciocínio externado pelos ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Para ele, o sistema de cotas é essencial, desde que as políticas sejam temporárias. E é válida, principalmente, pelo que classificou como "neutralidade do Estado" em favor dos afrodescendentes.

"A neutralidade estatal mostrou-se nesses anos um grande fracasso. É necessário fomentar-se acesso à educação. Urge implementar programas voltados aos menos favorecidos", disse Marco Aurélio. O ministro Celso de Mello, decano da Corte, citou, em seu voto, convenções internacionais que estabelecem formas de se combater o preconceito e garantir condições de igualdade.

"As ações afirmativas são instrumentos compensatórios para concretizar o direito da pessoa de ter sua igualdade protegida contra práticas de discriminação étnico-racial. Uma sociedade que tolera práticas discriminatórias não pode qualificar-se como democrática", afirmou em seu voto.

O presidente do STF, ministro Ayres Britto, foi o último a votar. Também favorável ao sistema de cotas, Britto afirmou que os erros de uma geração podem ser revistos pela geração seguinte e é isto que está sendo feito.

"Aquele que sofre preconceito racial internaliza a ideia, inconscientemente, de que a sociedade o vê como desigual por baixo. E o preconceito, quando se generaliza e persiste no tempo, como é o caso do Brasil, por diversos séculos, vai fazer parte das relações sociais de bases que definem o caráter de uma sociedade", disse Ayres Britto.

STF julga ações sobre cotas e Prouni

Além das cotas raciais na UnB, o STF vai analisar duas ações que contestam a

constitucionalidade da reserva de vagas por meio de cotas sociais e o perfil do estudante apto a receber bolsas do Prouni. A outra ação sobre cotas que aguarda julgamento foi ajuizada pelo estudante Giovane Pasqualito Fialho, reprovado no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para o curso de administração, embora tivesse alcançado pontuação superior à de outros candidatos. Os concorrentes que tiveram nota menor foram admitidos pelo sistema de reserva de vagas para alunos egressos das escolas públicas e negros.

Em relação ao Prouni, implementado a partir de 2005 com a concessão de bolsas de estudo em universidades privadas, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) alega que a medida provisória que originou o programa não atende ao princípio constitucional da isonomia entre os cidadãos brasileiros.

2414 comentários COMENTAR

mostrar: todos mais votados

1. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h45

Para Roberval Santos

Quem esta falando eleições aqui... petista?

2up2down

2. TwitterAir Sant

27/04/2012, 01h45

ISSO SE CHAMA DEMAGOGIA SEM EMBASAMENTO LEGAL. ABAIXO SER
SERVIDOR MUNICIPAL, ESCÓRIA DE SERVIDOR PÚBLICO, SEM GARANTIAS,
ISSO ELES NÃO JULGAM,

4up1down

3. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h45

As cotas não vão acabar com o atraso, mas vão colocar quem não tem condições de pagar na universidade pública e quem tem condições na particular.

E NÃO O CONTRÁRIO COMO HOJE OCORRE.

3up6down

4. Twitterfabadoer

27/04/2012, 01h45

a associação brasileira de gays, travestis e transexuais e o ministro pelluzo são favoráveis as cotas sexuais, estou esperando o resultado para ver no que vai dar, sou favorável

5up1down

5. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h46

Para Jegue Falador

Em resumo... inveja dos ricos

3up1down

6. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h46

P/ Jegue Falador

Que parte vc não entende, hein??

O cara tem culpa por ser classe média?

Os pais dele, trabalharam para dar oportunidade para ele.

Coisa que seus pais não fizeram. Colocaram vc no mundo querendo que a sociedade se responsabilize por vc.

Seus pais não se importaram com vc, por isso colocam vc no mundo se estrutura de lhe dar educação de qualidade. se condições de lhe preoaram para esse mundo competitivo.

Vc deveria ter vergonha de falar essas coisas, pois fica feio para vc, prova que vc é um completo imbecil.

2up2down

7. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h46

30% DAS VAGAS ESTÃO OCIOSAS, NO SISTEMA COMO UM TODO.

1up2down

8. TwitterPeace Joy

27/04/2012, 01h46

Nossa, estou perplexa com tanta ignorância de alguns aqui...

Tem gente comparando negros, com Índios, Orientais...Inclusive dizendo q também quer ser amparado pela lei, por se branco..

Acho q está mais do q claro, q os negros foram os povos mais rejeitados e submetidos e humilhados aos caprichos dos brancos, em toda face da terra...Nem tem como comparar..

Mas, não sou dona da verdade..cada um pensa como quiser.

4up6down

9. TwitterBelato

27/04/2012, 01h46

No brasil nunca houve perseguição contra negros como houve em outros países, e num país miscigenado como esse, como vai ser o criterio se é negro, pardo, moreno nem faz sentido.

6up2down

10. TerraEl Kabong

27/04/2012, 01h47

Só se admite essa decisão como mal menor, Jegue.

Vá lá...

4up3down

11. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 01h47

Bem que o próximo passo poderia ser Cotas nas empresas Público e Privadas.

1up3down

12. TwitterBelato

27/04/2012, 01h47

TEm q ser jegue mesmo

3up1down

13. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h47

Para Jegue Falador

60% das vagas das cotas se tornam ociosas

1up1down

14. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h48

O cara não tem culpa de ser classe média, nem de ter estudado em boas escolas, nem de ter feito inglês na Austrália, nem de ter feito cursinho caro.

Mas esse carinha não pode bater nas cotas do neguinho e dizer:

SE ESFORÇA QUE VOCÊ TAMBÉM CONSEGUE!

2up2down

15. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h48

P/ Jegue Falador

Vc sabia q ter um filho tem custo??

sabe quanto custa der um filho e dar uma boa educação a ele??

Muito caro e se torna mais caro a cada dia, muito o mundo se torna mais competitivo, quanto maior a competitividade, mais caro se torna ter um filho.

Sabia disso??

Vc tem condições de ter um Ferrari??

Tb custa muiuto caro ter uma.

3up1down

16. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h48

Bom saber através de uma fonte segura e imparcial.

1up1down

17. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h48

Para Milton Fernandes

Cotas nas empresa.... pq?

2up0down

18. Twitterfabadoer

27/04/2012, 01h49

vamos mandar email para reitoria da federal de sao carlos para se criar um vestibular para transexuais o primeiro no pais,quem puder mande lá

3up1down

19. FacebookMarcelo Coradassi Eiras

27/04/2012, 01h49

Mais uma vez o STJ rasga a Constituição e a usa como papel higiênico.

Esperar o que ? Ministro do STJ é apenas é tão somente um cargo politico desprovido de meritocracia.

É um apartheid as avessas.

3up2down

20. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h49

Para Jegue Falador

SE tivesse um ensino publico de qualidade... os competiriam em pé de igualdade

2up0down

21. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 01h49

Cá entre nós.... negros brasileiros são coitadinhos....

Barack Obama... fez Harvard? será q precisou de cota?

8up2down

22. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h49

Por isso a Ferrari custa caro e a Universidade é gratuita.

Exatamente para dar acesso ao pobre.

0up2down

23. TwitterAir Sant

27/04/2012, 01h49

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO

ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL É ESCORIA DO SERVIÇO PÚBLICO. APOSENTA-SE PELO INSS, ISSO ELES NÃO JULGAM. PREFEITURAS NÃO TÊM NENHUM COMPROMISSO. APOSENTADORIA PELO INSS ROUBO ESCANCARADO.

02 respostas responder reportar abuso 1up0down

24. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 01h50

Eu não falei de eleições Revenge Angel... Sinto muito pela sua falta de compreensão... E se acha que sou petista, sinto muito pelo seu estreitamento histórico sobre ideologias e ideais...

0up2down

25. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h50

Para Jegue Falador

A universidade publica.. não e grátis para dar acesso aos pobres...

3up0down

26. TwitterBelato

27/04/2012, 01h50

Quer dizer que um negro que mesmo tendo boas condições financeira, poderá se beneficiar da cota?

8up0down

27. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 01h50

Daqui a pouco vão estender essa decisão aos concursos públicos.

6up0down

28. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h51

Concordo, se tivesse um ensino público de qualidade ou se pudessem pagar escolas caras e curso de inglês no Canadá.

Exatamente, os negros não tem nenhum problema mental.

0up3down

29. TerraMarcos Antônio Costa

27/04/2012, 01h51

DECISÃO SOCIAL. ...VITÓRIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA. QUEM ESTUDOU EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA SABE QUE A GRANDE MAIORIA DOS ESTUDANTES SÃO DE CLASSE MÉDIA BAIXA E NEGROS. O PROBLEMA SÃO AS FACULDADES DE MEDICINA, ENGENHARIA E DIREITO, QUE TRADICIONALMENTE SÓ ESTÁ PASSANDO, HÁ EXCESSÕES É CLARO, GENTE QUE PAGA CURSINHOS CARÍSSIMOS. A CONSEQUÊNCIA É ÓBVIA, POIS ESTÁ FALTANDO MÉDICOS NA REDE PÚBLICA DA SAÚDE, POIS, A ELITE NÃO TRABALHA PARA POBRE. NA VERDADE, OS MÉDICOS ESTÃO CONCENTRADOS NOS GRANDES CENTROS. FALTA MÉDICO NA REGIÃO NORTE, NORDESTE E ETC.

2up2down

30. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h51

Para Roberval Santos

Então qual maioria você se referia que decidiu algo?

2up0down

31. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h51

P/ Jegue Falador

O seu problema é que vc acha que a sociedade tem culpa de vc não está em uma situação melhor de vida.

A culpa é de seus pais. Foram eles que não se importaram com vc.

A sociedade não tem culpa nenhuma.

Vc é o STF acham que quem tem de resolver o problema é a sociedade.

Vc está completamente enganado.

4up4down

32. TerraChapolin Colorado

27/04/2012, 01h51

A QUILOMBADA DEVE ESTAR EM FESTA...EITA POVINHO !!

7up3down

33. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 01h51

PRA QUÊ COTA?

NÃO ERA MELHOR DEIXAR DE CANTAR E DANÇAR PAGODE E
ESTUDAR???

8up2down

34. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 01h52

Pessoal... façam cotas de futebol para asiáticos aqui no Brasil...

7up0down

35. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h52

Para jegue Falador

Que que tu tem contra curso de inglês?

3up1down

36. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h52

A sociedade não tem culpa, ela é vítima dos governos.

O negro faz parte da sociedade.

A culpa da pobreza é dos governos.

4up2down

37. Twitterfabadoer

27/04/2012, 01h53

.A ministra Rosa Weber defendeu que cabe ao Estado “adentrar no mundo das relações sociais e corrigir a desigualdade concreta para que a igualdade formal volte a ter o seu papel benéfico”. Para a ministra, ao longo dos anos, com o sistema de cotas raciais, as universidades têm conseguido ampliar o contingente de negros em seus quadros, aumentando a representatividade social no ambiente universitário, que acaba se tornando mais plural e democrático.

1up2down

38. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h53

Nada contra, é só para ilustrar a situação de quem passa no vestibular por mérito próprio sem precisar de cotas.

2up1down

39. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 01h54

A maioria que vem decidindo tudo neste país, inclusive no STF...

0up2down

40. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 01h54

Não me admira os coitados dos negros serem esculhambados (e ROUBADOS nos seus salários) nesse país.

Aqui mesmo no chat, tá transbordando de gente que os odeia...

2up5down

41. Twitterfabadoer

27/04/2012, 01h54

-- o ministro Cezar Peluso afirmou que é fato histórico incontroverso o déficit educacional e cultural dos negros, em razão de barreiras institucionais de acesso às fontes da educação.

Assim, concluiu que existe “um dever, não apenas ético, mas também jurídico, da sociedade e do Estado perante tamanha desigualdade, à luz dos objetivos fundamentais da Constituição e da República, por conta do artigo 3º da Constituição Federal”. Esse dispositivo preconiza uma sociedade solidária, a erradicação da situação de marginalidade e de desigualdade, além da promoção do bem de todos, sem preconceito de cor

responder reportar abuso 2up3down

42. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 01h54

O STF DECLAROU QUE:

REALMENTE O QI É INFERIOR!

6up5down

43. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h55

Seriam bom então deixar os pais negros fazerem universidade.

Ou as federais vão virar clube social da elite?

0up3down

44. TwitterBelato

27/04/2012, 01h55

Ai depois que aparece piadas sobre essas cotas, vao querer reclamar, tudo tem consequencias.

4up0down

45. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h55

Para Jegue Falador

Primeiro que o vestibular é arcaico... devia ser avaliado todoo curriculo do aluno.. desde as séries iniciais... independente de ser de escola publica ou privada...se foi um aluno esforçado... teria a vaga

6up1down

46. Twitterfabadoer

27/04/2012, 01h55

--- Gilmar Mendes reconheceu as ações afirmativas como forma de aplicação do princípio da igualdade. Destacou em seu voto que o reduzido número de negros nas universidades é resultado de um processo histórico, decorrente do modelo escravocrata de desenvolvimento, e da baixa qualidade da escola pública, somados à “dificuldade quase

lotérica” de acesso à universidade por meio do vestibular. Por isso, o critério exclusivamente racial pode, a seu ver, resultar em situações indesejáveis, como permitir que negros de boa condição socioeconômica e de estudo se beneficiem das cotas

6up2down

47. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 01h55

Será que os ASTROS DA NBA.... também usam as cotas das universidades.... para iniciarem no basquete universitário?

Ahhhhh agora entendi pq o Michael Jordan.... virou astro da NBA.... danadinho... deve ter usado cota....

será??????

aHujSahuSAUHSUAHUSAHUASHUshUse.... Brasil sil...!!!!

7up2down

48. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h56

Para Roberval Santos

De um nome para essa maioria... não seja vago

3up0down

49. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h56

TAMBÉM RESOLVERIA, O CURRÍCULO ESCOLAR.

Aliás, mudaria até a mentalidade dos pais.

EXCELENTE !

5up2down

50. TwitterBelato

27/04/2012, 01h57

No brasil as coisas acabam sendo resolvidas de forma equivocada, beneficiando alguns e prejudicando outros.

3up1down

51. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 01h57

P/ Jegue Falador

O governo é administrador de um pais, não pai dele.

Vc não entende nada, pq vc não tem edfucação de etender.

Não sabe como o governo funciona, não sabe como o governo do brasil funciona.

Governo não está ai para ficar servido de painem mãe para vc. Governo paternalistas existem para pessoas incompetentes que não conseguem viver de forma normal.

Vc acha que rico precisa de governo? Muito pelo contrario. O governo precisa do rico.

3up0down

52. Twitterfabadoer

27/04/2012, 01h57

-o ministro Luiz Fux sustentou que a Constituição Federal impõe uma reparação de danos pretéritos do país em relação aos negros, com base no artigo 3º, inciso I, da Constituição Federal, que preconiza, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Para ele, a instituição de cotas raciais dá cumprimento ao dever constitucional que atribui ao Estado a responsabilidade com a educação, assegurando “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

2up2down

53. FacebookCarlos Pereira

27/04/2012, 01h58

Tudo bem, é verdade que os negros sofreram horrores. Concordo! Mas alguém pode me responder por que os brancos pobres e também com poucas possibilidades de ascensão tem que ser responsabilizados por isso? Por que o estudante branco pobre tem que sofrer as consequências pela escravidão negra do Brasil Colônia?

5up2down

54. TwitterJegue Falador

27/04/2012, 01h58

O governo só precisa ser justo.

E o vestibular é injusto, pois coloca um faminto para correr com um atleta.

5up0down

55. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 01h58

Para Jegue Falador

Não interessa se o cara estudou na escola x ou y, se fez curso de inglês no canada.. foi um aluno interessado, teve interessa em atividades cienticas, trabalhou com o terceiro setor... a vaga e dele.... independente de cor de pele ou classe social... isso é a verdadeira meritocrácia.... vestibular e só decoreba

3up0down

56. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 01h59

Vago??? Não estou sendo vago, caro 'Revenge Angel', só não sou 'Positivista', e também não pretendo lhe ensinar sobre interpretação...

0up2down

57. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h00

FATO:

ANALIZANDO, O STF COLOCOU OS NEGROS COM O QI BEM ABAIXO DAS OUTRAS 'CORES'!

4up4down

58. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h00

Só espero que não criem cota para negros no futebol...

Quer dizer... aos negros brasileiros....

Pq aqui... onde eles não se sobressaem perantes os outros.... essa é a solução...

Agora onde ele é bom... tipo futebol... todos se calam...

5up0down

59. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h00

P/ Jegue Falador

Vc é muito ignorante, não entende nada.

4up0down

60. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 02h00

Para Roberval Santos

Qual maioria você se refere... a população brasileira com certeza não

2up1down

61. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 02h02

Não, me refiro a maioria do Himalaia...

0up1down

62. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h02

-MINISTRA CARMEN LUCIA-- As ações afirmativas não são a melhor opção, mas

são uma etapa. O melhor seria que todos fossem iguais e livres”, apontou, salientando que as políticas compensatórias devem ser acompanhadas de outras medidas para não reforçar o preconceito. Ela frisou ainda que as ações afirmativas fazem parte da responsabilidade social e estatal para que se cumpra o princípio da igualdade.

responder reportar abuso 1up2down

63. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 02h02

Para Jegue Falador

O vestibular é injusto, porque avalia a memória do individuo e não a capacidade cognitiva... o cara pode decorar toda matéria... sem entender nada sobre ela

6up1down

64. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 02h03

Para Roberval Santos

A maioria dos brasileiros é contra as cotas... vai pesquisar nas ruas

4up1down

65. FacebookCarlos Pereira

27/04/2012, 02h03

Na hora de estudar eu pego meu tantã, despisto a minha loira, e eu vou mesmo é pro Pagode!!!

1up1down

66. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h03

A questão é..... pq cotas para negros em universidades???

Os negros na sua infância.... são rejeitados nas escolas primárias? ensino fundamental? para serem favorecidos nas universidades? não entendo...

Acho que o Governo dentro de suas condições... garante vagas a todos ou quase todos... independente da raça...

3up1down

67. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 02h04

Já observaram que nas reportagens das grandes fraudes no país, quase não aparece filmagens de negros?

Será pq eles são mais honestos que os brancos?

Ou pq eles não ocupam cargos elevados nas empresas e governos desse país?

4up1down

68. TwitterBelato

27/04/2012, 02h05

Sera que vao colocar tambem as cotas nas contratacoes das empresas?

4up2down

69. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 02h05

Carlos Pereira deve ser um intelectual de primeira...Inclusive toca tambor!!!

0up2down

70. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h05

P/ Jegue Falador

Não espere que a faculdade lhe faça de Gates ou Jobs da vida. O papel da faculdade pe muito pouco na vida de um individuo. A real capacidade quem faz é vc.

Se vc não fez, até hj e pq vc não tem capacidade para tal Não ache que alguém tem que lhe dar oprtunidade, vc mesmo fará a sua oportunidade.

O mercado procura pessoas ativas e não passivas.

Vc parece que espera que o mundo cuide de vc.

4up0down

71. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 02h06

Gostaria mesmo de urnas neste momento...

1up4down

72. TwitterBelato

27/04/2012, 02h06

DEvia ter feito um plebiscito sobre o caso.

8up1down

73. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 02h07

Para Roberval Santos

Você perderiam nas urnas.... tomariam uma surra...

2up0down

74. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h07

AGORA, ATÉ CORINTIANO VAI PASSAR NO VESTIBULAR?

6up1down

75. TwitterBelato

27/04/2012, 02h08

Quem disse que os negros vao ser felizes numa faculdade? o caminho tem q ser esse?

6up2down

76. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h09

as vezes tenho vergonha de ser branco quando vejo que nem politica compensatoria
pessoas da minha raça sao favoraveis

os negros detem sobre o lombo uma divida social que é impagavel e muitos nem
acesso a essa vaga tem porque nem terminam o segundo grau

2up5down

77. TerraRevenge Angel

27/04/2012, 02h09

Para fabadoer

Porque não terminam o segundo grau?

3up2down

78. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h11

Alguéma qui ja foi obrigado a fazer qualquer coisa na vida??

3up0down

79. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 02h11

Tem muita gente que prefere ver o negro no tronco do que numa faculdade...

4up3down

80. TwitterBelato

27/04/2012, 02h11

Vc nao pode querer recompensar o passado, prejudicando pessoas no presente, se vivemos numa democracia hoje entao tem que prezar pela igualdade.

3up4down

81. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h12

estigma social afeta brancos negros mulheres homossexuais..etc
muitos vencem as dificuldades mas outros nao chegam longe

2up1down

82. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h12

Negro brasileiro é coitadinho...

se o chama de macaco ele considera ofensa...

se o chama de jegue... ele estufa o peito...

4up3down

83. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h12

DAQUI A POUCO O GIZ VAI TER QUE SER NEGRO E O QUADRO NEGRO VAI TER QUE SER BRANCO....

HÔOOOOOOOOOOOOOOOOOOO MÔ DEUS.....

3up3down

84. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h13

Universidade Pública deveria ser somente para pobres.

O resto tinha de pagar uma Particular, exatamente como fazem no Ensino Básico e Fundamental

1up0down

85. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h13

P/ willians garcia viana

Vc quer ir para o tronco??

Quantas coisas na vida vc já fez obrigado??

5up1down

86. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h14

Se o filho é bom, vai passar por méritos nas outras vagas.

1up2down

87. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h14

Exato Milton,

e não darem preferência apenas aos negros...

e os outros brancos que não tiveram condições de escolas particulares??? como ficam?????????

4up0down

88. TwitterBelato

27/04/2012, 02h15

VAi ter q ter cotas pra professores negros tambem?

3up2down

89. FacebookRoberval Santos

27/04/2012, 02h15

Depois dos comentários do senhor 'Willians Garcia', prefiro me retirar...

2up1down

90. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 02h15

estou sendo censurado

0up1down

91. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h16

Daqui a pouco vão fazer cotas para negros... nos prêmios das lotéricas também.... dizem q eles não tem muita sorte....

5up1down

92. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h16

COITADOS, DEIXEM ELES... O QI É BAIXO!

2up3down

93. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h16

sua filha vai poder se casar com um negro porque ele sera universitario?, quem nao gostou é anti cotista?

1up1down

94. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h17

A minha teoria é simples: O Brasil é um pais de covardes.

Covardes que chegaram aqui fugidos da Europa, EUA, Asia, pq nesse lugares estavam em guerra, vinheram para aqui, são covardes pq em vez de lutar como os outros que ficaram lá, preferiram fugir. Chegando aqui tiveram filhos covardes.

Então o Brasil se tornou isso que vemos hj em dia. Um pais de covardes. Fracos que esperam que o governo cuide deles.

1up3down

95. TwitterBelato

27/04/2012, 02h18

Os deficientes tem contas, os negros também, hehe

2up0down

96. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h18

branco devia ter vergonha e achar que ação afirmativa ainda é pouco

3up2down

97. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 02h18

Porque a partir dessa decisão o neegro ingressará na faculdade mal preparado, e o branco pobre nem isso.

1up3down

98. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h19

O que essa turma está aqui discutindo não tem nada a ver com Cotas de Negros, Racismo, justo, injusto, mas sim a redução de vagas para seus filhinhos, que estudaram a vida toda em Escolas Bem Caras para quando chegasse esse dia, ter a certeza de que ele conseguiria. Essa é que a única razão de todo esse Choro. Pensam que todo o Planejamento foi por água abaixo.

3up2down

99. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h19

Logo... conclui-se que....

As vagas das FEDERAIS e ESTADUAIS.... serão dos estudantes que estudaram em escolas particulares... e dos negros...

mas e os brancos que não fazem parte da 'elite das particulares' e nem das cotas dos negros,.... ficarão de fora?????

Se depender do governo... sim...

5up1down

100. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 02h20

não estou justificando as cotas, apenas dizendo que essa é a realidade no Brasil, e esses ministros deveriam tommmar vergõnhha na cara e melhorar a qualidade do ensino público no País. .

2up1down

101. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 02h20

I hate: já foi mostrado em pesquisas que o brasileiro é um dos povos mais trabalhadores que existe...perde pra poucos...

Foi mostrado tb que o país é um dos mais desiguais no mundo...não é facil viver aqui não...na verdade, somos heróis...massacrados por uma elite que quer justamente que pensamos como vc falou...que somos lixo...assim, justifica eles terem muito, e a gente não ter nada...

5up1down

102. TwitterBelato

27/04/2012, 02h20

Fazem essas leis fajuta pq sao mais faceis, ao inves de melhorar as escolas publicas e dar chance igual a todos.

5up3down

103. Twitterliane

27/04/2012, 02h23

O MAIOR RACISMO ESTÁ NA MÍDIA TELEVISIVA , QUE SÓ CONTRATAM LOIRAS OU MORENAS CAMUFLADAS DE LOIRA . IMPEDINDO QUE AS CRIANÇAS NEGRAS TENHAM EXEMPLOS NA MÍDIA , É IMPORTANTE QUE DESDE A INFANCIA TENHA JUSTIÇA RACIAL , SE NÃO AS CRIANÇAS BRANCAS VÃO ACREDITAR QUE ELAS SÃO MELHORES, COMO A MÍDIA MOSTRA .MAS ESSE PROBLEMA NAS UNIVERSIDADES É SOCIAL , SE O STF FOSSE JUSTO CRIARIA COTAS NA RAIZ DO PROBLEMA , NA MÍDIA MANIPULADORA .

2up4down

104. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h24

Bom... como não sou negro... logo concluo..

vou ter q trabalhar bastante... para dar ensino particular de preferência...

para que ele consiga ingressar numa universidade federal....

Pq sendo branco e pobre... não tem vantagem... diante dos ricos e cotas apenas para negros... sendo que cotas... deveriam ser para os mais necessitados...

5up1down

105. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h24

P/ willians garcia viana

Então vc nasceu para ser escravo mesmo.

Pq vc aceita tudo. Sempre se tem opções, sempre!!

Vc sabe muito pouco sobre sobre a história do mundo. Pq isso tem o perfil ideal para ser controlado.

Sabe pq os negros receberam fama de imbecis, inferiores, burros?

Por causa da epoca da escravidão.

Na escravidão, os negros, fortes, altos que pesar dessa força fisica, não oferecia resistencia

a escravidão, as torturas e tudo mais. Vindo assim a teoria de apesar de serem fortes, eles era intelectualmente inferiores. Pois com tanto sofrimento eles não tentavam fugir, ou se rebelar com nada.

sabia disso??

4up0down

106. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h25

medidas afirmativas nao sao para sempre, sao compensatorias

racismo velado e inconsciente é pessimo para um brasil mais plural

4up2down

107. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h27

Mas é estranho né....

Barack Obama fez Harvard....

Ainda bem q ele usou a cota...

de inteligência e perseverança... a cota q ele tinha de coitadinho dentro de si... ele excluiu....

o negro brasileiro faz o contrário...

7up0down

108. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h27

RESUMINDO:

O STF DECLARA QUE OS NEGROS SÃO BURROS!

9up5down

109. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 02h28

I hate: cara, não fala bobagem. O que morreu de negros em suas aldeias lá na Africa, pra não serem escravos, o que morreram nos navios negreiros, aqui no Brasil, se rebelando...o

que mutilavam deles...contaram uma história errada pra vc...acho que nem nunca ouviu falar no que era tronco...

Vc sim, fala o que os dominadores querem ouvir...não eu...

2up3down

110. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h28

o brasil precisava de um presidente negro ou uma transexual

2up1down

111. FacebookMark Heinke

27/04/2012, 02h29

Com certeza !!! Porque pobre e branco entra na faculdade. Negro e pobre precisa de mãozinha na cabeça. Pra mim isso é chamar de BURROS e Incompetentes.

4up1down

112. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h29

É assustador como tem Gente Racista nesse fórum.

Vão brincando com a verdade para ver o que um dia acontecerá com vocês.

5up5down

113. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h32

SERÁ QUE VOU PODER RECUSAR CONSULTAS MEDICAS COM NEGROS COTISTAS.

QUE ENTRAM PELA PORTA DOS FUNDOS DA UNIVERSIDADE SEM SER ACUSADO DE RACISTA.

6up3down

114. Twitterliane

27/04/2012, 02h32

INFELIZMENTE , O NEGRO É HUMILHADO PELA MÍDIA , ELA CRIA ALGUMAS EXPRESSÕES DO TIPO ; A LOIRAÇA , A LOIRINHA , O FURACÃO LOIRO , MAS NÃO DÁ O MESMO TRATAMENTO AS NEGRAS ,PELO CONTRÁRIO , CHAMAM AS NEGRAS DE MORENAS , COMO SE SER NEGRA FOSSE ALGO VERGONHOSO .

4up4down

115. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h32

criança negra nao brinca mais com boneca branca, nem faculdade é coisa de branco e serviço sujo coisa de negro

o mundo avança e o racismo cai por terra

stf progressista e afirmativo-

2up1down

116. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h33

P/ willians garcia viana

Eu vou lhe dizer oq eu aconteceu. Os Europeus foram para a África em busca de comida e riquezas. Logo acham o povo sendo escravizado pelo sru proprio povo, os africanos. Os ditadores africanos, Que ainda hj, escravizam seu povo na África tb.

Esses ditadores, negociaram com os Europeus que chegaram para vende-los.

Bem a história é muito logo e tem muitos detalhes, porém foi isso que aconteceu.

os prios negros estavam matando seus negros lá. Os europeus só deram continuidade ao que estava sendo feito pelos africanos.

5up0down

117. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 02h34

Sabe o que se faziam com os negros cativos nos navios, qdo estes eram abordados por navios ingleses, para não serem surpreendidos? Amarravam os negros em pesos e jogavam eles no mar...sumiam com as provas que eles eram navios negreiros...

responder reportar abuso 2up1down

118. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h35

P/ willians garcia viana

Vc pode não ecreditar em nada disso, seu direito.

Acontece que os livros das escolas não ensinam nada disso. Porém em livros e documentaários internacionais isso é bem claro.

2up1down

119. TwitterMulimba Lovers

27/04/2012, 02h35

Brasil = LIXO

a única saída aqui é ser RICO..... pq se vc é branco e pobre? qual condição vc tem de entrar na universidade????

o governo não dá educação de nível.... e aí como o branco pobre faz pra entrar na Federal????

ele que se vire...

Os ricos tem escolas boas... e os negros as cotas....

10up3down

120. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h35

COTAS PARA NEGROS EM UNIVERSIDADES, UMA MANEIRA DE TERMOS CADA VEZ MAIS PROFISSIONAIS DESQUALIFICADOS.

7up5down

121. TerraMILTON RAMALHO

27/04/2012, 02h36

AGORA DEVEMOS APROVAR COTAS RACIAIS PARA O CARGO DE MINISTRO DO STF. PELOS DADOS DO IBGE, PELO MENOS 52% DEVEM SER DOS NEGROS.

7up2down

122. Twitterfabadoer

27/04/2012, 02h36

Resistencia Afro parabéns!!!

"Nao nasci numa estrebaria, nem fiz curso de direito, qual a cor das maos que lavam o prato do reverendo?

quero honra, sou guerreiro, quero as honras de um principe negro!!!

"

2up6down

123. Twitterliane

27/04/2012, 02h37

O PIOR EXEMPLO DE RACISMO , É O QUE É ENSINADO PELA MÍDIA TELEVISIVA DIRETO , SE A MÍDIA DIZ QUE A LOIRA É A BONITA , ISSO GERA MUITAS SITUAÇÕES DE RACISMO , NO RELACIONAMENTO POR EXEMPLO , O NEGRO VAI QUERER UMA MULHER BONITA , NO ENTANTO A MÍDIA DIZ QUE BONITA É A LOIRA .

responder reportar abuso 3up7down

124. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h39

SISTEMA DE COTAS FORMAM PROFISSIONAIS DESQUALIFICADOS.

MEDICOS INCOMPETENTES.

ENGENHEIROS INCOMPETENTES.

responder reportar abuso 4up5down

125. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h40

P/ willians garcia viana

uma coisa que as pessoas não entendem é que a escravidão foi um negocio. que começou na África, pelos proprios africanos vendo seus escravos para o mundo. Isso foi um negocio que a principio parecia lucrativo. Pois era mão de obra barata.

Só que tinha um problema:

Ter escravo começou a ser caro.

Pq pessoas ficam doentes, morrem, etc.

Bancar tudo isso, começou a torna-se caro. Por isso começaram a não mais praticar a escravidão.

Naão pq era boazinhas, mas pq percebeu-se que não era tão lucrativo assim.

Só que no brasil essa metalidade demorou a ser mudada. Quando todos estavam acabando com a escravidão, O barsil queria continuar com ela, pois achava-se que era lucrativo.

4up1down

126. FacebookMark Heinke

27/04/2012, 02h41

Leiam o livro ' Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil l ' e depois postem algo sobre afrodescendencia.

2up1down

127. Twitterliane

27/04/2012, 02h42

NA MÍDIA RACISTA TEM MUITOS INCOMPETENTES , MAS TODOS DE PELE CLARA E CABELO LOIRO.

2up5down

128. TwitterBelato

27/04/2012, 02h42

Quero ver se esses negros conseguem se formar, entrar na faculdade é uma coisa mas ir ate o final ne

6up4down

129. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h44

PORQUE OS NEGROS NÃO CONSEGUEM PASSAR NO VESTIBULAR SEM AS COTAS???

5up4down

130. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h45

O STF APROVOU AS CONTAS PORQUE NÃO SÃO AFETADOS POR ELAS.

QUANDO PRECISAREM DE MEDICOS IRÃO NO SIRIO LIBANES, LÁ NÃO TEM COTISTAS.

JOGAM O ABACAXI NAS MÃOS DOS POBRES.

8up3down

131. TwitterI hate Brazil

27/04/2012, 02h46

P/ willians garcia viana

O Brasil sempre foi um pais miseravel. Enquanto o mundo estava melhorando, o Brasil sempre queria ficar para trás. Isso estava acontecendo novamente.

Países civilizados não praticam cotas. Isso foi provado um erro. Agora o Brasil acha

certo, só pq ele quer um cadeira na ONU.

Isso não faz do Brasil bonzinho que ele nunca foi. Ele só ta fazendo isso pq quer mostra a ONU que ele esta ficando mais socialmente justo.

Pura besteira.

Os negros só estão sendo usados como moeda de troca, isso lhe parece familiar??

6up1down

132. FacebookMark Heinke

27/04/2012, 02h46

Eu só gostaria de saber uma coisa: Aqueles 2 la em cima ja trabalharam das 8 as 18:00 hrs e de seg a sexta em algum lugar??

4up0down

133. Twitterliane

27/04/2012, 02h47

A MELHOR JUSTIÇA RACIAL , TEM QUE ACONTECER NA MÍDIA , O NEGRO VAI CHEGAR DA UNIVERSIDADE, VAI LIGAR À TV , E VAI CONTINUAR VENDENDO SUA RAÇA TER UM TRATAMENTO INFERIOR PELA MÍDIA . OU SEJA , A INJUSTIÇA PERMANECERÁ .

3up6down

134. TwitterBelato

27/04/2012, 02h47

A coisa ficou preta.

10up3down

135. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h48

Estou cada vez mais impressionado com a Podridão de Nossa Classe Média, da qual inclusive eu faço parte.

É impressionante o nível de Escrotidão dessa Gente.

Não querem Evoluir de jeito algum.

São um Bando de Doentes e Sem Noção.

Cruz Credo!

3up8down

136. TwitterRaphael

27/04/2012, 02h49

O STF mais uma vez 'chutou' a Constituição Federal. Agora, com essa decisão, abre vários precedentes para outras minorias. Vamos virar o país das cotas.

7up5down

137. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h49

COM A LEI DAS COTAS A COISA VAI FICAR PRETA?

MAS SÓ PARA OS CONSUMIDORES COM POUCOS RECURSOS.

VÃO TER QUE ATURAR PROFISSIONAIS INCOMPETENTES.

2up6down

138. Terrawillians garcia viana

27/04/2012, 02h50

I Hate: negros ganham muito menos no país = fato (comprovado)

Se pegar outros tantos de índices, eles ficam pra trás tb...

Então, essas cotas, são uma maneira (paliativa, claro, ninguém disse que isso resolve tudo) de fazer um pouco de justiça...

Os argumentos contrários, são tênues, como por exemplo: todos devem ser iguais, vai baixar o nível de ensino, eles não merecem, existem outros pobres, outros tb merecem, etc, etc...

5up4down

139. TwitterMineiro_BH

27/04/2012, 02h50

Vejam que chegou ao STF para dar legalidade, tamanha as dúvidas suscitadas nas instituições e sociedade, hoje sem cota e com a multiplicação de arapucas q vendem diplomas, eu não tenho dúvidas em recusar determinados profissionais. Imaginem com sistema de cota, podem esperar daqui uns dias os transexuais, os amarelos, etc vão exigir cotas. Não seria mais interessante criar mecanismos para diminuir as desigualdades, lembrando que Barak Obama fez Harvard e Harvard é a melhor e é particular, porém alguém deve ter bancado, pois lá a meritocracia funciona. Não que eu não reconheça a história dos NEGROS, ao qual devemos em grande parte a construção de nosso país, porém acredito que o problema não é de raça, mas principalmente SOCIAL.

6up1down

140. TwitterBelato

27/04/2012, 02h50

Acho q o STf ficou com medo de ser taxado como racista.

12up2down

141. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 02h51

Não vejo nada disso Liane, vejo uma mulher linda como Taís Araújo fazer sucesso, um

cara bacana como Lázaro Ramos fazendo papel de Don Juan, um cantor chegar a ministro (Giberto Gil), quer mais?? Quem sabe tira todos os brancos da TV então.

7up2down

142. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 02h51

DIPLOMA DE COTISTA VAI SERVIR SÓ PRA LIMPAR A DUNDA DOS MINISTROS DO STF !

7up4down

143. Twitterliane

27/04/2012, 02h52

O BRASIL ESTÁ LEGALIZANDO TUDO QUE NÃO PRESTA , O STF É UMA QUADRILHA A SERVIÇO DO PT .

10up3down

144. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h52

Estudem que vocês ou seus filhos passam nas vagas disponíveis.

Oh Turma Chorona.

1up8down

145. TwitterBelato

27/04/2012, 02h53

Coitado daquele índio que foi expulso do STF, protestou pelo direito de serem incluídos e nem teve vez.

13up1down

146. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 02h53

Tinha de ser assim. É de Classe Médiapara cima?

NÃO TEM DIREITO A UNIVERSIDADE PÚBLICA.

3up7down

147. Twitterliane

27/04/2012, 02h54

ALEX ,TEM MUITOS ATORES E ATRIZES BRANCOS NA MÍDIA ,E ALGUNS
POUCOS NEGROS , E QUANTAS APRESENTADORAS NEGRAS VOCÊ VÊ ?

1up7down

148. Twitterliane

27/04/2012, 02h57

ANA MARIA BRAGA , XUXA , ELIANA , ANGÉLICA , ANA HICKMANN ,
ETC...., TODAS OCUPANDO UM GRANDE ESPAÇO NA MÍDIA , QUER MAIS ?

2up7down

149. FacebookLeo Prade

27/04/2012, 02h58

PENSANDO BEM, SE OS MEDICOS COTISTAS, ATENDEREM APENAS
PACIENTES NEGROS,
LOGOS FALTARÃO CANDIDATOS COTISTAS.

6up4down

150. TwitterBelato

27/04/2012, 02h59

Negocio é esse mesmo, quem tem capacidade passa no vestibular quem nao tem parte para as cotas.

10up4down

151. TerraDaniel Freitas

27/04/2012, 03h02

CONCLUINDO:

O STF DECLARA QUE OS NEGROS TEM POUCO QI E PRECISAM DE COTAS !!!

11up3down

152. Twitterliane

27/04/2012, 03h04

O PIOR RACISMO É O DA MÍDIA , POIS ELE NÃO ACONTECE POR CAUSA DA RENDA DA PESSOA , E SIM POR CAUSA DE SUA COR , UMA PESSOA PODE FICAR RICA ,MAS NÃO PODE MUDAR A PRÓPRIA COR PARA TER UM TRATAMENTO JUSTO . A MÍDIA RACISTA É AMPARADA PELOS RACISTAS ASSUMIDOS E PELOS NÃO ASSUMIDOS .

2up5down

153. FacebookMark Heinke

27/04/2012, 03h05

Negro não ganha menos. Nunca vi aqui em São Paulo uma firma dizer voce branco vai trabalhar de balconista por 1500,00 e voce negro vai por 800,00 ok??

Para com isso!

Tenho uma funcionaria negra que quando começou a trabalhar comigo adiava branco, policia, medico e tudo o mais que ela não convivia e nem tinha acesso. Hoje ela é a única da familia dela que continuou os estudos (colegial) e ja esta no 4 ° ano de Projetos na FATEC/SP

sem cota racial . Isso depois de mostrar pra ela que tem que parar de ficar colocando culpa nos outros pela pobreza de sua familia, ficar escutando RAP, usar calças com a cintura la na canela e outras manias que os negros tem.

Resultado: ela vai me deixar para um emprego melhor, ja deu entrada num apartamentinho a assim vai indo. Em compensação os irmãos dela: 1 é lavador de carros, 1 pega bola de golf perdida num Golf Club em Osasco, 1 irmã é ajuntada e ja tem 4 filhos com 25 anos e 1 irmão sumiu pq tava devendo pra boca.

Aí eu pergunto: Precisa de COTA??? Ou de estrutura familiar??

4up1down

154. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 03h06

Vou repetir!

O Desempenho de Cotistas é melhor do que os dos demais.

Basta pesquisar que verão isso.

Logo! eixem de Conversinhas Fiadas.

Não se informam e procuram saber da verdade porque isso não lhes interessa.

O que lhes interessa é ficar na Doença em que vivem.

1up4down

155. Twitterliane

27/04/2012, 03h06

DANIEL , E POR ACASO ESSAS LOIRAS ESTÃO NA MÍDIA PELO TALENTO DELAS ? ENTÃO SÓ AS LOIRAS TEM TALENTO ? CONTA OUTRA RACISTA .

2up5down

156. TwitterBelato

27/04/2012, 03h08

Ser a favor das cotas, é ser favor de injustiças, vc tem que beneficiar de acordo com as

necessidades da pessoa e nao atraves da cor.

6up3down

157. TwitterBelato

27/04/2012, 03h11

E assim o brasil continua sendo desigual com seu povo.

4up1down

158. TerraGilberto Hauer Vieira

27/04/2012, 03h12

É isso que esses comunistas sem vergonha querem: estimular mais e mais a 'luta de classes'

5up4down

159. Twitterliane

27/04/2012, 03h13

ALEX , O PIOR CEGO É O QUE NÃO QUER VER ? E SE EU QUISE VER UMA APRESENTADORA NEGRA , EU VEJO ? SÓ QUERENDO ? MESMO QUE NÃO TENHA NEGRA APRESENTADORA . QUEM NÃO QUER VER O RACISMO É VOCÊ .

3up8down

160. TwitterBelato

27/04/2012, 03h14

Ja tem doida querendo tambem por cotas na Televisao? perai ne.

10up2down

161. Twitterliane

27/04/2012, 03h16

NENHUM FILHO DA PU-----TA , ASSUME QUE É RACISTA .

5up9down

162. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 03h17

Se você é negra, bonita, e talentosa, vai estudar, se prepare e tente vaga na Globo. Se teu único problema é esse, corrija-o. Faça valer, vá lá e bata no peito, sou negra e talentosa, posso substituir o Faustão!!! Pronto!!! Me faz ver que existe uma pessoa capaz de fazer isso!!

5up4down

163. TwitterBelato

27/04/2012, 03h17

Eita, vao baixar o nivel agora

2up1down

164. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 03h18

Ixi Belato, baixou o nível, tem 2 negros racistas no fórum, e eu vou vazar antes da chicotada kkkkkk.

7up2down

165. TerraJOSE CARLOS DORO

27/04/2012, 03h19

Não sou raçista, pois minha esposa é de família negra, mas faremos apenas uma suposição.

5.000 concorrentes e 1.000 vagas para uma faculdade, 800 brancos e o último a ter uma vaga por mérito passou com 8,5. A nota mais baixa de um branco, 7,5. A mais alta de um

negro 3,0 Imaginem as outras 200 vagas tirando o direito de quem merece. Querem tirar apenas os negros das favelas e deixar os brancos.

O Brasil é o penúltimo colocado em educação na América Latina e o Máximo que conseguiram fazer para 'melhorar' foi isso. Quem mandou votar em um semi-analfabeto, que pegou o barco no piloto

automático dizado pelo FHC? Não estou defendendo o FHC, mas ele pegou esse leme com uma inflação

de 80% por mes e dizou zerado. O que faria essa quadrilha do PT?

10up2down

166. Twitterliane

27/04/2012, 03h19

ALEX , VOCÊ ACREDITA MESMO QUE NÃO DÃO OPORTUNIDADE AS NEGRAS , PORQUE ELAS E NENHUMA DELAS TÊM TALENTO ? COMPETÊNCIA ? SÓ AS LOIRAS TÊM ? MENOS !

2up4down

167. Terrapaulo h

27/04/2012, 03h21

E esse negocio de cota é ou não é RACISMO?Então deveria ter cotas pra Branco , Eteroe Estudande de escola particular etc. ESSE NOSSO PAIS É UMA COMEDIA, EQUANTO ISSO POLITICOS E TRAFICANTES FASEM A FESTA AQUI.

5up3down

168. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 03h22

Não Liane, eu estou querendo dizer que há muitos e muitos negros com muito talento e que tiveram sim seu lugar ao sol. Maaaaaaaasss parece que você encasquetou apenas com os apresentadores!!!

3up2down

169. Twitterliane

27/04/2012, 03h22

SEMPRE QUE FAZEM REPORTAGENS COM CÂMERAS ESCONDIDAS ,
FLAGRAM CASOS DE RACISMO , O BRASILEIRO EM GERAL É RACISTA, MAS
NÃO ASSUME .

5up7down

170. FacebookAlex Lemes

27/04/2012, 03h23

Bom, agora vou mesmo que já são 2:25. Bom sono pra vocês!!

1up2down

171. Twitterliane

27/04/2012, 03h26

ALEX , SE OS BRANCOS PODEM SER ATORES , CANTORES E TUDO , POR
QUE AS NEGRAS NÃO PODEM SER APRESENTADORAS , FORMADORAS DE
OPINIÃO COMO AS LOIRAS , QUE ELAS MESMAS FALAM ATÉ QUE OS HOMENS
PREFEREM AS LOIRAS ,O RACISMO TÁ ESCANCARADO , SÓ NÃO DÃO O NOME
DE RACISMO PARA O RACISMO .

6up10down

172. TwitterBelato

27/04/2012, 03h27

Essa decisao que é questionavel, pode é despertar mais racismo ainda nesse pais.

12up6down

173. Twitterfabadoer

27/04/2012, 03h27

- As ações afirmativas não são a melhor opção, mas são uma etapa e o melhor a ser feito segundo a realidade em que vivemos .

Sistema bom é o da Argentina onde todos têm acesso a universidade , no curso que quiser

O primeiro ano é preparatorio e bem puxado, a mesma aula nao importando- se vieram de escola publica ou privada, depois vêm os anos graduantes

Exemplo- quem faz Medicina- faz o preparatorio de saude

quem faz engenharia- de exatas

assim por diante

8up2down

174. Twitterliane

27/04/2012, 03h29

NÃO É NA UNIVERSIDADE QUE TEM QUE TER COTAS , É NA MÍDIA TELEVISIVA . ELA MANIPULA E DEIXA O PAÍS MAIS RACISTA AINDA .

6up6down

175. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 03h30

JOSE CARLOS DORO

27/04/2012, 02h19

Não sou raçista, pois minha esposa é de família negra, mas faremos apenas uma suposição.

5.000 concorrentes e 1.000 vagas para uma faculdade, 800 brancos e o último a ter uma vaga por mérito passou com 8,5. A nota mais baixa de um branco, 7,5. A mais alta de um negro 3,0 Imaginem as outras 200 vagas tirando o direito de quem merece. Querem tirar apenas os negros das favelas e deixar os brancos.

O Brasil é o penúltimo colocado em educação na América Latina e o Máximo que conseguiram fazer para 'melhorar' foi isso. Quem mandou votar em um semi-analfabeto, que pegou o barco no piloto

automático dixado pelo FHC? Não estou defendendo o FHC, mas ele pegou esse leme com uma inflação

de 80% por mes e dixou zerado. O que faria essa quadrilha do PT?

RESPOSTA:

Cotas é algo que o Governo pode fazer. Logo! Os Cotistas não concorrem com as demais vagas. Portantro, não interessa a Nota de Vestibular do Cotista. Sendo assim, não existe comparação. As melhores notas das demais vagas serão aprovadas. Nota de Vestibular não é o mais importante. O Importante é saber o Desempenho dos Cotistas e isso já está confirmado que tem sido melhor do que os Não Cotistas. Se duvida do que digo? Pesquise que verá que falo a verdade.

7up10down

176. Terrapaulo h

27/04/2012, 03h31

VAMOS REVINDICAR COTAS PARA ETERO SEXUAL , BRANCOS E ESTUDANTES DE ESCOLAS PARTICULARES TAMBEM.

12up8down

177. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 03h36

Sr. José Carlos Doro!

FHC quando assumiu a residencia já havia 6 meses em que a inflação estava em apenas 1 dígito. Também não foi ele quem criou o Plano Real. FHC já não era Ministro há 4 meses quando o Real entrou. E este Plano não foi criado por ninguém do PSDB, e sim copiado de um Plano que teve sucesso no México e na Argentina. FHC quando entregou o Governo a Lula, deixou a inflação em 2 dígitos. E a Taxa de Juros. Hoje reclamam dos 9%. FHC entregou em 28%, sendo que em uma parte de seu 2o. mandato, chegou a 45%.

Se hoje ainda fôssemos governados pelos Neo-Liberais estaríamos na mesma crise pela qual passa EUA e Europa visto que sempre trabalharam alinhados. Graças a Deus, é o PT quem nos governa.

6up14down

178. Terra Milton Fernandes

27/04/2012, 03h39

Belato e Alex!

Fonte?

Pesquise! Deixe de ser Preguiçoso.

Você prefere acreditar em suas Mentiras, Ficar Repetindo as Mentiras dos Outros ou se Informar de Fato?

Se pesquisar achará o que disse,

Vocês vivem de Falácias e Conversinhas Fiadas.

Belato!

A informação da comparação refere-se a depois de estarem já estudando na Universidade e não em fase de vestibular.

3up9down

179. Facebook Claudio Stainer

27/04/2012, 03h42

O STF colocou o negro na fogueira. O fez retornar ao tronco, à chibata e ao pelourinho. Conheço muitos negros competentes, estudiosos, que terão boa formação. E conheço muitos que já têm. Vão se transformar em cotistas. Lastimável isto.

O Brasil já teve uma experiência semelhante. A Lei do Boi. Cotas para filhos de agricultores e fazendeiros. Acabou-se pela chacota. Quando queriam ofender que um veterinário, engenheiro florestal, agrônomo ou de qualquer área do campo, diziam: ele é da Lei do Boi!

Meu irmão é agrônomo, passou nas provas em viçosa, trabalha como pesquisador na EMBRAPA e já brigou porque chamaram ele de cotista. Era filho de fazendeiro. Ele e muitos outros. E vejam que estou falando da oligarquia rural! Nem nela pegou a tal de cota. Imaginem cota por cor de pele.

17up3down

180. TerraJOSE CARLOS DORO

27/04/2012, 04h06

Milton Fernandes

Voce não sabe o que diz ou tem memória curta. O dólar era 1 Real. aumentou para diminuir os importados.

e o FHC era ministro quando criou a URV, saiu do mandato para concorrer a presidência, mas seus planos já

estavam traçados para o Real. O México e Argentina copiaram de quem? E porque estão falidos?

Voce tem uma vontade de ser redator da Folha e fica pererecando na opinião dos outros. Voce é branco ou é da oposição? ou vice versa. Quem é o que?

4up5down

181. TwitterLetícia A.

27/04/2012, 04h16

Esse tal de Milton Fernandes deve estar digitando de algum hospício. Acho que passou do horário do remédio dele e a enfermeira esqueceu...

11up3down

182. FacebookClaudio Stainer

27/04/2012, 04h38

Olhe Milton Feranandes. Curso Superior não é garantia de nada para ninguém. Sou Engenheiro Mecânico, passei em concurso público federal para a Receita e comigo mais 11. Os que tentaram a prática do Ofício nos contam que um chefe de fábrica ganha menos de R\$ 10.000,00. E uma fábrica no Brasil só precisa de um engenheiro. Má que o STF colocou o negro na fogueira, com certeza!

7up5down

183. FacebookRoberto Lima

27/04/2012, 04h49

A cota pode não ser a solução mas é o melhor a ser feito no momento.

Quanto tempo vocês acham que melhorias significativas no ensino público gerariam resultados? Meio século, um pouco menos.

A única maneira de ir revertendo desde já esse ciclo pernicioso de exclusão enquanto também deve se trabalhar na melhoria do ensino é através das cotas.

A cota é para melhorar o problema a curto prazo, educação pública de qualidade resolverá o problema a longo prazo, quando todos nós já não estaremos aqui.

3up7down

184. FacebookClaudio Stainer

27/04/2012, 04h50

Francamente não entendo esta ilusão de cotas. Não temos os ensinoss fundamental e médio de qualidade na Universidade salvam poucos.

8up4down

185. FacebookClaudio Stainer

27/04/2012, 04h52

Por que não resolvem o problema da massificação carcerária dos negros?

6up3down

186. FacebookClaudio Stainer

27/04/2012, 04h53

Eles votaram a aprovação das cotas para proteger as escolas particulares de ensino superior. Isto sim. Agora o STF fica livre para aprovar a compra de vagas.

responder reportar abuso 4up2down

187. FacebookRoberto Lima

27/04/2012, 05h00

Para José Carlos Doro:

O dólar não aumentou para diminuir importados.

A maxidesvalorização do real ocorreu porque os dólares do Bacen acabaram com a paridade 1 para 1, e o país literalmente quebrou.

A única saída era a maxidesvalorização do real e para conter a inflação aumentar absurdamente os juros até 30, 45% a.a (taxa selic).

Você ou é mal informado ou realmente quer confundir os menos esclarecidos.

3up4down

188. FacebookLeonam Luiz

27/04/2012, 07h46

De acordo com a constituição, todos teriam que ser iguais perante a Lei. O STF parece ter entendido que os afrodescendentes não estavam sendo tratados com igualdade conforme reza a constituição, daí a aprovação das cotas para os negros nas universidades. Nesse sentido, a decisão não fere a constituição e sim procura corrigir a distorção que existe na prática, distorção que existe desde a chegada dos primeiros escravos e que se perpetua até os dias de hoje. Outras medidas certamente virão para tentar fazer valer o que reza a carta Magna:

'Todos são iguais perante a Lei'.

8up9down

189. TwitterJulio SouzaJip

27/04/2012, 09h18

Como que por necessidade demagógica perante a maioria que tem que ser mantida na mediocridade, para acreditar em ações populistas, o STF entra na onda do executivo e do legislativo. o STF, um dos membros dos 3 poderes (sic) acabou de ferir a constituição e temos agora uma nova aberração quando se trata de oficializar que não existe uma mesma constituição e lei igual para todos. Entre as obrigações básicas dos membros dos 3 poderes, deveria se destacar punições exemplares e rápidas contra corruptos; educação básica (minimo até nível secundário) de excelente qualidade para todos, serviço de saúde com no mínimo a mesma qualidade de clinicas veterinaria com rápido atendimento principalmente para crianças e idosos, e utilização do dinheiro dos estorsivos impostos que pagamos em obras e serviços de infraestrutura. Mas como eu, muitos já devem ter uma opinião de que é possível valorizar mais o lixo do que o

STF

9up2down

190. Twitterluizveraz

27/04/2012, 10h49

JÁ PENSOU SE OS HAITIANOS SE NATURALIZAREM BRASILEIROS, OS AMAZONENSES FICARAM SEM VAGA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, MANAUS VIROU CAMPO DE REFUGIADOS MINISTROS DO SUPREMO LEVEM OS HAITIANOS PARA BRASILIA PARA UNB.

12up2down

191. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 11h47

JOSE CARLOS DORO

27/04/2012, 03h06

Milton Fernandes

Voce não sabe o que diz ou tem memoria curta. O dólar era 1 Real. aumentou para diminuir os importados. e o FHC era ministro quando criou a URV, saiu do mandato para concorrer a presidencia, mas seus planos já estavam traçados para o Real. O México e Argentina copiaram de quem? E porque estão falidos? Voce tem uma vontade de ser redator da Folha e fica pererecando na opinião dos outros. Voce é branco ou é da oposição? ou vice versa. Quem é o que?

RESPOSTA:

Zé Carlos!

É por essas justificativas que você é assim tão Tucano e FHCista? Então cara, pode começar a deixar de ser, pois eles te enganaram direitinho. Não falei de Dólar. Falei de Taxa de Juros que todos reclamam hoje estar em 9% e o “Brilhante” do FHC entregou a Lula a Taxa em 28%, onde em parte do seu 2º. Mandato (aliás, aquele Mandato que foi comprado e a Mídia inclusive se calou) chegou a absurdos 45%. Sim, FHC era Ministro, como muito bem disse, quando lançou a URV. É verdade! Mas, não é verdade que tenha sido o criador do Real. O México e a Argentina copiaram de quem o Plano? Cara, esse Plano no México ocorreu de 1988 a 1994, e na Argentina foi em 1991. Todos antes de ocorrer aqui no Brasil. Vou pererecar direto na opinião dos outros, até porque, isso aqui é um Fórum de Debates.

0up7down

194. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 12h08

Claudio Stainer

27/04/2012, 03h50

Francamente não entendo esta ilusão de cotas. Não temos os ensinamentos fundamentais e médio de qualidade na Universidade salvam poucos.

RESPOSTAS:

Mais uma vez você falta com a verdade. Basta pesquisar que verá que os Cotistas tem apresentado melhor desempenho que os Não Cotistas. Quer que eu lhe ajude na pesquisa? No Google digite: “INSTITUTO DE PESQUISAS DESEMPENHO DE COTISTAS NAS UNIVERSIDADES”. Pesquise e depois venha conversar conosco.

3up11down

195. TwitterLeonardo Oliveira

27/04/2012, 12h16

Cotas raciais significam brancos pobres com menos oportunidades.

19up4down

196. TerraMilton Fernandes

27/04/2012, 12h18

Milton Fernandes

Sinceramente não dá para acreditar um milímetro sequer nas argumentações da maioria dos que aqui estão reclamando. Reclamam das Cotas Raciais com uma veemência e raiva, que logo se percebe a desfaçatez de suas argumentações. Argumentam inclusive sobre os Brancos Pobres não terem direitos. Aí eu pergunto: Vocês realmente estão preocupados com Brancos Pobres? Duvido! Nunca se preocuparam com Pobres, não seria agora que iriam se preocupar né? Muito pelo contrário até, pois vemos a todo instante, vocês reclamarem de qualquer coisa que favoreça a pobre, e até mesmo em situações onde exista algum tipo de confronto ou diferença entre Poderosos e Pobres, vocês sempre estão a favor dos Poderosos. Por que então essa desfaçatez agora? Pergunto por fim: A eloquente e alucinada reclamação e raiva apresentadas em seus comentários seria por acaso diferente se ao invés de Cotas para Negros fosse Cotas para Pobres? Duvido! Pois vocês camuflam a verdadeira razão pela qual reclamam.

6up12down

197. FacebookPaulo Txt

27/04/2012, 18h31

Isso é o que eu chamaria de 'apartheid estudantil'...

9up4down

198. FacebookMateus Tomé

27/04/2012, 19h59

Que bom, agora queremos cotas no Drive Thru do Mc Donalds.

Cotas tbm para cremes protetores solar.

5up1down

199. FacebookErick Patrick Silva

27/04/2012, 22h22

Mais uma vez este partidinho (dem) milita em favor dos coronéis, latifundiários e absatados. Ainda bem que os tempos são outros. Não somos mais colônia de Portugal. Os pobres e principalmente os negros também tem direito a educação de qualidade (e de graça). Quem sabe com uma educação inclusiva possamos num futuro próximo escolher melhos os nossos governantes.

2up7down

200. FacebookIgi Ros

28/04/2012, 11h24

O STF ACABA DE RASGAR A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA QUE PREGA, REZA 'DIREITOS IGUAIS PARA TODOS '.COTAS NÃO PODEM TER COR, CREDO OU OUTRA DIFERENÇA QUALQUER.AS COTAS TEM QUE ATENDER TODOS AQUELES QUE NÃO TEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE CURSAR UMA FACULDADE !!! ASSIM TAMBEM LEVANTOU OUTRO ASSUNTO O DE QUE OS AFRODESCENDENTES SÃO MENOS CAPACITADOS INTELECTUALMENTE PARA ASCESSAR UM CURSO SUPERIOR, O QUE EU NÃO ACHO VERDADE MAS PARECE QUE O STF SIM !!!!!!! ISTO É O DESGOVERNO DO PT QUE INVES DE PROCURAR

SEMPRE A IGUALDADE E A PAZ FAZ O CONTRÁRIO PROCURA COM ESTAS AÇÕES O EMBATE.O CONFLITO E A DESIGUALDADE DE DIREITOS NESTE NOSSO BRASIL !!!!!!!

9up1down

201. TerraMilton Fernandes

28/04/2012, 17h23

democraciaplena

28/04/2012, 10h29

QUANDO O SENHOR VAI REALMENTE DEIXAR DE SER DEMAGOGO,DEIXAR DE SER DESPEITADO E ASSUMIR DE UMA VEZ QUE É PTISTA ROXO, QUE É A FAVOR DE COTAS, QUE VIVE QUEM SABE DE BOLSA LAN HOUSE ETC ETCADORA UM CONFLITO TANTO QUE SEMPRE QUE POSTA ARRUMA UMA PROVOCAÇÃO A MAIS PARA CRIAR POLÊMICAS QUE ALICIAM O EMBATE DE RAÇAS,CREDOS E CLASSES SOCIAIS .

RESPOSTA:

Eu despeitado de quê? Tenho 2 filhos em Universidades Federais (UFF e EFRJ) e nem foram por Cotas, mais pagaria a eles, sem pestanejar, uma Universidade Privada para apoiar as Universidades Federais 100% para os Mais Necessitados. Eu assumir ser Petista? O PSDBista é que não assume de jeito algum ser um deles. Por que eu deveria fazer isso, não teria problema nenhum em assumir se eu fosse PT, porém não é só o PT que recebe os meus votos? No Rio, por exemplo, Lula pediu para que votássemos em Sérgio Cabral para Governador e Eduardo Paes para prefeito. Não votei em nenhum dos dois. Se eu tiver que assumir que sou PT, terei de assumir que sou também PSol, PSTU, Pcdob, PDT e PSB. Sou a favor de Cotas sim, mas de 100% dedicados somente aos mais necessitados. Eu viver de Bolsa Lan House? Cara! Sou Empresário há 17 anos. Nunca tive e nunca tive interesse em ter um Contratozinho sequer com qualquer Órgão Público. Não duvido nem um pouco que ganhe bem mais que você inclusive. Adoro conflito, provocar e criar polêmicas? Cara! Apenas estou aqui para mostrar o que eu penso. Isso aqui não é um fórum de debates? Estou fazendo a minha parte. Não existe essa de Embate de Raças, Credos e Classes Sociais, mas é tão fácil e

notório de perceber que as Argumentações das Pessoas de Nossa Classe Social (a Média principalmente) camufla a Real reclamação sobre as Cotas e aí raclamam das de Negros, quando se fosse para pobres, reclamariam da mesma forma e da mesma maneira agressiva como fazem agora. Só se eu não conhecesse bem o comportamento de Nossa Classe Média para não perceber o que pensam.

0up6down

202. TerraDoido Varrido

29/04/2012, 09h12

SE VOCÊ É BRANCO E POBRE, ESTÁ FERRADO!!! NA PROXIMA VEZ QUE UM NEGRO ENTRAR NO ONIBUS, LEVANTE-SE E CEDA LOGO O LUGAR ANTES QUE ELE EXIJA ISTO DE VOCÊ

9up2down

203. FacebookAngela Rosas

29/04/2012, 10h03

Que pena! Não se investe na qualidade do ensino nem na do aluno,mas em repartir as deficiências. A base é o ensino fundamental e não vejo investimento nessa parcela da educação.Não adianta dar aos alunos a falsa sensação de estar preparado para o mercado de trabalho ,precisa qualificar.

5up0down

204. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 13h42

Milton Fernandes

Repartir?

Ensino Público deveria ser 100% para todos.

Como não existe, pelo menos no momento essa possibilidade, deveria ser 100% para os mais Necessitados.

O resto que pague, como fazem a vida toda no ensino básico e fundamental.

2up3down

205. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 13h54

Tem um aqui que diz que sou a Última Bolacha do Saco de Biscoito. Engana-se ele. Sou o P'roprio Saco de Biscoitos de Bolachas. Vamos a mais uma Bolachinha bem no meio das idéias?

Vamos lá, então?

Engraçado esses CapEtalisyazinhos de Plantão. Vivem lutando por Privatizações, são sempre contra as Estatais e agora estão aqui desesperados, não para defender branco pobre coisíssima nenhuma (como sempre Hipócritas) e sim uma vaguinha para seus filhinhos em Universidade do Estado. Vão estudar em Universidades Privadas, quem sabe assim, vocês não chacoalham as mesmas e as façam funcionar? Conto com vocês na Universidade Privada, pois como gostam de reclamar de tudo e sempre, certamente elas melhorarão o seu ensino.

E por falar em Estatal.

Capetalistazinhos de Plantão!

Está cheio de Concurso Público por aí.

O que vejo de Colegas seus fazendo não está no Gibi.

Está na ora de você que ainda não o fez, venha a fazer.

Uma Bolachinha merecida a todos vocês.

0up5down

206. Twitterdemocraciaplena

29/04/2012, 13h56

ESTA PALHAÇADA É TÃO HIPÓCRITA QUE SE ESTÃO DISPONIBILIZANDO ESTAS COTAS NÃO O ESTÃO FAZENDO PARA OS NEGROS POBRES TAMBEM COM

TODA A CERTEZA PORQUE NÃO É O CUSTO DA FACULDADE QUE É O MAIS CARO, A MAIOR DESPESA MAS SIM O LOCAL PARA MORADIA, O SUSTENTO DO DIA A DIA , OS LIVROS E ACESSO A OUTRAS NECESSIDADES QUE SÃO BASICAS QUANDO SE ACESSA A UNIVERSIDADE.AS FEDERAIS ,GERALMENTE SÃO NAS CAPITAIS E NEM TODOS MORAM NELAS ENTÃO É ENGODO ISTO TUDO OU ENTÃO DISPONIBILIZADOS SOMENTE PARA OS AFRODESCENDENTES QUE MORAM NAS MESMAS CIDADES E PERTO SENÃO TERÃO A DESPESA DO TRANSPORTE TAMBEM. CONCLUSÃO CONTINUA A SER UMA MÁSCARA QUERENDO ENFEITAR A EDUCAÇÃO NO BRASIL QUE ESTA UMA VERDADEIRA MIIIEERRRDDDDAAA !!!!!!!!! E O STF COM TUDO ISTO SÓ MOSTRA QUE COMPACTUA COM ESTA HIPOCRISIA TODA !!!!!OS POBRES CONTINUARÃO A NÃO TER ACESSO A UNIVERSIDADE !!!!!!!

4up1down

207. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 13h58

democraciaplena!!!!

28/04/2012, 10h29

QUANDO O SENHOR VAI REALMENTE DEIXAR DE SER DEMAGOGO,DEIXAR DE SER DESPEITADO E ASSUMIR DE UMA VEZ QUE É PTISTA ROXO, QUE É A FAVOR DE COTAS, QUE VIVE QUEM SABE DE BOLSA LAN HOUSE ETC ETCADORA UM CONFLITO TANTO QUE SEMPRE QUE POSTA ARRUMA UMA PROVOCAÇÃO A MAIS PARA CRIAR POLÊMICAS QUE ALICIAM O EMBATE DE RAÇAS,CREDOS E CLASSES SOCIAIS .

RESPOSTA:

Eu despeitado de quê? Tenho 2 filhos em Universidades Federais (UFF e EFRJ) e nem foram por Cotas, mais pagaria a eles, sem pestanejar, uma Universidade Privada para apoiar as Universidades Federais 100% para os Mais Necessitados. Eu assumir ser Petista? O PSDBista é que não assume de jeito algum ser um deles. Por que eu deveria fazer isso, não teria problema nenhum em assumir se eu fosse PT, porém não é só o PT que recebe os meus

votos? No Rio, por exemplo, Lula pediu para que votássemos em Sérgio Cabral para Governador e Eduardo Paes para prefeito. Não votei em nenhum dos dois. Se eu tiver que assumir que sou PT, terei de assumir que sou também PSol, PSTU, Pcdob, PDT e PSB. Sou a favor de Cotas sim, mas de 100% dedicados somente aos mais necessitados. Eu viver de Bolsa Lan House? Cara! Sou Empresário há 17 anos. Nunca tive e nunca tive interesse em ter um Contratozinho sequer com qualquer Órgão Público. Não duvido nem um pouco que ganhe bem mais que você inclusive. Adoro conflito, provocar e criar polêmicas? Cara! Apenas estou aqui para mostrar o que eu penso. Isso aqui não é um fórum de debates? Estou fazendo a minha parte. Não existe essa de Embate de Raças, Credos e Classes Sociais, mas é tão fácil e notório de perceber que as Argumentações das Pessoas de Nossa Classe Social (a Média principalmente) camufla a Real reclamação sobre as Cotas e aí reclamam das de Negros, quando se fosse para pobres, reclamariam da mesma forma e da mesma maneira agressiva como fazem agora. Só se eu não conhecesse bem o comportamento de Nossa Classe Média para não perceber o que pensam.

0up5down

208. Twitterdemocraciaplena

29/04/2012, 14h09

OHHHHHHHHH MILTÃO TOMOU TODAS ONTEM ??? POIS EXATAMENTE ESTE TEXTO JÁ POSTOU UM POUCO MAIS ABAIXO, ADORA COPIAR E COLAR NÉ !!!!!!!!!!!!! JÁ LHE RESPONDI ESTE OLHA SÓ, ABRE A RESPOSTA DA POSTAGEM EXATAMENTE IGUAL ABAIXO !!!!!!!!!!!!!

4up0down

209. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 14h15

Tem um colega nosso aqui que diz que sou a Última Bolacha do Saco de Biscoito. Engana-se ele. Sou o P'roprio Saco de Biscoitos de Bolachas. Vamos a mais uma Bolachinha bem no meio das idéias?

Vamos lá, então?

Engraçado esses Capetalisyazinhos de Plantão. Vivem lutando por Privatizações, são sempre contra as Estatais e agora estão aqui desesperados, não para defender branco pobre coisíssima nenhuma (como sempre Hipócritas) e sim uma vaguinha para seus filhinhos em Universidade do Estado. Vão estudar em Universidades Privadas, quem sabe assim, vocês não chacoalham as mesmas e as façam funcionar? Conto com vocês na Universidade Privada, pois como gostam de reclamar de tudo e sempre, certamente elas melhorarão o seu ensino.

E por falar em Estatal.

Capetalistazinhos de Plantão!

Está cheio de Concurso Público por aí.

O que vejo de Colegas seus fazendo não está no Gibi.

Está na ora de você que ainda não o fez, venha a fazer.

Uma Bolachinha merecida a todos vocês.

0up7down

210. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 14h41

Democraciaplena!

29/04/2012, 13h06

Sempre o mesmo papo furadão miltão !!! kkkkkkkkkkkkkkk é assim que o povo o chama né ?????? se voce é tão abastado como sempre comenta, que é empresario etc etc porque então não paga uma faculdade para os seus filhos e não ocupa o lugar dos mais necessitados nas federais ?????QUANDO AFIRMANOS AQUI QUE SOMOS CONTRA AS COTAS PARA OS NEGROS É PORQUE SOMOS SIM A FAVOR DAS COTAS PARA TODOS, SEGUINDO E RESPEITANDO A cONSTITUIÇÃO DESTE PAÍS.NÃO PODEMOS DIFERENCIAR POR COR OU RAÇA MAS SIM POR PODER ECONOMICO > ASSIM O STF ,COM ESTA DECISÃO ESDRUXULA COMPACTUA COM AQUELES QUE DIZEM QUE O NEGRO TEM MENOS CAPACIDADE COGNITIVA QUE OS OUTRAS RAÇAS CERTO !!!!!

RESPOSTA:

O que posso fazer se estão sempre Pedindo uma Bolachicha do Saco de Biscoito?

Como sou um cara bacana, darei então uma Bolacha bem no meio de suas idéias.

Vamos lá então!

Sou empresário sim, mas não sou abastado. Orgulho-me bastante inclusive de ser um Empresário Honesto e de ajudar muitas pessoas e pagar bem melhor que muitos dos que tem por aí. Talvez até por isso, não seja um abastado. E se precisasse disso para ser um Abastado, preferiria não ser empresário, pois não sou ganancioso e não tenho os valores podres de CapEtalistas.

Tanto você quanto eu sabemos muito bem que os mais necessitados não conseguem ter uma preparação adequada para concorrer as vagas públicas, muito embora, tanto eu quanto você sabemos que após a entrada deles nessas universidades, conseguem desempenhos melhores do que os não cotistas. Logo! Hoje, com meus filhos estudando nas federais, eles não estão tirando vagas dos mais necessitados e sim dos “incompetentes” filhos dos que agora estão reclamando, não por conta de negros e nem de brancos pobres, mas sim, porque fica mais difícil ainda de conseguir colocar seus filhinhos que foram tão preparados, custaram tanto esses anos todos e veem agora reduzidas as suas possibilidades de entrar em Uma Universidade Estatal. Portanto, se decidirem que as Universidades do Estado venham a ser somente para os Mais Necessitados, não penso duas vezes em apoiar tal decisão e não me incomodo nem um pouco em pagar Faculdade para os dois.

Infelizmente o Saco de Biscoi de Bolachas teve de dar mais uma Bolachinha para quem vive pedindo uma.

Tenha um ótimo domingo.

1up4down

211. Terrajose goncalves

29/04/2012, 19h30

Daqui ha uns anos vai ser dificil confiar num profissional da medicina por exemplo, vc não vai saber se ele esta ali por méritos, ou se esta ali pq é preto por exemplo.

responder reportar abuso 8up2down

212. TerraCaio Toris

29/04/2012, 19h33

Cotas para negros é apenas a inversão do vetor do racismo.

Para mim, é a prova de que os negros não conseguem acompanhar os brancos. Se assim fosse, as cotas seriam para pobres que não puderam estudar em escolas particulares.

E mais uma vez o governo não consegue cumprir sua função, não dá boa educação aos pobres e pune a classe média.

10up2down

213. TerraCaio Toris

29/04/2012, 19h35

Eu também acho que deveria dizer no diploma do cidadão: COTISTA. Assim poderemos saber se é uma pessoa que está ali por mérito ou por racismo

9up1down

214. TerraSuper sincero

29/04/2012, 19h44

COTAS PARA NEGROS, PARA ÍNDIOS, PARA GAYS.... DAQUI HÁ POUCO O CARA VAI SER PROIBIDO DE SER BRANCO E HETEROSSEXUAL

10up0down

215. FacebookAprisco Cristão

29/04/2012, 19h57

Não vai haver mais universidades por longos anos. Estamos às vésperas de vermos as mais profundas e terríveis transformações do modo de vida em nosso planeta. Várias profecias como a dos maias, do Nostradamus, dos sumérios, de videntes e principalmente da Bíblia nos garantem que isso vai acontecer agora entre 19 de maio e 6 de junho de 2012.

Acessem aprisocristao.wordpress.com e leiam os textos da guia 'sinais'. Saberão o que está acontecendo no espaço com os sistemas gravitacionais dos planetas, com o Sol, sobre avistamentos UFOs em enormes quantidades também aqui na terra, tempestades solares previstas e muito perigosas, e reações de governos como o dos EUA sobre essas coisas. É muito importante visitar e ler. Fraterno abraço.

0up2down

216. FacebookSilvano Neia

29/04/2012, 20h05

Este tipo de decisão apenas mostra que o STF é o poder mais corrupto que temos, não se combate discriminação com outra discriminação. Precisamos mudar a forma do nosso judiciário, o STF precisa sofrer mudanças já

7up0down

217. FacebookJosu Oliveichenko

29/04/2012, 20h25

Por isso acho o PROUNI mais democrático. Não é escolhido pela aparência, tão somente pela renda e sua capacidade no exame. Além do mais, muitos negros capazes serão discriminados indistintamente, mesmo não tendo sido cotista.

3up0down

218. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h30

jose goncalves!

29/04/2012, 18h30

Daqui há uns anos vai ser difícil confiar num profissional da medicina por exemplo, você não vai saber se ele está ali por méritos, ou se está ali porque é preto por exemplo.

RESPONDO:

Daqui a uns anos?

Hoje já é assim, só não tem pretos.

Ao se ver no futuro um Medico Preto, terá grandes chances de ser um Bom Médico, até porque, já está provado que os Cotistas tem melhor desempenho do que os Não Cotistas.

0up5down

219. FacebookJosé Mendes

29/04/2012, 20h31

Parem de chorar , pois foi aprovado por unanimidade.Os Ministros são conhecedores da lei e das questões sociais; nesse site tem um bando de pseudo-sábios que se achando os melhores sociólogos do mundo.

AS COTAS SÃO CONSTITUCIONAIS E PAREM DE CHORAR E VÃO ESTUDAR MAIS.

0up5down

220. FacebookOto Alex

29/04/2012, 20h32

aff chegou o demagogo racista empresário bem sucedido

3up0down

221. FacebookTadeu Blazius

29/04/2012, 20h33

ONDE É O QUE COORDENAM O BRASIL E OS ELEITORES, AMBOS ME ENVERGONHAM , POR APOIAR E VOTAR NESTA RAÇA. FAÇO CERTO NÃO VOTO PROTESTO, POR JUSTIÇA.temos que mostrar ao mundo nosso descontentamento.

4up0down

222. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h34

Caio Toris!

29/04/2012, 18h33

Cotas para negros é apenas a inversão do vetor do racismo.

Para mim, é a prova de que os negros não conseguem acompanhar os brancos. Se assim fosse, as cotas seriam para pobres que não puderam estudar em escolas particulares.

E mais uma vez o governo não consegue cumprir sua função, não dá boa educação aos pobres e pune a classe média.

RESPONDO:

Que incoerência hein?

Alega que deveria ser para Pobres e não Negros, e logo adiante, comete um ato falho quando diz que o Governo Pune a Classe Média.

Que grande coerência hein?

Os Filhos das Classes Média que estudem mais para conseguir passar nas vagas que, o Governo ainda disponibiliza para eles, pois 100% deveria ser para os Mais Necessitados.

0up5down

223. FacebookTadeu Blazius

29/04/2012, 20h34

QUEM É ALBINO, TAMBEM TEM COTA ??????????????

6up0down

224. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h39

O Governo poderia acabar de vez com a Palhaçada desses Tucanos inconformados com tudo, e Conversinhas Fiadas. Universidades Públicas 100% para os Mais Necessitados do País e pronto.

0up6down

225. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h39

CapEtalistas!

Vão se meter com as Universidades Privadas vão!

Birgando por uma vaguinha na Pública?

Que incoerência hein?

0up5down

226. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h40

Tem um colega nosso MultiNicks aqui que diz que sou a Última Bolacha do Saco de Biscoito. Engana-se ele. Sou o P'roprio Saco de Biscoitos de Bolachas. Vamos a mais uma Bolachinha bem no meio das idéias?

Vamos lá, então?

Engraçado esses CapEtalisyazinhos de Plantão. Vivem lutando por Privatizações, são sempre contra as Estatais e agora estão aqui desesperados, não para defender branco pobre coisíssima nenhuma (como sempre Hipócritas) e sim uma vaguinha para seus filhinhos em Universidade do Estado. Vão estudar em Universidades Privadas, quem sabe assim, vocês não chacoalham as mesmas e as façam funcionar? Conto com vocês na Universidade Privada, pois como gostam de reclamar de tudo e sempre, certamente elas melhorarão o seu ensino.

E por falar em Estatal.

Capetalistazinhos de Plantão!

Está cheio de Concurso Público por aí.

O que vejo de Colegas seus fazendo não está no Gibi.

Está na ora de você que ainda não o fez, venha a fazer.

Uma Bolachinha merecida a todos vocês.

0up5down

227. FacebookOto Alex

29/04/2012, 20h40

Não vi nada de incoerente no comentário do Caio. No segundo parágrafo ele fala da situação existente, e não do que ele considera ideal. Você, Milton Fernandes, e sua mania de apontar o dedo na cara das pessoas.

2up0down

228. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h43

Caio Toris

Eu também acho que deveria dizer no diploma do cidadão: COTISTA. Assim poderemos saber se é uma pessoa que está ali por mérito ou por racismo

RESPONDO:

Os Cotistas estão mostrando que quem não tem méritos são os Não Cotistas. Basta pesquisar e ver que eles tem melhor desempenho no transcorrer da Universidade do que os Filhinhos Mimados de Papai. Se não encontrar a busca, é só falar que te indico onde encontrar.

0up3down

229. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h45

Oto Alex!

Eu demagogo MultiNicks?

Demagogo é você que alega estar preocupado com o Branco Pobre e todos sabemos que está preocupado sim com o filhinho. Faça como meus filhos, estudaram e conseguiram as

vagas disponíveis.

0up4down

230. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 20h54

Oto Alex!

Vocês não estão preocupados coisíssima nenhuma com Brancos Pobres. Estão preocupados sim se terão ou não mais vagas para seus filhos na Pública. Logo vocês que são contra Estatais. Que coisa não?

1up5down

231. TerraMilton Fernandes

29/04/2012, 21h04

Ué, Desistiram?

Não estavam tão eufóricos com o que estavam dizendo?

Daqui a pouco retornam com outros Nicks alegando as Mesmas Conversinhas Fiadas e Blá-Blá-Blá costumeiros.

0up4down

232. FacebookIgi Ros

29/04/2012, 21h06

MILTON FERNANDES O CARA SE AGARROU MESMO NAS POSTAGENS DESTA REPORTAGEM PORQUE ESTÁ COMPLETAMENTE SEM ARGUMENTOS PARA PODER TENTAR IMPOR AS SUAS IDEIAS LUNÁTICAS . DEMAGOGO, ADORA UM BARRACO, AMA CRIAR POLÊMICAS ,SEMEIA A DISCORDIA PORQUE É ISTO PROVAVELMENTE O DIVERTE, É RACISTA SIM, A FAVOR DAS COTAS PARA OS NEGROS E COM ISTO CONTRA A TODAS AS OUTRAS RAÇAS QUE NA REALIDADE COMPÕES A POPULAÇÃO DESTE BRASIL,NÃO CONHECE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA COM TODA A CERTEZA SENÃO NÃO IRIA CONTRA O TAL

'DIREITOS IGUAIS PARA TODOS ' ETC ETC .ALEGA SER EMPRESÁRIO MAS OS FILHOS CURSAM UMA FEDERAL E TIRAM A VAGA DE MENOS ABASTADOS, INCLUSIVE ATÉ ENTÃO DOS NEGROS QUE NÃO TINHAM AS COTAS A SUA DISPOSIÇÃO ..RESUMINDO É A CARA DE UM ESQUERDOPATA QUE É CAPITALISTA POR SER EMPRESARIO MAS DEFENDE O COMUNISMO , DEFENDE OS DITADORES COMO CHAVES E COMO ELE MESMO AFIRMA 'SE ACHA A ULTIMA BOLACHA DO PACOTE' QUE ALIAS JÁ VENCEU A MUITO TEMPO, MOFOU MILTÃO !!!!! ...MAS CONTINUA A ENCHER O SACO DE TODOS !!!!! COM ESTA DESCRIÇÃO Ó PODE SER O QUE ??? 'PTTRAALLHA CHAPADO ' !!!!!

5up1down

233. FacebookOto Alex

29/04/2012, 21h12

ahsushausah é verdade, e não sei quem é o pior, ele ou a neurótica da Liane com o racismo-na-mídia-televisiva

3up0down

234. FacebookOto Alex

29/04/2012, 21h12

kkkkkkkkkkk Igi, ele está pensando que eu e você somos a mesma pessoa!! Olha que ponto chegou a criatura!!

3up0down

235. FacebookIgi Ros

29/04/2012, 21h16

ELE É MALUCO MESMO KKKKKKKKKKKK MILTÃO É FIGURA MARCADA A MUITO TEMPO NESTES FORUNS, SEMPRE COM A MESMO DESPEITO, COM IDEIAS QUE VIRA E MEXE SE CONTRADIZEM ...KKKKK EU IGI ROS EXTAVA TRABALHANDO POR ISTO ME AUSENTEI DESDE DE MANHÃ DESTE FORUM MAS

transformou e permitiu isso. Bom, pelo menos onde eu moro, pq eu não sei de que lugar os juízes do STF estão falando.

6up0down

238. TerraMilton Fernandes

30/04/2012, 11h21

Oh Sashimi Kawazaki!

Você disse que a aprovação de 10 a 0 é uma piada para os Brasileiros Bem Intencionados?

Quem aprovou o 10 x 0 é Mau Intencionado?

Que mania que vocês tem de sempre suas opiniões são as que representam os Bem Intencionados.

Pois já não acho isso. Mau Intencionados são aqueles que vem com Conversinhas Fiadas de alegar ser contra Cotas para Negros em Defesa dos Brancos Pobres, quando todos sabemos que se decidissem por ser para Pobres ao invés de Negros, essas mesmas Pessoas, estariam reclamando da mesma maneira. Ou seja: De Bem Intencionados não tem nada. Querem apenas poder ter o máximo de vagas possíveis para seus Filhinhos Mimados Capetalistas iguais aos Pais, terem chances de ingressar em uma Universidade PÚBLICA. Já que defendem tanto as Privatizações, coloquem seus Filhinhos em Universidades Privadas. A Universidade Pública deveria ser 100% para os Mais Necessitados.

A aprovação das cotas RACIAIS com 10 a 0 é uma piada de mal gosto para todos os brasileiros bem intencionados. O Brasil deu uma mancada, colocando critérios raciais acima dos sociais. Pela lógica racial, vc é q é 'afrodescendente' se ã gosta de nossas políticas, volte para a África (igualzinho o q falamos dos imigrantes árabes e seus descendentes e compatriotas de mesma religião).

Como se raça definisse quem é rico e quem é pobre. Isso é coisa de livro de história. Hoje, negro bem sucedido é uma realidade (vide jogadores de futebol). A sociedade se transformou e permitiu isso. Bom, pelo menos onde eu moro, pq eu não sei de que lugar os juízes do STF estão falando.

0up7down

239. TerraMilton Fernandes

30/04/2012, 11h26

Oh Sashimi Kawazakii!!

Você disse que a aprovação de 10 a 0 é uma piada para os Brasileiros Bem Intencionados?

Quem aprovou o 10 x 0 é Mau Intencionado?

Que mania que vocês tem de sempre suas opiniões são as que representam os Bem Intencionados.

Pois já não acho isso. Mau Intencionados são aqueles que vem com Conversinhas Fiadas de alegar ser contra Cotas para Negros em Defesa dos Brancos Pobres, quando todos sabemos que se decidissem por ser para Pobres ao invés de Negros, essas mesmas Pessoas, estariam reclamando da mesma maneira. Ou seja: De Bem Intencionados não tem nada. Querem apenas poder ter o máximo de vagas possíveis para seus Filhinhos Mimados CapEtalistas iguais aos Pais, terem chances de ingressar em uma Universidade PÚBLICA. Já que defendem tanto as Privatizações, coloquem seus Filhinhos em Universidades Privadas. A Universidade Pública deveria ser 100% para os Mais Necessitados.

Você disse também: “Pela lógica racial, vc é q é 'afrodescendente' se ã gosta de nossas políticas, volte para a África (igualzinho o q falamos dos imigrantes árabes e seus descendentes e compatriotas de mesma religião)”

RESPONDO: Se não gostou do 10 a 0, adotado agora por Nossas Políticas vá para qualquer lugar que queira ou mesmo para o Japão Sashimi, pois essa é a ação que todo insatisfeito deveria tomar.

2up10down

240. TwitterSushi Kawaii

30/04/2012, 14h47

Considera-se q quem estuda em escola pública ã tem dinheiro pra pagar.

Fiquei envergonhada com a votação e a unanimidade das cotas raciais pelo STF. O que mais me preocupa é a falta de sensibilidade dos Ministros que tratam um problema de educação como se fosse um problema racial. Gostaria de perguntar ao Ministro Joaquim Barboza, que mais me envergonhou, por ser negro, como ele conseguiu se tornar um jurista? Ganhou vaga na faculdade que cursou ou teve mérito para se formar na sua carreira? Como acha que a juventude daqui para frente vai encarar um estudo sem nenhuma motivação? Onde encontrarão incentivo para estudar, se os negros, índios e etc... terão suas cotas raciais, enquanto os que estudam serão relevados a um plano inferior? Por que não cobrar do ensino público e votar uma lei que faça o governo cumprir suas obrigações formando professores capacitados e avaliando a sua capacidade, como é feito aos advogados? Pretendem o que com essa aprovação de cotas raciais, disseminar o racismo no nosso Brasil? Estudei e orientei às nossas filhas que estudassem muito, pois na minha opinião venceriam os melhores, os mais aplicados, os que lutassem com armas leais para vencer. Ledo engando! Hoje e no futuro os nossos netos terão que vencer a barreira do preconceito racial. Os negros, índios e etc... não precisaram estudar tanto, os brancos mesmo que estudem muito não terão assegurados seus méritos para entrar numa faculdade e os professores também não precisarão se esforçar tanto para ensinar. O ensino público será daqui para frente pior do que péssimo, se isso é possível! Em tempo, tenho 68 anos, casada com branco, três filhas, 8 netos, duas bisnetas e o mais importante sou do tempo em que o valor não estava na cor, sim no mérito. Muito estudei! Sou negra e não diferente, nem igual a ninguém, sou o que consegui com muito esforço e muita dedicação!

17up3down

243. TerraMilton Fernandes

30/04/2012, 20h59

Zilda da Graça!

Seria bom que você pesquisasse sobre o Melhor Desempenho dos Cotistas em relação aos Não Cotistas. Só isto já mostra que eles tem méritos sim, mais até dos que os Não Cotistas. Se não encontrar tal informação, lhe ajudarei a encontrar. O que mostra que estes apresentam muito mais vontade de alcançar um lugar ao sol do que os que tiveram bons estudos durante toda a sua preparação educacional. Os Cotistas tem dificuldades e problemas

sérios no Vestibular, pela fraca Formação Pública Educacional. Você confunde o Doutorado com o Vestibular. A Universidade Pública tem de ser 100% para os Mais Necessitados. E por fim, espero que você não venha nos dizer que, se você e Joaquim Barbosa chegaram lá, por que os outros não podem chegar também? Também sou de origem de uma família diria pobre, não tão pobre como a maioria, mas pobre. Tive sucesso também, mas jamais poderia deixar de enxergar a Realidade pela qual passam as pessoas mais humildes e necessitadas desse país, e diria até do mundo. Vou repetir: Os Cotistas já demonstraram que tem muito mais mérito do que os filhinhos de papai. Está provado!

2up9down

244. TerraMagali Ali

30/04/2012, 21h29

Primeiramente quero constar que não sou Petista, odeio Lula e Dilma, e também não sou negra, pelo menos na pele pq no sangue deve correr mto sangue negro, mas sou a favor das cotas, primeiramente quero dizer pra quem ta desinformado as cotas não são pros negros ricos filhinhos de papai não, são pros pobres mesmo, e eles não entram pra faculdade sem fazer prova não, eles fazem sim, e dependendo da pontuação compatível com o ensino publico eles conseguem entrar, vcs não acham pouco razoável pensar que uma pessoa que estuda em escola pública, com esse ensino precário tenha cacife pra competir com a elite dominante dos abastados dos colégios maristas da vida, tenham um pouco de bom senso por favor, é um ou outro que consegue e olhe lá, é muito cômodo exigir heroísmo de todo mundo quando não se precisa agir heroicamente, é fácil exigir heroísmo dos pobre ou dos negros pobres quando se tem papaizinho e mamãezinha cuidando do filhinho, quando se tem uma situaçãozinha melhor que seja que a do outro, quando não se precisa catar lixo quando se tem comida quentinha nas horas certas, e antes que venham me falar que as cotas deveriam ser somente para pobres informo a vocês desinformados que as cotas para pobres brancos ou negros provenientes de escola pública também existem, se ser branco e pobre nessa sociedade é motivo pra maioria ter preconceito imagine ser negro e pobre, e não venha me falar que isso não existe porque você estará sendo hipócrita, difícil é ser negro e pobre em um país racista como o brasil, difícil é ver um negro qualificado tentando emprego e muitas vezes ter as portas fechadas na cara ou ocupando posições secundárias porque o preconceito ainda impera, se o negro

qualificado hoje em dia encontra dificuldades em conseguir se inserir em um bom emprego, que dirá do negro pobre, esse sim em grande parte dos lugares é tratado como um nada, digo isso porque vejo isso acontecendo com mais frequência do que imaginam, e houve uma reportagem inteiramente sobre isso a pouco tempo atrás, em que até experiência eles fizeram para demonstrar esse preconceito ainda arraigado em nossa sociedade, o negro precisa ser respeitado, e no Brasil infelizmente só é respeitado quem se insere na sociedade em alguma posição de destaque, olhem nas cadeiras da sua faculdade quantos negros tem e me fale, eu estudo em uma sala com mais de 40 pessoas e só tem um negro, e é assim em todas as outras, tem colégios caros que nem um negro tem, e vcs ainda acham que a situação deles não é desigual? não vão me dizer que todos são burros por favor, o que eles precisam é de oportunidades, o princípio da isonomia da constituição federal preleciona tratar os iguais como iguais e os desiguais na medida de sua desigualdade, os negros estão em desvantagem nos lugares em que existem oportunidades, pois nesses lugares há uma predominância avassaladora de pessoas claras, a questão das cotas nada tem a ver com raça e sim com desigualdade social que precisa ser reparada, acho que o Brasil deve isso a eles, pois todos aqui sabem porque a situação da maioria deles está assim, é reflexo da crueldade ocorrida no passado

5up12down

245. TwitterJeep 64

30/04/2012, 22h34

Todos éramos iguais perante a lei. Mas aí chegou o PT...

11up3down

246. TerraMilton Fernandes

01/05/2012, 00h07

Pergunta feita ao Ministro Negro Joaquim Barbosa — O senhor acha que a questão da desigualdade no país melhorou?

Respondeu: Tenho plena consciência das desigualdades brasileiras, sei que elas se

manifestam nos mínimos gestos do cotidiano, na esfera pública, na esfera privada, na falta de oportunidade. Para enfrentar nossas imensas desigualdades, nós vamos ter que nos reinventar.

4up8down

247. TerraMilton Fernandes

01/05/2012, 00h14

Sabem o por que os Cotistas tem melhor desempenho do que os Não Cotistas dentro das Universidades Públicas? Por que sentem ser a Oportunidade da Vida deles, da qual nunca tiveram e nem pensavam em ter um dia. Bem diferente daqueles que tiveram mais oportunidades a vida toda. É essa a grande razão do Sucesso deles.

4up11down

248. FacebookMarcelo Souza

01/05/2012, 20h16

P/ Milton F. se os cotistas são tão bom assim porque não entram pela porta da frente?? falta de capacidade.

9up4down

249. TerraMilton Fernandes

03/05/2012, 01h49

Marcelo Souza!

Já expliquei isso antes aqui.

Não entram por que não tem boa preparação, coisa que os Não Cotistas conseguem pagandopara ter.

Depois que entram, aí a história é diferente.

Conseguem resultados melhores do que os Não Cotistas.

Se duvida do que estou dizendo, pesquise e depois venha falar aqui bovemente.

E se for por aí, então podemos definir assim:

1. Os Cotistas entram pelas portas do funco e saem pela porta da frente;
2. Já os Não Cotistas acontece exatamente o oposto.

2up7down

250. FacebookMarcelo Calestini

08/05/2012, 17h12

Em breve teremos cota em ônibus, hotéis, restaurantes, estádios de futebol, banheiros públicos, um lado da calçada para brancos, amarelos, vermelhos, albinos, e outro lado para afro-descendentes... em breve teremos um Nelson Mandela tupiniquim lutando contra o 'Apartheid' brasileiro...que constituição é essa que faz distinção entre negros e brancos???

6up4down